

**MAIÊUTICA**  
**SERVIÇO SOCIAL**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI**  
Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito  
89084-405 - INDAIAL/SC  
www.uniassevi.com.br

## **REVISTA MAIÊUTICA**

Serviço Social

UNIASSELVI 2021

**Presidente do Grupo UNIASSELVI**

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

**Reitor da UNIASSELVI**

Prof. Hermínio Kloch

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial**

Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância**

Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres

**Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância**

Prof. Érico Coelho Ribeiro

**Diretor de Educação Continuada**

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

**Editor da Revista Maiêutica**

Prof. Luis Augusto Ebert

**Comissão Científica**

Claudia Sueli Weiss

Estela Maris Bogo Lorenzi

Jackeline Maria Beber Possamai

Luana Ewald

Luciana Fiamoncini

**Comitê editorial**

Ana Claudia Moser

Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider

Joelma Crista Sandri Bonetti

Neusa Mendonça Franzmann

Rosy Weiduschath Da Silva

Vera Lúcia Hoffmann Pieritz

**Editoração e Diagramação**

Equipe Produção de Materiais

**Revisão Final**

Equipe Produção de Materiais

**Publicação *On-line***

**Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci**

# Apresentação

---

Pautando-se na Missão Institucional da Uniasselvi, em “Ser a melhor solução de educação para a construção da sua própria história”, e em comemoração aos 10 anos do primeiro Edital do Curso em epígrafe a Revista Maiêutica do Curso de Serviço Social de 2018, buscou-se demonstrar em suas temáticas a vivência teórica e a prática que fora consolidada nos estudos correlacionados com a atuação profissional do assistente social, em que proporcionará ao leitor uma noção real e concreta do âmbito do mundo do trabalho do profissional formado em Serviço Social.

Uma vez que, seus autores compreendem o sentido da visão do Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, que é “Ser líder nas regiões onde atua, referência de ensino para a melhoria de vida dos nossos alunos, com rentabilidade e reconhecimento de todos os públicos”.

E, esta questão “de ser referência de ensino” está estampada em cada linha escrita, em cada momento de estudo e pesquisa, pois buscam constantemente mecanismos e estratégias de melhoria da vida do discente e, conseqüentemente, da melhor qualificação profissional para os assistentes sociais formados por esta IES, consagrando, assim, seu reconhecimento no mercado onde desenvolve sua prática profissional.

Assim, pautados nos valores institucionais da ética, do respeito, da valorização do conhecimento, da vocação para ensinar, com atitudes de dono, simplicidade, colaboração e foco nos resultados, todos os atores pedagógicos da Uniasselvi angariam pelo fruto do seu trabalho e dedicação, seu espaço ao sol, seu reconhecimento perante a sociedade em que vivem e convivem, e deixam seu legado para as futuras gerações.

Sinto-me orgulhosa em poder apresentar nesta obra, que já é a quinta edição da supracitada revista, assuntos correlacionados à contribuição do Serviço Social na unidade básica de saúde, na responsabilidade empresarial, nas organizações populares ou de base voluntária, nos direitos da pessoa idosa e a política de humanização, na educação, no terceiro setor, como também será abordado em alguns artigos a questão da instrumentalidade técnico-operativa, em que será tratado sobre a documentação técnica do assistente social, tais como relatórios, laudos e pareceres.

Vale salientar que nesta revista também serão abordados assuntos correlacionados aos aspectos históricos da profissão, como também os desafios do assistente social face à educação inclusiva, a família e a referência no desenvolvimento humano social da criança, o coaching e a violência contra a mulher.

Outro aspecto atual para os profissionais do Serviço Social, é a questão da vigilância socioassistencial, que vem ganhando destaque em todo o território brasileiro nos últimos tempos, já que todos os municípios e estados federativos do Brasil possuem por meta implantar um sistema de vigilância socioassistencial, para assim poder compreender a realidade brasileira e seus gaps sociais.

Convido-lhes a navegar por estas inúmeras discussões relativas ao campo de atuação profissional do assistente social!

Boa leitura!

**Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Hoffmann Pieritz**  
**CRESS N° 4016 da 12<sup>a</sup> Região**  
**Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social**  
**UNIASSELVI – NEAD**





## SUMÁRIO

Apresentação.....	5
<b>A INTERAÇÃO COM QUALIDADE NA RELAÇÃO TUTOR E ALUNO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA</b> <b>The interaction with quality in the tutor and student relationship for meaningful learning</b> Marcia Elena Lobato Teles .....	7
<b>A ORIENTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLITIZAÇÃO PARA OS ACOMPANHANTES NA UNIDADE HOSPITALAR THOMÉ DE MEDEIROS RAPOSO, DE RIO PRETO DA EVA – AM</b> <b>Guidance as a politicizing instrument for Accompanying in the Thomé de Medeiros Raposo hospital, from Rio Preto da Eva - AM</b> Antonia Leida Brito da Silva Thalita Martins Macena .....	15
<b>PROGRAMA DE APOIO INTEGRAL À FAMÍLIA: qual a percepção dos participantes do PAIF – nação cidadã CRAS em Balneário Camboriú (2016-2018)</b> <b>Program of full support to the family: what is the perception of the participants in the PAIF is Cras citizen nation in Balneário Camboriú (2016-2018)</b> Joice Dognini Prof. Dr. Carlos Golembiewski .....	23
<b>A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS IDOSOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GREVILEAS III NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR</b> <b>The practice of the social worker to the elderly in the basic health unit of grevileas III in the municipality of Maringá-PR</b> Alessandra Patricia Ferreira Rafaela de Souza Segalla Sara Rezende de Araújo Talita da Cunha Yamada Gomes .....	37
<b>ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO HOSPITAL GERAL DE MANACAPURU: atendimento de forma humana e acolhedora no setor da recepção e classificação de risco</b> <b>Humanized hosting at manacapuru general hospital: human and receptive care in the risk reception and classification</b> Rozilane Lopes de Oliveira Thalita Martins Macena. ....	47
<b>APLICAÇÃO DAS CONDICIONALIDADES COM OS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO SETOR DO CADASTRO ÚNICO NA CIDADE DE BATALHA (PI)</b> <b>Application of conditionalities with the users of the family bag program in the single registry sector in the city of Batalha (PI)</b> Natália Marques do Amaral Maria do Perpetuo Socorro Barbosa Lustosa .....	55

**SERVIÇO SOCIAL: habitação e assistência social**

**Social service: housing and social assistance**

Débora de Andrade

Kati Merli da Silva N. V. Melo

Miriam Kellen Lemos da Silva

Patricia Sardá ..... 63

**O ACOLHIMENTO FAMILIAR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC  
FOSTER CARE AS A PUBLIC POLICY TO PROTECT THE RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE MUNICIPALITY OF INDAIAL/SC**

Karine Lavandoski Momm

Vanessa Fernanda Schmitt ..... 77

**O ENSINO A DISTÂNCIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA UNIASSELVI EM CAMAQUÃ/RS**

**The distancie teaching of the social service course: limits and possibilities of professional training in the perception of uniasselvi graduates in camaquã/rs**

Mônica Ogliari Pereira..... 93

**QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

**Social issue as object of social work intervention**

Grasiela Spadotto Prado

Janaína Pereira Farinha

Jaqueline Moura

Valeria Chaves Labanet

Raquel da Silva Pavin ..... 119

**QUESTÃO SOCIAL: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade**

**Social question: its expressions visualized in contemporaneity**

Thalita Martins Macena ..... 127

**QUESTÃO SOCIAL, CIDADANIA E ENVELHECIMENTO**

**Social issue, citizenship and aging**

Raquel da Silva Pavin ..... 133

**RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: CRAS e Bolsa Família**

**Recognition of the spaces of the social assistant's work: CRAS and “Bolsa Família”**

Cleuzita Silva Santos

Erlívia Ramires

Elzalina Candido Ferreira

Gabriella de Souza	
Paulo de Tarso Lopes .....	141

**SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO: uma análise sobre atuação do assistente social na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão**

**Social service in judiciary: an analysis of social assistant's work at Casa da Criança of Maranhão's Judiciary Power**

Silvania Regina Pereira Coelho	
Hilda Maria Campos Torres	
Rosa Maria da Silva Ribeiro	
Safira Dias Ramos.....	151

**TENTATIVA DE SUICÍDIO: atuação do assistente social frente a esta demanda na upa (Zona Sul Maringá-PR)**

**Suicide attempt: social worker's action in front of this demand in UPA (zona sul Maringá-PR)**

Deise Dayane da Silva	
Tatiane Cristiane Barbosa .....	159

**UM OLHAR SOBRE AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**A look on the social technology in the context of public policy**

Ana Claudia da Silva Alves	
Maria Geraldina Venâncio .....	167

**QUESTÃO SOCIAL: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade.**

**Retratos de uma atividade prática.**

Social question: its expressions visualized in contemporaneity.

Portraits of a practical activity.

Thalita Martins Macena .....	179
------------------------------	-----

**QUESTÃO SOCIAL, CIDADANIA E ENVELHECIMENTO**

**Social issue, citizenship and aging**

Raquel da Silva Pavin .....	187
-----------------------------	-----

**UM OLHAR SOBRE AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**A look on the social technology in the context of public policy**

Ana Claudia da Silva Alves	
Maria Geraldina Venâncio .....	197





# A INTERAÇÃO COM QUALIDADE NA RELAÇÃO TUTOR E ALUNO PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

**The interaction with quality in the tutor and student relationship for meaningful learning**

Marcia Elena Lobato Teles <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo discorre sobre a interação com qualidade na relação tutor e aluno na educação a distância, propondo-se a destacar aspectos relacionados à interação existente, com ênfase no processo de ensino e aprendizagem e suas implicações para uma aprendizagem significativa. Os processos interativos na EAD têm sua importância reconhecida, pois o tutor tem papel importante nessa relação. Diante disso, o estudo supracitado sugere que a qualidade da interação deve ser considerada como primordial com vistas a resultados positivos para aprendizagem do aluno. Buscou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, autores que discorrem sobre educação a distância em livros e artigos científicos que possibilitaram aprofundar o estudo sobre a importância da interação na relação tutor aluno no processo de construção do conhecimento desses que compõe o corpo discente nos cursos a distância.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tutor. Aluno. Interação. Processo ensino-aprendizagem.

**Abstract:** The present study discusses the interaction with quality in the tutor and student relationship in distance education, proposing to highlight aspects related to the existing interaction, with emphasis on the teaching and learning process and its implications for meaningful learning. The interactive processes in the EAD have their importance recognized, because the tutor plays an important role in this relationship. Therefore, the aforementioned study suggests that the quality of interaction should be considered as paramount with a view to positive results for student learning. We sought, through the bibliographic, research authors who discuss distance education in books and scientific articles that made it possible to deepen the study on the importance of interaction in the student tutor relationship in the process of constructing the knowledge of these that compose the student body in distance courses.

Keywords: Distance Education. Tutor. Student. Interaction. Learning-teaching process.

## Introdução

Na EAD (Educação a Distância), a interatividade é fator fundamental, tendo em vista que os recursos disponibilizados pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), incluindo-se as multimídias com seus exímios implementos, como aportes facilitadores para a dialogicidade na relação tutor e aluno.

No cotidiano dessa modalidade de ensino, o tutor desenvolve suas atividades focado numa perspectiva formativa, facilitadora, pedagógica e social, a fim de garantir o processo educativo, parte do princípio de ir além da usual tecnologia como recurso pedagógico. Há necessidade da integração da proposta pedagógica aos recursos disponibilizados pelas TICs, para que flua uma aprendizagem significativa e interativa.

O avanço das novas TICs possibilitaram o acesso, o crescimento qualitativo e quantitativo na EAD nas últimas décadas, o que viabilizou de forma democrática a ampliação da aquisição do conhecimento através dos meios digitais. Essa revolução tecnológica provocou mudanças que vieram sanar as necessidades do mundo globalizado, que abrange a tecnologia educacional e possibilita que esta se adeque ao contexto e às situações de aprendizagem nas diversidades em sala de aula, tanto presencial como virtual, impulsionando a EAD a um novo patamar de desenvolvimento, tendo em vista que as ferramentas disponíveis nessa modalidade

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

proporcionam a comunicação dialógica entre os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, permitindo a interatividade e a construção coletiva de novos saberes.

Nesse contexto, argumenta-se sobre os papéis tradicionais, professor e aluno que precisam ser bem mais compreendidos frente as mudanças no que diz respeito a relação do ensino e aprendizagem, já que agora a figura do professor assume posição diferenciada daquela conhecida historicamente.

Este estudo pretende refletir sobre a importância da interação entre tutor e aluno no contexto da EAD para uma aprendizagem significativa. Quer ainda responder os seguintes questionamentos: qual a importância da interação entre aluno e tutor para a construção e compartilhamento de conhecimentos nos cursos de EAD? Em que consiste a atuação do tutor no contexto da EAD?

Na modalidade de ensino enfatizada nesse estudo, muitos alunos passaram a vislumbrar a oportunidade de ampliar seu crescimento profissional, sendo que a interação na relação entre o tutor e aluno será um grande desafio no processo ensino-aprendizagem.

### **Quem é o aluno da EAD?**

Antes da chegada da Internet, o aluno vivenciava uma realidade diferente da atual, não contava no seu cotidiano de aprendizagem com a colaboração de um tutor. A distância, a ausência, a dificuldade de comunicação faziam com que ele necessitasse aprender sozinho.

A oportunidade de interação entre aluno e tutor nessa modalidade modificou-se radicalmente com o avanço da tecnologia para a educação e a disponibilidade da Internet para esse fim. O acesso à rede mundial de computadores e aos diversos recursos disponibilizados por ela permitiram a interação ampla, deixando clara a mudança no perfil do aluno da EAD, potencializando nesse aluno a autoaprendizagem através de ambientes virtuais de aprendizagem que facilitam a assimilação dos conteúdos, tendo em vista que as ferramentas proporcionam a interatividade entre os atores envolvidos no processo educativo e a construção coletiva de outros saberes.

O aluno da EAD, em geral, é composto por um público adulto, que em sua maioria está no mercado de trabalho e busca crescimento, estabilidade, melhores oportunidades de emprego e renda. Sendo, portanto, o perfil que acompanha a influência da era tecnológica.

Garcia Aretio (1996, s.p.) expôs alguns motivos que justificam o fato de as pessoas adultas buscarem por ensino:

O adulto estuda para satisfazer necessidades concretas que nem sempre dizem respeito ao seu trabalho ou profissão. Aprende para aplicar os conhecimentos e aperfeiçoar-se. Aprende para mudar de vida. Interessa-se por aprendizagens que podem ser úteis para adaptar-se às situações específicas, provocadas pelas mudanças de vida, como matrimônio, trabalho novo e ascensão. Sente-se impelido a aprender para abrir novos caminhos na sua rotina. Para aumentar a autoestima.

Com essa modalidade de ensino, atualmente muitas pessoas passaram a vislumbrar a oportunidade de ampliar seu crescimento profissional e até mesmo a chance de realizar uma formação superior, levando em consideração que a maioria não tem condições de ingressar em uma universidade e assim lidar com as vantagens que esta modalidade oferece.

A perspectiva hoje da EAD sugere integrar os recursos tecnológicos às propostas pedagógicas, no intuito de alcançar alternativas que envolvam o aluno a ir além do simples uso da máquina, focadas no processo de aprendizagem em que o aluno interage, aprendendo com a realização de atividades tanto individual como coletiva e apreende novos conhecimentos de forma recíproca. Nesse processo de apreensão, ainda que individual, o aluno tem a seu favor a interatividade presente através dos conteúdos, o tutor e os demais que fazem parte do processo, no qual se dá a reflexão, a apreensão, a produção do conhecimento.

---

O ambiente da EAD oferece todas as condições para que se desenvolva a interatividade entre tutor e aluno.

Aliás, o próprio conceito de distância está se transformando, como as relações de tempo e espaço, em virtude das incríveis possibilidades de comunicação a distância que as tecnologias de telecomunicações oferecem. Também o conceito de interatividade carrega em si grande ambiguidade, oscilando entre um sentido mais preciso de virtualidade técnica e um sentido mais amplo de interação entre sujeitos, mediatizada pelas máquinas. [...] se quisermos compreender o fenômeno educação a distância, aqui entendido como parte de um processo de inovação educacional mais amplo que é a integração das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais (BELLONI, 2002, p. 123).

Duarte (2016, p. 17) enfatiza alguns aspectos dos alunos da EAD entre eles: “a capacidade do uso de recursos de informática e de comunicação; aspirações e receios, interesses e expectativas; autonomia e resistência ao estresse e ao isolamento; constrangimentos e fatores de inibição à aprendizagem”.

Esse atual paradigma concerne o aluno como um agente ativo responsável pelo próprio desenvolvimento, criativo, capaz de realizar críticas construtivas, pensar, ter habilidade para melhorar e depurar suas ideias e ações constantemente, aprender sobre aprender, trabalhar em grupo e conhecer seus próprios potenciais.

### **O papel do tutor na educação a distância**

Ao tutor no contexto da EAD é atribuído destaque diante das atividades por ele desenvolvidas, diferentemente daquelas de um professor presencial, para muitos considera-se o professor-tutor, para outros considera-se o tutor posto em uma posição inferior na hierarquia docente na EAD, em razão da autonomia dada ao aluno suficiente para estudar sozinho, necessitando apenas de um facilitador.

Bruno e Lemgruber (2009, p. 7) consideram que:

A nomenclatura professor-tutor deveria ser reformulada. Eles consideram que o tutor a distância é também um docente, e não simplesmente um animador, ou monitor de suporte técnico, e muito menos um repassador de pacotes instrucionais. O tutor é um mediador pedagógico do processo de ensino e aprendizagem. Ele também assume a docência e deve ter plenas condições de mediar conteúdos e intervir na mensagem para promover a aprendizagem.

No século XX, o tutor assumiu o papel não somente de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos, mas ainda é aquele que com a utilização de diferentes recursos disponibilizados pelas novas tecnologias, possibilita o estímulo à aprendizagem, potencializa os momentos de interação, discussão sobre temas de e envolvimento ativo, entre outras atribuições que cabem a ele como:

Comentar os trabalhos realizados pelos alunos; Corrigir as avaliações dos estudantes; Ajudá-los a compreender o material do curso mediante discussões e explicações; Responder às questões sobre a instituição; Ajudar os alunos a planejar seus trabalhos; Organizar círculos de estudo; Fornecer informações por telefone, fax, e-mail; Supervisionar trabalhos práticos e projetos; Atualizar informações sobre o progresso dos estudantes; Fornecer feedback aos coordenadores sobre o material dos cursos e as dificuldades dos estudantes; Servir de intermediário entre a instituição e os alunos (NISKIER, 1999, p. 393).

Diante das afirmações postas, o tutor como agente nesse contexto possibilita a facilitação do processo ensino-aprendizagem e de integração do aluno com a instituição de ensino, seja presencialmente ou por meio do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), cria motivação para a aprendizagem e a apreensão do conhecimento.

---

A tutoria é o método mais utilizado para efetivar a interação pedagógica, e é de grande importância na avaliação do sistema de ensino a distância. Os tutores se comunicam com seus alunos por meio de encontros programados durante o planejamento do curso. O contato com o aluno começa pelo conhecimento da estrutura do curso, e é preciso seja realizado com frequência, de forma rápida e eficaz. A eficiência de suas orientações pode resolver o problema de evasão no decorrer do processo (MACHADO; MACHADO, 2004, p. 9).

O ensino-aprendizagem é elemento central na EAD e o tutor nesse contexto é imprescindível, pois faz a intercomunicação dos atores (professor-tutor-aluno) que compõe no sistema e os incorpora nas funções para orientar, supervisionar, avaliar, dirigir o processo com seu apoio tutorial.

[...] é um engano pensar que os cursos à distância podem recusar o trabalho de mediação do professor-tutor, pois para que haja construção do conhecimento é preciso haver interação entre o aluno e o educador e entre estes e os demais estudantes do curso. É por meio da interação e da comunicação dialógica que o professor-tutor poderá apoiar e motivar o aluno, fazendo com que este reflita, questione, levante hipóteses sobre seu estudo, além de permitir o acompanhamento de todo seu progresso no processo de construção e compartilhamento do conhecimento (ABREU; VIEIRA, 2016, p. 287).

A EAD requer elementos que são substanciais que se dão a partir de estratégias, organização e, singularmente, o comprometimento dos atores envolvidos no processo educacional, construindo-se a interação.

### **A importância da interação em ambientes de educação a distancia**

A interatividade no ambiente virtual de aprendizagem na EAD é realizada pela intervenção do tutor, o qual vem assegurar as considerações dos alunos ao utilizarem as ferramentas disponibilizadas através das TICs. Belloni (2002, p. 58) discorre sobre diferentes conceitos entre:

O conceito sociológico de interação – ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre intersubjetividade, isto é, encontro de dois sujeitos” e a interatividade potencialidade técnica oferecida por determinado meio” ou “a atividade humana, do usuário, de agir sobre a máquina, e de receber em troca uma “retroação” da máquina sobre ele.

A relevância da interação/interatividade entre tutor e aluno na aprendizagem é o principal agente na interface com os mesmos. A figura do tutor é determinante para que os vínculos de confiança e incentivo se fortaleçam no processo de aprendizagem.

Observou-se que o professor-tutor, por não estar em contato físico com o aluno e não ter a oportunidade de vivenciar suas emoções, fica vulnerável com relação às interpretações de cada aluno sobre suas orientações. Este é um dos grandes desafios do professor-tutor; se fazer presente à distância não apenas na técnica e no conhecimento, mas no psicológico de cada aluno, a fim de reduzir suas ansiedades e inquietações (ABREU; VIEIRA, 2016, p. 301).

As interações no contexto da EAD viabilizam a construção de comunidades, sendo de fundamental importância para assegurar os processos pedagógicos, cuja centralidade é colocada no aluno, que por sua vez é responsável pela construção de seu conhecimento.

Com relação às interações através dos recursos das TICs, é lembrado que as ferramentas disponibilizadas criam redes sociais, que ligam os atores (aluno-tutor-alunos) de variadas formas e com uma velocidade espantosa não sendo consideradas, portanto, antissociais, mas sim como disseminadores e criadores de grandes redes de interesses.

---

Segundo Piaget (1973 *apud* AZEVEDO, 2010), as interações entre os atores envolvidos nos diversos processos de aprendizagem na EAD é interacionista, isto é, “a capacidade do indivíduo de integrar informações e processá-las, pois, o conhecimento é o produto da interação do homem com o mundo”.

[...] o sucesso nas interações depende, necessariamente, da compreensão da natureza da interação que acontece entre aluno e conteúdo, aluno e instrutor, aluno e aluno. Por sua vez a qualidade nas interações, e a conquista do objetivo de um curso na modalidade EAD, está diretamente vinculado ao trabalho do professor e do tutor (MOORE, 2010, p. 172).

Na EAD a comunicação entre tutor e aluno dar-se através das TICs como dito anteriormente, entretanto, tal fato não impossibilita o estabelecimento de vínculos entre esses atores, tendo em vista que a questão da distância entre ambos irá gerar a necessidade de haver interação para a concretização da aprendizagem, pois, aqui, o tutor ao intermediar esse processo de ensino-aprendizagem está contribuindo também para que o aluno alcance seu objetivo no estudo.

### **Metodologia**

Optou-se pela pesquisa bibliográfica por estar coerente com o objeto de análise, a interação de qualidade na relação tutor e aluno na educação a distância. O estudo percorreu, principalmente, as obras de autores especialistas que versam sobre o assunto, usufruindo do encadeamento de ideias baseadas nas obras desses autores. De acordo com Gil (2010, p. 24), “consiste em pesquisa bibliográfica porque se baseou em materiais já publicados, compostos especialmente por livros, revistas, artigos científicos, tese e por informações especializadas em sites”. Posteriormente, elegeu-se a leitura e o aprimoramento da revisão bibliográfica. As palavras-chave eleitas para o estudo foram especificamente: “Educação a Distância; Tutor; Aluno; Interação; Processo ensino-aprendizagem”. As informações obtidas se deram a partir de materiais impressos, meios eletrônicos e as bibliografias selecionadas datam do período de 2000 a 2016. Foi um estudo qualitativo, tendo em vista que se deu por meio das análises de autores especialistas no assunto abordado.

### **Resultados e discussão**

Analisando as relações na EAD e as TICs como elemento mediador, destaca-se que a interlocução estabelecida entre elas possibilita a interação, tendo em vista que o ambiente virtual disponibiliza condições e estrutura na EAD. Nessa relação, a interação apresenta-se como fator positivo, pois através dela superam-se os limites no uso das TICs pelos alunos, otimiza-se resultados, facilita-se a construção do conhecimento por parte do aluno e motiva-se a obtenção de certa autonomia frente aos recursos tecnológicos, já que são usados para a expansão do acesso à informação e promoção de ambientes de aprendizagem. Como ponto negativo nessa relação, aponta-se a falta de capacitação profissional, pois este necessitaria estar instruído para ser mediador dessas novas tecnologias para ser envolvido no processo, para que não incorresse a formação de alunos desestimulados, sem senso crítico.

Os autores supracitados no estudo argumentam sobre as possibilidades de aprendizagem a partir de tecnologias enquanto recurso educacional, na qual a prática pedagógica envolve formas de conceber, facilitar aprendizagem no sentido de promover a interação e articulação entre conhecimentos. Nos questionamentos apresentados, a inserção das TICs no processo de ensino-aprendizagem traz em seu bojo um novo contexto virtual, mais conectado e abrangente que busca desenvolver competências e habilidades que possibilitam aos alunos da EAD operar com informações e ter mais que acesso às informações, traduzindo-se no pesquisar, processar, construir através de um novo modo de conhecer pela EAD, apresentando-se como concepções educacionais inovadoras, seja pelo tutor ou aluno.

Com base nas discussões e citações percorridas pelos autores, afirma-se que as TICs, com ênfase à educação, são aparatos categóricos para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem na EAD.

---

### Considerações finais

Tecendo considerações sobre o tema proposto nessa discussão, observou-se que a interação na EAD continua sendo importante, mesmo com as novas tecnologias e ferramentas de interação e comunicação colaborando fundamentalmente para a efetivação da aprendizagem nessa modalidade prevalece a interação. Ainda assim, a interação com os alunos é apenas uma das várias ações do tutor.

A EAD possibilita a flexibilização do estudo e exige do aluno organização do seu tempo, a figura do tutor para dar suporte a ele faz-se necessária nesse momento, pois a qualidade da aprendizagem será otimizada se a qualidade da interação aluno-tutor acontecer.

Entende-se que a interação tutor-aluno é parte essencial da docência, são tão importantes no modelo de EAD quanto nas modalidades presenciais, mesmo assim estudos apontam para a desvalorização da tutoria, que parece ser vista como uma ocupação provisória na hierarquia da docência.

Independentemente do tipo interação e das limitações e possibilidades dos contextos educacionais, os estudos apontam, como fator relevante que a interação entre tutor-aluno é essencial para processo de formação profissional na modalidade de EAD.

### Referências

ABREU, R. M. de A.; VIEIRA, C. M. S. Educação a distância: uma reflexão sobre a relação professor-tutor e estudante no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Intersaberes**, v. 11, n. 23, p. 284-303, 2016.

ARETIO, L. G. **La educación a distancia y la UNED**. Madrid: UNED, 1996.

AZEVEDO, A. B. de. Como a interação entre pessoas envolvidas na EAD (aluno, professor tutor, professor temático, monitor e outros) pode tornar a aprendizagem mais atraente e significativa? **Universidade Metodista de São Paulo**, São Bernardo do Campo, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3sH5zGa>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

BRUNO, A. R.; LEMGRUBER, M. S. Dialética professor-tutor na educação on-line: o curso de Pedagogia-UAB-UFJF em perspectiva. *In*: III ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPER-TEXTO. 2009, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: Hipertexto, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3sSce0v>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DUARTE, K. M. Encontros e desencontros na formação aluno e do professor na Educação a Distância. *In*: VIII ANAIS DO FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 2016, Imperatriz. **Anais [...]** Imperatriz: FIPED, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/3nYKByY>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, L. D.; MACHADO, E. de C. O papel da tutoria em ambientes de EAD. *In*: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2004, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABED, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2XX2mEm>. Acesso: 27 dez. 2019.

---

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância. Uma visão integrada.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NISKIER, A. **Educação a Distância: A Tecnologia da Esperança.** São Paulo: Loyola, 1999.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# A ORIENTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLITIZAÇÃO PARA OS ACOMPANHANTES NA UNIDADE HOSPITALAR THOMÉ DE MEDEIROS RAPOSO, DE RIO PRETO DA EVA – AM

**Guidance as a politicizing instrument for Accompanying in the Thomé de Medeiros Raposo hospital, from Rio Preto da Eva - AM**

Antonia Leida Brito da Silva <sup>1</sup>

Thalita Martins Macena <sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo traz as orientações realizadas na Unidade Hospitalar Thomé de Medeiros Raposo concernentes à convivência com os acompanhantes, onde foi adotada a pesquisa de caráter exploratório, elencando fases que transcorrem por uma reflexão de caráter teórico, apontando os principais conceitos concernentes ao estudo. Durante as experiências via intervenções numa concepção de politização, pudemos constatar lacunas no que concerne ao atendimento humanizado na unidade hospitalar. Diante disso, intervimos de forma a contribuir e orientar os acompanhantes e pacientes da unidade de saúde. Como resultado, evidenciamos melhora quanto à orientação referente ao atendimento humanizado, bem como uma articulação e reforço de cunho profissional quanto ao papel do assistente social diante da sociedade.

Palavras-chave: Atendimento humanizado. Serviço Social. Unidade Hospitalar Thomé de Medeiros Raposo.

**Abstract:** This study brings the orientations carried out in the Thomé de Medeiros Raposo Hospital Unit concerning the coexistence with the companions, where the exploratory research was adopted, listing phases that go through a theoretical reflection pointing out the main concepts concerning the study. During the experiences through interventions in a conception of politicization, we could find gaps regarding the humanized care in the hospital unit. In face of that, we intervened in order to contribute and guide the companions and patients of the health unit, as a result we showed improvement regarding the orientation regarding humanized care, as well as a professional articulation and reinforcement regarding the role of the social worker.

Keywords: Humanized care. Social Service. Unidade Hospitalar Thomé de Medeiros Raposo.

## Introdução

O tema aqui desenvolvido surgiu através da experiência na Unidade Hospitalar Thomé de Medeiros Raposo, de Rio Preto da Eva – AM, e deveu-se à necessidade de levar informações e orientações aos usuários, pois é direito de todo cidadão receber acolhimento humanizado na área da saúde. Dessa forma, a problemática se figura na discussão do serviço de saúde ofertado na instituição, muitas vezes realizado como atendimento de favor, e não um direito do usuário, sendo necessário repensá-lo e refletir a figura do assistente social como mediador, pois tais questões perpassam a atuação do profissional de serviço social, uma vez que os atendimentos estão calcados nos princípios de humanização do SUS, e o usuário também tem seus direitos garantidos através das bases legais.

No município de Rio Preto da Eva, localizado na região metropolitana de Manaus, existe uma carência muito grande de políticas públicas voltadas a atender a população vulnerável que, na maioria das vezes, desconhece os seus direitos. Dessa forma, esse estudo se justifica pelo fato de possibilitar o conhecimento da realidade vivenciada pelos acompanhantes dentro do hospital, e também tem por finalidade propor alternativas para a diminuição de queixas por parte de acompanhantes, alavancando um maior número de acompanhantes orientados sobre os seus direitos e deveres.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

Nosso tema está centrado nas considerações que demonstram a realidade do atendimento humanizado, aborda e reflete a orientação do acompanhante na Unidade Hospitalar, discorrendo sobre a viabilidade do atendimento e o acolhimento humanizado aos pacientes, acompanhantes, familiares e a equipe técnica. Esse acolhimento pode ser definido como aceitação das pessoas e receptividade para com as limitações físicas, emocionais e sociais, reduzindo a sensação de fragilidade e vulnerabilidade das pessoas gerada pelo ambiente hospitalar. Assim, a prevenção está nas ações como observar, compreender e orientar, com o propósito de amenizar sofrimentos, temores e dificuldades frente à hospitalização, que circundam o processo de atendimento.

### **O atendimento humanizado no conceito da saúde: apontamentos teórico-metodológicos**

Ao se pensar o contexto da saúde e do atendimento, a figura do Hospital é o pilar que levanta muitos questionamentos, sejam eles bons ou ruins. Vem à tona a desestruturação e indignação da sociedade quanto aos serviços prestados na saúde, a ausência de medicamentos, a falta de profissionais qualificados, a precariedade das estruturas etc. Tudo isso sucumbe perante a sociedade, causando uma calamidade na saúde, afetando principalmente as comunidades em contextos de vulnerabilidade social. A fim de compreendermos melhor o pilar supracitado, nos embasamos em Morin (2015, p. 232-233), quando afirma que:

Se existe um lugar de humanidade, ele é o hospital. E se existe um lugar de desumanidade, também é o hospital. O hospital concentra em si o melhor da medicina e da cirurgia. Dispõe das melhores aparelhagens e das melhores técnicas de investigação e de cuidados. É um lugar de missão, pois a salvaguarda da vida humana é de natureza missionária. Mas sofre as falhas da compartimentalização e da hiperespecialização, da rigidez hierárquica, que faz com que nenhuma iniciativa possa ser tomada sem se referir ao escalão superior – da enfermeira à enfermeira-chefe, da enfermeira-chefe ao médico de plantão, do médico de plantão ao chefe do setor e assim por diante. Com frequência, o respeito à hierarquia exigido das enfermeiras impede a transgressão salvadora nos casos extremos. O hospital também pode ser um lugar de perdição. Rebaixado ao estado de paciente, o ser humano já é reduzido a uma extrema passividade. A sobrecarga de trabalho para um pessoal em número insuficiente e mal remunerado, a hiperespecialização dos grandes métodos concentrados unicamente no órgão de sua competência, tudo isso faz do doente um objeto. A degradação da missão degrada a função.

Diante do exposto, entendemos que não se trata de questões isoladas, de questões de estrutura física ou mesmo de formação, mas exige-se uma tessitura em que os problemas estejam interligados. Tal compreensão deve ser pensada para que as soluções sejam articuladas, para facilitar os serviços no campo da saúde ou amenizar os problemas que estão se agravando. Assim, diante de tais compreensões, é possível se firmar práticas de assistência numa conjuntura de politização.

Em conformidade com o Ministério da Saúde, a consolidação da política de Humanização do SUS foi criada em 2003, para dar suporte ao SUS através de um conjunto de ações na busca da efetivação de seus princípios, procurando minimizar as fragmentações do serviço da saúde. Entendemos que tal política corrobora para a efetivação de um atendimento adequado aos usuários. Para tanto, deve haver uma organicidade entre as instituições e os atores que a fazem funcionar, ou seja, um diálogo para otimizar o atendimento, resultando numa melhora da qualidade de vida de todos que utilizam e necessitam dos serviços. Dessa forma, afirmamos que valorizar os sujeitos é oportunizar uma maior autonomia à ampliação da sua capacidade de transformar os contextos sociais e culturais em que vivem, mediante a responsabilidade compartilhada, a criação de vínculos solidários, a participação coletiva nos processos de gestão e proposição de saúde. Promove-se, assim, a viabilização de mecanismos que intermedeiam uma

---

releitura para o atendimento aos atores sociais que estão ou se encontravam condicionados aos atendimentos desfavoráveis promovidos na hospitalização.

Especialistas que trabalham e vivenciam práticas com a humanização dão bastante ênfase em afirmar que a mudança do ambiente hospitalar traz benefícios como redução do tempo de internação, aumento do bem-estar geral dos pacientes e funcionários e a diminuição das faltas de trabalho da equipe de saúde. Outra das consequências positivas é a redução dos gastos no hospital. Assim, compreendemos que um trabalho visando à qualidade de vida de todos os atores sociais envolvidos, e repensando práticas de assistência no espectro dos princípios éticos, sociais e políticos no que se refere ao princípio da dignidade humana, resulta numa otimização e em benefícios para sociedade. Dessa forma, o objetivo fundamental da Política de Humanização é aprimorar as relações entre profissionais (campo das interações face a face), hospital e comunidade, visando à melhoria da qualidade e a eficácia dos serviços prestados por essas instituições.

### **O assistente social frente às questões do atendimento humanizado**

Diante das questões levantadas e apontadas quanto ao atendimento humanizado, faz-se necessário repensar o papel social, político e humanitário do assistente social, que dispõe de atribuições específicas na área da saúde, o que constitui um instrumento importante na elaboração de estratégias para o exercício profissional e na busca de alternativas visando ao atendimento das necessidades sociais apresentadas pelos usuários dos serviços de saúde. Dessa maneira, a operacionalização no serviço de saúde não visa tão somente a um atendimento técnico-instrumental, mas a um atendimento social e humanitário (ALCÂNTARA; VIEIRA, 2013).

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão de alta relevância social à medida que intervém em diversas realidades contemporâneas que debatem as consequências das manifestações da questão social impostas pelo sistema vigente de natureza capitalista. As intervenções do assistente social são norteadas pelo que se denomina projeto ético-político, resultado do processo histórico intenso de construção constante em torno de implicações éticas na profissão.

O assistente social no campo da saúde contribui e tem um papel fundamental no que compete aos contextos hospitalares, segundo Alcântara e Vieira (2013, p. 343):

O assistente social, junto aos demais profissionais da saúde, tem muito a contribuir para a necessária reflexão sobre as formas de acesso aos direitos, proporcionando entendimento acerca dos mesmos na sociedade contemporânea e seus reflexos na vida dos sujeitos. Nesse sentido, partimos da compreensão de que um dos desafios da humanização é o de ser acompanhada pelas contrapartidas necessárias à sua consolidação, a exemplo da motivação dos trabalhadores, possível através da promoção de condições de trabalho que permitam a concretização das demandas e da concessão de salários compatíveis.

Ainda, o assistente social é um profissional que, com regularidade, atua na relação direta com seres humanos, geralmente em situações de fragilidade e sofrimento, e isso exige que esse profissional tenha a percepção do outro como um ser completo, que necessita de forma equitativa da saúde física, mental e emocional. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de atitudes propositivas na forma de pensar, sentir e agir do assistente social, para que desempenhe de forma preparada o atendimento às novas e variadas demandas dos diversos atores sociais.

### **Os acompanhantes frente às bases legais**

A Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, mais conhecida como a Lei do Acompanhante, determina que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, são obrigados a permitir à gestante o direito à presença de acompanhante durante todo o período de trabalho de parto,

---

parto e pós-parto. A lei determina que esse acompanhante seja indicado pela gestante, podendo ser o pai do bebê, o parceiro atual, a mãe, um(a) amigo(a), ou outra pessoa de sua escolha. Se ela preferir, pode decidir não ter acompanhante. Assim versa a referida lei (BRASIL, 2005, s.p.):

Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. § 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente. § 2º As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo.

Tal dispositivo legal permite que a presença do(a) acompanhante (inclusive se for adolescente) não pode ser impedida pelo hospital ou por qualquer membro da equipe de saúde, nem deve ser exigido que o(a) acompanhante tenha participado de alguma formação ou grupo. Por se tratar e uma lei, ao se negarem os atendimentos, ou se houver uma recusa quanto a um atendimento adequado, os usuários devem entrar em contato com a Ouvidoria do Ministério da Saúde a fim de salvaguardarem seus direitos. Para que haja uma compreensão e afirmação no que concerne à efetivação dos direitos inerentes aos acompanhantes, estes deverão conhecer e refletir sobre os dispositivos legais que competem. Dessa forma, nos embasamos em Freire (2005), pois os conhecimentos sobre as realidades são essenciais à proposição de alternativas. Assim, os atores sociais que conhecem e compreendem as realidades que os circundam no espaço-tempo se tornam seres históricos diante de suas necessidades. Contudo, situar os atores sociais no contexto da política e educação é também situá-los numa conscientização referente à saúde e qualidade de vida.

### **Metodologia**

A coleta de dados estendeu-se de agosto de 2017 a outubro de 2018, e teve como objetivos levantar informações e dar orientações referentes à politização dos acompanhantes, para que conhecessem seus direitos quanto ao acolhimento humanizado na instituição. Para a consolidação desse processo, realizamos entrevistas com os usuários com o intuito de levantar informações a respeito do papel do acompanhante e de como ele percebe o cenário dentro do hospital.

Diante dessa sistematização, pudemos desenvolver as nossas atividades com eficiência, ligados às realidades dos frequentadores. Realizamos levantamentos de dados através de conversas durante nossas intervenções, mediadas por palestras que consistiram em esclarecer, tirar dúvidas e informar a respeito do papel desempenhado pelo acompanhante.

Realizamos reuniões com grupo de acompanhantes nos próprios leitos, buscando atingir os objetivos propostos. Todos os encontros foram registrados em livro de ata do serviço social. Entendemos as reuniões como encontro de diversas pessoas para discutir ou desenvolver atividades conjuntas sem caráter deliberativo. As atividades ocorreram para uma melhor abordagem no sentido de educá-los e orientá-los quanto às normas e rotinas do Hospital, tendo como base a educação em saúde e a importância do serviço social no hospital, reunindo os acompanhantes em um ambiente da Unidade, orientando-os nos próprios leitos acerca das rotinas e normas do hospital, bem como de seus direitos e deveres, com distribuição de folders informativos a respeito das atividades e serviços oferecidos pela unidade. Dessa forma, fomentamos orientações e o repasse de informações que auxiliaram os usuários a compreenderem o acesso para atendimento na rede das políticas públicas na saúde.

Também realizamos atividades através de oficinas de reflexão, que consistem em reuniões com grupos de usuários ou de familiares visando ao esclarecimento de um determinado tema (no caso, o atendimento humanizado). Assim, facilitamos a compreensão, pois desenvolvemos as formas do pensar, agir e refletir diante das questões levantadas pelos acompanhantes e pacientes,

---

pois articulamos e percebemos o quanto era importante propiciar a relação e o reconhecimento do atendimento numa perspectiva de humanização via práticas teórico-metodológicas de politização.

### **Resultados e discussão**

Fizemos um levantamento a respeito do conhecimento que os usuários da Unidade Hospitalar tinham com relação ao atendimento humanizado. Os resultados nos apontam que a porcentagem da falta de conhecimento é bastante elevada, uma vez que 70% dos entrevistados afirmaram não ter conhecimento do seu papel como acompanhante, haja vista não saberem dos seus direitos e deveres, além de desconhecerem alguma legislação referente ao assunto. Isso se deve ao fato dos acompanhantes, muitas vezes, não se sentirem acolhidos de forma humanizada, sendo tratados com indiferença, e não receberem as informações necessárias com relação ao tratamento que está sendo aplicado a seu familiar, e de que forma poderiam ajudar na sua recuperação.

Além disso, 10% dos entrevistados tinham noção a respeito do seu papel, outros 10% tinham uma noção básica e reclamaram da necessidade de uma politização dentro do hospital, com vistas a organizar, esclarecer e orientar a respeito do que é ser acompanhante, qual a sua atuação, qual o procedimento e apoio que a equipe de profissionais deve dar, o que pode trazer para dentro do hospital e o que não pode, quais os horários das refeições, se tem ou não direito a elas e a necessidade da confecção de um crachá de identificação para os acompanhantes a fim de distingui-los dos visitantes. Outros 10% não quiseram se manifestar a respeito do tema.

Vimos a necessidade da promoção de palestras ocasionais às 27 pessoas que acompanhavam seus familiares internados na unidade. Dessa forma, a distribuição de folders e/ou panfletos informativos, além da confecção do crachá de identificação, foram medidas efetivadas na unidade hospitalar. Nossa primeira iniciativa foi um boletim informativo quanto às orientações gerais. Nesse informativo, se encontravam orientações sobre a atuação do serviço social e demais questões levantadas sobre direitos e deveres do acompanhante, além de esclarecimentos a respeito do papel primordial do acompanhante na recuperação do paciente.

### **Considerações finais**

A Unidade Hospitalar Thomé de Medeiros Raposo recebe diuturnamente uma demanda de mais de 600 pessoas que buscam solução para os seus problemas de saúde. O direito à permanência do acompanhante no ambiente hospitalar já é reconhecido para algumas parcelas de usuários do sistema de saúde brasileiro. Idosos, gestantes, crianças e indivíduos com necessidades especiais não necessitam de autorizações especiais para possuírem acompanhantes nos hospitais. O paciente adulto, de modo geral, usufrui do acompanhamento como uma concessão. Nesses casos, a negociação é, muitas vezes, desgastante e dependente das condições estruturais do hospital ou da necessidade do acompanhante em suprir o déficit de profissionais de enfermagem; em ambos os casos, não são considerados prioritários.

Essas deficiências estruturais tornam-se evidentes durante o desenvolvimento das atividades dos profissionais de saúde, mas agravam-se em relação ao trabalho da equipe de enfermagem, que se encontra presente em período integral e divide o mesmo espaço com clientes e familiares. Lembremo-nos de que o profissional de enfermagem, cercado de agentes estressores já conhecidos, tais como sobrecarga de tarefas, escassez de insumos básicos à realização de seu trabalho e baixa remuneração, também é exposto a uma carga emocional de sofrimento, dor e morte com as quais convive cotidianamente. Sendo assim, não são raros os casos em que as relações interpessoais entre os membros da equipe e os acompanhantes apresentam ruídos, comprometendo o cuidado ao usuário internado. As questões que envolvem o exercício do

---

acompanhamento hospitalar representam um campo fértil para estudos que conduzam à melhoria assistencial, através do aprimoramento do cuidado ao usuário internado, da redução do período de internação e de reinserção ao meio social com autonomia.

O acompanhamento e a implementação da prática de acolhimento a esse acompanhante trazem a possibilidade de avançar no objetivo da qualidade no serviço, atendendo não só aos anseios da população à qual se presta a assistência, mas também às orientações preconizadas pelas políticas públicas de saúde e aos organismos de certificação de qualidade. A forma como tem sido conduzida a presença do acompanhante ao usuário hospitalizado, de um modo geral, e em particular no hospital estudado, nos faz perceber que essa prática ainda não é reconhecida como um direito pelos atores diretamente envolvidos em seu manejo. Ainda se sobrepõe a ideia de que a permanência do acompanhante é uma concessão, com vistas a suprir as deficiências estruturais do ambiente hospitalar, sendo ignoradas as necessidades subjetivas dos indivíduos e o valor que o acompanhante pode agregar à recuperação da saúde e da autonomia e à reinserção social do usuário.

#### Referências

- ALCÂNTARA, L. S.; VIEIRA, J. M. W. Serviço Social e Humanização na Saúde: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 334 - 348, jul./dez. 2013.
- ANDRADE, L. M. Atendimento humanizado nos serviços de emergência hospitalar na percepção do acompanhante. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 11, n. 1, p. 151-157, 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.108 de 7 de abril de 2005. **Diário Oficial da União**, 8 abr. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização** [on-line]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/humanizasus>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: visita aberta e direito a acompanhante**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. **Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS**, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/393ZIIJ>. Acesso em: 20 maio 2019.
- DESLANDES, S. F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciênc. saúde coletiva** [on-line]. v. 9, n. 1, p. 7-14, 2004.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Centauro, 2005.
- GOULART, B. N. G; CHIARI, B. M. Humanização das práticas do profissional de saúde – contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 255-268, 2010.
- IAMAMOTO, M. V. A produção de conhecimento em Serviço Social no Brasil. In: Encontro nacional de pesquisadores em serviço social IX, Porto Alegre. **Anais do ENPESS IX**, 2004.
- MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

---

SANCHES, I. C. P. *et al.* Acompanhamento hospitalar: direito ou concessão ao usuário hospitalizado? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 67-76, 2013.

SIMÕES, A. L. de A. *et al.* A humanização do atendimento no contexto atual de saúde: uma reflexão. **Reme – Rev. Min. Enf.**; v. 11, n. 1, p. 81-85, jan./mar., 2007.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# PROGRAMA DE APOIO INTEGRAL À FAMÍLIA: qual a percepção dos participantes do PAIF – nação cidadã CRAS em Balneário Camboriú (2016-2018)

Program of full support to the family: what is the perception of the participants in the PAIF is Cras citizen nation in Balneário Camboriú (2016-2018)

Joice Dognini <sup>1</sup>

Prof. Dr. Carlos Golembiewski <sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisadora realizou uma análise dos dados apurados dialogando com referencial teórico da pesquisa. Na conclusão, apresentou um resumo dos principais resultados com o objetivo de responder à questão principal da pesquisa. Sendo que a avaliação destacou alguns aspectos básicos como: relacionamento familiar. O artigo destacou a Política Pública de Assistência Social, na cidade de Balneário Camboriú, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social Nação Cidadã (CRAS), em que exerço a função de Assistente Social. A pesquisa foi com objetivo verificar qual a percepção dos participantes do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú. O método da pesquisa que utilizou foi o estudo de caso. Segundo ROCHA, (2008), *o estudo de caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares*. A pesquisadora realizou uma análise dos dados apurados dialogando com referencial teórico da pesquisa. Na conclusão, apresentou um resumo dos principais resultados com o objetivo de responder à questão principal da pesquisa. A avaliação destacou alguns aspectos básicos como: relacionamento familiar, relacionamento com a comunidade, alimentação, renda, lazer, saúde, moradia, trabalho educação.

Palavras-chaves: PAIF. CRAS. Política Pública.

**Abstract:** The dissertation highlighted about the Public Policy of Social Assistance, in the city of Balneário Camboriú, specifically in the Reference Center of Social Assistance Citizen Nation -CRAS, where I work as a Social Worker. The research was verify the perception of the participants of the Program of Attention to the Family-PAIF, in the CRAS Citizen Nation in Balneário Camboriú. The research method used was case study. According to ROCHA (2008), the case study - as a method of qualitative research - has its application when the researcher seeks an extensive understanding and with more objectivity and conceptual validity, rather than statistical, about the worldview of popular sectors. The researcher realized an analysis of the data obtained by dialoguing with the theoretical reference of the research. In the conclusion, presented a summary of the main results in order to answer the main question of the research. Since the assessment highlight some basic aspects such as family relationship, relationship with the community, food, income, leisure, health, housing, work and education.

Keywords: PAIF. CRAS. Public Policy.

## Introdução

O projeto de dissertação falou sobre a Política Pública da Assistência Social. Exerço, há aproximadamente, doze anos o cargo de assistente social no centro de referência de assistência social, em Balneário Camboriú.

A pesquisa será desenvolvida no município de Balneário Camboriú, com uma área de 46.489 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020), em 2010 a população da cidade alcançou 108.089 habitantes, está entre as 10 melhores cidades no ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PDNU) do ano de 2013 (IDH índice 0,845).

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

O Centro de Referência da Assistência Social (WEGRZYNOVSKI, 2015, p. 246) é considerado um dos serviços da Proteção Social Básica, sendo uma unidade estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidades e risco social, destinada ao atendimento sócio assistencial das famílias. Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a proteção social básica deve ofertar três serviços: 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Neste trabalho, destacamos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O Programa de Atenção Integral das Famílias – PAIF, que se constitui no principal programa de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, visa ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O programa amplia a capacidade de proteção social e prevenção de situações de risco em seu território de abrangência e também tem como dever prestar informação e orientação à população sobre o acesso aos seus direitos e encaminhamentos.

No decorrer destes quase três anos (2016-2018), o grupo do PAIF, passou por vários contratempos, relacionados a quem iria coordenar o grupo, iniciou com uma orientadora social, em seguida houve uma parceria com estudantes de psicologia da Faculdade Avantis, todos devidamente acompanhados pelos técnicos do CRAS e em seguida devido à licença prêmio, férias, afastamento para tratamento de saúde o grupo passou por adaptações, processo de construção de vínculo entre participantes e facilitadores do grupo. O grupo do PAIF chamava-se de Grupo de Mulheres, depois de algum tempo, foi modificado para Grupo de Famílias. Iniciou com o objetivo de trabalhar questões relacionadas à autoestima e empoderamento familiar. Atualmente, o referido grupo foi regulamentado como grupo de famílias do PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o objetivo é oportunizar às famílias, um espaço de debate, reflexão e socialização das vivências.

A pesquisa tem como pergunta central: qual é a percepção dos participantes do serviço PAIF, no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú? Com isso o objetivo é verificar qual é a percepção dos participantes do serviço PAIF, no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú.

Os objetivos específicos, os quais foram desenvolvidos ao longo da pesquisa, são:

- revelar o perfil dos frequentadores do PAIF, estruturado no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú;
- investigar qual é a contribuição do PAIF para a vida dos frequentadores;
- verificar se os benefícios revelados pelos participantes atendem ao que prevê a legislação da Assistência Social no país.

A metodologia de pesquisa que foi utilizada é um estudo de caso. Segundo Rocha, (2008), *o estudo de caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares.*

Realizaremos a entrevista com, aproximadamente, quinze integrantes dos Grupos do PAIF e dois representantes da Prefeitura de Balneário Camboriú, sendo o coordenador atual do CRAS e a Secretária de Assistência Social do município.

Em seguida, as respostas dadas ao pesquisador foram analisadas e comparadas com a legislação existente como: a Lei Organiza Assistência Social (1993), Política Nacional de Assistência Social (2004), Norma Operacional Básica (2005) e a Tipificação (2009) são algumas legislações que esclarecem e organizam os serviços da Assistência Social.

---

A pesquisadora realizou uma análise dos dados apurados dialogando com referencial teórico da pesquisa. Na conclusão, apresentamos um resumo dos principais resultados com o objetivo de responder à questão principal da pesquisa.

### **Referencial teórico**

Políticas Públicas são ações e programas adotados pelos governos ou organizações da sociedade civil com o objetivo de solucionar problemas públicos. Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Habitação são direitos universais garantidos pela Constituição Federal, cada governo possui seus projetos que se tornam políticas públicas.

Segundo Ananias (2017), nas definições sobre o que vem a ser Políticas Públicas, visualiza-se sempre um ator principal: o governo. Dessa forma, sua multidisciplinaridade de conceitos deixa claro que o foco está em suas explicações e em seus processos, pois as Políticas Públicas influenciam na economia e nas sociedades. Neste sentido, Souza (2006) alerta sobre a necessidade de explicar as relações entre estado, política, economia e sociedade.

A palavra “Estado” vem do grego: *polis*, que significa “cidade-Estado”, entendendo-se por Estado, a unidade administrativa de um território, de modo que não existe Estado sem território. No mais, pode-se definir Estado também como uma instituição política, social e juridicamente organizada que ocupa um território e atende aos anseios da população. Entre essas instituições, citam-se governo, escolas, hospitais, entre outros (PENA, 2016).

Assim, o governo compõe o Estado e sua função é administrá-lo. Os governos são transitórios e têm como função principal tomar decisões influenciando a população, dispondo de leis, para que suas ordens sejam obedecidas (PENA 2016). Pode-se dizer que o governo é um mecanismo de controle e, também, de direção das instituições partícipes do Estado – o qual é permanente –, sendo o governo aquele que toma as decisões de natureza política.

Nesse sentido, pode-se resumir o conceito de Políticas Públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006 p. 26). A formulação de Políticas Públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

No Brasil, as políticas sociais passam a ter um caráter de direito, a partir da década de 1980, a qual foi marcada por pontos cruciais, entre os quais o momento efervescente dos movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos sociais. Da síntese dessas lutas, escreveu-se a Constituição Federal de 1988. Por isso, observa Rodrigues (2011): “Políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados [...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público” (RODRIGUES, 2011, p. 14).

Ao falar de política pública, percebe-se que: criar, desenvolver, avaliar é sem dúvida um grande desafio, diante da sociedade diversificada que temos. Verifica-se uma fragilização nas políticas atuais, em que muitas vezes, os executores públicos sofrem por vivenciar cotidianamente problemas na efetivação da política pública.

Para que as políticas públicas transformem uma sociedade é preciso: atores políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo. “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (RODRIGUES, 2011, p. 25).

---

De acordo com Ananias (2017), é necessário que as Políticas Públicas tenham atores políticos com capacidade para diagnosticar e negociar, de forma democrática, com diferentes atores envolvidos no processo, para analisar a realidade social, econômica e política em que se está vivendo, a fim de transformar uma sociedade. “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (RODRIGUES, 2011, p. 25).

Ao falar em Política Pública no Brasil é necessário considerar as desigualdades sociais existentes ocasionadas pelo capitalismo. Para Piketty (2016), o capitalismo se desenvolveu na Revolução Industrial e passou por três fases: o capitalismo industrial liberal, que era a liberdade econômica da burguesia na produção e venda de produtos; o capitalismo industrial liberal monopolista, que foi o fim do livre comércio e começou a organização industrial do controle da produção e distribuição das mercadorias, o objetivo era impor os preços dos produtos industriais altos para o benefício próprio; e foi seguido pela internacionalização do capitalismo que começou a se espalhar pelo mundo. Os burgueses controlavam o poder político e econômico, mantendo as classes menos favorecidas submissas aos seus desmandos.

### **Política Pública da Assistência Social**

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, a assistência social adentra no campo das políticas públicas. O artigo 203 coloca que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Conforme a Constituição Federal, a assistência social possui como objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A história do Serviço Social remonta a uma prática da assistência social voltada a ações filantrópicas e de benesses, com características de trabalho voluntário e de cunho assistencialista. A partir de 1930, o Estado assume o papel de regulador das “questões sociais” que surgiram com o processo de urbanização e industrialização. Cabia ao Estado assegurar o “bem-estar” da sociedade como forma de manutenção e legitimação do próprio poder instituído.

Com a regulamentação legal da profissão (Lei nº 8.662/93), surge também a regulamentação da Lei nº 8.742/93, que cria a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), configurando-se como uma nova perspectiva de “olhar” a assistência social no Brasil. A assistência social passa a assumir o papel de política pública. O Serviço Social tem sua área de atuação voltada ao atendimento das necessidades sociais da população com vistas a valorizar a dignidade humana. Tal lei estabeleceu uma nova base à assistência social brasileira, obtendo uma organização desta política, com objetivo de assegurar os direitos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada BRASIL (2004). É através do SUAS onde ações direcionadas são realizadas para proteger os cidadãos, contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida.

A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) – 2004 – tem ainda objetivos: contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rurais, assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) –1993 – tem uma nova matriz para a política de assistência social, o campo da Seguridade Social, com o tripé: saúde, previdência social

---

e seguridade social, caracterizando-se como a política social que deve garantir a segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2004, p. 32).

A PNAS visa incorporar as demandas presentes na sociedade no que se refere à responsabilidade política na busca pela efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A família é de fundamental importância para vida social, conforme o artigo 226 da Constituição Federal, afirma que a “família é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988, s.p.).

A PNAS refere-se à importância da “matricialidade sociofamiliar”, ou seja, a centralidade da família, como núcleo fundamental para efetividade dos serviços oferecidos. A família, segundo PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivo ou de solidariedade em que há compartilhamento de renda ou dependência econômica cuja sobrevivência e reprodução social indicam obrigações recíprocas.

### **O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Como forma de garantir uma política social na perspectiva de cidadania, garantindo os direitos sociais, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) criou: Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – 2004, Norma Operacional Básica (NB) – 2005 e a Tipificação – 2009, que são, portanto, algumas legislações que esclarecem e organizam os serviços da Assistência Social.

A Política de Assistência Social, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem sendo regulamentada intensivamente pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da política nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005) (CFESS, 2001, p. 6).

Conforme o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência (LOAS), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realiza através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, s.p.). O artigo também preconiza que a gestão dessa política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo, organizado nos três níveis de gestão governamental.

A assistência social foi estruturada em distintos níveis de proteção social, segundo o seu foco na prevenção a situações de risco, correspondente à Proteção Social Básica, ou no combate a violações de direitos ou atos que exacerbem a vulnerabilidade social de indivíduos, por meio da Proteção Social Especial, que se desdobra em Alta e Média Complexidade (PNAS, 2004, p. 24).

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – 2004 e na Norma Operacional Básica-2005, a Proteção Social Básica se refere às ações preventivas, que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção. Dentre os objetivos desse serviço estão a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é considerado um dos serviços da Proteção Social Básica, sendo uma unidade estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidades e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial das famílias (WEGRZYNOVSKI, 2015, p. 246). Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a proteção social básica deve ofertar três serviços:

- 
1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
  2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
  3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O CRAS é um equipamento da política pública de assistência social, que é a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Suas ações são voltadas para a família, com intuito de garantir a convivência familiar e comunitária.

### **Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

O objetivo do PAIF é ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivos: fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidades social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta de vivências familiares.

Constituem usuários do PAIF as famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

As diretrizes metodológicas para o trabalho social com as famílias do PAIF são: fortalecer a assistência social como direito social de cidadania; respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares e sua diversidade cultural; rejeitar concepções preconceituosas, que reforçam desigualdades no âmbito familiar; respeitar e preservar a confidencialidade das informações repassadas pelas famílias no decorrer do trabalho social; utilizar e potencializar os recursos disponíveis das famílias no desenvolvimento do trabalho social; utilizar ferramentas que contribuam para a inserção efetiva de todos os membros da família no acompanhamento familiar.

O Grupo de Famílias iniciou o trabalho há aproximadamente três anos, no CRAS Nação Cidadã, como o Grupo das Mulheres. O objetivo era trabalhar questões relacionadas à autoestima e empoderamento familiar, com intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Atualmente, o referido grupo foi regulamentado como grupo de famílias do PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

PAIF – Programa de atenção integral a família consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS (MDS, 2017).

No decorrer destes quase três anos (2016-2018), o grupo do PAIF, passou por várias mudanças (contratempos) relacionadas à troca de facilitadores, iniciou com a orientadora social, houve uma parceria com estudantes de psicologia da Avantis, todos devidamente acompanhados pelos técnicos

---

do CRAS e em seguida devido à licença prêmio, férias, afastamento para tratamento de saúde o grupo passou por adaptações, processo de construção de vínculo entre participantes e facilitadores do grupo.

[...] vínculos são os de participação eletiva, que derivam da socialização extrafamiliar, o que permite aos indivíduos entrar em contato com outros indivíduos com os quais aprende a conhecer grupos e instituições diversas. Os vínculos dessa socialização são inúmeros: bairro, os grupos de amigos, as comunidades locais, instituições religiosas, esportivas, culturais [...]. Vínculo é justamente sua característica de estabelecer-se a partir de escolhas dos sujeitos, portanto são frutos do exercício libertário dos indivíduos de estabelecer relações interpessoais “segundo seus desejos, suas aspirações e seus valores emocionais” (TORRES, 2016, p. 65).

O vínculo é importante para desenvolver uma política pública concisa e transparente, porém entende-se que o vínculo é um processo de construção entre equipamento, profissional e indivíduo. Nesse sentido, o assistente social pode desenvolver um trabalho em conjunto com as famílias potencializando-as para serem proativas nas discussões da transformação de suas próprias vidas, através de reflexões críticas sobre as vulnerabilidades vivenciadas e as estratégias de superação.

### **Metodologia**

Diante de tantas mudanças, relacionadas à troca de facilitadores e espaço institucional, que o grupo PAIF passou nos últimos três anos, surgiram alguns questionamentos a serem abordados com os integrantes do grupo. A pesquisa tem como objetivo verificar de que forma os indivíduos que participam do grupo PAIF avaliam esta política pública desenvolvida pelo CRAS Nação Cidadã em Balneário Camboriú. A pesquisa tem como pergunta central: qual é a percepção dos participantes do grupo PAIF, sobre o serviço ofertado no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú?

Com relação aos objetivos específicos, os quais serão desenvolvidos ao longo da pesquisa, estão:

- 1- Revelar o perfil dos frequentadores do PAIF, estruturado no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú.
- 2- Investigar qual é a contribuição do PAIF para a vida dos frequentadores.
- 3- Verificar se os benefícios e dificuldades revelados pelos participantes atendem o que prevê a legislação da Assistência Social no país.

A metodologia de pesquisa utilizada é estudo de caso. A origem do estudo de caso pode ser encontrada, inicialmente, na sociologia e antropologia no final do século XIX e início do século XX, com Frédéric Le Llay, na França, Bronislaw Malinowski e membros da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. Estes estudos, nas diversas áreas do conhecimento, buscavam estudar a vida em sociedade, a partir do estudo de um caso, geralmente problemático, para fins de diagnose, tratamento ou acompanhamento. Foram utilizados em seguida para os cursos de direito, administração e ciências da saúde (medicina, enfermagem etc.), não só para a pesquisa, mas como recurso didático com o fim de ilustrar uma situação ou estimular situações de ensino a partir da leitura e estudo de caso (ANDRÉ, 2008, p. 13). “*O estudo de caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares*” (ROCHA, 2008, s.p.).

[André (2008, p. 51-52) considera que há três grandes métodos de coleta de dados nos estudos de caso:

- 
- Entrevista: no estudo de caso a entrevista cumpre um papel fundamental é através dela que o pesquisador vai conhecer a visão de mundo e/ou a representação que os sujeitos têm de determinado objeto ou de sua condição. Ela deve ser planejada de forma muito clara e objetiva, pois se corre o risco de o material coletado não atingir o resultado esperado. É muito fácil fazer perguntas e obter respostas, de certo modo, o entrevistado tem uma tendência a dar ao seu interlocutor a resposta que ele deseja, mas só o planejamento da entrevista é que irá permitir a superação desses obstáculos. A recomendação nesses casos é sempre recorrer a manuais específicos que tratam da entrevista como técnica de coleta de dados.
  - Observação: as observações dirigem o pesquisador para a compreensão do caso, é preciso registra de forma muito acurada os eventos para uma descrição incontestável que sirva à análise e ao relatório final. Na observação de campo deve ser dada atenção ao contexto, plantas, mapas, fotos, desenhos. Deve o pesquisador contar a história de seu objeto de pesquisa, e revelar uma história que está, normalmente, invisível ao grande público.
  - Análise de documentos: um dos pontos mais importantes de um estudo de caso segundo Yin (2005) é a análise dos documentos, para tanto Yin recomenda a criação de um banco de dados para a pesquisa. Documentos podem ser pessoais, legais, administrativos, formais e informais. Como nas situações de entrevista e de observação, o pesquisador deve ter um plano de coleta e análise de documentos, embora não se deixe de considerar elementos novos.

Podemos afirmar que para Yin (2005), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, sendo escolhido ao se examinar acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes.

A maioria dos cientistas questiona se o conhecimento construído pelos pesquisadores é totalmente livre de influências, tais como seus valores e crenças. É necessário as pesquisas se submeterem à crítica da comunidade científica para se tornarem verdadeiramente objetivas (POPPER, 1978). Segundo Marques (2007, s.p.):

No fundo, para Popper, as teorias mais válidas nunca são teorias verdadeiras, mas apenas teorias que ainda não são falsas. O conhecimento é sempre imperfeito, mas perfectível. A verdade absoluta não está ao nosso alcance; e, ainda que a alcançássemos, não poderíamos sabê-los. O real é uma espécie de ideia da razão, mas temos motivos para pensar que a ciência se aproxima progressivamente dele.

Realizamos a entrevista com aproximadamente quinze integrantes do Grupo do PAIF, dois representantes da prefeitura de Balneário Camboriú, sendo o coordenador atual do CRAS e a Secretária de Assistência Social do município.

Em seguida, as respostas dadas ao pesquisador foram analisadas e comparadas com a legislação existente como: a Lei Organiza Assistência Social (1993), Política Nacional de Assistência Social (2004), Norma Operacional Básica (2005) e a Tipificação (2009) são algumas legislações que esclarecem e organizam os serviços da Assistência Social.

A pesquisadora realizou a análise dos dados apurados dialogando com o referencial teórico da pesquisa. Na conclusão, apresentamos um resumo dos principais resultados com o objetivo de responder à questão principal da pesquisa, visto que a avaliação trata de alguns aspectos básicos como: relacionamento familiar, relacionamento com a comunidade, alimentação, renda, lazer, saúde, moradia, trabalho e educação. No momento da aplicação do questionário foi explicado o objetivo da pesquisa e solicitado que as respostas devem ser fidedignas.



---

Após analisar os dados da pesquisa e comparar com legislação existente pretendemos ter o diagnóstico do Grupo de Famílias – PAIF. O objetivo é buscar melhorar o trabalho desenvolvido no CRAS Nação Cidadã de Balneário Camboriú.

### **Resultados e discussão**

Podemos considerar que tanto a pesquisa realizada pela acadêmica e a entrevista com a coordenadora do CRAS Nação Cidadã, Maysa Nogara Loham, foram relevantes, conseguimos definir o perfil dos frequentadores do CRAS, qual a contribuição do PAIF na vida destas pessoas e quais os benefícios revelados pelos participantes que a legislação da Política Pública de Assistência Social prevê. A entrevista realizada com a coordenação aconteceu de uma maneira informal, estabelecemos um diálogo com a coordenadora, comentando sobre o que a pesquisa traz, analisando os dados obtidos.

Os perfis dos usuários atendidos são a maioria mulheres, com idade entre 26 a 65 anos de idade, com baixa escolaridade, exercendo a função “do lar” e a maioria com renda mensal de um salário mínimo. Esses dados denunciam a precariedade que essas famílias vivenciam, apresentando diversas vulnerabilidades sociais.

Em relação ao segundo objetivo específico, a maioria que frequentam o CRAS, necessita de auxílio alimentação (benefício eventual), aluguel social, orientações sobre seus direitos e como acessar a rede socioassistencial do município Balneário Camboriú. Destacaremos algumas falas dos usuários participantes da pesquisa: “Ele contribui no complemento de alimentação e orientação em diversas coisas”. “Me deu informações sobre meus direitos sociais”. “Deu mais informações sobre os direitos sociais e os benefícios”. “Socialização, no orçamento mensal “benefício”, melhora na qualidade de vida”.

Percebemos a importância do benefício eventual e também a integração, a socialização que os grupos do PAIF têm na vida dos nossos usuários. O tempo de permanência no equipamento segundo relato da coordenadora não é preocupante, pois cada indivíduo tem suas fragilidades e potencialidades que são amadurecidas ou potencializadas justamente neste contato com “outro”, e não existe um tempo determinado, às vezes pode levar a vida toda.

O importante estar inserido em uma política pública acolhedora que proporcionando qualidade de vida, autoestima, empoderamento, desenvolvendo um bom relacionamento comunitário e familiar, além de ser gratificante e é o objetivo da política pública de assistência social. Potencializar estes indivíduos proporcionando amadurecimento de cada participante, desenvolvendo sua autonomia, seja no âmbito familiar, comunitário ou individual.

O fato de não terem clareza das nomenclaturas CRAS e PAIF, não interfere no trabalho desenvolvido, o intuito é entender o que este equipamento proporciona as essas famílias acompanhadas.

O CRAS Nação Cidadã teve alterações na condução das oficinas ofertadas pelos oficinairos, em determinado momento houve a troca por inúmeras situações já mencionadas anteriormente. Importante destacar que estas alterações trazem prejuízos ao que prevê na legislação vigente, o quanto é fundamental o vínculo entre usuário e os técnicos do CRAS (facilitadores), porém cabe uma reflexão em relação a estas situações vivenciadas, até que ponto as mudanças ocorridas retratam a necessidade de adaptação que nós enquanto seres humanos vivenciamos cotidianamente. Mudanças são necessárias e desafiadoras, pois não vivemos em uma sociedade estática, ao contrário, modificações e adaptações acontecem diariamente. Precisamos estar alentos ao lidar com estas situações novas e principalmente as ocasionadas pelos nossos governantes.

A coordenadora na sua fala também deixa claro: não vivemos em uma sociedade estática, temos que prepara nossos usuários para essas alterações que acontecem, isso é inevitável, por que simplesmente lidamos com “seres humanos”.

Percebemos também, que a procura da comunidade pelos serviços ofertados pelo CRAS está aumentando, sobrecarregando a equipe existente. É através de dados estatísticos que con-

---

seguimos mostrar nosso trabalho e também solicitar ampliação da equipe técnica, sendo que o CRAS especificamente possui o maior território de atendimento.

É interessante perceber quanto nossos usuários estão satisfeitos com o trabalho desenvolvido, porém a necessidade de sempre melhoramos, um dos fatos trazidos pelos nossos usuários é referente à acessibilidade do CRAS, nas frases a seguir isso fica evidente: “Fazer rampa na entrada”, “Acessibilidade”, “Melhorar a entrada”, “Melhorar acessibilidade no CRAS”. “Melhorar a entrada dos portões em geral”.

Todas as solicitações destacadas pelos nossos usuários em relação à divulgação dos nossos serviços, ampliar horários das oficinas, esclarecer sobre os benefícios assistenciais ofertados. Essas críticas construtivas são frutos do trabalho desenvolvido pela política pública de assistência social, cujo principal objetivo é fomentar o senso crítico e proporcionar autonomia aos indivíduos atendidos e acompanhados.

A coordenadora coloca que ainda temos muitos usuários que buscam o básico, o alimento, desta forma percebemos quanto temos que evoluir e proporcionar muito mais para esta população vulnerável. Muitos se sentem envergonhados em solicitar alimento, porém esclarecemos que é um direito e a assistência social está à disposição a quem dela necessitar.

Importante mencionar que às vezes sofremos limitações no espaço estrutural do CRAS Nação Cidadã, e também o quanto é importante o técnico que atende nesta política pública ter afinidade com trabalho desenvolvido, seja na condução dos grupos, atendimento, visita domiciliar, na elaboração de relatórios. Ter um olhar para o ser humano na sua totalidade e gostar do trabalho que desenvolve. Toda a legislação existente para a condução adequada da política pública de assistência social só é eficiente se o profissional conseguir observar o indivíduo na sua totalidade e principalmente na sua individualidade.

A pesquisa deixa claro, muitos aspectos positivos do trabalho desenvolvido pelo CRAS Nação Cidadã, porém os desafios são diários e estimulantes. Nossa sociedade está cada vez mais fragilizada, vulnerável, com as alterações repentinas das legislações e a precarização das demais políticas públicas, incluindo a política de assistência social.

### **Considerações finais**

Partindo do tema deste trabalho, várias questões foram abordadas, considerando a trajetória da assistência social como política pública no Brasil, o Sistema Único de Assistência Social, a proteção básica e implementação dos CRAS e PAIF no município de Balneário Camboriú.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, s.p.) o PAIF é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Importante colocar a importância das políticas públicas, que proporcionam acolhimento, atendimento, acompanhamento, visita domiciliar para as famílias que dela necessitar. Observar o indivíduo na sua totalidade e sem dúvida necessária para que a sociedade sobreviva às carências que o modelo capitalista proporciona. Encontramo-nos no estágio em que ainda suprimos as necessidades básicas para as pessoas sobreviverem. A política pública necessita ir além, para isso, temos que ter um Estado e uma administração municipal que proporcione ampliação das destas políticas públicas atuais.

A política pública de assistência social encontra-se em um momento de precarização de enxugamento do quadro funcional e “cortes” nos benefícios como Bolsa família, Benefício de Prestação Continuada, entre outros.

Percebemos também, que diversos usuários procuram a assistência social encaminhado por outras políticas públicas que não sabem ao certo o que fazer diante do acesso negado ao

---

benefício solicitado, seja na saúde, na educação, entre outros. Sobrecarregando a política da assistência social, diante da precarização dos serviços da rede socioassistencial. O desafio é constante e a necessidade de aprimoramento se faz necessário.

Este trabalho demonstrou aspectos positivos e relevantes, demonstrando a importância do equipamento CRAS e dos profissionais que desenvolvem esta política pública, conforme a legislação estabelece. Aspectos negativos também foram destacados, por exemplo: a falta de acessibilidade no equipamento, a secretária atual não obtém o conhecimento desta política pública, há necessidade de ampliação do quadro funcional para suprir as demandas cotidianas, como por exemplo, aumento de oficinas para ofertas grupos de geração de renda, e aumentar o acompanhamento família – PAIF.

Destacamos a importância de realizar esta pesquisa para podermos avaliar a política pública que executamos com intuito de proporcionarmos um trabalho de qualidade e que realmente possamos desenvolver a autonomia destas famílias acompanhada pelo equipamento CRAS.

#### Referências

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria de serviço social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ANANIAS, D. dos S. **O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade Estadual de Londrina: uma avaliação sob a perspectiva dos atores sociais envolvidos** 148 f. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2017.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**: Editora Liber Livros: Brasília, 2008.

BAPTISTA, T. W. de F; REZENDE, M. de. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. *In*: MATOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 221-272. Disponível em: <https://bit.ly/2Y0447U>. Acesso em: 17 out. 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, B.; CALGARO, F. **IDH do Brasil melhora e supera média da AL**. País é o 79º em ranking mundial. *In*: Uol Notícias. Brasília, 24 jul. 2014. Disponível em: Acesso em: 25 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social – Loas Anotada**. Ministério Desenvolvimento Social, Brasília 1993. Disponível em : <https://bit.ly/3sSfEr>. Acesso em: 25 ago. 2020.

---

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3o00ZPD>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher: viver sem violência e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3qECaKT>. Acesso em: 21 set. 2018.

CABRAL, J. F. P. **As classes sociais no pensamento de Karl Marx**. Brasil Escola. Disponível em <http://bit.ly/3sN72us>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

CENSO SUAS 2009 CRAS. **Secretaria de Avaliação e Gestão da informação, Secretaria Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2011.

CENSO SUAS 2010: **CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, Entidade Beneficentes**. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Rap, 2009.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I, Módulo 1, Londrina 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 ago. 2020.

MANTOVANELI JUNIOR, O. **Política pública do século XXI: a perspectiva da gestão multicêntrica**. Blumenau: Edifurb, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003.

MARQUES, Alexandre. A doutrina do falseamento em Popper. Disponível em: <https://bit.ly/3o58kh4>. Acesso em: 10 ago. 2017.

- 
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. L&PM Pocket, Porto Alegre, 2009.
- PAIVA, B. A. de. Assistência social políticas sociais no Brasil – configuração histórica, contradições e perspectivas. **Revista Katálusis**, Florianópolis, 2015.
- PENA, R. F. A. **Mundo educação**. Disponível em: <https://bit.ly/3o3R9MI>. Acesso em: 24 out. 2017.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela Resolução 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União - DOU dia 28 de outubro de 2004.
- POPPER, K. R. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- RAITER, J. R. **Gestão de políticas públicas**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.
- REIS, D. A. **História do Brasil, regime militar no Brasil, política**. EDUSC, 2015.
- REISDÖRFER, L. A. L. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.
- ROCHA, D. A.B. F. **Formação e Monitoramento de Juristas leigos**. A Experiência de uma ONG com a Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia, 2008.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publicado folha, 2011. (Coleção Folha)
- RUA, M. G. **As políticas e a juventude dos anos 90**. In: \_\_\_\_\_. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas, Brasília, DF: CNPD, 1998. v. 2, p. 731-752.
- RIZZINI, I; CASTRO, M. De; SARTOR, C. D. **Pesquisando: guia de metodologia de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora universitária Santa Úrsula, 1999.
- SANTOS, G. C. dos; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza conceito, mensuração e enfrentamento no Brasil**, V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas**. Florianópolis. Trilha, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/393pJ5q>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- SILVA, M. O.S. **Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América Latina**. Editorial. São Luís. Revista de Políticas Públicas. V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.

---

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura, Porto Alegre, ano 8, n 16/jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan./jun. 2005.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

WEGRZYNOVSKI, S. B. **Políticas sociais da assistência social**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de Caso – planejamento e métodos**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS IDOSOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GREVILEAS III NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

**The practice of the social worker to the elderly in the basic health unit of grevileas III in  
the municipality of Maringá-PR**

Alessandra Patricia Ferreira <sup>1</sup>

Rafaela de Souza Segalla <sup>1</sup>

Sara Rezende de Araújo <sup>1</sup>

Talita da Cunha Yamada Gomes <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo conhecer a prática do assistente social junto ao segmento idoso em uma unidade básica de saúde. Por meio de pesquisas bibliográficas e visita à Unidade Básica de Saúde Grevileas III no município de Maringá-PR, é traçado um breve panorama da realidade nacional acerca do envelhecimento, a partir de dados oficiais é feita a análise cronológica da criação de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil e da inserção do profissional da assistência social junto a tais políticas, por fim, verifica-se junto a uma unidade básica de saúde a atuação e a prática do assistente social dentro deste contexto. A análise foca expor a prática do assistente social, em uma unidade básica de saúde junto ao segmento idoso, com o intuito de conhecer uma das diversas áreas de atuação em que o profissional do serviço social está inserido e as atividades efetivamente realizadas pelo assistente social junto a este serviço.

Palavras-chave: Idosos. Prática do assistente social. Unidade básica de saúde.

**Abstract:** This article aims to know the practice of the social assistant to the elderly segment in a basic health unit. Through bibliographic research and visits to the Basic Health Unit Grevileas III in the municipality of Maringá- PR, is a brief overview exposed of the national reality about aging, from official data is made the chronological analysis of the creation of public policies of attention to the elderly people in Brazil and the insertion of the social worker professional in these policies, finally, together with a basic health unit, the performance and practice of the socialworker within this context is verified. The analysis focuses on exposing the practice of the social worker, in a basic health unit with the elderly segment, in order to know one of the several areas of activity in which the social service professional is inserted and the activities actually performed by the social worker next to this service.

Keywords: Elderly. Social worker practice. Basic health unit.

## **Introdução**

Nos últimos 100 anos, o Brasil passou por grandes mudanças e uma delas foi o aumento do número de pessoas idosas. Pesquisas apontam que no ano de 2012 a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões e que até o ano de 2017 cresceu 18%, ultrapassando os 30 milhões, sendo que 56% dos idosos é representado pelo sexo feminino, chegando a 16,9 milhões, enquanto o sexo masculino corresponde a 44%, atingindo 13,3 milhões (IBGE, 2017).

O envelhecimento faz parte do ciclo natural da vida, com isso surgem as mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular para cada indivíduo.

Durante o seu percurso de vida, vários objetivos são atingidos, porém, alguns pontos negativos também são afetados, como a sua saúde, o seu psicológico e o meio em que ele interage dentro da sociedade. O ambiente de convívio desse idoso pode determinar características do seu comportamento.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIasselvi. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: www.uniasselvi.com.br.

---

O envelhecimento é afetado pelo estado de espírito e isso não depende exclusivamente da forma de vida que as pessoas tenham levado, mas sim das condições atuais que se encontram.

O profissional do Serviço Social pode atuar a fim de ajudar que o idoso tenha uma velhice bem-sucedida e que ultrapasse a objetividade da saúde física, pois ele entende a saúde como um estado em que existe uma situação de bem-estar físico, mental e social e não como ausência de doença.

Tendo em vista o envelhecimento da população brasileira e a necessária atenção a este público, este artigo realizado através de pesquisa bibliográfica, com levantamento de dados oficiais e visita a Unidade Básica de Saúde (UBS) Grevileas III, visa conhecer o trabalho e a prática do assistente social junto a idosos em uma unidade básica de saúde. Para atingir tal objetivo, vale-se de uma conceituação sobre a longevidade, uma breve pesquisa sobre a inserção do assistente social em políticas públicas de atenção ao idoso, a descrição acerca da importância do trabalho do assistente social em unidades básicas de saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e o relato das iniciativas realizadas pelo profissional do serviço social junto aos idosos na UBS Grevileas III.

Acredita-se que essa pesquisa ajudará a conhecer uma das áreas de atuação do profissional do serviço social, dentre tantas outras que realiza, sendo de fundamental importância o trabalho junto a esta faixa etária que cresce exponencialmente.

### **Longevidade**

O mundo está envelhecendo. O envelhecimento humano é um processo universal, progressivo e gradual. Trata-se de uma experiência diversificada entre os indivíduos, para a qual concorre uma multiplicidade de fatores de ordem genética, biológica, social, ambiental, psicológica e cultural (FERRARI, 1999).

A definição de idoso no Brasil variou historicamente e possui idade de corte diferente conforme os objetivos de uma pesquisa ou de uma política pública. Por exemplo: o Estatuto do Idoso no Brasil define o começo da “terceira idade” aos 60 anos: “Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) considera a população idosa, para efeito de recebimento do benefício, a partir de 65 anos.

A expectativa de vida do brasileiro aumentou mais de 30 anos de 1940 a 2016, a expectativa de vida ao nascer no Brasil no ano de 2016 era de 75,8 anos. Segundo a OMS, até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos.

A longevidade de acordo com o dicionário Houaiss significa: característica ou qualidade de longo; duração da vida mais longa que o comum. Dentro destes parâmetros, a longevidade é cada vez mais comum, pois na realidade atual, dentre as pessoas que nasceram no século XX, há muitas pessoas acima de 76 anos, muitas passando até os 100 anos de idade. De acordo com Alves (2016), com novas tecnologias e avanços médicos a tendência é de aumento progressivo na longevidade humana.

### **O envelhecimento ativo**

Gratton e Scott (2016) afirmam que com a longevidade caminha para o rompimento de uma vida, com três estágios bem definidos: educação, trabalho e aposentadoria. De acordo com os autores, há três blocos de ativos intangíveis que precisam ser cultivados desde cedo em nossa provável vida centenária: produtividade, vitalidade e transformação. Seguindo essa perspectiva, muito se fala em envelhecimento ativo.

De acordo com a OMS – Organização Mundial de Saúde –, em seu Marco Político do Envelhecimento (2002, s.p.), “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”.



Ainda neste documento, segundo a OMS (2002), há uma diversidade de fatores “determinantes” que influenciam no envelhecimento. Tais fatores envolvem indivíduos, famílias e países. Nesta seara, é imprescindível avaliar a influência dos fatores determinantes durante o curso de vida, de modo a aproveitar as transições e “janelas de oportunidade” e estimular a saúde, participação e segurança em seus diferentes estágios.

Por exemplo, há evidências de que o estímulo e as relações afetivas seguras na infância influenciam a capacidade individual de aprendizagem e de convívio em sociedade durante todos os estágios posteriores da vida. O emprego, que é um fator determinante por toda a vida adulta, tem grande influência sobre a preparação, sob o aspecto financeiro, do indivíduo para a velhice. O acesso a tratamentos de alta qualidade e de longo prazo dignos é particularmente importante na idade mais avançada. Frequentemente, assim como quando expostos à poluição, os jovens e os idosos são os grupos populacionais mais vulneráveis.

**Figura 1.** Influência dos fatores determinantes no envelhecimento ativo.



Fonte: OMS (2002, s.p.).

### **Promoção da saúde e políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**

No Brasil, as políticas sociais para o segmento idoso são recentes e sofreram influências de organismos internacionais na sua elaboração e implementação, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Lobato (2012), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela emersão do envelhecimento na agenda social, como um problema social e político relevante. Esse período foi marcado por discussões em torno da criação de políticas sociais públicas para os idosos.

A primeira política que regulamenta direitos específicos para idosos foi resultado de encontros e debates que foram realizados por meio de vários seminários que culminaram no documento intitulado “Políticas para a Terceira Idade nos anos 90”, que originou, mais tarde, em 1994, na Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. A partir dessa política, várias outras foram sendo instituídas, com destaque para o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 3 de outubro de 2003.

A Declaração de Brasília sobre Envelhecimento distinguiu velhice e patologia, bem como a possibilidade de reduzir incapacidades em idoso, através da provisão de serviços de saúde e de bens essenciais à vida:

---

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Enquanto o envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que frequentemente acompanham o envelhecimento podem ser prevenidas ou retardadas, não só por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais (BRASIL, 1996, p. 1).

A partir da nova percepção a respeito dos idosos, um novo olhar e novas formas de ações passaram a ser propostas e implementadas para este segmento da população.

### **A inserção do profissional do serviço social nas políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**

O Assistente Social tem como competência planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais. Atua nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, utilizando instrumentais-técnicos para uma ação socioeducativa e de prestação de serviços, embasado nas legislações vigentes, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares. Por sua própria natureza conceitual, desde o início das discussões acerca da necessidade de políticas públicas a favor do segmento específico idoso, o profissional do serviço social já está inserido no tema, haja vista as políticas decorrentes das discussões nortearem serviços sociais e relações entre os seres humanos.

A atuação do profissional do serviço social foi potencializada pelo Pacto pela Saúde, em 2006. Tal pacto foi firmado para o fortalecimento do sistema SUS. O Pacto pela Saúde consistiu em um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios), com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS (BRASIL, 2006). O Pacto pela Saúde é dividido em três eixos: pacto pela vida, pacto pela gestão e defesa do SUS.

Com o Pacto pela Saúde, a saúde do Idoso surge como uma das prioridades, tendo oportunidade de se apresentar e discutir, junto aos gestores, profissionais da Rede de Serviços de Saúde e população em geral, a nova realidade social e epidemiológica que se impõe através da mudança do perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira. Conforme o Ministério da Saúde (2006), o aumento do número de idosos deve impor mudanças nos modos de pensar e viver a velhice na sociedade e a saúde aparece como elemento fundamental para mudança, por exercer forte impacto sobre a qualidade de vida da população.

No Pacto pela Vida estão as prioridades básicas em saúde, em que foram estabelecidos indicadores e metas para avaliação anual. A agenda de atividades prioritárias busca a atenção integral à saúde do idoso; o controle do câncer de colo de útero e de mama; a redução da mortalidade materna e infantil; o fortalecimento da atenção básica; a promoção da saúde; e o reforço de ações para o controle das doenças emergências e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza. Como proposta para reforçar a responsabilidade do Estado, foram criados programas de capacitação e especialização para profissionais de saúde, um exemplo são as residências multiprofissionais em área de saúde (BRASIL, 2006).

Conforme o portal do Ministério da Educação (MEC), as residências multiprofissionais em área profissional da saúde, são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e atendem às necessidades sócioepidemiológicas da população brasileira, de acordo com as realidades locais e regionais. Abrangem as profissões da área da saúde, como: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Os programas de residência são coordenados conjuntamente pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação e são implementados de acordo com os princípios e diretrizes do SUS (BRASIL, 2006).

---

A importância do trabalho do assistente social em unidades básicas de saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos

O Serviço Social tem um histórico em relação à área da saúde, visto que suas primeiras ações revelam a identificação e a contribuição da profissão com os serviços de saúde, destacando-se no atendimento individual através das visitas.

Por volta do século XX, passa a integrar equipes de saúde no trabalho em UBS (Unidade Básica de Saúde), em que foi reconhecido como instrumento para o diagnosticar e fazer tratamentos médicos dos pacientes. No Brasil, a história do Serviço Social na saúde foi intensa e produtiva, tanto para se tornar reconhecido na equipe multidisciplinar, como nas lutas e movimentos pela garantia da saúde como direito básico de todo cidadão. Atualmente, podemos presenciar o Assistente Social como um profissional indispensável nas equipes de saúde, contribuindo na construção da valorização e melhoria da qualidade de vida e dignidade das pessoas.

A participação do profissional de assistência social nas atividades junto à saúde pública tem por objetivo o acolhimento, atendimento e orientações aos pacientes.

O Assistente Social na Secretaria de Saúde é o profissional que atua junto aos usuários do SUS, efetivando por meio de suas ações o acesso destes à política de saúde, tendo como finalidade a garantia do bem-estar físico, mental e social dos usuários, tendo como foco em suas ações os princípios da lei que regulamenta as ações e serviços da saúde, sendo esta de nº 8.080, 19 de setembro de 1990.

Atualmente, para o Assistente Social que trabalha na saúde, as demandas mais tocáveis partem dos usuários dos benefícios sociais e da garantia de direitos.

Segundo a Assistente Social de uma UBS (Unidade Básica de Saúde), existem diversas demandas, sendo necessário manter uma ponderação sobre a prática, buscando sempre ver a realidade institucional e também a realidade do usuário. O Assistente Social atua desde a parte de planejamento até a avaliação de programas de prevenção e cuidados, sendo assim um profissional articulador, cumprindo o papel particular de estabelecer o elo "perdido" quebrado pela burocratização das ações tanto internamente entre os níveis de prestação de saúde como, entre as políticas de saúde.

Vendo-se que a saúde não é apenas abrangida como ausência de doenças, mas também é a busca de equilíbrio do ser humano, deve-se, assim, romper os limites da assistência curativa e partir para modelos de assistências multiprofissionais que proporcionem ações no campo de promoção de saúde originando qualidade de vida aos usuários.

Desse modo, o Assistente Social trabalhará diretamente com o usuário aplicando recursos, propondo ações e garantindo acesso ao direito Social.

De acordo com Pereira, Oliveira e Werner (2015), as propostas de atribuições profissionais do Assistente Social na atenção básica no atendimento à saúde da pessoa idosa, com base na análise do Caderno de Atenção Básica “Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa” (2006) – Ministério da Saúde, são:

- Caracterizar a população idosa atendida pela Unidade de Saúde.
- Elaborar e planejar, junto aos demais profissionais de saúde, ações socioeducativas de atenção à saúde do idoso.
- Acolher o idoso e sua família.
- Socializar informações em relação ao acesso a serviços, objetivando a garantia de direitos do idoso e sua família.
- Encaminhar para a rede de proteção social básica e especial quando necessário.
- Elaborar junto à equipe de atenção básica, planos de estratégias de atendimento integral e especializado para a pessoa idosa. Respeitando suas limitações, suas particularidades, di-

---

reito a prioridade de atendimento (salvo casos de emergência e urgência), na perspectiva de uma atenção integral humanizada.

- Propor e incentivar a equipe de saúde a se capacitar continuamente, para melhor atender os usuários do SUS, em especial o idoso, para que todo e qualquer profissional esteja preparado para lidar com as questões do processo de envelhecimento, particularmente no que concerne à dimensão subjetiva da pessoa idosa.
- Incentivar e participar junto aos demais profissionais de saúde (equipe multiprofissional) da discussão sobre a saúde do idoso, rompendo com a fragmentação de atendimento do processo saúde/doença.
- Planejar, executar e avaliar com a equipe de saúde ações que assegurem a saúde enquanto direito.
- Incentivar e propor a participação do idoso e sua família no processo de decisão do tratamento proposto pela equipe multiprofissional.
- Participar do projeto de humanização da unidade na sua concepção ampliada, sendo transversal a todo o atendimento da unidade e não restrito à porta de entrada.
- Investigar suspeitas de violação de direitos contra a pessoa idosa e realizar denúncias, caso constatado, as autoridades competentes para tomar providências cabíveis.
- Possibilitar espaço complementar à consulta individual, de troca de informações, de oferecimento de orientação e de educação em saúde.
- Em conjunto à equipe de atenção básica coordenar e estimular grupo de pessoa idosa.
- Promover a integração entre as instituições, programas e projetos sociais, os órgãos públicos, buscando mecanismos que valorizem e incentivem a participação da pessoa idosa, no processo de envelhecimento ativo, autônomo e independente.
- Realizar grupos de estudo e estudos de casos com a equipe multiprofissional.
- Elaborar e participar de cursos com a equipe de saúde, especificamente, com os agentes comunitários de saúde, sobre formas de manifestação de maus tratos, negligência, abandono familiar e outros tipos de violência e, como identificá-los.
- Fornecer suporte e apoio familiar nos processos de cuidado e tratamento de idosos acamados ou incapacitados.

### **Iniciativas realizadas pelo profissional do serviço social junto aos idosos na UBS Grevileas III**

Na UBS Grevileas III, o serviço de assistência social existe há 6 anos, atualmente a assistente social que presta atendimento nesta UBS é a Sra. Franciele Jaqueline Gregorio, esta mesma profissional atende a área de assistência social de mais duas unidades básicas de saúde no município de Maringá-PR.

A seguir, estão relacionadas as atividades realizadas pelo profissional do serviço social junto aos idosos na UBS Grevileas III e os motivos pelos quais tais atividades são executadas no local. Os dados foram coletados com a agente de saúde da UBS Sra. Thalita Leite Buchtik.

#### **Grupo do hipertenso e diabéticos (hiperdia)**

A hipertensão arterial sistêmica e o diabetes mellitus compõe a primeira causa de hospitalizações no sistema público de saúde e são os principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares, os quais 60 a 80 % dos casos podem ser tratados na rede pública básica. Na tentativa de reduzir as hospitalizações e atingir o acompanhamento e o tratamento adequados na unidade básica. Diversas estratégias e ações são propostas pelo Ministério da Saúde, ações estas que estão sendo realizadas na UBS, dentre estas ações merece destaque o plano de reorganização e atenção da hipertensão arterial (ha) e ao diabetes mellitus (dm). O plano de reorgani-

---

zação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus utiliza estratégias como reuniões mensais com ações educativas, estímulos a realização de atividades físicas, consulta médica agendada e entrega de medicamentos.

### **Médico da família**

São profissionais bem preparados que se aperfeiçoam continuamente e se utilizam dos métodos diagnósticos e terapêuticos necessários dos mais simples aos mais complexos, logicamente dependendo de cada situação. É um profissional sintonizado com a época atual, este profissional soluciona de 80 a 90 % das questões que demandam assistência à saúde, ele tem um olhar e abordagem integral da pessoa e pode ser consultado para fazer um checkup da pessoa. Se o paciente tem problema como a obesidade, depressão, ansiedade, pressão alta, diabetes, alterações de colesterol, artrose ou até mesmo a reabilitação, pode procurá-lo para diagnosticar, tratar e estar sob o seu acompanhamento. É sob a orientação do médico da família que se estabelecerão prioridades e metas junto ao paciente, ajudando-o a atingir seus objetivos de saúde. No programa médico da família o assistente social vai na casa da família para ver qual a necessidade do idoso para preparar e encaminhar os profissionais para fazer o atendimento.

### **Grupo de caminhada**

O grupo de caminhada com os idosos busca socializá-los com a sociedade, não somente visando a atividade física, mas também a saúde mental, com o objetivo de caminhar o idoso também é incluído na comunidade e realiza vários passeios e atividades como piquenique, jogar boliche, ficam por dentro das novidades da cidade, visitam parques, feiras de artesanato, feiras de flores e até mesmo relembra os velhos tempos andando de jardineira e indo às hortas comunitárias. A socialização do idoso integra-o com a família e com as novas gerações. No grupo de caminhada, o assistente social conversa com cada participante para saber seus dados de saúde física e mental, assim, cada idoso vai ter um cuidado e tratamento diferenciado. Por exemplo: o idoso diabético recebe orientação sobre alimentação adequada e se necessário é encaminhado para profissional qualificado em nutrição. O idoso com quadro de depressão é acompanhado de perto por um agente de saúde que reúne quatro idosos com o mesmo diagnóstico e fica o mais próximo possível deles dando todo suporte na caminhada e até mesmo marcando consultas e encaminhando para pegar remédios, quando é percebido a necessidade de passar por um psicólogo ou psiquiatra as agentes de saúde encaminham o idoso para o profissional do serviço social para ser incluído como prioridade nos serviços especializados.

### **Campanha de vacinação**

A campanha de vacinação ao idoso é intensa e muito divulgada, inclusive estende-se o prazo para o término das vacinações a fim de que todos sejam vacinados. Em Maringá, as atividades de vacinação são desenvolvidas de forma sistematizada e planejada para atender as normas estabelecidas pelo programa nacional de imunização do Ministério da Saúde, que tem como objetivo erradicar, eliminar e controlar as doenças que são prevenidas com o uso da vacina.

### **Saúde bucal do idoso**

A saúde bucal do idoso é muito importante, ainda que o mesmo não tenha seus dentes permanentes, a língua e gengiva fazem parte da saúde bucal. Quando os idosos tem condições de fazer um implante são encaminhados para fazer o procedimento, e, mesmo quando não têm osso para fazer os implantes, são encaminhados para um protético, buscando-se um sorriso fácil e autoestima, além de comer melhor e se sentirem mais bonitos e confortáveis.

Na sequência algumas imagens das atividades realizadas com os idosos na UBS Grevilea III.

**Figura 2.** Atividades realizadas com os idosos.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

### **Considerações Finais**

De toda a pesquisa realizada, conclui-se que o segmento idoso e assistência social é um tema muito relevante, pois a quantidade de idosos existente é alta e os dados apontam a continuidade de crescimento deste segmento.

A pesquisa proporcionou conhecer as razões pelas quais existe atualmente o serviço de assistência social em unidades básicas de saúde com alguns serviços direcionados aos idosos. Em linhas gerais, a necessidade surge em razão do conceito bastante disseminado, ainda, de que envelhecer está associado à problema de saúde, problemas estes que impactam negativa e diretamente na vida dos familiares de idosos e na sociedade num todo; diante deste panorama, há alguns anos a Organização Mundial de Saúde abordou diretrizes acerca da necessidade de um envelhecimento ativo, diretrizes estas que estão sendo trabalhadas no Brasil. Neste sentido, dentre outras razões e necessidades de outros segmentos, houve a inclusão do profissional do Serviço Social nas unidades básicas de saúde com a orientação de um trabalho específico junto ao envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

A presença do serviço de assistência social junto aos idosos nas unidades básicas de saúde destaca-se, pois, tais unidades encontram-se inseridas mais próximas da sociedade, havendo um acesso facilitado pelos usuários do serviço, de forma que, tanto para o idoso quanto para o assistente social, seja mais viável o planejamento e a realização de ações específicas a este público, a fim de que o envelhecimento ativo seja uma realidade ampliada no território nacional. O assistente social nas unidades básicas de saúde assegura o atendimento global, humanizado e ampliado junto a este usuário, fortalecendo o elo entre o idoso e a família e o idoso e a sociedade, bem como orientando sobre os seus direitos.

Considerada a relevância do tema e as propostas de atribuições profissionais do assistente social na atenção básica no atendimento à saúde da pessoa idosa contidas no Caderno de Atenção Básica “Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa” (2006) – Ministério da Saúde, bem como as informações coletadas junto a UBS Grevileas III, verificamos que a prática do profissional do Serviço Social precisa ser aperfeiçoada junto às unidades básicas de saúde, uma vez que, na realidade analisada, um assistente social atende aos serviços de assistência social em três unidades básicas de saúde distintas, fato este que não lhe permite uma atuação mais efetiva e ampliada junto aos idosos.

### **Referências**

ALVES, J. E. D. **Envelhecimento, longevidade e longevidade da população brasileira.** Longevidade Adunicamp. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2KysWjW>. Acesso em: 16 jun. 2018.

---

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/37sKQfk>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3o3XOqc>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3730cHo>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3p3Qj44>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/39VAAgS>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sigresidência Multiprofissional.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3qHWIYC>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_envelhecimento\\_v12.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf). Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica n.º 19.** Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3sKsY9L>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 399. Pacto pela Saúde.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3oe3XRm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.395, de 10 de outubro de 2006.** Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528/GM.** Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3pbsc3y>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRAVO, M. I. S.; LOBATO, A. T. G.; VASCONCELLOS, A. M. **Serviço Social e Envelhecimento: perspectivas de trabalho do Assistente Social na área da saúde.** Saúde e serviço social. 5. ed. Rio de Janeiro: UERJ. 2012.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. **Envelhecimento ativo: um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: ILC- Brasil, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2NprRw1>. Acesso em: 25 ago. 2020.

---

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2010.

ESCOBAR, K. A. do A.; SOUZA, F. A. de. Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 30, p. 47-55, 2016.

FERNANDES, M. T. O.; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/360nFt2>. Acesso em: 17 jun. 2018.

OLIVEIRA T. C. R de.; PEREIRA, A. R.; WERNER, R. C. Atribuições do assistente social no atendimento à pessoa idosa na atenção básica de saúde. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3c72F7A>. Acesso em: 17 jun. 2018.

ROUGEMONT, F. dos R. Da Longevidade à velhice. **Primeiro estudos**, São Paulo, n. 2, p. 12-27, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ixl3rD> Acesso em: 16 jun. 2018.

VEGA. A. Longevidade – um conceito, uma realidade, muitas decisões. **Eduvir**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3o4EnNZ>. Acesso em: 25 ago. 2020

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO HOSPITAL GERAL DE MANACAPURU: atendimento de forma humana e acolhedora no setor da recepção e classificação de risco

**Humanized hosting at manacapuru general hospital: human and receptive care in the risk reception and classification.**

Rozilane Lopes de Oliveira <sup>1</sup>

Thalita Martins Macena <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo fundamentar a extrema importância do acolhimento humanizado no hospital Geral de Manacapuru-AM: atendimento de forma humana e acolhedora no setor da recepção e classificação de risco, compreendendo a historicidade, limitações e potencialidades em atender o outro, num contexto social, inseridas entre a esfera pública e a distribuição de bens e serviços, além de compreender as expressões da questão social que configuram o cotidiano na área da saúde, caracterizadas pelos processos de exclusão, buscando alternativas que visem entender o processo de humanização nesses setores como um dos fatores determinantes para que haja um atendimento qualificado no ato de acolher o outro em suas demandas sociais.

Palavras-chave: Compreender. Acolher. Processos.

**Abstract:** The present study aims to substantiate the extreme importance of the humanized care at the General Hospital of Manacapuru-AM: welcoming care in the reception and risk classification sector, understand the historicity, limitations and potentialities of serving in a social context, inserted between the public sphere and the distribution of goods and services. In addition, to understanding the expressions of the social question, which configure daily life in the health area, characterized by exclusion processes, in the search for alternatives aimed at understanding the process of humanization in these sectors as one of the determining factors for a qualified attendance in the act of welcome the other in their social demands.

Keywords: Understand. To welcome. Processes.

## Introdução

Compreender o processo de humanização na saúde nos exige uma análise mais aprofundada sobre o tema em relação aos usuários e aos fatores determinantes que fizeram com que o SUS se estabelecesse no modelo atual. Sabemos que a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) se deu após inúmeros movimentos sociais em prol de melhorias e condições dignas de vida para a população, sendo estes marcados pela reforma sanitária, que teve início na década de 70, e consolidado na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986. Estes movimentos sociais garantiram o SUS como direito de todos e dever do Estado, e que fosse incorporado na Constituição Federal brasileira, através do artigo 194, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988). Daí por diante, a saúde passa a ser reconhecida como direito fundamental do ser humano e dever do Estado.

Para a consolidação do SUS, a Lei 8.080/1990, no artigo 3º, aponta que a saúde não está reduzida à ausência da doença, mas, sim, a uma vida de qualidade com acesso a renda, educação, alimentação, saneamento básico, moradia, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer e acesso aos bens e serviços essenciais. A partir destes, foram formulados os princípios norteadores do SUS: universalidade, integralidade, autonomia e igualdade. Porém, mesmo que a regulamenta-

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: www.uniasselvi.com.br.

---

ção do SUS tenha se configurado como um marco jurídico da seguridade social, o sistema ainda enfrenta vários obstáculos para sua efetivação na íntegra.

Para o enfrentamento desses obstáculos e conflitos recorrentes, o Ministério da Saúde, de forma estratégica, criou, no ano 2000, o Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH), vindo propor mudanças no padrão de atendimento aos usuários que procuram a rede pública de hospitais. Em 2003, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi criada a Política Nacional de Humanização (PNH), tendo por objetivo a “valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo da saúde: usuários, trabalhadores e gestores” (BRASIL, 2012, p. 8), com vistas à efetivação dos principais norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para melhor nos situarmos diante dessa temática, fizemos um recorte da humanização a partir de entrevistas com usuários e profissionais do Hospital Geral de Manacapuru (HGM)-AM.

### **Referencial teórico**

A partir de 2000, com a IX Conferência Nacional de Saúde (CNS), intensificam-se os debates em torno da importância do acolhimento na perspectiva de humanização da saúde, visto que, de um lado, encontravam-se os usuários que buscavam atenção com acolhimento e, de outro, os profissionais que reivindicavam melhores condições de trabalho (BENEVIDES; PASSOS, 2005).

A candidatura e eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um representante escolhido pelo povo por fazer parte da massa operária e por conhecer os anseios da população, foi de grande significado, sendo um marco histórico na política brasileira. Essa conquista veio ao encontro da expectativa de uma nação que clamava por mudanças. Mesmo com o SUS chegando a esse governo sem muita energia por parte das instituições, a esperança era que, após sua posse, essa realidade tomasse rumos diferentes.

Então, no ano de 2003, visando aprimorar os serviços ofertados pelo SUS, o presidente e o Ministério da Saúde criaram a Política Nacional de Humanização (PNH), para que possibilitasse e garantisse aos usuários serviços de qualidade no âmbito hospitalar público, em prol de novas possibilidades, modificando a conjuntura em que o país se encontrava. Sobre a humanização na saúde, em novembro de 2003, foi realizada em Brasília a oficina nacional do Humaniza SUS, surgindo aí a PNH, momento marcado pela socialização do trabalho de longa data pela equipe do Ministério da Saúde, promovendo mudanças nas ações desenvolvidas anteriormente, alterando as formas de acolher, estendendo o alcance dessas ações a todos que dela necessitavam.

Ao evidenciarmos os problemas que eram recorrentes na área da saúde que antecederam a PNH, e ao avaliarmos essa política após sua implantação, entendemos que ela ganhou institucionalidade, mas não minimizou os problemas (dramas, queixas) que motivaram a sua criação.

A Lei federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, foi uma das primeiras propostas do Governo para que a Política Nacional de Humanização (PNH) fosse efetivada. Conhecida como Lei do Acompanhante, ela foi aplicada inicialmente às gestantes, determinando que os serviços de saúde pública permitam à gestante o direito ao acompanhante durante todo o trabalho de parto, válida para parto normal ou cesariana, podendo esse acompanhante ter menos de dezoito anos, desde que tenha participado de encontro para orientações de como proceder como acompanhante. Entretanto, a parturiente pode optar por não ter acompanhante algum.

Em 2003, foi então realizada a XII Conferência Nacional de Saúde, que retomou o debate em torno da universalidade, acesso, acolhimento aos usuários e valorização dos trabalhadores (BRASIL, 2004). Assim, foi lançada naquele mesmo ano a Política Nacional de Humanização, que veio afirmar a indissociabilidade entre atenção e gestão dos processos de produção de saúde, assegurando a inclusão dos usuários, trabalhadores e gestão nos serviços de saúde, impulsionando ações para disparar processos no plano das políticas públicas, visando à transformação nos modelos de atenção e gestão da saúde vigentes.

---

Conforme Brasil (2004), a Política Nacional de Humanização, também denominada Humaniza SUS, foi desenvolvida de modo a qualificar o SUS e estabelecer suas diretrizes. Essa política foi criada em resposta às evidências do despreparo dos profissionais de saúde para lidarem com a dimensão subjetiva do cuidado, juntamente com a persistência dos modelos centralizados e verticais, que desapropriam o trabalhador de seu processo de trabalho.

Ao analisarmos o cenário local, pode-se observar inúmeras deficiências nos serviços relacionados ao acolhimento humanizado por parte desse sistema. A falta de valorização aos usuários que buscam os serviços, a carência de recursos humanos, a falta de empatia ao próximo, por vezes, provocam situações constrangedoras não só para os usuários, mas também para os profissionais que não sabem se posicionar diante das demandas que dependem de um pouco mais de atenção, realizando um atendimento superficial e despersonalizado. Acredita-se que a falta de atendimento humanizado seja uma expressão visível da questão social, visto que pratica o atendimento de forma excludente, evidenciando uma fria realidade presente em vários setores da área da saúde. Podemos visualizar ainda o excesso de pacientes em busca de um serviço ineficiente, a baixa capacidade resolutiva e a desvalorização do usuário como principal agente de mudanças em prol do bem-estar coletivo.

Nesse sentido, Pessini e Bertachini (2004) afirmam que:

Numa primeira aproximação à questão da humanização da dor e do sofrimento humano no contexto hospitalar, constatamos que passamos por uma profunda crise de humanismo. Falamos insistentemente de ambientes desumanizados, tecnicamente perfeitos, mas sem alma e ternura humana. A pessoa humana vulnerabilizada pela doença deixou de ser o centro das atenções e passou a ser industrializada em função de um determinado fim, que pode variar, transformá-la em objeto de aprendizado, usá-la em benefício do status do pesquisador, tratá-la como cobaia de pesquisas (2004, p. 12).

Outra forma de desumanização está relacionada nomeadamente à relação como doente, com o anonimato, a despersonalização desse ser, a falta de privacidade, a aglomeração, a falta de preparo psicológico e de informações, bem como a falta de ética e a quebra de sigilo por parte de alguns profissionais: o doente torna-se um número, um caso, uma patologia, objeto de estudos e deixa de ser o centro de interesses, de ser um sujeito em sua totalidade.

Com essas observações, evidencia-se diversas barreiras e dificuldades na efetiva humanização na saúde. Cabe a todos os agentes envolvidos nesse processo, a formação e implementação que objetivem a individualidade dos sujeitos e suas subjetividades, propondo um olhar diferenciado que busque a integridade, respeitando seus limites e possibilidades, proporcionando livre acesso aos serviços de qualidade.

Para Linton (1992, p. 122), a humanização de ambientes hospitalares torna o paciente o centro das atenções. Ele entende como indivisível a relação existente entre corpo, mente e espírito, considerando a qualidade do ambiente e a influência, física ou psicológica que ele exerce sobre o paciente, uma contribuição fundamental para o processo de tratamento.

Dessa forma, ver o outro, o usuário, como sujeito com suas complexidades, exige novos cuidados que devem ser empregados nesse encontro, de forma mais humanizada, baseando-se em uma conduta inclusiva, de um “estar com” e um “estar perto”, valorizando o atendimento integral, no qual deve existir uma escuta ativa e resolutiva, dinâmica, de empatia e de estabelecimento de vínculos (BRASIL, 2004).

O enfoque à saúde apresenta-se numa dimensão ampliada, relacionada às condições de vida inseridas em um contexto sociopolítico e econômico (MARQUES; SOUZA, 2010). Os serviços de saúde humanizados implicam transformar o próprio modo como se concede ao usuário um serviço de saúde que garanta ações técnicas, políticas e eticamente seguras, prestadas por trabalhadores responsáveis.

Brehmer e Verdi (2010) afirmam que o acolhimento é como uma política de humanização, que traduz a ação humana de reconhecer a dimensão subjetiva do ser humano, conside-

---

rando-o com sujeito histórico, social e cultural. Para os autores, o acolhimento não se resume à prática de ouvir, tornando-se um ato mecânico, mas inclui também a capacidade humana de escutar e de estar atento ao outro.

Quando o profissional reconhece as necessidades do usuário e as demandas mais relevantes, são grandes as possibilidades de intervenções a serem buscadas, e o acolhimento humanizado é a fase inicial, tido como porta de acesso aos serviços públicos. Após observarmos a conduta antiética de profissionais da referida instituição, mais especificamente na recepção, e as queixas recorrentes quanto à forma desse acolhimento, houve uma grande necessidade de nos aprofundarmos no tema, a fim de redirecionarmos nossas ações e, assim, criarmos mecanismos que nos possibilitassem intervir nessa realidade. Verifica-se, então, a necessidade de propor medidas que objetivem o acolhimento como fator essencial para um atendimento de qualidade, proporcionando ao usuário a construção de vínculos com toda a equipe de colaboradores, fazendo com que essa interação usuário-profissional objetive o bem-estar mútuo e a cordialidade.

Percebe-se a dificuldade dos profissionais de saúde em adaptar-se e compreender o acolhimento como prática inerente aos serviços de saúde, o que causa um desgosto, uma vez que, em alguns setores, esses profissionais sofrem pela falta de capacitação para lidar com essa prática. O que se observa é a desmotivação na realização do acolhimento, impedindo que essa seja uma atividade prazerosa para o profissional de saúde.

### **Metodologia**

No processo de estudo, foi realizado um levantamento de demandas mais evidentes, relatórios diários referente a elas e coleta de dados que nos possibilitou a intervenção.

Utilizou-se a abordagem qualitativa, permitindo compreender o sentimento dos usuários e suas opiniões, referentes às formas de acolher por parte da instituição e seus colaboradores.

Concorda-se com Minayo (1992, p. 2) que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com os significados de uma realidade social a partir da realidade vivida pelo ser humano”.

Foram definidos como sujeitos dessa pesquisa usuários/pacientes dos serviços de saúde prestados por essa instituição e funcionários, principalmente no setor da recepção onde se realiza o acolhimento inicial para encaminhar aos demais serviços, e a assistência social dessa instituição, com orientadora de campo e acadêmica bacharel em serviço social. Porém, devido à dimensão dos usuários que utilizam os serviços ofertados, a pesquisa foi aplicada somente a cem usuários de todas as enfermarias da instituição.

### **Resultados e discussão**

A humanização da assistência à saúde é uma demanda crescente, envolve inúmeras dimensões que são complexas e mutuamente influenciáveis. Nisso, ressalta-se a necessidade de um maior autoconhecimento por parte dos profissionais e de suas competências para a efetivação e aplicabilidade eficaz dos instrumentais, indo ao encontro das necessidades tanto do profissional quanto do usuário. A humanização no ambiente hospitalar não deve ser centrada unicamente em fatores motivacionais ou emotivos, é necessário que se assuma, nesse processo de inclusão ao ambiente, uma conduta ética, profissional e responsável, a fim de vislumbrar a assistência de forma equânime, e com acolhimento de qualidade.

### **Considerações finais**

O Hospital Lázaro Reis é um complexo hospitalar que presta serviços de urgência, internações e cirurgias de média e alta complexidade, encaminhando os casos não tratáveis ali para os hospitais da cidade de Manaus com transporte do próprio município. Manacapuru é um município polo do sistema de saúde na região metropolitana de Manaus. Tanto o hospital quanto a maternidade

---

atendem não só os 94 mil habitantes do município, mas também moradores das cidades de Novo Airão, Iranduba, Manaquiri, Anori, Caapiranga, Anamã, Beruri e outras localidades do entorno.

A qualidade nos serviços e nos bens de saúde ofertados aos usuários está interligada a determinantes políticos, sociais e econômicos. Essa qualidade nos serviços prestados deve, portanto, ser de responsabilidade de vários atores sociais, incluindo não apenas o Estado, mas também toda a sociedade civil. Justifica-se a relevância temática sobre o acolhimento humanizado aos usuários do SUS, uma vez que a oferta desse atendimento se articula em um processo dinâmico, de construção social, criando uma dialética interativa, consciente e transformadora na vida dos atores sociais envolvidos no atendimento na saúde pública, porém priorizando que o ato de acolher de forma humana independe de ser público ou privado.

No sistema de saúde, o acolhimento pode significar facilidade no acesso dos usuários às unidades de saúde, ao oferecimento de uma assistência adequada para tanto. Ele se dá na melhoria do cuidado e da resolutividade da assistência prestada.

Um dos principais problemas para a implantação do acolhimento junto ao SUS são os recursos humanos, principalmente no campo de sua preparação, relativos à integração ensino-serviço e à qualificação do pessoal.

O quadro da realidade nos hospitais da rede SUS tem apontado cada vez mais para situações “desumanas” e, muitas vezes, cruéis, não só por uma desestruturação da rede, em consequência de inúmeros fatores específicos do setor saúde, mas também pelo fato do Brasil ser um país onde imperam as desigualdades sociais, a falta de emprego, de moradia e de condições de vidas dignas que interferem diretamente na saúde da população.

Os hospitais do SUS, há anos, estão a exigir mudanças tanto na reorganização da rede como na infraestrutura de trabalho e na qualificação dos profissionais, assim como uma mudança de atitudes por parte de todos, mas sabemos que tratar da saúde de uma população está diretamente ligado a melhores condições de vida, implicando trabalho, moradia, escola, alimentação adequada e, acima de tudo, dignidade, o que não acontece na prática e no cotidiano de muitas pessoas.

A humanização é entendida como valor na medida em que resgata o respeito à vida humana. “Abrange circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano”, segundo as palavras de Mezzomo (2002, p. 14-15).

O acolhimento não se restringe a um espaço ou local, mas exige uma postura humana. Não pressupõe horário e profissional específico, implica compartilhar saberes, necessidades, possibilidades, angústias e invenções. Diferencia-se da triagem, por não constituir uma etapa do processo, mas como ação que deve ocorrer em todos os locais e momentos dos serviços de saúde (BRASIL, 2004).

Em sua política de humanização, o Ministério da Saúde se apropriou de diversas ferramentas para estabelecer redes, vínculos e a corresponsabilização entre usuários, trabalhadores e gestores. O que se pode afirmar é que o acolhimento, pelo fato de possibilitar a humanização do atendimento, sugere a garantia de acesso, entendido como ingresso e apropriação do serviço de saúde oferecido. O atendimento multiprofissional, por si só, faz com que não haja uma integração efetiva, uma vez que os profissionais centralizam seus conhecimentos específicos de cada área no atendimento da demanda apresentada. Porém, entende-se, também, a necessidade de um trabalho interdisciplinar para o atendimento articulado das diferentes profissões em torno de objetivos comuns, para que, em conjunto, os diferentes profissionais possam alcançar o atendimento integral ao usuário, conforme estabelecido na Lei que regulamenta o SUS.

Conclui-se que os conhecimentos aqui abordados são primordiais, de tal maneira que todos venham a sabê-los, defendê-los e praticá-los. É uma responsabilidade social de todo cidadão, promovida através do comprometimento de toda uma sociedade.

---

## Referências

- ALVES, F. L.; MIOTO, R. C. I.; GERBER, L. M. L. A Política Nacional de Humanização e o Serviço Social: elementos para o debate. **Serviço Social e Saúde**. Ano VI, n. 6, p. 35- 32.
- BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 398-406, mar./ago, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da 12ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sérgio Arouca**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3p9AnNC>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BREHMER, L. C. F.; VERDI, M. Acolhimento na Atenção Básica: reflexões éticas sobre a atenção à saúde dos usuários. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 3, p. 3569-3577, nov. 2010.
- CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paideia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CAMPOS, T. C. P. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 1995.
- CARVALHO, C. A. *et al.* Acolhimento aos usuários: uma revisão sistemática do atendimento no Sistema Único de Saúde. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 15, n. 2, p. 93-95, abr./jun. 2008.
- CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- HECKERT, A. L. C.; PASSOS, E.; BARROS, M. E. B. Um seminário dispositivo: a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) em debate. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 493-502, 2009.
- LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LINTON, P. E. Creating a total healing environment. *In: Symposium on Healthcare Design*, 5, 1992, San Diego. **Innovations in Healthcare Design: selected presentations from the first five Symposia on Healthcare Design**. New York: Sara O. Marberry, 1995. p. 121-132.
- LOPES, A. S. **Acolhimento prescrito x real: uma análise sobre as relações entre trabalhadores e usuários na Estratégia Saúde da Família**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- MARQUES, I. R.; SOUZA, A. R. Tecnologia e humanização em ambientes intensivos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 141-144, jan./fev. 2010.
- MEZZOMO, A. A. **Humanização Hospitalar**. Fortaleza: Realce Editora, 2002.
- MINAYO M. C. S (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: vozes, 1994.

---

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. Hucitec/Abrasco: São Paulo, 1992.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. **Humanização e Cuidados Paliativos**. São Paulo: Edições Loyola/Centro Universitário São Camilo, 2004.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# APLICAÇÃO DAS CONDICIONALIDADES COM OS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO SETOR DO CADASTRO ÚNICO NA CIDADE DE BATALHA (PI)

**Application of conditionalities with the users of the family bag program in the single registry sector in the city of Batalha (PI)**

Natália Marques do Amaral <sup>1</sup>

Maria do Perpetuo Socorro Barbosa Lustosa <sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo é fruto de estudo realizado no setor do Cadastro único do Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Batalha, Piauí, entre os meses de fevereiro e julho de 2019. O objetivo geral é de analisar os motivos que levaram a família a não utilizar os recursos corretamente. Trata-se de um estudo investigativo de caráter teórico e prático, embasado na revisão bibliográfica de caráter descritivo. A pesquisa é de cunho quantitativo e se deu através da observação assistemática de forma espontânea e informal com coordenador e beneficiários do Programa Bolsa Família. O resultado alcançado emergiu-se de recursos utilizados com outra finalidade que não seja a erradicação da pobreza pelas famílias, nada mais é do que há falta de instrução sobre as condicionalidades, seja saúde, educação, atualização cadastral, bem como a essência do programa com que está sendo gasto o dinheiro. Conclui-se que é de fundamental importância a participação ativa da população com os responsáveis por essas informações acerca do benefício de transferência de renda para desmistificarem os achados acerca de gastos desses benefícios com outros fins, que fogem das condicionalidades do programa, tornando-o ineficiente. Acredita-se que estudos como este podem provocar debates de grande relevância com usuários do Programa Bolsa Família, contribuindo para usar adequadamente o recurso conforme os critérios do programa.

Palavras-chave: Bolsa Família. Condicionalidades. Beneficiários.

**Abstract:** The article is the result of a study carried out in the sector of the Single Family Grant Program (PBF), in the city of Batalha, Piauí, between february and july, 2019. The objective is to do an analyzing the reasons that led the family to not use the resources correctly. It is an investigative study of theoretical and practical character, based on the bibliographic review of descriptive character. The research is of a quantitative nature and was given through unsystematic observation in a spontaneous and informal way with coordinator and beneficiaries of the Bolsa Família Program. The result obtained emerges from resources used for a purpose other than the eradication of poverty by the families, it is nothing more than a lack of education on the conditionalities, be it health, education, updating cadastral as well as the essence of the program with which money is being spent. It is concluded that it is of fundamental importance the active participation of the population with those responsible for this information about the benefit of transfer of income to demystify the findings about the expenses of the benefits with other ends that escape the conditionalities of the program making it inefficient. We believe that studies like this can provoke debates of great relevance with users of the Bolsa Família Program, contributing to the proper use of the resource according to the of the program criterion.

Keywords: Bolsa Família. Conditionalities. Beneficiaries.

## Introdução

O Brasil, desde a época do Período Colonial, foi um país repleto de segregações, porém, ao longo do tempo, tornou-se um território de grandes conquistas. É notório que ainda haja muitas desigualdades entre o povo brasileiro. No entanto, foi verificado que há também uma onda de crescimento se intensificando no Brasil, mais precisamente após a criação da Constituição Federal de 1988, em que um dos objetivos principais da nação brasileira consiste em preservar a dignidade da pessoa humana, protegendo seus direitos, tais como o trabalho, educação, alimentação, saúde e moradia digna. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2015, s.p.).

Muitos foram os líderes políticos que governaram o nosso país ao longo dos anos. Muitos recursos foram empregados por esses gestores no Brasil, a fim de intensificar os benefícios para os cidadãos, previstos na Constituição Federal. Um desses meios foi a criação do Programa Social de Transferência de Renda, chamado Bolsa Família, que foi instituído no ano de 2004, com a finalidade de somar as necessidades de seus beneficiários no que diz respeito ao combate da pobreza e da fome. Desde a sua criação, o programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo país até hoje. Apesar disso, o programa ainda é criticado por uma grande parte dos gestores governamentais, às vezes, pela mídia e pela própria população.

Assim, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005) e a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) definem na rede socioambiental benefícios, dentre os quais se situam os de transferência de renda. No Brasil, a trajetória de criação dos Programas de Transferência acompanham o avanço e surgimento de centros urbanos industriais e junto à criação de políticas de Proteção Social ou de iniciativa pública e da sociedade onde se operacionalizam benefícios, serviços, programas e projetos em articulação com o sistema de proteção social.

A principal crítica que se faz a respeito desse programa é de como são determinados os critérios de inserção da família no programa, bem como há certo ar de rejeição da população relativamente mais instruída e que, geralmente, não recebe benefícios do programa. Além disso, outra crítica feita sobre o programa é a de que ele funciona como estratégia do governo para obtenção de votos, com a pretensão de conter a população na busca de seus reais direitos, pois baseia-se na transferência direta de renda. Segundo os críticos, o programa traz um resultado diferente do pretendido com sua instrução, ou seja, em vez de contribuir para a superação da pobreza, está estimulando a ociosidade e dependência dessas famílias, tornando a população cada vez mais acomodada.

Ressalta-se aqui, principalmente, a constante desvinculação de famílias do Programa devido ao descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo sistema. Diante disso, devemos buscar o real motivo desses descumprimentos e analisar se tal fato é ônus apenas dos beneficiários ou se a Administração Pública não tem responsabilidades em relação a isso.

A escolha dessa temática surgiu da necessidade de mostrar a realidade social de cidadãos da cidade de Batalha (PI), beneficiados com o Programa Bolsa Família, destacando a possibilidade de muitas irregularidades. Dessa forma, busca-se, por meio deste artigo de pesquisa, investigar se os recursos estão adequados para a realidade das famílias que estão inseridas no programa e, sobretudo, auxiliar a coordenação do Programa Bolsa Família a identificar um perfil dessas famílias quanto às condicionalidades no referido município.

Diante da obtenção da problemática, no que diz respeito ao Programa Bolsa Família e suas condicionalidades, tem-se como objetivo geral analisar os motivos que levaram famílias a não utilizar o recurso corretamente, cabendo uma reflexão sobre o não cumprimento das condicionalidades, sendo que o benefício é desviado para outros fins. Como objetivos específicos, deve-se verificar como deve ser utilizado o recurso do Bolsa Família; reconhecer a importância das condicionalidades do recurso; relatar a importância de cumprir as condicionalidades.

Para atender ao método proposto neste estudo, utilizamos a revisão bibliográfica como abordagem investigativa na análise e reflexão de textos e estudos durante o curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e desigualdade social – EPDS, além da reflexão crítica da urgência na Assistência Social – Setor do Bolsa Família.

Entretanto, usamos a pesquisa quantitativa, conforme Deslandes *et al.* (1993). Esta pesquisa refere-se às ciências sociais, com o nível de realidade que não pode se quantificar, ou seja, ela pode trabalhar com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, porque corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que

---

não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Vale ressaltar a importância da pesquisa bibliográfica conforme Gil (2002, p. 45): “Na qual reside em permitir ao investigador na cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela do que poderia pesquisar diretamente”.

Essas ações expositivas são mecanismos que servem para reforçar o acesso dos mais pobres aos direitos básicos, contribuindo para romper o ciclo de continuidade da pobreza entre as gerações e seu monitoramento contínuo na identificação de riscos e vulnerabilidades sociais que dificultam o acesso das famílias a informações e serviços sociais que lhes sejam de direito.

### **Fundamentação Teórica**

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de saúde e educação. É responsabilidade do poder público garantir acesso a esses serviços, uma vez que eles são direitos sociais assegurados constitucionalmente, ou seja, o acompanhamento das condicionalidades do programa busca identificar os motivos que impedem o acesso das famílias aos serviços sociais básicos.

As famílias que não cumprem às condicionalidades estão sujeitas a efeitos gradativos, que vão desde a notificação da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar à exclusão da família do Programa e, principalmente, permitir aos novos governos identificar o acompanhamento à família para que os problemas que causaram o descumprimento possam ser resolvidos.

É dever das famílias beneficiadas cumprir taxativamente as condicionalidades do Programa, pois, caso contrário, como já foi citado, o Estado tem obrigação de suspender tal benefício. São condições essenciais para que a família possa ser beneficiada com o programa:

Correspondendo aos ditames do ideário neoliberal, o PBF fundamenta-se no princípio da eficiência e, daí, a intervenção estatal de forma seletiva e focalizada na gestão da pobreza (IVO, 2004).

O PBF, regulamentado pela Lei nº 10.836/20042, objetiva a superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza nas famílias por meio da transferência de renda com condicionalidades impostas a famílias em condições de pobreza absoluta. Nesse Programa, são inseridas as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade que se submetem às condicionalidades aí definidas.

O público alvo do PBF é delimitado pela renda. Os valores do benefício variam de acordo com a renda apresentada por elas, bem como de acordo com o número de crianças, adolescentes, gestantes ou nutrízes que as compõem. Esses valores são distribuídos em duas categorias: benefício básico e benefícios variáveis (GALVÃO; LEPIKSON 2016, p. 4).

A tabela 1 resume os benefícios pagos, os valores e os critérios para o recebimento de cada benefício.

**Tabela 1.** Valores dos benefícios do Programa Bolsa Família.

<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>	<b>Critério/ Perfil da família</b>	<b>Limite de benefícios por família</b>
Benefício Básico	R\$ 89,00	Famílias com renda mensal por pessoa per capita de até R\$ 89,00	Não se aplica
Benefício Variável (criança ou adolescente)	R\$ 41,00	Famílias com renda de até R\$ 178,00 com adolescentes de até 15 anos.	Até 5 benefícios
Benefício Variável Jovem (BVJ)	R\$ 48,00	Famílias com renda de até R\$ 178,00 com adolescentes de 16 e 17 anos.	Até 2 benefícios
Benefício Variável a Gestante (BVG)	Nove parcelas de R\$ 41,00	É vinculado o número de Identificação Social (NIS) da gestante beneficiária do PBF, podendo ser concedido mais de um benefício na família.	Durante a gestação
Benefício Variável Nutriz (BVN)	Seis parcelas de R\$ 41,00	Famílias que tenham crianças com até seis meses de vida.	Até 5 benefícios
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Variável depende do grupo familiar.		Apenas complemento enquanto a família permanece na pobreza.

Fonte: Galvão e Lepikson (2016, p. 4-5).

Para que as famílias recebam o benefício, é necessário o cumprimento de uma série de compromissos, ou melhor, de condicionalidades. Em situações em que as condicionalidades não são cumpridas pelas famílias, estas são submetidas aos chamados efeitos do descumprimento (antes chamados sanções): advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício monetário (GALVÃO; LEPIKSON, 2016, p. 5).

A gestão das condicionalidades do PBF, portanto, requer um sistema de controle, que em nome da eficácia se estrutura de modo a estar munido contra situações fraudulentas. A preocupação com o controle das fraudes no processo de inclusão das famílias beneficiárias no PBF é encontrada na portaria nº 177 de 16/06/2011, que dispõe sobre os “Procedimentos para Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”, em que se dedica uma sessão exclusiva para tratar das Medidas de Controle e Prevenção de Fraudes e Inconsistências Cadastrais.

Essa compreensão preocupada com o aspecto punitivo em causa de fraudes no PBF é reforçada no artigo 27 da referida portaria, quando dispõe:

V – adoção de medidas para o *controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais*, disponibilizando, ainda, canais para o *recebimento de denúncias*; VI – adoção de procedimentos que *certifiquem a veracidade dos dados*; VII – zelo pela guarda e sigilo das informações coletadas e digitadas (BRASIL, 2011, p. 14, grifo nosso).

O monitoramento contínuo da assiduidade dos alunos integra as chamadas condicionalidades do Bolsa Família, que são compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de saúde e educação. Manter os filhos na escola está entre as condições para que as famílias sigam recebendo o benefício.

---

O Programa Bolsa Família é um exemplo de política de transferência de renda que contribuiu para redução da pobreza e da desigualdade social sendo este um caminho para o desenvolvimento, pois através do acesso à renda de muitas famílias mostram avanços significativos em seu bem-estar social, seja no acesso a saúde, educação, alimentação, trabalho entre outras.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo quantiquantitativo, por meio da observação assistemática embasado na revisão bibliográfica de caráter descritivo. A revisão de bibliográfica é o deliamento de um estudo secundário através de outros estudos, ditos primários, que são analisados de forma criteriosa e avaliados quanto a sua qualidade científica para serem incluídos, ou não, numa análise.

A pesquisa se deu assistemática e do tipo quatiquantitativa, com coordenador e beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Batalha, Piauí. A coleta de dados se deu através da observação assistemática entre os meses de fevereiro e julho de 2019, por intermédio do secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social – SMTAS, no município de Batalha.

### **Resultados e Discussões**

A partir do mês de fevereiro de 2019, iniciou-se o levantamento de dados através da observação assistemática e vivência em campo, bem como através das bibliografias disponíveis e avaliação com coordenador do Programa Bolsa Família e usuários beneficiados da cidade de Batalha, no intuito de coleta de dados mais precisos. Contudo, tais dados foram disponibilizados. A seguir, a relação das informações cedidas.

**Quadro 1.** Informações Cedidas.

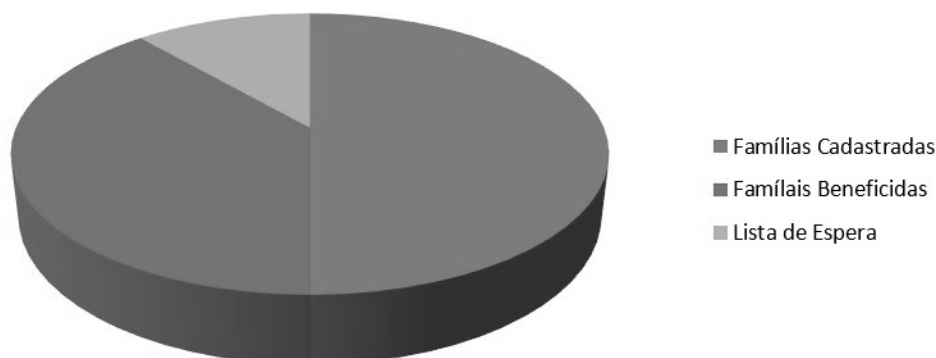
<b>Número de famílias cadastradas no programa bolsa família pelo município</b>	<b>Famílias que recebem o benefício.</b>	<b>Famílias que estão na lista de espera.</b>	<b>Famílias cadastradas que não obedecem às condicionalidades</b>
Aproximadamente 6.409 famílias	4.943 famílias	Aproximadamente 1.466 famílias	0 (nenhuma família)

Fontes: Os autores (2019).

Vale ressaltar que o município de Batalha é considerado pequeno porte II de uma abrangência territorial de 25.744 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 1. Abrangência territorial de município de Batalha (PI).

### Perfil do PBF em Batalha (PI)



Fonte: Os autores (2019).

Com relação ao cadastro e as condicionalidades, foi se indagando a respeito das informações dessas condições à família, a coordenadora afirma que na sede do referido programa tem-se cartazes sobre o cumprimento das condicionalidades, que está exposto em local visível para que todas as famílias possam ler.

Desta forma, observa-se que esses dados são de grande importância para a construção da pesquisa social, desta forma é pertinente que se haja a coleta de informações no campo em que é realizado este tipo de trabalho. Como é verificado no gráfico, a metade das famílias cadastradas ainda estão na lista de espera e devido ao grande número de beneficiários que foram excluídos ou ainda não tiveram, a oportunidade de serem inseridos como beneficiários, ou ainda, tiveram alguma outra repercussão negativa devido ao descumprimento das condicionalidades. Com relação a isso, Gil (1999, p. 99) cita:

De todo modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas grandes pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõe o universo.

De forma geral, pode-se verificar que apesar do Programa Bolsa Família ter sido criado em prol de beneficiar as famílias menos favorecidas, este trabalho verifica-se que ainda há uma grande parcela da população que não está sendo beneficiada, ou seja, é necessário que haja estratégias que deem prioridade àquelas famílias que se enquadrem no caráter de urgência com o propósito de erradicar a pobreza extrema.

Com a análise desta temática, foi possível verificar, na cidade de Batalha, o velho problema da transferência direta de renda que é à base do Programa Bolsa Família. Este problema consiste na má utilização do benefício por parte dos usuários e uma espécie de “habituação”, que leva famílias que se beneficiam com estes rendimentos, a não quererem mais sair do Programa e, conseqüentemente, não se esforçando para romper a linha da pobreza.

#### Considerações Finais

Conclui-se que o presente artigo será de grande importância para verificação da situação de muitas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família na cidade de Batalha. Além disso, mais importante ainda é atuação da sociedade junto à Administração Pública, para exigir seus devidos direitos e não “levar a culpa” sozinho por não ter acesso a serviços sociais básicos, que acima de tudo são previstos em Lei.

---

Constatando também como proposto no objetivo geral do presente trabalho, pode-se dizer que os recursos utilizados com outra finalidade que não seja a erradicação da fome pelas famílias, nada mais do que há falta de instrução sobre as condicionalidades e essência desse programa, portanto é fundamental a participação mais aberta da população com os responsáveis por essas informações; entretanto o dinheiro tem outros fins de consumo que acaba desviando a essência do programa gerando contradições e ineficiência no benefício de transferência de renda dentro das políticas afirmativas.

Desta forma, pode-se dizer que o estudo foi de grande valia, não apenas para os profissionais, como também para o município e a sociedade em geral, pois, através dele foi possível esclarecer a propagação do programa no município de Batalha, de Piauí, bem como traçar rumos para os responsáveis possam tornar as cabíveis providências.

### Referências

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3sMzJYL>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011**. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Nqn11y>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Guia para o acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3o4JE8f>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/38UCwaJ>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Loas – lei orgânica de assistência social anotada**. 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2Nr14PZ>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://bit.ly/35FRvC9>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/39Vkm7F>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DESLANDES, S. *et al.* **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GALVÃO, A. P.; LEPIKSON, M. de F. P. Programa bolsa família: um estudo sobre os efeitos do descumprimento das condicionalidades. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 911-927, 2016.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# SERVIÇO SOCIAL: habitação e assistência social

## Social service: housing and social assistance

Débora de Andrade <sup>1</sup>

Kati Merli da Silva N. V. Melo <sup>1</sup>

Miriam Kellen Lemos da Silva <sup>1</sup>

Patricia Sardá <sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa os campos de atuação do assistente social, com relação às áreas de habitação e assistência social, visto que a questão social se solidifica ainda mais nos dias atuais, com altos índices de desigualdade, solidificando também as várias ramificações da questão social, e é, nesse ponto, que o assistente social, enquanto profissional capacitado, mais trabalha e interfere na realidade dos usuários das políticas públicas, com o objetivo da garantia de direitos, havendo um aprofundamento maior nas áreas de habitação e Assistência Social, campos que exigem uma demanda maior por parte dos profissionais. Para a elaboração deste artigo, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a entrevista da Assistente Social, Tatiane Lasta, que contribuiu de maneira construtiva e enriquecedora.

Palavras-chave: Assistente social. Serviço Social. Direitos. Assistência Social. Habitação.

**Abstract:** This work analyzes the fields of action of the social worker, referring to the areas of housing and social assistance, since the social issue is solidified even more nowadays, with high levels of inequality, also solidifying the various ramifications of the social issue, and it is at this point that the social worker as a trained professional works more and interferes in the reality of users of public policies, with the objective of guaranteeing rights, with a greater deepening in the areas of housing and Social Assistance, fields that demand greater demand from the professionals. To prepare this paper, bibliographic research and the interview of the Social Worker, Tatiane Lasta, were used, who contributed in a constructive and enriching way.

Keywords: Social worker. Social Service. Rights. Social assistance. Housing.

### Introdução

O presente artigo apresenta reflexões acerca do campo de atuação do Assistente Social, mais precisamente do Serviço Social e de Habitação, seus conceitos, suas distribuições e sua gênese, além de discutir temas como o nascimento da profissão e suas características e o grande movimento ocorrido no âmbito do Serviço Social latino-americano, chamado de processo de Reconceituação, e que mudou decisivamente os rumos da profissão no continente. Este movimento deslocou o debate da profissão do “Metodologismo”, até então, reinante para o debate das relações sociais nos marcos do capitalismo e, assim, passou a dar ampla visibilidade à política social como espaço de luta para a garantia dos direitos sociais.

Isso foi possível, por um lado, em razão da gênese da profissão vincular-se ao contexto de enfrentamento da questão social por meio das políticas sociais, assegurando as condições necessárias para a expansão do capitalismo monopolista. Esse debate, instaurado em torno da profissão e da relação visceral entre serviço social e política social, floresceu e aprofundou-se significativamente. Partindo-se da Constituição de 1988 (BRASIL, 1990), foi possível avançar no campo da política social, efetivando, de fato, os direitos de todo cidadão brasileiro e caracterizando, mais tarde, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante proteção social a todos os indivíduos que necessitarem.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

Este artigo também aborda o assunto habitação. É notório que habitar é bem mais que ter um simples espaço físico construído, trata-se, muitas vezes, de identidade, pois o ser humano, assegurado no tripé da seguridade social, tem seu direito a um habitat seguro e à moradia. Moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. Todos esses assuntos também articulam as ações.

O assistente social tem responsabilidades específicas e cruciais com relação a respaldar a desigualdade habitacional. A questão habitacional brasileira tornou-se uma forte expressão da questão social, sendo que a problemática da falta de habitação ocorre desde a época da abolição. O déficit habitacional é resultado do modelo econômico do país, que privilegia a concentração e a exclusão, contribuindo para a expansão da desigualdade social. O conceito de habitação se modificou ao longo dos anos, compreendida não somente como espaço físico de moradia, mas como a construção de uma vida segura e digna.

As demandas habitacionais emergem durante uma conjuntura marcada por mudanças, com a remodelação do espaço urbano durante o surgimento do capital industrial. A Política Nacional de Humanização (PNH) obedece a princípios e diretrizes e seu objetivo principal é a mobilização de recursos. Portanto, a garantia de moradia não pode ser vista como um favor ou algo que não supra a devida necessidade do usuário. Em virtude das demandas existentes na questão habitacional, é importante criar novos espaços ocupacionais para suprir as necessidades, a partir de programas de desenvolvimento social, sem esquecer do compromisso ético e político da profissão, que é mediar os conflitos existentes na sociedade, realizando suas atribuições privativas, de fato.

Durante alguns anos, a atividade profissional de serviço social na habitação tem proporcionado contato estreito com os problemas de populações residentes em meios sociais desfavorecidos, nomeadamente em bairros de habitação degradada, na maior parte dos casos, em condições habitacionais precárias.

Com relação à parte habitacional, este artigo apresenta uma entrevista realizada com a assistente social Tatiane Lasta, que vincula muito bem a teoria com a prática e contribui, de modo positivo, para a produção deste trabalho.

### **Referencial teórico**

A gênese do Serviço Social no Brasil, bem como a sua institucionalização, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho, surge na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, nas duas primeiras décadas do século XX, e está relacionada ao contexto de grandes mobilizações da classe operária que reivindicavam condições dignas de trabalho. Esses conflitos, advindos da relação capital/trabalho, põem em xeque a ordem societária estabelecida e a legitimação do Estado burguês da época.

Segundo Aguiar (1995, p. 31), a profissão “nasce ligada à igreja católica, a serviço de sua ideologia”. É preciso compreender que cada sociedade, em épocas distintas, sofre a influência de fatos históricos que ocorrem em contextos sociais com características próprias. A trajetória do Serviço Social não foi diferente, pois foi fortemente influenciado pela igreja católica, em conjunto ao Estado, que desenvolviam práticas de cunho assistencialista e paternalista, objetivando um controle social por meio do doutrinamento moral, propagando a responsabilização do indivíduo pela sua condição social. Portanto, o Serviço Social, em sua “fase inicial”, é pautado por um posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, “captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista” (FORTI; GUERRA, 2015, p. 99).

Com o passar do tempo, as sociedades modificaram-se e, conseqüentemente, as transformações históricas e sociais permitiram novas práticas de atuação profissional. Nas décadas de

---

1960 e 1970, surgiu o movimento de reconceituação, na América Latina, como um movimento crítico e dialético ao Serviço Social tradicional, que vinha de um período conservador. “A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 510).

Assim, o Serviço Social se torna uma forma de atuação preventiva e de promoção humana, e não mais vinculado com ações assistencialistas e benevolentes. O processo de renovação se dá no momento que há a ruptura com o Serviço Social “tradicional”, quando os profissionais agiam de forma burocratizada e paliativa, dando ênfase ao método funcionalista para com as questões sociais. O pensamento Marxista surge, então, para instigar o posicionamento crítico dos profissionais diante das desigualdades sociais na realidade brasileira burguesa. O repensar da profissão marcou indelevelmente o Serviço Social latino-americano, passando a ser uma profissão com base crítica e atenta para com a realidade capitalista e as questões sociais existentes.

Para Iamamoto (2015, p. 20), um dos maiores desafios que o assistente social presencia na contemporaneidade é “[...] decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo, e não só executivo”. As possibilidades estão dadas na realidade; cabe ao profissional apropriar-se dessas possibilidades e, como sujeito, transformá-las em projetos e frentes de trabalho.

### **Assistência social**

A profissão que opera a política de assistência social, por excelência, é o Serviço Social. O profissional de Serviço Social realiza um trabalho essencialmente socioeducativo e está qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas à condução das políticas sociais, públicas e privadas, como planejamento, organização, execução, entre outras. A lei que regulamenta a profissão de Serviço Social é a lei nº 8662/93 e, desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social do Brasil. Entende-se que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas sequelas da questão social brasileira, que, em outros termos, revela-se nas desigualdades sociais e econômicas – objeto da atuação profissional –, manifesta por pobreza, violência, desemprego, carências materiais e existenciais.

Pode-se perceber que, em seu início, o Serviço Social se efetiva em vários segmentos da sociedade como uma prática clientelista, e não como uma política, vista como um espaço de reprodução da exclusão e de privilégios, com ações filantrópicas, vazias de ações transformadoras. Ao longo de seu processo histórico, passa a ser um campo de defesa e atenção aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade. A assistência, enquanto política pública, efetiva-se legalmente como direito de todo cidadão em 1988, com a Constituição Federal (BRASIL, 1990), passando de ações caritativas para uma política social de direito.

Além da Constituição de 1988 (BRASIL, 1990), como efetivação de direitos, há também a LOAS, lei nº 8.742 de 1993, política não contributiva por parte de seus usuários e de caráter universal, que garante acesso aos programas socioassistenciais no âmbito do direito social, efetuando o mínimo social e sendo uma estratégia de produção da autonomia, pois, como política pública, visa à transformação social, ética e política do beneficiário. Conforme descrito na LOAS de 1993, consolidada em 2011 com a lei nº 12.435/2011, destacam-se os objetivos da Assistência Social:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) I- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das

---

pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993)

A Assistência Social é definida como política de Seguridade Social, que tem por objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a proteção de direitos, com caráter não contributivo, descentralizado e participativo. Deve-se lembrar que a Seguridade Social, advinda da Constituição de 1988 (BRASIL, 1990), foi fruto das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais que reivindicaram uma reestruturação no tratamento das políticas públicas, exigindo um sistema de saúde universal e gratuito com políticas não mais assistencialistas.

Essa pressão, por parte da sociedade civil organizada, atravessa os anos de 1980 com uma força expressiva de movimentos sociais, visto que, naquela época, houve maior agravamento das questões sociais, com altas taxas de desemprego. A constituição cidadã busca responder às necessidades da sociedade brasileira, garantindo direitos e obrigações por parte do Estado. A Seguridade Social é assim apresentada no Art. 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I- universalidade da cobertura e do atendimento; II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV- irredutibilidade do valor dos benefícios; V- equidade na forma de participação no custeio; VI- diversidade da base de financiamento; VII- caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados; VIII- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1990).

Assim, a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social formam o tripé da Seguridade Social, trazendo mudanças significativas no que diz respeito à proteção social no Brasil.

A proteção social deve garantir a segurança, a sobrevivência de rendimento, de autonomia, de acolhida e de convivência familiar, compreendendo uma forma de enfrentamento das fragilidades vivenciadas pela família. Para Simões (2010, p. 294), “A Constituição Federal concebe a assistência social como política de seguridade social de responsabilidade do Estado e direito do cidadão (art. 203 e 204 CF)”, sendo considerado um marco para a democracia e a porta de entrada para a assistência social enquanto política pública. Na forma de hierarquização dos serviços e benefícios, a proteção social divide-se em dois níveis de atuação: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – esta composta pelos serviços de média e alta complexidades.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública de PSB, destinada à prevenção de riscos sociais ou pessoais, que oferta projetos, serviços e programas a indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é definida como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para en-

---

frentar desafios com os quais se defrontam e refere-se a uma diversidade de “situações de risco”. Segundo o Brasil (2007, p. 13), “Os estudos sobre vulnerabilidade social, especialmente os que se aplicam à realidade dos países menos desenvolvidos, estão associados também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social”. Assim, vulnerabilidade são condições de pobreza, desemprego, discriminação, fragilização de laços afetivos e familiares; são contextos de desproteção social, porém sem sequelas de degradação humana.

O CRAS atende a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, o Programa Renda Cidadã, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa de Capacitação para o Trabalho. Esses programas visam ao repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos usuários, com o objetivo de combate à fome, à pobreza e a outras formas de privação de direitos que levam a situações de vulnerabilidade social.

Já o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) compreende o nível de PSE de média complexidade, parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual é realizado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O CREAS é caracterizado como uma unidade pública e estatal, e oferece os seguintes serviços: orientação e apoio sociofamiliar; plantão social; abordagem de rua; cuidado no domicílio; serviços de habitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; e medidas socioeducativas em meio aberto.

Como parte do esforço de consolidação do SUAS, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ao tratar dos serviços da PSE de média complexidade, essa lei tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertando o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), unidade prevista no Art. 7º do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

O Centro POP integra-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional –, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos que pode conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população em situação de rua, visando à construção de novas trajetórias de vida.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), o SUAS é composto pelo poder público e pela sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Nesse modelo de gestão, as ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo CNAS e pelos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, que desempenham um importante trabalho de controle social.

Iamamoto (2008) lembra que, para trabalhar como assistente social, é necessário um repertório teórico e crítico consistente, pois os enormes desafios no campo das políticas sociais, nesses tempos de barbárie, encobrem a realidade e são um fecundo território para moralismo e trabalho baseados no senso comum. Os assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, de diferentes segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco de poder, e nas iniciativas coletivas, em busca de conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania, e nas correspondentes políticas públicas.

As políticas públicas são deliberadas como um conjunto de ações de iniciativa do Estado, focando o bem comum de todo o coletivo – em outras palavras, podem ser consideradas um instrumento de planejamento, de racionalização e de participação da sociedade civil. Com elementos que são os designados sob a ação governamental e metas, apresentam meios restritos para a efetivação das metas e seu processo de realização.

---

## Habitação

Assim como a Assistência Social é dever do Estado, o direito à moradia digna também é previsto na carta magna de 1988 (BRASIL, 1990) e ressaltado na Declaração dos Direitos Humanos. A falta, as más condições de moradia, o inchaço das cidades, o crescimento desordenado dos bairros e o surgimento das favelas são expressões da questão social relacionadas à habitação, portanto, caracterizam-se como um dos novos espaços de atuação do assistente social. Na área habitacional, o assistente social tem responsabilidades específicas e cruciais para dar um respaldo à desigualdade habitacional; promover a cidadania dos usuários da política habitacional consiste em uma delas.

Hoje, a habitação de qualidade não é vista apenas como o acesso à moradia, e sim o acesso a saneamento básico, mobilidade urbana, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Portanto, um projeto social que viabiliza a construção de um conjunto habitacional em um local sem condições de moradia e bem-estar não é mais bem visto no ambiente profissional, e o assistente social precisa estar atento às modificações ocorridas na profissão, assim como nos espaços ocupacionais nos quais está inserido.

Desde o final do século XIX e início do século XX, a questão habitacional brasileira tornou-se uma forte expressão da questão social. A problemática da falta de moradia ocorre desde a época da abolição da escravidão e confirmou-se durante o período do processo de industrialização. O Serviço Social começou a ser inserido na área habitacional em 1996, recebendo o cargo de técnico social, habilitado a trabalhar com profissionais da habitação. “A inserção do Serviço Social passa a ser relevante a fim de desenvolver um trabalho de promoção social a partir do envolvimento dos próprios usuários no desenvolvimento do projeto” (CUNHA, 2010, *apud* SANTO *et al.*, 2014, p. 142).

O déficit habitacional é resultado do modelo econômico do país, que privilegia a concentração e a exclusão, contribuindo para a expansão da desigualdade social. Foi somente

a partir do fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social. (MOTTA, 2014, p. 2, *apud* SANTO *et al.*, 2014, p. 142).

O assistente social, enquanto um profissional dinâmico, atua diretamente no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, formulando e executando propostas interventivas, voltadas, em sua maioria, para as camadas populares, nas quais vale ressaltar as demandas habitacionais presentes na atual conjuntura política, econômica e social. O objetivo do serviço social na área habitacional é amenizar a desigualdade social por meio de planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos habitacionais. “Trabalhamos, portanto, na distribuição dos direitos de cidadania, como facilitadores do exercício destes direitos que o Estado tem feito questão de complicar e de mostrar como favores” (ESTEVÃO, 2006, *apud* SANTO *et al.*, 2014, p. 142).

É importante que os profissionais sejam capazes, em um contexto de extremas adversidades, “de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil” (SILVA; SILVA, 2006, *apud* SANTO *et al.*, 2014, p. 142). O conceito de habitação vem se modificando ao longo dos anos e, atualmente, é compreendido não apenas como um espaço físico de moradia, com um teto e quatro paredes, mas que deve corresponder a vários quesitos na construção da dignidade humana, a fim de compreender que é no interior das residências que ocorrem os laços de afetividade, divertimento e descanso, nos quais são projetados seus valores, sonhos, desejos e identidade. Esses fatores são indispensáveis para a construção de uma vida segura e digna.

---

A qualidade da moradia é uma das variáveis significativas no processo de desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, e como característica que a diferencia de outras necessidades básicas, a moradia quase sempre tem como pressuposto o acesso à terra. Todos esses elementos estabelecem que, além da saúde, da renda e da educação, a moradia é um direito básico de cidadania e de qualidade de vida. A moradia é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas e desenvolverem suas capacidades.

As demandas habitacionais emergem durante uma conjuntura nacional marcada por enormes mudanças, com a remodelação do espaço urbano, diante do surgimento do capital industrial. A quantidade de imóveis que existe é insuficiente, e a população é levada a criar moradias menores, os cubículos, para alugar ou serem transformados em casas comuns. Analisando as cidades brasileiras, existem milhares de habitações construídas fora do mercado formal, o que enfatiza a negligência das políticas públicas e da vontade política perante a demanda habitacional. O assistente social, em toda a sua ação, no que se refere em especial ao Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), tem a responsabilidade de compreender a dinâmica dos conflitos em que está intervindo, além das diversidades que sua ação perpassa, e de democratizar ao usuário o acesso às informações referentes ao programa em que está inserido, fortalecendo, assim, o vínculo entre instituição e população, bem como incentivando a participação popular para acompanhar esses programas. O assistente social deve assessorar os usuários a criarem condições que consistam em se reconhecer no espaço físico em que serão inseridos.

A PNH segue princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental, para atingir seus objetivos, a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano. Essa política, instituída pelo Ministério das Cidades, em 2004, conta com um conjunto de instrumentos a serem criados, os quais viabilizam a sua implementação, como o Sistema Nacional de Habitação, o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, a Avaliação e o Monitoramento da Habitação e o PNH.

Um dos principais objetivos da PNH é a mobilização de recursos, que se daria pela estruturação do Sistema Nacional de Habitação, de forma a viabilizar a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, quantitativo e qualitativo, por meio da articulação de recursos (dos fundos), planos, programas e ações. Busca-se a ampliação da destinação de recursos não onerosos e perenes, por parte de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a serem canalizados para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e respectivos fundos habitacionais dos demais níveis de governo, de modo a viabilizar subsídios para a habitação de interesse social.

O programa Minha Casa Minha Vida permitiu o acesso à casa própria a milhares de famílias, sendo considerado a maior iniciativa de acesso à moradia no Brasil. Constituído de variadas formas de atendimento, contribui para a geração de emprego e renda aos trabalhadores da construção civil, uma vez que é voltado principalmente para a construção de imóveis populares, com prestações acessíveis, dedicadas tanto à zona urbana como à rural, sendo analisadas às concessões desse benefício por faixas de renda (Figura 1).

**Figura 1.** Tabelas sobre as faixas de renda – Programa Minha Casa Minha Vida.

Faixa 1	Faixa 1,5
<ul style="list-style-type: none"><li>• Renda familiar bruta de até R\$1.800</li><li>• Valor máximo do imóvel: R\$ 96 mil*</li><li>• Precisa dar entrada: Não</li><li>• Análise de risco: Não</li><li>• Exige comprovação de renda: Não</li><li>• Aceita pessoas com o “nome sujo”: Sim</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Renda familiar bruta até R\$ 2.350</li><li>• Valor máximo do imóvel: R\$135.000*</li><li>• Precisa dar entrada: Não</li><li>• Análise de risco: Não</li><li>• Exige comprovação de renda: Não</li><li>• Aceita pessoas com o “nome sujo”: Sim</li></ul>
Faixa 1	Faixa 1,5
<ul style="list-style-type: none"><li>• Renda familiar bruta de até R\$1.800</li><li>• Valor máximo do imóvel: R\$ 96 mil*</li><li>• Precisa dar entrada: Não</li><li>• Análise de risco: Não</li><li>• Exige comprovação de renda: Não</li><li>• Aceita pessoas com o “nome sujo”: Sim</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Renda familiar bruta até R\$ 2.350</li><li>• Valor máximo do imóvel: R\$135.000*</li><li>• Precisa dar entrada: Não</li><li>• Análise de risco: Não</li><li>• Exige comprovação de renda: Não</li><li>• Aceita pessoas com o “nome sujo”: Sim</li></ul>

Fonte: <<http://bit.ly/3o6QR7T>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

Dentro da conjuntura habitacional, o assistente social tem responsabilidades específicas e essencialmente importantes para dar respaldo ao combate à desigualdade habitacional existente, lutar pela garantia da cidadania dos usuários e pela efetivação da política habitacional. Atualmente, ter acesso a uma habitação de qualidade não é mais visto somente como o acesso à moradia, pois inclui também o uso de serviços como saneamento básico, sustentabilidade e responsabilidade ambiental, mobilidade urbana, acessibilidade, entre muitos requisitos necessários.

“A habitação não pode ser concebida como mero abrigo, pois ela representa a porta de entrada dos serviços urbanos” (SILVA, 1989, p. 30). Portanto, a garantia de moradia não pode ser vista como um favor ou não contemplar as necessidades do usuário, pois a atuação do profissional do Serviço Social deve estar pautada na autonomia e na ampliação dos direitos dos cidadãos. Se o direito à moradia for visto como uma ação de caridade, bondade ou qualquer sentimento próximo, a atuação não seguirá o Código de Ética da Profissão nem mesmo a instrumentalidade requerida em uma atuação profissional. Assim, o Serviço Social, como profissão interventiva e investigativa, apropria-se de instrumentos que compõem a prática do cotidiano de trabalho do assistente social, que foram utilizados no processo de trabalho, como entrevistas com os usuários por meio de formulários; entrevistas dirigidas individuais e/ou grupais, para conhecer as demandas enfrentadas, criando alternativas de enfrentamento; visita domiciliar; e avaliação do agir profissional, praticada pelos usuários do trabalho e pelos elaboradores dos projetos (CUNHA; LERSCH; OLIVEIRA, 2010, p. 141).

O assistente social na habitação atua, também, na autoestima dos usuários que passam a se observar como sujeitos de cidadania e usufrui de direitos e de políticas habitacionais. Trata-se de “um profissional preocupado com a ampliação dos direitos sociais universais, e contra as desigualdades; até mesmo para cobrar dele esta postura estabelecida em seu atual Código de Ética Profissional” (CRESS, 2005 *apud* CUNHA; SOARES; PIMENTEL, 2017, p. 6).



---

O Código de Ética do Assistente Social, regulamentado em 1993, dá o horizonte da profissão. É uma proposta de engajamento profissional na garantia dos direitos sociais aos usuários, assim como garantias trabalhistas a esses profissionais, que devem se comprometer com a luta política da profissão e buscar uma atuação profissional regida pelas normas estabelecidas no Código, a fim de propiciar a melhoria da qualidade de vida dos usuários. No caso habitacional, o assistente social garante não somente a casa, mas, também, a estrutura necessária para a moradia e a mobilidade do usuário e de sua família.

O Código de Ética indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Ele afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade, e implica a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, tendo repercussões efetivas na realização do trabalho e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Ainda explana a importância da participação do usuário para a criação de um projeto habitacional. Esse é ponto-chave que faz com que haja eficácia do produto de seu trabalho. No entanto, a execução dos projetos habitacionais é pertinente com a participação dos assistentes sociais, além de que é por meio da participação da sociedade civil com a mobilização que se consegue a criação de políticas públicas que atendam a uma demanda habitacional.

Para que a população tenha um respaldo desse acesso às políticas e aos programas habitacionais, os assistentes sociais devem estar atualizados, atentos às novas normas, novos instrumentos, sem se esquecerem da dimensão ético-política da profissão. Torna-se imprescindível que o Serviço Social assumam um caráter técnico e ético-político, os quais são peças-chave no desenvolvimento de atividades, tanto governamentais quanto de apoio à sociedade civil, desvinculando-se totalmente da ideia de assistencialismo e tendo como princípios fundamentais as três dimensões da profissão – teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo –, fundamentais para o desenvolvimento e a profissionalização do Serviço Social, passando a ser visto como uma profissão que pode atuar em várias esferas sociais, de maneira a intervir e buscar soluções para determinadas problemáticas sociais.

O cotidiano profissional é moldado por grandes desafios e exige as mesmas habilidades para permitir um maior diálogo entre todas as áreas profissionais envolvidas no trabalho social. O conhecimento específico do Serviço Social, junto às demais profissões de outras áreas, consegue dar a conduta de um bom trabalho social na PLHIS. Entende-se que o papel do assistente social, na área habitacional, é de suma importância, pois é, por meio deste profissional, que o usuário poderá mostrar a demanda e suas necessidades para com a política habitacional, além de que seu papel central é de mediador dos interesses da população de baixa renda, a qual carece de uma moradia, mostrando a ela que as políticas habitacionais podem atender às suas necessidades.

A política habitacional dá resposta às expressões da questão social voltadas à habitação, para uma população com déficit habitacional gritante, que não tem, ao menos, condições de pagar aluguel para garantir uma moradia digna. A questão habitacional no país tornou-se um problema de estrutura social decorrente da produção capitalista, como uma consequência do contraste social gerado a partir da má distribuição de renda e que causou grande índice de miséria, gerando graves consequências, como baixos salários e desemprego, e dificultando, assim, o seu autossustento e uma condição digna de moradia.

Com o surgimento das novas expressões da questão social, fizeram-se necessários novos espaços ocupacionais para suprir essas demandas, tendo sido criados programas voltados para o desenvolvimento social, como os programas habitacionais, nos quais o assistente social é de fundamental importância para promover o acesso aos direitos constitucionais e à cidadania, além da autonomia humana. Na habitação, como em qualquer área de atuação, esse profissional deve

---

garantir o acesso aos direitos e amenizar as expressões da questão social, buscando a equidade e a cidadania plena. Contudo, para isso, ele deve estar atualizado profissionalmente, para saber utilizar de maneira correta seus instrumentos de trabalho, como as políticas e programas habitacionais, sem esquecer-se do compromisso ético-político da profissão – somente assim o assistente social mediará os conflitos existentes na sociedade, realizando suas atribuições privativas de fato.

### **Metodologia**

Para a realização deste trabalho, foi feita a coleta de dados e de fontes bibliográficas, e realizada uma entrevista com a assistente social Tatiane Lasta, que trabalha na área da habitação do município de Ibirama, contribuindo de modo direto e expressivo para a composição deste artigo.

Para que este material pudesse ser efetuado, foram necessários muita discussão e planejamento, com reuniões semanais entre a equipe e troca de artigos e conhecimentos por meio de mensagens via aplicativo, o que contribuiu de maneira significativa.

Primeiramente foi pesquisado sobre o tema abordado (os campos de atuação do assistente social) de forma generalizada, para obtermos algumas veias abertas a serem seguidas e, quando finalmente foram descobertas e compreendidas, a pesquisa se tornou mais específica, focada na atuação do assistente social na habitação e na assistência social, extraíndo-se o máximo de conhecimento possível, mediante os métodos de estudos apontados anteriormente.

Por fim, mas não menos importante, foi pesquisado sobre a gênese do serviço social, como tudo se formou e se modificou ao longo do tempo, perante as sociedades, e a vinculação da teoria com a prática, por meio da fundamentação teórica e da entrevista concedida pela assistente social, Tatiane Lasta.

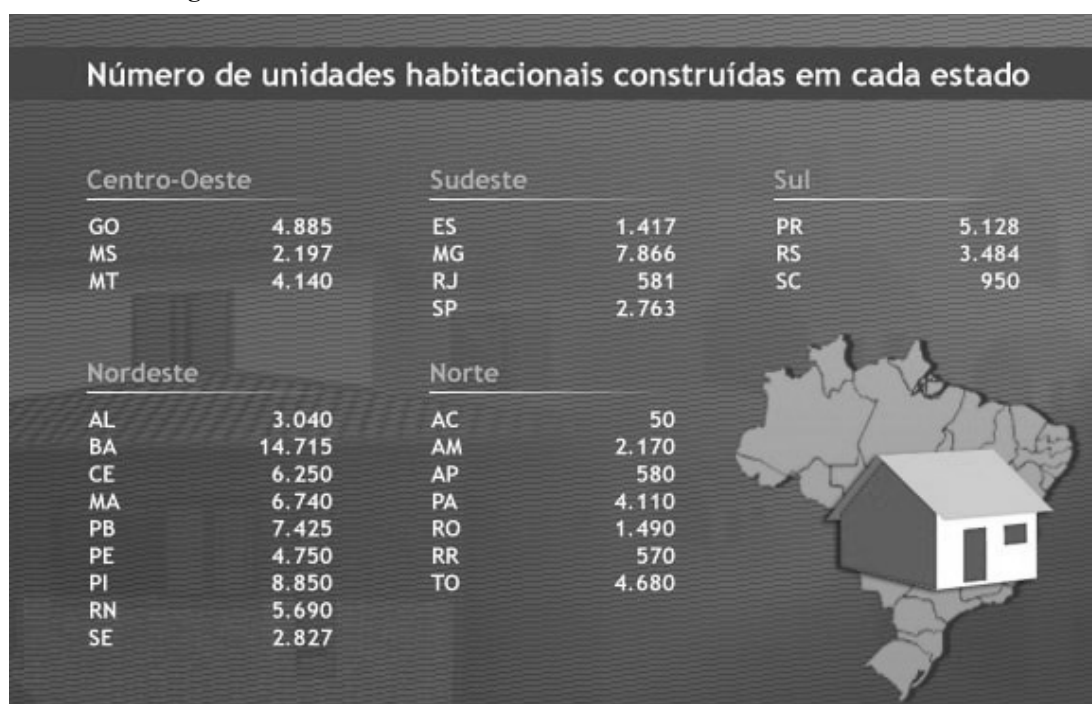
### **Resultados e discussão**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece procedimentos técnicos e políticos em termos de organização e prestação das medidas socioassistenciais, e tem por objetivo a intervenção e a garantia de direitos, enquanto política pública. Vista como um marco legal a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990), é considerada uma política recente/nova para a sociedade brasileira, ciente de que ainda existem resquícios de práticas assistencialistas/clientelistas, mas, como comenta Lasta (2019, informação verbal), “[...] temos que contribuir diariamente para o reconhecimento da profissão e área, ninguém fará isso se nós não o fizermos”. Cabe ao assistente social o rompimento com as práticas clientelistas, enquanto profissional que atua diretamente com as mais variadas expressões da questão social.

Apesar de ser uma política que, de fato, efetua-se na sociedade, ainda existem certas dificuldades em relação às demandas sociais, pois a desigualdade no Brasil é gritante, sendo considerado um dos países mais desiguais do mundo (Figura 2). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005, o Brasil era a oitava nação mais desigual no mundo; a “questão social” nada mais é do que o resultado do conflito da relação capital versus trabalho, e suas múltiplas expressões referem-se a todas as mazelas causadas pelo sistema capitalista, ou seja, desemprego, violência, risco social, violação de direitos, entre outros. De acordo com Yamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

**Figura 2.** Número de unidades habitacionais construídas em cada Estado.



Fonte: <<https://bit.ly/35XgqSr>>. Acesso em: 26 maio 2019.

Muitos são os esforços dos assistentes sociais para combater e promover a justiça social na realidade, mas, segundo Lasta (2019, informação verbal), “[...] não existem, de maneira majoritária, equipes técnicas e outros profissionais qualificados o bastante e em quantidade suficiente para suprir as necessidades”. Isso remete não só a uma dificuldade na área de assistência, enquanto referência pela falta de profissionais e pela grande demanda para intervenção, mas também é possível perceber que há a necessidade de estar sempre buscando qualificação, por meio de cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, capacitando-se em práticas específicas, para a realização de uma prática mais precisa.

Ao observar a Figura 3, torna-se um fato perceptível a realidade desigual brasileira, pois, de um lado, encontra-se uma favela e, do outro, um enorme condomínio – é cada vez mais “normal” o sonho de uma vida digna estar tão “próximo” da presença contínua de riquezas. Assim, torna-se evidente que os problemas habitacionais, no Brasil, estão concentrados nas camadas mais pobres, sendo que, na sociedade capitalista, a moradia ganha valor de uso, assim como valor de troca, e o acesso depende do poder de aquisição do usuário.

**Figura 3.** Os extremos da desigualdade social.



Fonte: <<https://bit.ly/3nYkCru>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

Talvez uma das maiores dificuldades na questão da habitação, para o profissional do Serviço Social, seja a vinculação da realidade com a prática, pois, muitas vezes, as diversas expressões sociais requerem mais do que criatividade, como analisa Lasta (2019):

Na faculdade, dialogamos sobre as problemáticas do trabalho do assistente social no poder público. Mas nada se compara a se estar formada, ser responsável por dar conta de questões complexas, que necessitam de reflexão, planejamento, estudo, e não apenas de instrumentais e ações imediatistas que, infelizmente, é o que muitas vezes podemos fazer. Isso gera uma frustração gigantesca. É necessário muito mais que criatividade e vontade; é preciso resiliência e foco (informação verbal).

Na questão da habitação enquanto política pública, não se preza somente a moradia como algo limitado, apenas como algo físico, mas como a promoção da cidadania e a realização de uma vida mais humana, pois, como já visto anteriormente, é no lar que se constroem os laços afetivos e é onde se passa a maior parte da vida.

### **Conclusão**

Podem-se tirar vários ensinamentos/conhecimentos deste estudo, e um deles é que, enquanto seres humanos, necessitamos ver o outro como igual, e não apenas como outro. Para ser um profissional ligado às questões sociais, é necessário se atualizar e entender os usuários, vindos por meio das políticas públicas, como sujeitos cheios de direitos e cidadãos que batalham, mas que, às vezes, não podem batalhar por si mesmos, que precisam de um atendimento especializado, visto a sua realidade e bagagem. É preciso quebrar as amarras assistencialistas que ainda rodeiam as políticas públicas e a visão clientelista que se tem desses serviços socioassistenciais, pois essa visão reduz, em muito, todo o trabalho, esforço e planejamento para realizar a profissão, lidando com as mais variadas expressões da questão social moderna, como o desemprego, a violência e as suas variadas ramificações.

O Movimento de Reconceitualização foi um grande passo para a profissão, pois possibilitou não apenas a renovação do serviço social, mas também uma visão mais crítica sobre o mundo e as relações sociais, que são a base da convivência em sociedade. Com a fundamentação teórica desta pesquisa, pode-se compreender que, na área da Assistência Social e da habitação, há uma luta cotidiana

---

pela efetivação de direitos e cidadania dos usuários atendidos, que buscam, por meio do assistente social, articulado com as políticas públicas, uma vida digna provida de direitos e cidadania.

Com base na entrevista concedida pela assistente social Tatiane Lasta, pode-se vincular a teoria com a prática (os livros e a experiência profissional); enquanto alunas do curso de Serviço Social, é muito interessante ter esse conhecimento e essa vinculação, pois permitiu ver as contradições e as dificuldades encontradas no decorrer do dia a dia do profissional, demonstrando que, em seu cotidiano, é necessária muita criatividade mediante as questões sociais, objetos de trabalho e de interferência.

De fato, são inegáveis a necessidade e a dificuldade de se efetuar direitos no Brasil, onde é preciso bater de frente por eles diariamente. Como assistente social, é preciso mais do que lutar, é necessário romper e quebrar a visão enferrujada que se tem de direitos, e reconstruir uma nova história, não só para os usuários das políticas públicas, mas para todo o Brasil, pois, enquanto houver oprimidos, haverá luta.

### Referências

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasileiras e brasileiros no exterior: informações úteis**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3730cHo>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CUNHA, L. G. H. da; LERSCH, C. S.; OLIVEIRA, S. B. de. **A diversidade de atuação do serviço social: desvelando o processo de trabalho**. Porto Alegre: Faith, 2010.

CUNHA, D. S.; SOARES, M. V.; PIMENTEL, P. G. R. O assistente social na garantia de acesso à habitação. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017.

FALEIROS, V. de P. **O saber profissional e o poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1987.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: as dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS – CE, Debate n. 6, 1997.

---

LASTA, T. **A prática profissional na assistência social e habitação.** [Entrevista cedida a] Débora de Andrade, Kati Merli da Silva N. V. Melo, Miriam Kellen Lemos da Silva e Patricia Sardá, Ibirama, 2019. arquivo.

SANTO, M. do E. *et al.* A atuação do assistente social na habitação sob a ótica dos novos espaços sócio Ocupacional. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 137-146, mar. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3iuXM9O>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, M. O. da S. **Política habitacional brasileira: versos e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# O ACOLHIMENTO FAMILIAR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC

## FOSTER CARE AS A PUBLIC POLICY TO PROTECT THE RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE MUNICIPALITY OF INDAIAL/SC

Karine Lavandoski Momm<sup>1</sup>

Vanessa Fernanda Schmitt<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo é o resultado de pesquisa realizada com o objetivo de analisar o acolhimento familiar no município de Indaial/SC, além de demonstrar a sua relevância enquanto política pública de proteção dos direitos da criança e do adolescente. O acolhimento familiar é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que é levada a efeito quando a criança ou adolescente está em situação de riscos pessoal e social, com os vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, frequentemente, vítimas de omissão, negligência, violência física e, inclusive, abuso sexual. A medida é determinada pelo Poder Judiciário apenas depois de esgotadas todas as possibilidades de garantir a permanência do indivíduo na família natural ou extensa. É uma forma de política pública que se revela como importante alternativa ao acolhimento institucional (em abrigo municipal), porque prioriza a convivência familiar, nos moldes determinados pela Constituição Federal de 1988. A pesquisa seguiu a metodologia teórico-empírica, consistente no levantamento bibliográfico aliado à coleta de dados dos acolhimentos ocorridos no município de Indaial em 2018 e 2019, os quais foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, na Divisão de Alta Complexidade do município. As informações obtidas demonstram que, nos acolhimentos ocorridos em 2018 e 2019, o número de crianças de 0 a 11 anos é duas vezes maior do que o de adolescentes de 12 a 18 anos, sendo maior a quantidade de acolhimentos institucionais do que de famílias acolhedoras nos dois períodos considerados.

Palavras-chave: Acolhimento familiar. Política pública. Direitos da criança e do adolescente.

**Abstract:** The present study is the result of a research performed with the objective of analyzing foster care in the city of Indaial and demonstrating its relevance as a public policy for the protection of the rights of children and teenagers. Foster care is a protective measure provided for in the Child and Adolescent Statute - Law nº 8,069, of July 13, 1990, which is carried out when the child or teenager is at personal and social risk, with broken or extremely fragile family bonds, often victims of omission, neglect, physical violence and even sexual abuse. The Judiciary determines the measure only after all the possibilities to guaranteeing the individual's stay in the natural or extended family have been exhausted. It is a form of public policy that reveals itself as an important alternative to institutional shelter (in a municipal shelter) because it prioritizes family interaction, in the manner determined by the Federal Constitution of 1988. The research followed the theoretical-empirical methodology, consistent in the bibliographic survey allied to the data collection on the hosts that took place in the city of Indaial in 2018 and 2019, which were provided by the Municipal Secretariat of Social Assistance, in the city's High Complexity Division. The obtained information shows that the number of children aged 0 to 11 years in the hosts that took place in 2018 and 2019 is twice that of teenagers aged 12 to 18 years, with a greater number of institutional shelters than in hosting families in both considered periods.

Keywords: Foster care. Public policy. Rights of children and adolescents.

### Introdução

O presente trabalho versará a respeito da política pública voltada à proteção dos direitos da criança e do adolescente, consistente no acolhimento familiar. O acolhimento familiar é uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), levada a efeito quando a criança ou adolescente se encontra em situação

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIasselvi. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

de riscos pessoal e social, por ter os vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, frequentemente, vítimas de omissão, negligência, violência física e abuso sexual.

A medida de acolhimento prevista no ECA é considerada a última medida a ser determinada por meio do Poder Judiciário, depois de esgotadas todas as possibilidades de garantir a permanência na família natural ou extensa, tendo preferência o acolhimento familiar. É uma importante alternativa ao acolhimento institucional (em abrigos públicos), destacando-se porque prioriza a convivência familiar, que é um direito garantido constitucionalmente às crianças e adolescentes.

O acolhimento familiar é uma forma de política pública para garantia dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito da gestão pública municipal, porque a sua aplicação se dá pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, sendo um serviço previsto na legislação do Sistema Único de Assistência Social, inserido no rol da Alta Complexidade.

Assim, o direcionamento da presente pesquisa é no sentido de demonstrar a relevância do acolhimento familiar enquanto política pública de proteção dos direitos da criança e do adolescente no município de Indaial/SC. Para tanto, pretende-se, inicialmente, conceituar a gestão pública municipal, a fim de melhor compreender a área do conhecimento e delimitar o alcance do termo para o artigo em tela.

Objetiva-se, também, descrever a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, além de apontar o seu destaque para a orientação das políticas públicas na área da infância e juventude, reconhecendo, com isso, a atenção especial que os Direitos da Criança e do Adolescente receberam do ordenamento jurídico, especialmente, da Constituição Federal de 1988 (reconhecida como a Constituição Cidadã). Nessa linha de raciocínio, busca-se enfatizar a importância da família para as políticas públicas relacionadas aos Direitos da Criança e do Adolescente.

Diante dos objetivos perseguidos no presente trabalho, a pesquisa foi realizada com base no método teórico-empírico, utilizando-se do material bibliográfico referenciado ao fim, além da coleta dos dados quantitativos registrados no cadastro dos Serviços de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Indaial, com informações da quantidade e da faixa etária das crianças e adolescentes encaminhados para o serviço de acolhimento no município no período de 2018 e 2019, possibilitando-se analisar os dados dos acolhimentos e, mais especificamente, do acolhimento familiar.

### **Gestão pública municipal**

Antes de analisar as políticas públicas voltadas aos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente, o acolhimento familiar, é imprescindível analisar o conceito de gestão pública municipal, possibilitando, assim, uma melhor compreensão dessa área de conhecimento, com delimitação do alcance do termo no artigo em tela.

Conforme Estado (2019), a definição mais usual de gestão é o ato de gerir ou administrar. Assim, infere-se que o termo gestão se refere à atividade de administrar ou gerenciar projetos ou atividades. É a gestão que torna possível uma atividade ou um empreendimento, seja no setor público ou no setor privado.

Quando se fala de gestão pública, o termo se refere a “administrar” os bens e interesses do Estado em prol da sociedade, por meio de atividades concretas e imediatas, seguindo leis e diretrizes específicas, e gerindo os recursos disponíveis. Nesse caso, os recursos são públicos, demandando mais consciência e responsabilidade do gestor.

Embora, muitas vezes, confundidos, os termos gestão e administração pública se diferem, uma vez que, de acordo com Kohama (2006, p. 9), “administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização dos seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Vale pontuar que a terminologia “Estado”, empregada nesse contexto, refere-se ao “conjunto das estruturas institucionais que asseguram a ordem e o controle de uma nação” (ESTADO, 2019,



---

s.p.), ou seja, trata-se, genericamente, do governo, seja federal, estadual ou municipal, considerado de forma individual ou em conjunto. Segundo Santos (2006, p. 12), “a gestão pública teria as mesmas características da administração, porém, válidas para um período de tempo determinado”.

Assim, é a gestão pública a responsável pelos serviços públicos prestados à população. Nesse sentido, da lição de Kohama (2006, p. 1) se extrai que “consideram-se serviços públicos as atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social ou de prosperidade pública”. Já para Mujalli (2002, p. 16), serviços administrativos “são aqueles que a administração executa visando às necessidades internas ou preparando outros que serão prestados ao público”.

A título exemplificativo, é possível citar, como serviço interno, a rotina administrativa, financeira ou técnica dos órgãos públicos. Já os serviços externos são: atendimento ao público, transporte, conservação de ruas etc. Há, também, os serviços de utilidade pública, como água, luz, telefone, e, ainda, os essenciais à população, como saúde, educação e assistência social. Registra-se, ainda, que alguns serviços podem ser delegados a terceiros, por contratos de concessão ou permissão.

Um marco para a gestão pública foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, dispondo, de forma clara e taxativa, os direitos e garantias individuais, sociais e coletivos, tratando, também, da divisão de competências dos entes federativos.

Merece destaque o Art. 37 da Constituição, porque dita os princípios para pautar a administração pública, ao dispor que a administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). Vale dizer que o texto original, promulgado em 1988, trazia, apenas, quatro princípios, e a redação atual foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, quando foi inserido, no texto, o princípio da eficiência.

As competências dos municípios são definidas pelo Art. 30 da Constituição Federal e, dentre outras obrigações, cabe, ao governo municipal, prestar os serviços públicos de interesse local. É, no espaço local, que o Estado se faz mais próximo do cidadão, então, a necessidade de conferir poder aos municípios no seu território, viabilizando uma gestão mais democrática e propiciadora dos direitos constitucionais. Nesse contexto, compete, à gestão pública municipal, executar políticas públicas que tornem realidade os direitos e garantias previstos na Constituição Federal, como os Direitos da Criança e do Adolescente.

### **As políticas públicas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente**

Adentrando no foco do presente trabalho, cumpre enfatizar que os Direitos da Criança e do Adolescente receberam atenção especial do texto constitucional promulgado em 1988, e, a partir desse momento, surgiu um novo olhar para a infância e juventude: a Doutrina da Proteção Integral. Transcreve-se, da Constituição Federal de 1988:

Art. 227. É dever, da família, da sociedade e do Estado, assegurar, à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e às convivências familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s.p.).

Até poucas décadas, as crianças e os adolescentes não eram vistos como sujeitos de direitos, tampouco, eram considerados dignos de proteção especial. A forma como eram tratados os chamados “menores” não atendia à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A “Doutrina da Proteção Integral” veio contrapor a legislação anterior, denominada de “Doutrina da Situação Irregular”, vigente com o Código de Menores de 1979. As normas e, consequen-

---

temente, as políticas públicas, eram precárias, e não conferiam a necessária proteção à infância e à juventude. Para a sociedade da época, os chamados “menores” representavam uma dificuldade a ser resolvida ou um obstáculo à ordem, “[...] e a criança era vista como problema social, um risco à estabilidade, às vezes, até uma ameaça à ordem social [...]. A infância era um mero objeto de intervenção do Estado regulador da propriedade [...]” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p. 68).

Nessa vertente, a implementação dessas novas políticas públicas coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, evitando que os ditames constitucionais ficassem reduzidos a meras intenções. De acordo com Veronese (1996, p. 94):

A gama de direitos elencados, basicamente, no Art. 227 da Constituição Federal, os quais constituem direitos fundamentais, de extrema relevância, não só pelo seu conteúdo como pela sua titularidade, devem, obrigatoriamente, ser garantidos pelo Estatuto, e uma forma de tornar concreta essa garantia se deu, justamente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual tem a nobre e difícil tarefa de materializar o preceito constitucional.

Na prática da gestão pública, as políticas públicas e os serviços prestados devem seguir a doutrina da Proteção Integral, pois a efetividade do ordenamento jurídico depende das práticas adequadas à realidade social. Nessa linha, De Paula (2002, p. 31) afirma ser, da própria essência do Direito da Criança e do Adolescente, a presença da proteção integral. O autor ainda faz a seguinte análise:

[...] Me parece que a locução proteção integral seja autoexplicativa [...]. Proteção Integral exprime finalidades básicas relacionadas às garantias do desenvolvimento saudável e da integridade, materializadas em normas subordinantes que propiciam a apropriação e manutenção dos bens da vida necessários para atingir objetivos.

Assimilar essa definição dos Direitos da Criança e do Adolescente importa à gestão pública municipal, porque são as Secretarias Municipais de Assistência Social que desenvolvem as atividades do serviço de proteção e atendimento integral à família, nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Dependendo da gravidade da situação, o serviço passa a ser competência do CREAS, o Centro de Referência Especializada de Assistência Social, que cuida da proteção social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, os serviços prestados pelo CRAS e CREAS devem seguir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Isso significa que a concepção de família valoriza a realidade de todos os membros no contexto social, tanto é que a PNAS incluiu, no item 2.2, o inciso IV, que enfatiza a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2004, p. 33).

O acolhimento familiar está inserido na atuação da proteção social especial de alta complexidade oferecida pelo CREAS, justamente porque as demandas envolvem situações de maior vulnerabilidade social, nas quais há a violação dos direitos do indivíduo, e não se verificam referências de amparo, ficando totalmente dependente da intervenção assistencial do Estado. São situações nas quais o atendido não tem qualquer suporte familiar, ganhando expressão a matricialidade sociofamiliar.

Portanto, dada a relevância da família, é necessário “ter foco em todos os seus membros e as expressões da questão social através das suas demandas, reconhecendo suas dinâmicas e as repercussões das realidades social, econômica, cultural” (SOUZA, 2010, p. 2). Por isso, as políticas públicas de proteção infanto-juvenil atendem não apenas às crianças e adolescentes, mas, também, famílias de origem.

---

## **O acolhimento familiar enquanto política pública de proteção dos direitos da criança e do adolescente**

O acolhimento familiar é uma das medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa forma de acolhimento já vinha ocorrendo ao longo dos anos, mas foi positivada e legalmente aplicável a partir da Lei nº 12.010/2009, como alternativa ao acolhimento institucional, ou seja, para evitar o encaminhamento da criança ou adolescente a um abrigo. Transcreve-se, do ECA, o caput do Art. 101, com os incisos cuja redação foi alterada pela Lei nº 12.010/2009:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;  
[...]

**VII - acolhimento institucional;**

**VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;**

**IX - colocação em família substituta.**

Parágrafo único [...].

**§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 2009, s.p., grifo nosso).**

No cumprimento da orientação do Sistema Único de Assistência Social, e dentro do que determina o ECA, a efetivação do acolhimento familiar consiste em selecionar, cadastrar, capacitar e acompanhar as famílias que se dispõem a acolher, provisoriamente, crianças e adolescentes em seu núcleo familiar, desde que essas famílias não integrem o cadastro de pretendentes à adoção. Essas famílias devem passar por preparação e acompanhamento contínuo, a fim de que estejam aptas em todos os sentidos, principalmente, emocional e psicologicamente, para receber e acolher a criança ou adolescente, além do posterior desligamento.

O trabalho da equipe de alta complexidade na execução do programa visa garantir a máxima adequação da família acolhedora às necessidades de cada acolhido, já que se tratam de indivíduos em situação de riscos pessoal e social com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, vítimas de omissão, negligência, violência física e, inclusive, abuso sexual. Essas crianças e adolescentes carecem, portanto, de acolhimento dignificante. Devem ser oferecidas condições dignas de moradia, higiene, segurança, acessibilidade, privacidade e, principalmente, afeto, em uma família consciente do sigilo necessário à efetividade da medida.

A esse respeito, também trata a Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, descrevendo o serviço de acolhimento familiar, igualmente chamado de famílias acolhedoras, da seguinte maneira:

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, além de realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem. O Serviço deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com

---

vistas à reintegração familiar. O serviço é, particularmente, adequado ao atendimento de crianças e adolescentes, cuja avaliação da equipe técnica indique possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa (BRASIL, 2009, p. 38).

O período de acolhimento não pode ultrapassar o prazo de dois anos, sendo avaliado, periodicamente, durante a sua aplicação, a cada seis meses, para verificar a adaptação dos indivíduos protegidos na família acolhedora, e se as suas necessidades estão sendo atendidas. Cabem todos esses serviços à equipe multidisciplinar do CREAS, que também deverá acompanhar a família de origem, quando existente, para verificar a possibilidade de retorno da criança ou adolescente ao lar natural, à família nuclear ou à família extensa. Quando não se verifica a possibilidade de retorno à família de origem, o protegido é encaminhado à adoção.

Por fim, é importante frisar que é essencial que a família esteja preparada, também, para o momento da separação, já que a medida é temporária, auxiliando a criança ou adolescente a se sentir acolhido, sem criar um vínculo de pertencimento, a fim de que, ao findar o período de acolhimento, o indivíduo tenha melhores condições emocionais e psicológicas para retornar à família de origem ou para ser inserido em lar adotivo. Ainda, em qualquer das situações, que ele possa desenvolver ou fortalecer vínculos afetivos permanentes.

### **Metodologia**

O presente trabalho é resultado de estudos realizados de acordo com o método teórico-empírico. A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem, mas é apenas com o uso da metodologia adequada que se torna possível aproximar o estudo do seu objeto. Nesse sentido, a pesquisa seguiu a linha de investigação do assunto, buscando, em diversas fontes, como livros e artigos científicos, leis e documentos que tratam do tema, conforme descritos nas referências bibliográficas.

Foi utilizado o método teórico, consistente no procedimento técnico adotado de levantamento bibliográfico, para serem alcançados os objetivos propostos (pesquisa descritiva ao caracterizar determinado fenômeno). Nas palavras de Marconi e Lakatos (2001, p. 43-44), essa metodologia “se trata do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita [documentos eletrônicos] [...]”.

Já a pesquisa empírica se detém em torno da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (DEMO, 2000, p. 21 *apud* BAFFI, 2013, s.p.). Ganha destaque, esse tipo de pesquisa, a partir dos seguintes aspectos:

[...] possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas esses dados agregam impacto pertinente, sobretudo, no sentido de facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p. 37 *apud* BAFFI, 2013, s.p.).

Seguindo tal metodologia, foram coletados dados dos acolhimentos ocorridos no município de Indaial, nos anos de 2018 e 2019, os quais foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, na Divisão de Alta Complexidade do município. Para melhor análise dos dados coletados, também foram pesquisadas informações de Indaial, como a sua extensão territorial e população, a fim de averiguar a expressão do público infante-juvenil nesse município.

Os dados específicos do acolhimento familiar no município de Indaial foram obtidos por meio de pedido formal, e foram repassados para serem anexados ao presente trabalho por meio de e-mail enviado pelo setor responsável da Secretaria de Assistência Social do município de Indaial. Tais informações não trazem o detalhamento necessário para uma análise mais aprofun-

---

dada, mas, dentro do contexto e possibilidades apresentados, são analisadas a seguir.

### **Descrição e análise dos dados coletados**

A coleta de dados do presente trabalho tem, como foco, o município de Indaial/SC, onde existem duas formas de acolhimento previstas no ECA: o acolhimento institucional em abrigo municipal e o “Programa Famílias Acolhedoras”. O programa de acolhimento familiar foi iniciado em 2001, originalmente denominado de “Projeto Acolher”. Já o abrigo municipal foi inaugurado em 2015.

Cabe ressaltar que o período de acolhimento serve à reintegração ao seio familiar de origem ou, sendo descartada essa hipótese, a criança ou adolescente é integrado à família extensa, se houver, ou, ainda, encaminhado para a adoção.

Os trabalhos de proteção social, desenvolvidos no município de Indaial, envolvendo crianças e adolescentes, e, ainda, as famílias com direitos violados, foram realizados até 2007, pela Divisão de Atenção à Criança e ao Adolescente, embora o acolhimento estivesse previsto desde dezembro de 2001, com a criação do “Projeto Acolher”.

O projeto teve aplicação até 2008, porque, a partir de 2009, com a aprovação da Resolução nº 109 do CNAS, houve a necessidade de readequação dos serviços prestados na assistência municipal, com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consolidando-se, somente, em 2011, pela Lei nº 12.435, quando as equipes de Média e Alta Complexidades foram realocadas em espaços distintos. A partir de 2011, tornou-se um programa, passando a ser financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social em decorrência do PNAS – Plano Nacional de Assistência Social.

Com a publicação da Lei Municipal nº 4.527, de 18 de novembro de 2011, de Indaial, o Projeto Acolher passou a se denominar Programa de Famílias Acolhedoras, conforme demonstra o seguinte trecho:

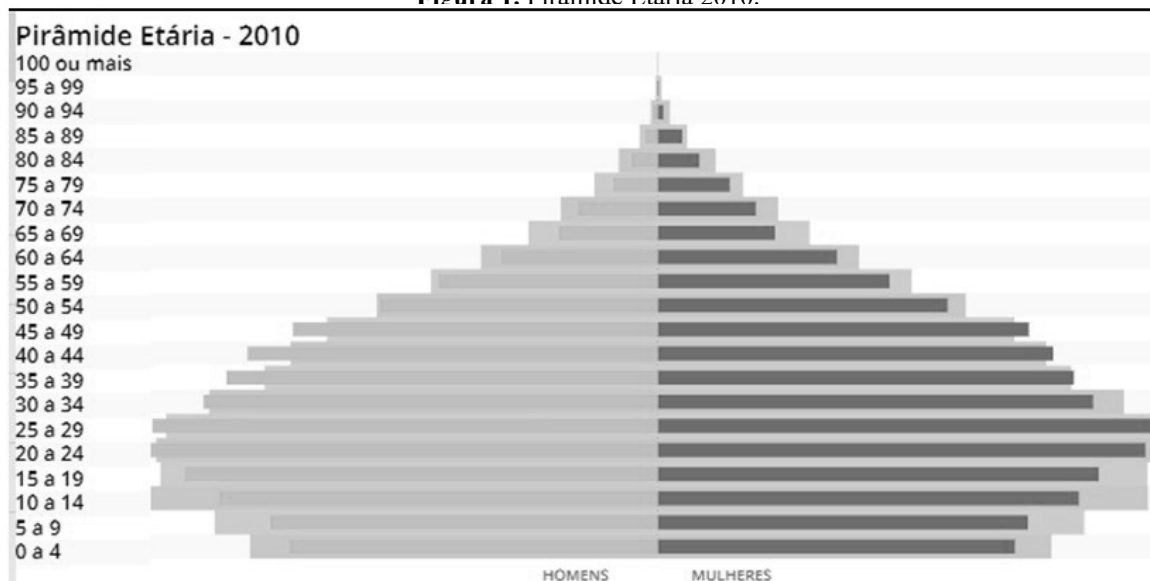
Art. 1º Fica instituído o Programa de Guarda Temporária Subsidiada, denominado "PROGRAMA DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS, como parte inerente da Política de atendimento à criança e ao adolescente do SUAS - Sistema Único da Assistência Social, no Município de Indaial - SC. Parágrafo Único - O Programa se constitui num programa de acolhimento familiar provisório, que atende crianças e adolescentes, com vínculos familiares rompidos, ameaçados ou fragilizados, garantindo o efetivo exercício do direito às convivências familiar e comunitária (INDAIAL, 2011, s.p.).

Registra-se que não foram obtidas informações do que ocorreu de 2009 a 2011, na transição do Projeto Acolher para o Programa de Famílias Acolhedoras, não sendo possível afirmar se ocorreram acolhimentos familiares naquele período.

Na sequência, antes de detalhar os dados coletados a respeito dos acolhimentos familiares, é importante citar algumas informações do município em questão, extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Conforme consta, o município de Indaial está localizado no estado de Santa Catarina e possui a área territorial de 429,673km<sup>2</sup> (2018). A sua população, no último censo, em 2010, era de 54.854 pessoas, atingindo a densidade demográfica de 127,33 habitantes por km<sup>2</sup>. Diante disso, o instituto estima que, em 2019, o número de habitantes seja de 69.425 pessoas (IBGE, 2020). Para melhor visualização da divisão de habitantes por faixas etárias do município de Indaial, extrai-se o seguinte:

**Figura 1.** Pirâmide Etária 2010.



Fonte: IBGE (2020, s.Sp.).

Os números que importam ao presente estudo se referem à faixa etária que compreende as crianças e adolescentes, porém, as faixas etárias se diferenciam em 4 anos, de forma que o mais próximo que se pode chegar do número de crianças e adolescente é somar os números de habitantes até 19 anos.

O quantitativo de homens e mulheres em cada faixa etária, para a cidade de Indaial, é apresentado em dados flutuantes, ou seja, estão ocultos e se tornam visíveis somente ao passar com o cursor do mouse em cada faixa etária. Em razão disso, apresenta-se um quadro adaptado contendo tais dados:

**Quadro 1.** Faixa Etária por Gênero no Município de Indaial/SC.

Faixa etária	Homens	Mulheres
100 ou +	---	---
95 a 99	---	6
90 a 94	24	29
85 a 89	64	128
80 a 84	136	217
75 a 79	232	376
70 a 74	415	512
65 a 69	516	612
60 a 64	812	935
55 a 59	1144	1210
50 a 54	1447	1513
45 a 49	1903	1937
40 a 44	2140	2064
35 a 39	2250	2172
30 a 34	2370	2272
25 a 29	2636	2599

20 a 24	2645	2545
15 a 19	2467	2302
10 a 14	2288	2198
5 a 9	2021	1932
0 a 4	1921	1864

Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

Como se verifica, a população na faixa etária de 0 a 19 anos, em 2010, totalizava 16.993 pessoas, o que corresponde a, aproximadamente, 31% do total de habitantes. Isso significa que crianças e adolescentes representam, praticamente, um terço da população desse município.

O fato de crianças e adolescentes representarem essa parcela expressiva da população de Indaial induz à preocupação, ainda maior, do gestor público municipal, com a efetivação das políticas públicas correlatas, notadamente, em decorrência da já mencionada doutrina da Proteção Integral, nascida com a Constituição de 1988, ainda mais porque essa mesma Constituição estabeleceu a eficiência como princípio da administração pública. Portanto, trata-se de uma parte expressiva da população de Indaial que merece especial atenção do Poder Público, especialmente, no que se refere às políticas públicas de proteção dos seus direitos.

Atendendo aos requisitos da pesquisa, foram solicitadas informações à Secretaria Municipal de Assistência Social de Indaial, mais especificamente, à divisão de Alta Complexidade, acerca dos acolhimentos ocorridos no referido município. Devido ao sigilo envolvendo processo e procedimentos da área da infância e juventude, as informações foram solicitadas por meio de pedido formal ao órgão público.

Os dados disponibilizados demonstram o número de acolhimentos ocorridos em 2018 e 2019, não sendo fornecidas informações adicionais para complementar a pesquisa e a análise dos resultados. Assim, sobre os acolhimentos ocorridos no ano de 2018, apresentam-se os seguintes dados quantitativos:

**Quadro 2.** Acolhimentos Institucionais no Ano de 2018.

Crianças 0 a 11 anos	Adolescentes 12 a 18 anos incompletos	Motivo	Órgão encaminhador	Encaminhamento
28	4	Negligência Violência física Violência psicológica Violência sexual Uso de álcool na família Uso de drogas na família Entrega voluntária para adoção	Poder Judiciário  Conselho Tutelar	5 - Reintegração à família de origem ou extensa  9 - Reintegração em família substituta/Adoção  0 - Maioridade

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Analisando, verifica-se que número de crianças é muito maior do que o de adolescentes. Os indivíduos de 0 a 11 anos representam sete vezes a representatividade dos 12 aos 18 anos incompletos.

Lamentavelmente, foi maior o número de reintegração de família substituta ou adoção do que a reintegração à família de origem ou extensa, o que significa que, por motivos não especificados, na maioria dos casos, as famílias de origem não tiveram condições de receber, novamente, a criança ou adolescente acolhido.

**Quadro 3.** Acolhimentos em Famílias Acolhedoras no Ano de 2018.

Crianças 0 a 11 anos	Adolescentes 12 a 18 anos incompletos	Motivo	Órgão encaminhador	Encaminhamento
2	3	Abandono pelos pais Fuga de casa Uso de drogas Negligência Violência física Violência psicológica Violência sexual Uso de álcool na família Uso de drogas na família Entrega voluntária para adoção	Poder Judiciário  Conselho Tutelar	1 - Reintegração à família de origem ou extensa  1 - Reintegração à família substituta ou Adoção  1 - Maioridade

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os dados dos acolhimentos familiares ocorridos em 2018 também chamam a atenção, porque, se comparados ao acolhimento institucional, o número é muito inferior. Tal situação se mostra preocupante, por ser contrária às diretrizes da legislação, já que os acolhimentos da família acolhedora devem ser priorizados e deve haver uma sensibilização do gestor público a respeito dessa questão.

Nas informações a seguir, o que destacaremos é o número maior de adolescentes do que de crianças, ainda que seja pouca a diferença, uma vez que são os mais novos que mais carecem do convívio familiar e, portanto, deveriam estar em maioria nos acolhimentos familiares.



**Quadro 4.** Acolhimentos Institucionais no Ano de 2019.

<b>Crianças 0 a 11 anos</b>	<b>Adolescentes 12 a 18 anos incompletos</b>	<b>Motivo</b>	<b>Órgão encaminha- dor</b>	<b>Encaminhamen- to</b>
23	6	Negligência Violência física Violência psicológica Violência sexual Uso de álcool na família Uso de drogas na família Entrega voluntária para adoção	Poder Judiciário;  Conselho Tutelar	6 - Reintegração à família de origem ou extensa  6 - Reintegração à família substituta/ Adoção  0 – Maioridade

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

No ano de 2019, novamente, verifica-se o mesmo padrão nos acolhimentos institucionais visto em 2018, com a quantidade de crianças muito superior à de adolescentes. São 3,83 acolhidos na faixa de 0 a 11 anos para cada acolhido de 12 a 18 anos incompletos, ou seja, a proporção é de, praticamente, 4 por 1. Essa realidade é preocupante, pois os mais novos são, também, os mais vulneráveis, e precisam de mais proteção.

No que se refere aos encaminhamentos pós-acolhimento institucional, no ano de 2019, ainda se observa um cenário no qual o retorno à família de origem ou extensa não é o que se observa na maioria dos casos. Se, em 2018, a colocação em família substituta ou adoção foi superior, em 2019, os números se equipararam.

**Quadro 5.** Acolhimentos em Famílias Acolhedoras no Ano de 2019.

<b>Crianças 0 a 11 anos</b>	<b>Adolescentes 12 a 18 anos incompletos</b>	<b>Motivo</b>	<b>Órgão encaminhador</b>	<b>Encaminhamento</b>
8	3	Abandono pelos pais Fuga de casa Uso de drogas Negligência Violência física Violência psicológica Violência sexual Uso de álcool na família Uso de drogas na família Entrega voluntária para adoção	Poder Judiciário;  Conselho Tutelar	2 - Reintegração à família de origem ou extensa  2 - Reintegração à família substituta/ Adoção  0 - Maioridade

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

---

Em 2019, o número de acolhimentos em famílias acolhedoras foi maior do que em 2018, superior ao dobro, sendo, em maior quantidade, os acolhidos na faixa etária de 0 a 11 anos, na proporção de 2,66 para cada acolhido de 12 a 18 anos incompletos. Esses índices de 2019 alertam para o fato de que os mais negligenciados continuam sendo da faixa etária de 0 a 11 anos.

Em síntese, em 2018, foram acolhidas 37 crianças e adolescentes no total, sendo 28 crianças de 0 a 11 anos em abrigo municipal e duas pelo Programa de Famílias Acolhedoras. Já entre os adolescentes, foram sete acolhimentos na faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo quatro em abrigo municipal e três em famílias acolhedoras.

Com referência ao ano de 2019, foram acolhidas 40 crianças e adolescentes, sendo 23 crianças de 0 a 11 anos em abrigo municipal e oito pelo Programa de Famílias Acolhedoras. Em contrapartida, no público adolescente, foram nove acolhimentos na faixa etária dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo seis em abrigo municipal e três em famílias acolhedoras.

O que se abstrai desses dados é que nos dois períodos analisados não houve uma diferença significativa no número de acolhimentos, mas registra-se o crescimento de 2018 para 2019, o que nos revela um aumento da demanda. Em outras palavras, subiu o número de situações de violação ou risco aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Dentro da mesma ótica, aumentou, também, o número de acolhidos na faixa etária de 0 a 11 anos, sendo que, em 2018, eram 30 crianças, e, em 2019, 31. Embora a diferença não seja tão significativa, o aumento da demanda é sempre uma circunstância negativa.

Também chama a atenção que, nos dois anos representados nos dados, a quantidade de acolhimentos de crianças de 0 a 11 anos é muito maior do que de adolescentes (12 a 18 anos), representando, nos dois casos, aproximadamente, dois terços dos acolhimentos. Isso significa que, de todas as situações nas quais foi necessária a intervenção do Poder Público com a retirada da criança da sua família natural, o número de acolhimentos de crianças é duas vezes maior do que o de adolescentes, revelando que os indivíduos mais vulneráveis acabam sendo os mais atingidos em seus direitos, necessitando de maior proteção.

Especificamente, quando se tratam dos acolhimentos em famílias acolhedoras, a pesquisa demonstra que ainda é mais expressivo o número de acolhimentos institucionais. Como se pode ver, em 2018, o número de acolhimentos em famílias acolhedoras representou apenas o percentual aproximado de 13,5% do total de acolhimentos, restando os demais 86,5% para o acolhimento em abrigo municipal.

Os dados coletados não indicam os motivos dessa diferença considerável na quantidade de encaminhamentos ao abrigo em relação às famílias acolhedoras, não sendo possível afirmar se tal situação ocorre por questão de gestão ou se há uma quantidade insuficiente de famílias cadastradas no Programa de Famílias Acolhedoras, gerando uma demanda reprimida e induzindo ao encaminhamento institucional.

### **Considerações finais**

Os resultados da pesquisa realizada demonstram a relevância do acolhimento familiar enquanto política pública de proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isso porque, de acordo com o material estudado, pela parte teórica da metodologia adotada, fica claro que essa forma de acolhimento é a única na qual a criança ou adolescente acolhido é inserido em um ambiente familiar, com estrutura e dinâmicas típicas, preconizando, o que determina o texto constitucional, que deve ser garantido o direito da criança e do adolescente de manterem a convivência familiar.

Os dados coletados na pesquisa empírica revelam que, na realidade prática da aplicação dessa forma de política pública, ainda ocupa maior espaço o acolhimento institucional, eis que é aplicado na maioria dos acolhimentos ocorridos em Indaial/SC. Essa constatação não retira a relevância do acolhimento familiar, concretizado no município em questão por meio do Programa de Famílias Acolhedoras, pois a sua finalidade de manter a criança e o adolescente em

---

ambiente familiar não pode ser alcançada no acolhimento institucional.

Outrossim, o fato de ser aplicado, em maior quantidade, o acolhimento institucional, não indica a sua maior relevância, principalmente, porque os dados coletados não apresentam informações dos motivos de ocorrerem mais encaminhamentos ao abrigo municipal, se por definições diversas da gestão dos acolhimentos ou por número insuficiente de famílias acolhedoras cadastradas no programa, gerando uma demanda reprimida.

O que os dados apontam é a necessidade de sensibilização do Poder Público municipal para as diretrizes dos acolhimentos, que determinam a aplicação prioritária do acolhimento familiar, ainda mais quando a medida é necessária para o grupo de 0 a 11 anos. Inobstante, é, justamente, nessa faixa etária, que, lamentavelmente, concentra-se a grande maioria dos acolhimentos, ficando ainda mais nítida a relevância dessa forma de acolhimento, já que é nessa fase de maior vulnerabilidade que o indivíduo mais precisa do convívio familiar. Mesmo que não seja com a sua família natural ou extensa, é disso que depende o seu saudável desenvolvimento psicossocial, favorecendo a sua vida em sociedade.

Esses dados chamam a atenção porque o abrigo municipal, que hoje se presta aos acolhimentos institucionais, foi inaugurado no ano de 2015, enquanto os acolhimentos familiares já vinham ocorrendo na prática antes mesmo da sua regulamentação, conforme explicitado, inclusive, no município de Indaial, com o Projeto Acolher, implantado desde 2002. Essa anterioridade dos acolhimentos familiares, em relação à construção do abrigo municipal, vai de encontro com os números constatados, pois o mais coerente seria o programa de Famílias Acolhedoras estar mais desenvolvido, além de uma aplicação mais efetiva.

Tal situação constatada pela pesquisa empírica mostra que, para se alcançar a efetivação das políticas públicas na área da infância e juventude, a gestão pública do município deverá direcionar maior atenção aos acolhimentos, a fim de verificar os motivos que geram a significativa diferença entre a quantidade de acolhimentos no abrigo municipal em relação ao Programa de Famílias Acolhedoras. Registra-se, ainda, que seria de grande contribuição se o banco de dados contivesse informações mais precisas e detalhadas acerca dos acolhimentos.

Por fim, ressalta-se que o Programa Famílias Acolhedoras deve ter a preferência dos acolhimentos, especialmente, para a faixa etária na qual se concentra a maior parte da demanda, as crianças de 0 a 11 anos, porque, além de enfatizar a convivência familiar determinada na Constituição Federal de 1988, também favorece o indivíduo acolhido para a sua reinserção no seio familiar.

### Referências

BAFFI, M. A. T. **Modalidades de pesquisa**: um estudo introdutório. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3c3Cmzh>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <https://bit.ly/3sHr6P0>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3iz2V0s>. Acesso em: 26 out. 2019.

---

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3qGpEKV>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/38UCwaJ>. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3p5Iivo>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://bit.ly/3qFaUfd>. Acesso em: 26 out. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CUSTÓDIO, A. V.; VERONESE, J. R. P. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multideia, 2009.

DE PAULA, P. A. G. **Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

ESTADO. **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3sUHgVs>. Acesso em 28 out. 2019.

GESTÃO. **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39KHxRO>. Acesso em: 28 out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/indaial/panorama>. Acesso em: 21 fev. 2020.

INDAIAL. **Lei Municipal nº 4.527, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Programa de Guarda Temporária Subsidiada de Crianças e Adolescentes - Denominado “Programa De Famílias Acolhedoras”. Disponível em: <http://bit.ly/3iv3kRG>. Acesso em: 28 out. 2019.

INDAIAL. **Lei Municipal nº 2.997, de 20 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre o Programa de Guarda Temporária Subsidiada de Crianças e Adolescentes - Denominado “Projeto Acolher”. Disponível em: <http://bit.ly/360M8yx>. Acesso em: 28 out. 2019.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MUJALLI, W. B. **Contratos da administração pública**. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.

---

SANTOS, C. S. dos. **Introdução à gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, F. de O. **A centralidade da família no Sistema Único de Assistência Social e questões de gênero**. Florianópolis: UFSC, 2010.

VERONESE, J. R. P. **Interesses difusos e direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---

# O ENSINO A DISTÂNCIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA UNIASSELVI EM CAMAQUÃ/RS

**The distance teaching of the social service course: limits and possibilities of professional training in the perception of uniasselvi graduates in camaquã/rs**

Mônica Ogliari Pereira <sup>1</sup>

**Resumo:** O ensino a distância hoje é uma realidade reconhecida e faz parte do atual milênio, mesmo assim, existem restrições por parte dos órgãos da categoria profissional de serviço social quanto à qualidade da formação profissional. Neste artigo, apresenta-se este posicionamento em comparação à visão dos egressos quanto às dificuldades e possibilidades no ensino a distância. A pesquisa foi realizada junto aos egressos do Polo SERVI, da UNIASSELVI, em Camaquã/RS, por meio de estudo de caso, tendo como objetivo geral compreender a formação do assistente social na modalidade a distância da UNIASSELVI (Camaquã/RS), sendo utilizados instrumentos como o questionário on-line e entrevistas junto aos egressos, através da análise de conteúdo, foi identificado a importância do ensino a distância nas suas vidas, verificou-se que a formação profissional é um processo contínuo e que o acesso ao ensino superior os torna em sujeitos de direitos.

Palavras-Chave: Ensino a distância. Formação Profissional. Serviço Social.

**Abstract:** Distance learning today is a recognized reality and part of the current millennium, even so, there are restrictions on the part of the professional category of social service regarding the quality of professional training. In this article, this positioning is presented in comparison to the view of graduates regarding the difficulties and possibilities in distance learning. The research was carried out with the graduates of the Polo SERVICE, of UNIASSELVI, in Camaquã/RS, through a case study, with the general objective of understanding the training of social workers in the distance modality of UNIASSELVI (Camaquã/RS), using instruments such as online questionnaire and interviews with graduates, through content analysis, the importance of distance learning in their lives was identified, it was found that professional training is a continuous process and that access to higher education makes them subjects of rights.

**Keywords:** Distance Learning. Professional Formation. Social Service.

## Introdução

A questão inicial deste estudo é compreender as considerações e posicionamentos dos órgãos da categoria profissional de serviço social com relação ao ensino a distância em comparação às vivências e percepções dos egressos do ensino nesta modalidade.

Para tanto, será apresentada uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino superior no Brasil, no período de 1990 a 2017, quanto aos programas, portarias, leis existentes e sancionados neste período. Na sequência, uma reflexão mais específica sobre o ensino a distância e também a posição dos órgãos competentes dessa categoria profissional.

Dando continuidade, apresento a organização administrativa da UNIASSELVI, do Polo SERVI, em Camaquã/RS, e uma vivência como professora tutora externa, relato o funcionamento do ensino a distância na modalidade semipresencial desta instituição e os meus questionamentos referentes à formação profissional ofertada aos egressos.

Por fim, apresento a voz dos egressos do ensino a distância, identificando como o ensino superior contribuiu nas suas aquisições pessoais e profissionais e quais as dificuldades identi-

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

cadadas por eles nesta modalidade de ensino, se possuem interesse em ter um aperfeiçoamento, se o procuram, se possuem condições de arcar com esse investimento já que vivemos num país em que a desigualdade social é significativa e a educação é uma forma de combatê-la.

Este estudo busca caracterizar esse egresso e focar na sua percepção da formação profissional e nas suas dificuldades, tendo como objetivo geral compreender a formação do assistente social na modalidade a distância da UNIASSELVI e, como objetivos específicos perceber as expectativas dos egressos do ensino a distância da profissão de assistente social. Além disso, este estudo objetiva caracterizar o perfil dos egressos no ensino a distância do curso de serviço social; constatar como se dá o exercício profissional dos egressos do curso de serviço social no ensino a distância; e comparar a visão dos egressos da sua formação profissional no ensino a distância, frente ao posicionamento dos órgãos competentes.

Considero, como hipótese desta pesquisa realizada, que a formação é um ponto inicial desta caminhada e que o ensino na modalidade a distância traz o conhecimento, tornando-os aptos para atuarem na área, conforme os preceitos previstos no Código de ética profissional.

A fim de verificar essas percepções, foi realizado um estudo de caso com os egressos do curso de serviço social da UNIASSELVI (no polo de Camaquã), num universo total de 75 formados. Por meio de correspondência digital e das redes sociais, foi enviado um questionário on-line, em que as pessoas aderiram de forma voluntária. Foi respondido por 40 egressos e, destes, foram selecionados seis para as entrevistas por meio de amostragem teórica, tendo como critérios: maior tempo de formado, idade, maior tempo de afastamento da rede regular de ensino, menor escolarização dos pais, se tiveram ou não aumento na sua renda atual e estarem trabalhando ou não na área, cujas entrevistas foram analisadas posteriormente.

Será apresentado um comparativo do posicionamento dos órgãos da categoria profissional quanto ao ensino a distância em relação à percepção e das dificuldades encontradas pelos egressos nesta modalidade de ensino, o que significa o alcance ao ensino superior nas suas vidas, por meio de análise de conteúdo dos dados obtidos nas entrevistas realizadas.

Por fim, apresento as conclusões alcançadas durante o processo de construção deste artigo.

### **O ensino superior no Brasil e a problemática identificada na bibliografia dos estudos sobre a formação do serviço social na modalidade a distância**

Nesta seção, será realizada uma retrospectiva histórica do ensino superior no Brasil a partir dos anos 1990, também será apresentada as críticas e apontamentos referente ao ensino a distância e de como os órgãos de categoria profissional do serviço social percebem o ensino a distância.

#### **O ensino superior no Brasil e o ensino a distância**

No Brasil, a educação é garantida pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos, mas o acesso, sucesso e a permanência na rede regular de ensino em todos os níveis, continua sendo um desafio para os governantes.

O caminho da Política Nacional de Educação, em nosso país, está relacionado às questões sociais, econômicas e as suas mudanças, como a crise do Estado de bem-estar, que provocou um reordenamento das políticas sociais, com a transferência das responsabilidades estatais para a sociedade ou a concretização de parcerias Estado-Sociedade.

A partir dos anos 1990, o ensino superior passa por uma transformação, em consequência do ajuste fiscal, com a diminuição dos investimentos públicos na educação em todos os níveis, influenciada pela instauração da política neoliberal e pela exigência dos organismos internacionais, de que a educação fosse uma estratégia de competitividade e ascensão do país na agenda local.

Foi neste contexto de (des)regulação neoliberal que a educação ganhou centralidade. Tanto pela base que representava para o desenvolvimento científico e tecnológico – ambos que



---

se transformavam em forças produtivas – quanto pelas repercussões no setor que a regulação de mercado vinha provocando, na medida em que forjava uma nova ortodoxia nas relações entre a política, o governo e a educação (AZEVEDO, 2004).

A reforma educacional foi defendida e concretizada, portanto, não somente para atender às reivindicações da universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, mas também (ou principalmente) para adequar a educação ao cenário de mudanças das relações sociais, culturais e econômicas da nova conjuntura (SANTOS, 2010).

Os organismos internacionais, como o Banco Mundial e as Agências da Organização das Nações Unidas (ONU), foram os principais interlocutores da agenda brasileira, ditando regras de reestruturação econômica e da globalização, no Brasil e na América Latina, enfatizando um contexto de mercantilização e privatização da educação.

O Banco Mundial propõe como política educacional a reforma do financiamento e da administração da educação, redefinindo a função do governo ao atendimento às minorias; redução do setor privado na educação profissional; maior articulação com o setor privado; autonomia das instituições e maior eficiência no gasto social como medida de contenção da pobreza.

Com a Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990, 155 governos assumiram compromissos com a educação básica com qualidade para todos e de realizarem reformas administrativas quanto ao papel do Estado com a Educação, passando de administrador e provedor para avaliador, incentivador e gerador de políticas.

Assim, reformas administrativas foram sendo executadas pelo governo de Fernando Henrique (1995-2003), visando a avaliação, a autonomia e a melhoria de ensino, como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira/PAIUB, em 1993.

No Governo Lula (2003-2011), foi alterada a Lei nº 10.260/2001, do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES, criada a Lei nº 10.861/2004 que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM, como forma de acesso ao ensino superior, a cria o Programa Universidade para Todos/PROUNI, o Decreto nº 5.800/2006 estabelece o Programa Universidade Aberta do Brasil/UAB, o Decreto nº 6.096/2007 cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI, em 2010 estabelece o Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAS. Também ocorre, neste período, a expansão dos cursos tecnólogos e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, através da Lei nº 11892/2008.

No Governo de Dilma (2011-2016) é aprovado o Plano Nacional de Educação/PNE, que prevê investimentos e visa ampliar o acesso à Educação e melhorias na qualidade de ensino, a ampliação do número de vagas no ensino superior, qualificação e valorização dos professores.

No Governo pós-impeachment (2016-2018), foram aprovadas uma série de reformas e leis trabalhistas, previdenciárias, políticas, que trouxeram retrocesso com relação a diversos ganhos sociais das classes trabalhadoras e a PEC 241, que congela as despesas com saúde e educação, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos e que foi duramente questionada pela sociedade civil e oposicionistas ao governo.

As medidas realizadas na educação superior deste período descrito anteriormente, tinham o objetivo de atender às recomendações do Banco Mundial, como as novas legislações, os programas, projetos, planos, decretos e outros aqui citados, e buscava adequar o ensino superior às necessidades impostas de formação de força de trabalho e ampliar a possibilidade de acesso ao ensino superior.

No Censo do Ensino Superior de 2017, observa-se o aumento de matrículas em todas as instituições educacionais presenciais e EAD, tendo um total 8.283.763 matrículas, sendo que em 2010 eram 930.179 matrículas (INEP, 2018).

O ensino a distância contribuiu para este aumento de matrículas no ensino superior, mesmo que algumas profissões, através dos seus Conselhos, questionem e não aprovem esta modalidade de ensino.

A oferta de cursos a distância já estava prevista no Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e atualizada pelo Decreto nº 9.057/2017, que amplia a oferta e o acesso aos cursos superiores e visa garantir a qualidade de ensino.

De acordo com o MEC, a Educação a distância é a modalidade educacional na qual os alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica e na educação superior.

Conforme Chaves (1999), a Educação a Distância, também chamada de tele-educação, é o modelo de ensino ao qual não exige que o aprendiz compareça pessoalmente no ambiente formal do processo de ensino-aprendizagem, bem como não é necessário que o aluno siga o ritmo de outros alunos, ou seja, ele segue o seu próprio ritmo de aprendizado. Diz respeito também ao afastamento temporal e/ou espacial entre o professor e o seu aprendiz.

Para o Censo da Educação Superior realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existe, no país, 1.756.982 alunos matriculados nos cursos de graduação a distância, tendo um aumento de 826.803 alunos comparado ao Censo de 2010, sendo mais de 88% de novas matrículas em relação ao total de 930.179 alunos matriculados em 2010.

Neste contexto, o curso de serviço social, por ser um curso de graduação de baixo custo para as Instituições de Ensino, é oferecido por todo o Brasil, como podemos constatar com os dados a seguir.

**Tabela 1.** Número de cursos de graduação a distância da graduação em serviço social por Organização Acadêmica/CENSO-INEP.

Ano	Pública			Privada	Total
	Pública federal	Estadual	Municipal		
2010	-	1	-	12	13
2017	-	1	-	32	33

Fonte: Adaptada de Censo de Ensino Superior/INEP/2010/2017 (2018).

No Censo de Ensino Superior de 2017/INEP, identifica-se o aumento de organizações acadêmicas ofertando o curso de graduação em serviço social a distância, passando de 13 organizações para 33, somente uma é pública (estadual), as demais são privadas. Conforme o Censo/INEP/2017, as organizações acadêmicas públicas federais não ofertam o curso de serviço social a distância.

Já as organizações acadêmicas que ofertam o curso de serviço social presencial no território brasileiro, podem ser visualizadas na tabela a seguir.

**Tabela 2.** Número de cursos de graduação presenciais em serviço social por Organização Acadêmica/CENSO-INEP/2010/2017.

Curso	Pública			Privada	Total
	Pública federal	Estadual	Municipal		
2010	40	16	7	270	333
2017	42	22	7	347	418

Fonte: Adaptada de Censo de Ensino Superior/INEP/2010/2017 (2018).

---

Em 2010, eram 333 organizações acadêmicas ofertando o curso de graduação presencial em serviço social, sendo 63 públicas e 270 privadas e, em 2017, eram 71 organizações acadêmicas públicas e 347 organizações privadas do curso de graduação presencial em serviço social, com um total de 60.767 matrículas, sendo que, mesmo com o aumento de organizações públicas, observa-se a presença significativa do ensino privado na oferta do curso. Quanto à graduação na modalidade a distância, em 2017, eram 32 organizações privadas com um total de 92.781 matrículas e na pública estadual não tem matrículas, o que demonstra a abrangência do ensino privado a distância no território brasileiro.

Frente aos dados encontrados, observa-se que o ensino a distância está consolidado, sendo este um método que tem como base o isolamento do aluno, sua autonomia e o seu autodidatismo.

Os dados evidenciam também o processo de mercantilização da Educação Superior e o afastamento do papel do Estado na implementação das políticas públicas na área da educação para atender a demanda de democratização do conhecimento.

São muitas as críticas na modalidade de ensino a distância, Chauí (2001) fala em “supermercado”, uma versão capitalista do paraíso, que termina no momento em que se chega à caixa registradora: a brutalidade do mercado.

Se a universidade for um supermercado, então, nela entram os felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. Recebem os conhecimentos como se estes nascessem dos toques mágicos de varinhas de condão (CHAUÍ, 2001, p. 113).

Para Iamamoto (2014), esta falsa democratização do acesso ao ensino superior acarretará a expansão de exército industrial de reserva, constituído por trabalhadores que não conseguem vender a sua mão de obra, uma vez que os postos de trabalho não são expandidos na mesma proporção que a oferta da força de trabalho, ocasionando o rebaixamento dos salários em decorrência da procura de empregos ser maior que a disponibilidade destes.

Para Guerra (2010), o ensino a distância oferecido pelas universidades privadas são os novos nichos de mercado cobiçado por empresários de vários setores nacionais e estrangeiros. Assim, torna-se um mercado promissor e lucrativo, tanto com a oferta e venda de tecnologia, conhecidas como Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTICs), como a própria Educação.

A educação se torna um produto a ser oferecido e, para Gomes (2010), ela passa a ser entendida sob os pressupostos mercantis, na medida em que incorpora a lógica da esfera da produção material, considera que a educação é entendida como uma mercadoria que deve ser comprada pela clientela no sistema privado de ensino, em que são oferecidos cursos que necessitam poucos investimentos em laboratórios e materiais pedagógicos.

No posicionamento dos autores, o ensino a distância é uma mercadoria a ser vendida, que visa o lucro do sistema privado de ensino e das tecnologias de informação. Trazem a questão da desvalorização dos salários, pelo fato de ter um número expressivo dos profissionais e que a oferta de vagas não absorve a todos, ocasionando uma queda nos salários no mercado de trabalho.

Dentro deste contexto, o ensino a distância vem sendo discutido, tanto por pesquisadores e professores como por organismos internacionais e o próprio MEC, que o analisam como uma evolução lógica da tecnologia inserida na educação, e é uma maneira de formar mão de obra qualificada num mercado necessitado. Consideram, também, que o ensino a distância tem a capacidade de fomentar a economia e a qualidade de vida das pessoas funcionando como uma forma de combater a pobreza.

A educação a distância não é uma novidade em nossas vidas, no decorrer da história, já tivemos cursos por correspondências – Telecursos –, entre outros, e com a evolução da tecnologia de informação e comunicação, propiciou-se a expansão e efetivação dessa modalidade de ensino.

---

O ensino a distância tem sido tema de pesquisas sociais, visando compreender esse fenômeno da atualidade e focando na qualidade da formação desses profissionais, como foi identificado nas leituras bibliográficas realizadas, considero que é um tema em constante transformação, na medida em que novos cursos e novas universidades se expandem em todo o território brasileiro.

De acordo com Netto (1999), os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas, então qual o projeto profissional dos egressos do ensino a distância?

O ensino a distância no Brasil traz muitas controvérsias, pois pode ser visto como de grande relevância social, porque permite o acesso no ensino superior daqueles que, por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, foram excluídos deste processo, conhecido como “a democratização da educação”, também pode ser visto como uma forma de precarização da educação, visando acumulação de capital e maciça formação sem qualidade, cujo Estado, que deveria garantir ensino público e gratuito, incentiva o ensino particular.

É preciso reconhecer que a EAD apresenta algumas possibilidades de inclusão educacional e a qualidade questionada desta modalidade de ensino, deve ser cobrada e rigorosamente avaliada pelos órgãos competentes, cujo posicionamento será apresentado na continuidade deste artigo.

### **O processo de formação profissional e as críticas e apontamentos do curso de graduação em serviço social na modalidade ensino a distância**

A presença, nos dias atuais, do ensino na modalidade a distância possui amparo legal para funcionamento, com diretrizes e normas a seguir, como ocorre nos cursos de serviço social.

O processo de formação do assistente social foi construído com a participação dos órgãos de organização como Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social/ENESSO e os Sindicatos.

De acordo com Santos (2006, p. 62), “trata-se de um processo constituído por referenciais teóricos e influenciados pela conjuntura social, econômica, política e cultural do país, refletindo a correlação de forças sociais que ocorre na sociedade e na universidade”.

O currículo mínimo foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Entidade e enquadrado no formato de Diretrizes Curriculares, em 1999, adequando-se à LDB, e foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação/CNE, pela Resolução CNE/CEC nº 15 de março de 2001, com um número significativo de alterações e reconhecem o serviço social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social.

O perfil do bacharel em serviço social é o profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Curriculares apontam para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do serviço social na realidade brasileira” (ABEPSS, 2014, p. 2-3).

---

A capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa visa a apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos, no sentido de apreender as particularidades da constituição e o desenvolvimento do capitalismo; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas postas ao serviço social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social e o exercício profissional cumprindo as competências e atribuições na legislação profissional vigente (ABEPSS, 1996).

A carga horária mínima prevista é de 3.000 horas, com duração média de quatro anos, sendo que o estágio supervisionado deverá ter uma duração mínima de 15% sobre a carga horária total, não sendo computada nesta. O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) devem ser desenvolvidos durante o processo de formação, junto ao período letivo escolar, assim como as atividades complementares, devendo corresponder até 5% da carga horária do currículo pleno (ABEPSS, 1996).

Conforme dados, aqui apresentados, do Censo do Ensino Superior do INEP/2017, no Brasil, são 418 instituições educacionais, sendo 71 públicas e 347 privadas que ofertam o curso de serviço social na modalidade presencial e 33 instituições na modalidade a distância.

Para Iamamoto (2014), a formação profissional sofre importantes mudanças na atualidade em decorrência da expansão acelerada da oferta de vagas; da prevalência de instituições de ensino privado, colocando em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação; a precarização das condições de trabalho docente, presentes na reforma trabalhista e acúmulo de trabalho e mudanças no perfil socioeconômico dos discentes, estimuladas pelas políticas de cotas, bolsas do PROUNI, FIES, cujos trabalhadores ativos, buscam no ensino superior a ascensão social e aumento do status social da unidade familiar.

Diante do posicionamento de Iamamoto (2014), verifica-se o questionamento quanto à prevalência de instituições de ensino privado, colocando em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, o que inclui as instituições de ensino a distância. Quem tem a função de avaliar estas instituições, a fim de verificar a qualidade e coerência com a Resolução CNE/CEC nº 15/2001 para garantir um ensino de qualidade independente da modalidade presencial ou a distância? Como seria o acesso ao ensino superior para os 92.781 matriculados no ensino a distância no curso de serviço social?

Os Conselhos da Categoria, CFESS/CRESS, da ABEPSS e ENESSO questionam através de diversos documentos, apontando falhas na formação profissional do assistente social na modalidade ensino a distância, por não oferecer adequadamente um ensino, que vise o desenvolvimento das competências profissionais e que o tripé ensino, pesquisa e extensão não estão presentes nesta modalidade de ensino.

O manifesto *Sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e serviço social* (CFESS, 2014), traz que:

Na direção de defesa da profissão, de sua valorização, ressalta a preocupação com a expansão dos cursos de Serviço Social no país, especialmente na modalidade de EAD, mas também em cursos presenciais não universitários e sem a efetiva condição de trabalho docente, que apontam para a formação de profissionais fragilizados/as em sua dimensão interventiva, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais públicos e privados do país (CFESS, 2014, p. 35).

Acreditam que um processo formativo desqualificado se relaciona com a desvalorização profissional, na medida em que um graduado em serviço social, formado com um frágil embasamento te-

---

órico-metodológico, técnico-operativo e ético-político não tem possibilidades efetivas de se contrapor por meio de estratégias profissionais cotidianas (CFESS, 2014). Consideram que um profissional com muitas fragilidades formativas tende a aceitar, sem questionamento, demandas institucionais de manutenção da lógica desigual, presentes historicamente em nossa sociedade, sem dispor de instrumentos analíticos e operacionais, que somente uma formação densa possibilita (CFESS, 2014).

Neste manifesto, o CFESS aponta que tem como luta uma educação superior pública e de qualidade, enquanto direito de todos e dever do Estado, defendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão do processo formativo básico com a perspectiva de totalidade e criticidade na apreensão da realidade, o acesso à bibliografia de qualidade, à realização do estágio supervisionado de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmico e de campo e à realização de pesquisa e investigação como princípio formativo de todo currículo (CFESS, 2014).

Assim, surge o questionamento que profissionais estão sendo formados para atuar nas mais diversas expressões da questão social, numa realidade social em constante movimento e transformação, devido a irregularidades encontradas quanto ao estágio supervisionado, à inadequada matriz curricular, à qualidade dos docentes, à inadequação da infraestrutura dos polos e à ausência de bibliotecas e de pesquisa no ensino a distância.

O CFESS afirma que “um graduado em serviço social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira” (CFESS, 2014, p. 34).

Diante das questões pontuadas pelos órgãos competentes na formação profissional do ensino a distância e a realidade como professora tutora e do ensino ofertado pela UNIASSELVI, surgem os questionamentos e reflexões que serão apresentados a seguir.

Localizando o problema de pesquisa desenvolvido no estudo de caso do curso de serviço social na modalidade EAD na UNIASSELVI

Será apresentada a caminhada da UNIASSELVI e o Polo SERVI, junto à Educação e também será relatado como foi a experiência profissional de docente junto a essas instituições e aos seus discentes.

Como é o processo de formação profissional na UNIASSELVI e quem são os egressos?

O curso de serviço social da UNIASSELVI está reconhecido pelo MEC, através da Portaria nº 293/2016, na modalidade semipresencial, sendo que o curso já possui dez anos de existência e visa formar profissionais capacitados e habilitados para atuar na prestação de consultoria e assessoria em instituições governamentais e não governamentais, visando a defesa da cidadania, equidade e justiça social, possuindo uma matriz curricular atualizada, professores e tutores capacitados.

Tem como material pedagógico os livros didáticos que são apresentados nos encontros presenciais semanais, sob responsabilidade do professor tutor externo, que além das disciplinas, também é responsável pela supervisão acadêmica do Estágio Curricular, da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, de validar as atividades complementares, de orientar a pesquisa científica semestral, chamados de Seminários Interdisciplinares e promover encontros semestrais de discussão de temas pertinentes.

O professor tutor externo conta com o apoio dos professores tutores internos, que estão sempre disponíveis, também para os acadêmicos.

O curso tem duração de quatro anos, desenvolvido em oito semestres, com 3.360h de carga horária, sendo 2.660h com as disciplinas, 130h de atividades complementares, 60h de disciplinas optativas, 120h em prática e o Estágio Curricular Supervisionado, possui 450h executado em três semestres, cumprindo as exigências legais, sendo que, ao longo de dez anos do curso, foram feitas 12 alterações da matriz curricular.

---

O Polo do município de Camaquã/RS, representante da UNIASSELVI, é a SERVI – Assessoria e Consultoria, está localizado na Região Costa Doce, formada por 12 municípios e que, de acordo com estimativa do INEP (2018), tem uma população em torno de 164.000 habitantes, sendo que o polo oferta a essa população, uma das alternativas de ensino superior na região.

O Polo SERVI possui como infraestrutura física prédio próprio com 14 salas de aula, um espaço de cultura, dois centros de convivência, um auditório, dois laboratórios de informática, uma sala de tutoria, secretaria administrativa e biblioteca. As salas de aula possuem cadeiras estofadas, ar condicionado e recursos audiovisuais individuais.

De acordo com informações da Secretaria do Polo SERVI, o curso de serviço social na modalidade a distância, teve início em 2009/, foram efetuadas 92 matrículas e 75 acadêmicos já concluíram o curso, num total de cinco turmas em 2017, que foram público-alvo deste estudo.

### **Uma vivência**

No período em que atuei como professora tutora no curso de serviço social na UNIASSELVI, questionava-me quanto à percepção dos discentes da profissão de assistente social e de como o processo de formação contribui ou não para a formação de profissionais éticos e comprometidos, conforme prevê o Código de Ética profissional.

De acordo com Kanso (2015), todo o conhecimento em si pode ser considerado como um processo de construção que será elaborado desde a infância, por intermédio de interações entre o sujeito e os objetos desse conhecimento, sejam estes do mundo físico ou cultural.

Como ocorre este processo de interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento no ensino a distância? O professor tutor contribui para que os graduados em serviço social concluam sua formação com o intuito de exercer a profissão, ou o profissional deve estar sempre se atualizando e complementando sua formação ou, ainda, o status de nível superior é suficiente para a maioria?

Penso que o processo da construção do conhecimento está presente no ensino a distância na modalidade semipresencial, a partir do desenvolvimento das competências dos saberes: do conhecimento (saber conhecer), das habilidades (saber fazer) e das atitudes (saber ser). Os encontros semanais efetivavam a interação e a troca dos conteúdos abordados e a troca não se limitava aos livros didáticos, pois eram realizadas pesquisas bibliográficas, seminários, fóruns, atividades presenciais na comunidade. Também estava presente na execução do estágio supervisionado, nas reuniões com as supervisoras de estágio supervisionado, na orientação pedagógica presencial do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso.

Para Yamamoto (2017, p. 624), “a educação, pensada como uma política social pública, dispõe de um caráter contraditório ao atender, simultaneamente, interesses de acumulação do capital e do conjunto dos trabalhadores no processo de criação e socialização de conhecimentos”.

O processo de criação e socialização de conhecimento se fez presente na formação profissional dos egressos do curso a distância na modalidade semipresencial, na medida que ocorre a interação e troca de saberes no decorrer deste processo, permitindo desenvolvam suas competências não só através das características do ensino a distância: a autonomia e autodidatismo, mas também através de outras vivências.

Frente à ambiguidade entre a mercantilização do ensino superior e a democratização deste ensino que o ensino a distância permite, temos um número significativo de profissionais egressos desta modalidade de ensino, que estão ou não inseridas no mercado de trabalho, mas me questionava qual seria a visão dos egressos, quanto às dificuldades e possibilidades do processo de formação profissional do curso de serviço social no ensino a distância? E o que o acesso ao ensino superior acrescentou nas vidas, sendo objeto deste estudo?

Em alguns trabalhos, dependendo da tipologia da pesquisa, muitas vezes, além de uma introdução, é necessária a apresentação do estado da arte do objeto de estudo. Então, através de

---

muitas referências bibliográficas, mostra-se o estado atual de informações do tema e justifica-se a importância de pesquisa do tema.

### **Metodologia**

Nesta seção, será apresentada como foi realizada a pesquisa e a metodologia utilizada, seguindo os aspectos éticos necessários.

#### **A pesquisa em si**

Os procedimentos metodológicos são uma forma de garantir a cientificidade dos resultados do estudo, cujo objetivo geral é compreender a formação do assistente social na modalidade a distância da UNIASSELVI.

Para Deslandes *et al.* (1994), a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Entendo que método é um caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento (GIL, 1987).

Neste artigo, foi realizada uma pesquisa exploratória, que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou construir hipóteses (GIL, 1987).

Para Deslandes *et al.* (1994, p. 26), a fase exploratória é “o tempo dedicado, interrogar-se sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo”.

A primeira fase foi exploratória, quando se buscou os aspectos relevantes envolvidos no objeto de estudo, na sua definição e na identificação de questões pertinentes ao tema.

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, a fim de compreender a evolução histórica do ensino superior no Brasil, a partir da década de 1990, como também a evolução do ensino a distância e a sua formação profissional, foi apresentado, também, a posição dos órgãos competentes quanto à formação profissional de assistente social na modalidade de ensino a distância e seus questionamentos.

A investigação adotada foi um estudo de caso de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando técnicas, como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise documental, questionário e entrevista individual semiestruturada.

Entendemos que estudo de caso é caracterizado como um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, que permite conhecer amplo e detalhadamente o assunto abordado (GIL, 2002).

Para Gil (2002), o estudo de caso permite uma pesquisa desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo, sendo que esses procedimentos são realizados em conjunto de outros procedimentos, como análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002).

Para Deslandes *et al.* (1994), a abordagem qualitativa permite aprofundar no mundo dos significados das ações e relações humanas, sendo um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. A autora traz ainda que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, complementam-se, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (DESLANDES *et al.*, 1994).

A abordagem qualitativa permitiu focar no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando suas particularidades e experiências individuais, já a abordagem quantitativa permitiu obter resultados numéricos das questões a serem levantadas, através de questionários com perguntas fechadas.

As entrevistas foram realizadas através de um instrumento com questões abertas e fechadas, com vistas de coletar dados significativos para posterior análise.



Para Gil (2002), a entrevista é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para Campenhoudt e Quivy (1992), é um método de recolher informações no sentido mais rico da expressão, o investigador deve permanecer atento, de modo que as suas próprias intervenções tragam elementos da análise, mais satisfatórios possíveis.

Diante do universo de 75 egressos concluintes do curso de graduação em serviço social num total de cinco turmas, do período de 2009 a 2017, na modalidade de ensino a distância na UNIASSELVI, em Camaquã/RS, foi enviado o questionário on-line por meio de correspondência digital e das redes sociais, respondido por uma amostra de 40 egressos. Foram selecionados uma amostra de seis egressos para as entrevistas, que foram realizadas no mês de junho de 2019, sendo que, 50% estão exercendo a profissão e 50% não. Para definir os entrevistados junto aos 40, foram utilizados critérios teóricos de uma amostragem teórica.

Para Glaser e Strauss (1967), a amostragem teórica é o processo de coleta de dados para a geração de teoria pelo qual o analista, coleta, codifica e analisa conjuntamente os seus dados e decide que dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver sua teoria quando esta surgir.

A amostragem teórica foi estabelecida a partir da frequência dos fenômenos observados, sendo estes: estar atuando na área ou não, o maior tempo de formado, idade, maior tempo de afastamento da rede regular de ensino, menor escolarização dos pais e que tiveram ou não aumento na sua renda atual, conforme tabela a seguir:

**Tabela 3.** Critérios amostragem teórica.

Tempo de formada	Maior tempo de afastada do ensino	Idade	Menor escolaridade dos pais	Teve aumento da renda	Atuando		Entrevistada
					Sim	Não	
6 anos	1 ano	40	Ambos EFI	Sim	X		A
7 anos	Mais 5 anos	49	Ambos EFI	Sim	X		B
6 anos	3 a 4 anos	44	Ambos EFI	Sim	X		C
5 anos	Mais 5 anos	53	Ambos EFI	Não		X	A1
7 anos	Mais 5 anos	57	Ambos EFI	Sim		X	B1
3 anos	Mais 5 anos	37	Pai EFI	Não		X	C1

Fonte: A autora (2019).

Inicialmente, foi encaminhado uma carta de apresentação da coordenação do curso de especialização Educar pela Pesquisa do IFSUL/Camaquã, para a UNIASSELVI, junto à Coordenação do curso de serviço social, solicitando autorização para a realização da pesquisa.

Após o consentimento, foi dado início à pesquisa. Na coleta de dados foi utilizado termo de consentimento, tanto nas entrevistas como no questionário on-line. O questionário permitiu identificar o perfil dos egressos e como se dá ou não, o exercício profissional deles, através dos dados quantitativos.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e realizada a transcrição das falas e feita a análise dos conteúdos. Para Bardin (2011, p. 47):

---

Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Após a análise dos conteúdos obtidos com as entrevistas, elas foram classificadas em categorias, sendo que a categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, agrupando por elementos semelhantes (MORAES, 2003).

Para apresentação dos resultados, foram utilizadas tabelas para expor as categorias com a análise, que serão apresentados na sequência.

## **Resultados e discussão**

Será apresentado a caracterização dos egressos e analisado os resultados obtidos através das entrevistas nesta pesquisa.

### **Caracterização dos egressos**

Conforme já citado anteriormente, do universo dos 75 formados, 40 egressos responderam ao questionário on-line, a partir dos dados obtidos, pôde-se apresentar uma caracterização deles, foi verificado que os egressos são todos do sexo feminino, a faixa etária varia de 23 a 70 anos de idade, sendo que a idade de maior índice é de 44 anos, cerca de 10%. A amostra apresentou ainda três egressos com mais de 60 anos.

Quanto ao estado civil, foi identificado 22 casadas, um percentual de 55%, dez solteiras, percentual de 25%, cinco divorciadas, percentual de 12,5% e três viúvas, um percentual de 7,5%. Um percentual de 75% dos egressos já eram mães no período da formação, sendo 30 egressos e dez não possuíam filhos, num percentual de 25%, reafirmando a dupla jornada das mulheres no mundo atual, que trabalham, cuidam de filhos e afazeres domésticos e ainda buscam na educação o conhecimento e crescimento pessoal.

Diante da amostragem, identifica-se a predominância dos egressos de etnia branca, num percentual de 85% e somente 10% da etnia de negra, demonstrando que ainda um número pequeno dessa etnia no ensino superior, mesmos com a existência das políticas afirmativas e de cotas. Ainda 4% declaram serem pardos.

Quanto à renda familiar, foi constatada a predominância da faixa salarial de um a três salários mínimos, com 24 egressos, sendo considerada classe social D, conforme IBGE, por possuir renda de dois a quatro salários mínimos. Foi identificado cinco egressos com renda até um salário mínimo, sendo 12,5%; de dois a três salários mínimos foram 19 egressos, sendo 47,5%; de quatro a cinco salários mínimos foram 14, sendo 35 %; e mais de cinco salários mínimo foram dois egressos, sendo 5%.

Quanto à escolaridade dos pais, foi constatado que a maioria dos pais têm baixa escolaridade, sendo 26 pais com Ensino Fundamental incompleto 65% e, assim, como 22 mães, que foi 55%. É possível afirmar que o ensino a distância pode ser considerado como uma forma de combater a pobreza e de aumentar a escolaridade dos indivíduos, por estar disponível em municípios que não possuem a oferta do ensino superior público.

Essa aspiração de acesso ao ensino superior também pode ser identificada, frente à constatação de que 20 egressos, ou seja, 50% se deslocavam mais de 20 km para frequentar o ensino superior, sendo oriundos de municípios situados em torno da localização do polo. Também foi constatado que um total de 25 egressos estavam afastados da rede regular de ensino a mais de cinco anos, sendo 62,5%.

---

Quanto à estrutura física do Polo, a maioria, num total de 28, ou seja, 70% dos egressos afirmam considerar satisfatório, oito consideravam muito satisfatório, sendo 20%, e quatro egressos afirmam ser parcialmente satisfatório, 10%, a resposta não satisfatória não foi apontada.

Já o acesso e os conteúdos do ambiente virtual/AVA, cinco egressos ou 12,5%, consideraram parcialmente satisfatório; 27 egressos, ou seja, 67,5%, afirmaram ser satisfatório e oito ou 20% dos egressos muito satisfatório, não satisfatório não foi pontuado.

O livro didático foi considerado satisfatório por 24 egressos, ou seja 60%, já oito egressos, sendo 20%, considera muito satisfatório e oito parcialmente satisfatório, sendo 20%, não satisfatório não foi identificado pelos egressos.

Sendo assim, pode-se afirmar que as condições da estrutura físicas do polo são satisfatórias, como também o acesso e conteúdo do AVA e os livros didáticos, que são essenciais e garantem a formação profissional no ensino a distância.

Com relação a auxílios/bolsas de ensino oficiais, foi constatado que 11 egressos possuíam bolsa do PROUNI total ou parcial, sendo 27,5%, e 29 egressos, que representa 72,5%, pagaram a universidade com recursos próprios ou ajuda da família, afirmando não ter tido nenhum auxílio oficial. Diante dos resultados, destaca-se a importância do incentivo de bolsas do PROUNI, a fim de garantir o acesso ao ensino superior.

Quanto ao interesse dos egressos em dar a continuidade ao ensino, com curso de especialização e/ou mestrado na área, foi constatado que 14 deram continuidade, sendo 35%, e 26, sendo 65%, não demonstram o interesse de dar continuidade na sua formação profissional.

No mercado de trabalho, 37 egressos, sendo 92,5%, afirmaram que estavam inseridos no mercado de trabalho antes de concluir o ensino superior, ocupando as mais diversas funções, como: administrativo, estagiária, serviço público, esteticista, empregada doméstica, cabeleireira, agricultora, professora e outras.

Da amostragem, atualmente 34 egressos, sendo 85%, afirmam estarem inseridas no mercado de trabalho e seis, sendo 15%, não estão inseridos, evidenciando que diminuiu o número de pessoas trabalhando, diante da realidade econômica do país, que conta com 13 milhões de desempregados, segundo dados oficiais do IBGE de junho de 2019.

Na totalidade dos egressos inseridos no mercado de trabalho, 14 são estatutárias (35%), 6 em regime de CLT (15%), 13 (32,5%) em contrato temporário e sete (17,5 %) são terceirizadas, o que retrata as relações de trabalho atuais, em que 20, cerca de 50% são egressos inseridos no mercado de trabalho em formas de contratação, sem a cobertura integral dos seus direitos trabalhistas.

Foi identificado que 14 (35%) egressos estão inseridos no mercado de trabalho atuando como assistente social, sendo que três são estatutárias, quatro trabalham em regime de CLT, cinco são contratadas como terceirizadas e dois com contrato temporário, reafirmando as novas relações de trabalho existentes no Brasil na atualidade.

Questionados se houve aumento na renda mensal após a conclusão do ensino superior, 21 egressos afirmam que não, sendo 52,5 %, e 19 afirmam que tiveram aumento, que representa 47,5 %, demonstrando que mesmo não estando atuando na totalidade como assistentes sociais, o ensino superior trouxe aumento no salário para os egressos.

Diante da frequência dos fenômenos observados, foi identificado uma relação entre eles, sendo:

**Tabela 4.** Frequência do tempo de afastamento da rede regular de ensino e escolaridade dos pais.

Tempo de afastamento da rede regular de ensino	Escolaridade dos pais	
	Pai	Mãe
Mais de 5 anos	Ensino Fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto
23	21	18

Fonte: A autora (2019).

Dos 25 (62,5%) egressos que afirmaram no questionário on-line estarem afastadas da rede regular de ensino, a mais de cinco anos, verificou-se que 23 (57,5%) egressos, também afirmaram que seus pais tinham Ensino Fundamental incompleto, sendo 21 pais e 18 mães. O que pode levar a acreditar, que o tempo de afastamento da rede regular de ensino e a escolaridade dos pais, pode ter vindo a ser um incentivo para frequentarem o ensino superior.

Diante da frequência dos resultados do vínculo empregatício e da renda familiar, entre aqueles inseridos no mercado de trabalho, foi identificado:

**Tabela 5.** Frequência do vínculo empregatício e renda familiar.

Vínculo empregatício	Renda familiar				
	1 salário mínimo	2 a 3 salário mínimo	4 a 5 salário mínimo	mais de 5 salário mínimo	Total
CLT	-	2	3	-	5
Estatutário	1	5	4	2	12
Contrato Temporário	1	7	2	-	10
Terceirizado	1	2	4	-	7
Total	3	16	13	2	34

Fonte: A autora (2019).

Verifica-se que 17 (42,5%) egressos têm como vínculo empregatício estatutário ou CLT e a renda familiar se concentra de dois a cinco salários mínimos. Os egressos que possuem como vínculo contrato temporário e terceirizado são 17 (42,5%) e a renda familiar de maior concentração é a faixa de dois a três salários mínimos, o que demonstra que a remuneração nestes vínculos é menor que os demais vínculos.

Diante do perfil identificado, pode-se afirmar que os egressos são mulheres, na faixa etária predominante de 44 anos, com renda familiar em torno de dois a quatro salários mínimos, são, na sua maioria, trabalhadoras, mães, que tiveram acesso ao ensino superior após um longo período afastadas da rede regular de ensino, são oriundas da família que os pais possuem baixa escolarização e que trazem suas expectativas e suas histórias de vida, que devem ser investigadas e entendidas em cada caso.

Com os dados identificados através da amostra no questionário on-line, foi possível caracterizar os egressos do ensino a distância neste estudo de caso e também será apresentado qual a percepção deles quanto ao seu processo de formação profissional, quais foram as suas vivências e são os seus pontos de vista acerca do EAD, no decorrer deste artigo.

### **Apresentando a análise dos dados qualitativos**

Por meio de análise de conteúdo, as respostas obtidas nas entrevistas realizadas foram categorizadas. A categorização se deu em três níveis: a categoria primária, convencionada de k1 é uma categorização de conteúdo objetiva, utilizando as próprias palavras das entrevistadas. A categoria secundária, convencionada de k2, é a parte de um trabalho de abstração de um conjunto das categorias primárias e a convencionada k3 é a categoria terciária, que eleva a teorização em outro nível, relacionando as categorias secundárias em torno de uma categoria central.

Como método de apresentação da análise, produziu-se quadros a partir do agrupamento de categorias primárias sob o título das categorias secundárias desenvolvidas na análise desde as mais objetivas para as mais abstratas. A relação entre as categorias mais objetivas e as mais abstratas se dá de forma dialética, em que uma tensiona e modifica a outra.

As leituras bibliográficas e as entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foram qualificando os objetivos da pesquisa, em que se busca compreender a formação do assistente social na modalidade a distância da UNIASSELVI, identificando as dificuldades e possibilidades na percepção do egresso quanto a sua formação profissional, comparando com o posicionamento dos órgãos da categoria.

As dificuldades estão centradas em categorias teóricas bibliográficas, como o baixo poder econômico e baixo capital cultural, que são consequências da desigualdade social, definida como um fenômeno marcado pela desigualdade econômica, em que alguns detêm muitos bens e outros não têm acesso. Também se configura pela inexistência de uma educação básica de qualidade, de pouca oportunidade de emprego, da falta de saneamento, da ausência ou restrito acesso a bens e serviços básicos e tal fenômeno reflete diretamente na vida das pessoas, dificultando o pleno exercício das suas competências, como foi identificado.

**Quadro 1.** Sobre o baixo poder econômico.

	<b>Categoria teórica bibliográfica: baixo poder econômico</b>
<b>Categoria primária</b>	(k1 eu fui vendida a vida inteira) (k1 fazia 11 anos trabalhando em uma oficina) (k1 eu não sei poder me financiar) (K1 naquela época não tinha condições) (k1 eu não sei poder me financiar) (K1 não tinha acesso à internet) (k1 tinha muita vontade de determinar o ensino médio) (k1 eu moro no interior) (k1 fazer uma faculdade não vale as condições) (k1 financeiramente não tinha condições) (K1 se não fosse a distância) (k1 pela facilidade da situação financeira) (k1 o ensino a distância abriu muitas portas para pessoas com baixa renda) (k1 é pagável para mim igual como qualquer outra) (k1 a dificuldade financeira em fazer cursos) (k1 não teria condições de fazer) (k1 se não tivesse não teria acesso)

Fonte: A autora (2019).

As respostas tornam evidente como o baixo poder econômico e capital econômico afasta a maior parte da população do ensino superior, pois a pobreza abrange múltiplos aspectos, além da insuficiência de renda, é também não ter voz e poder junto às instituições do estado e da sociedade, é não ter direitos civis e políticos respeitados, é não ter dignidade, confiança e autorrespeito. Para Sen (2000), a concepção de pobreza como privação relativa ocorre quando as pessoas podem sofrer privações das suas capacitações básicas, que são as combinações alternativas de funcionamento de possível realização, é a capacitação das pessoas gerar mudanças na sua vida pessoal ou profissional e fazer escolhas.

O baixo poder econômico e baixo capital econômico refletem também no baixo capital cultural, que se torna evidente nas respostas das categorias primárias referente à dificuldade no ensino a distância, aqui relacionadas.

**Quadro 2.** Baixo poder cultural.

	Categoria teórica bibliográfica: baixo poder cultural
Categoria primária	(k1 eu achei que ia ser bem fácil so que foi bem puxado) (k1 so estudo faço aprova não não e) (k1 tu tem que querer muito) (k1 ha e a distancia vou fazer pro vinha online) (k1 achei que ia ser mais fácil) (k1 agente no inicio pensa que é fácil) (k1 eu acreditava que seria muito fácil)... (k1 conforme foi indo as provas so com por missoo paperso trabalhos academicos) (K1 nao tem paper para fazer tem pesquisa tem que apresentar) (k1 sempre achei que fosse difícil) (k1 tu tem que estudar muito mais) (k1 difícil, muito difícil). (k1 a distancia é muito mais difícil que presencial)

Fonte: A autora (2019).

As dificuldades enfrentadas no ensino a distância pelas entrevistadas se evidencia no baixo capital cultural e como isso dificultou o processo de aprendizagem delas, em função do longo período do afastamento da rede regular de ensino, evidenciando, assim, que o ensino a distância não significa “ensino fácil” e ineficaz, pois exige estudo e dedicação.

Conforme as leituras bibliográficas realizadas no decorrer desta pesquisa, fica evidente que como a modalidade de ensino a distância exige do discente protagonismo e autonomia na construção do conhecimento, cujos egressos entrevistados buscavam outras fontes de informação, no intuito de qualificar a sua formação profissional.

**Quadro 3.** K2 Sobre outras fontes de conhecimento.

	Categoria Secundária: sobre outras fontes de conhecimento
Categoria primária	(k1porqueteriaqueprocurarsozinha) (k1buscaaprendersozinaemoutrasfontes) (k1buscaroutrasmaneiradeaprendizado) (k1tutemqueestudarmuitomais k1outrasformasleituraoutrosmateriasaqueletempoepouco) (k1tuvaitherqueprocurartuvaitherqueteinformarcorreratras) (k1setuquisersabermaistuavaiastrascomoemqualquerprofissao) (K1agenteprecisademais) (k1buscaroutrasmaneiradeaprendizado) (k1seagentenaobuscaroutrascoisas) (k1elasdaoumabase) (k1suficienteparaumabase) (k1outrosmeiosetunaobuscar) (k1umabaseateoriaparaajuntarcomapratica)

Fonte: A autora (2019).

As respostas destacam que o processo de aprendizagem depende também do discente, que assume ou não responsabilidade em qualificar esse processo, em que o ensino a distância disponibiliza e organiza a estrutura da formação e o discente tem responsabilidade, disciplina e a vontade de aprender, assim o ensino ou mesmo a instituição na qual o curso é ofertado, não determinam a capacidade técnica e a competência profissional, como manifesta os órgãos competentes em referência ao ensino a distância.

Foi identificado também como dificuldade o sentimento de inferioridade e a jornada enfrentada pelo sexo feminino.

**Quadro 4.** K2 sobre sentimento de inferioridade.

	Categoria secundária sentimento de inferioridade
Categoria primária	(k1mesentiamalemgrupodeamigos) (k1pessoasmaisevoluidasqueeu) (K1euvoufazervouestudarnemquesejaparadizerqueeu fiz) (k1sempredissequeiafazereunãoiatrabalharnisso) (k1eumesentiamenosqueosoutros) (k1eumesentiaexcluída) (k1hojeeuestudofaçofaculdade) (k1euachavaquenaoiapassar) (k1acreditoquesimsotinhamedodecomecaratuar) (k1agentefica insegura) (k1noensinonaoporquestoespessoais)

Fonte: A autora (2019).

As respostas trazem a percepção que os egressos possuíam de si próprios, por não ter nível de escolaridade superior, colocando-se em uma posição de inferioridade frente ao círculo de convivência familiar e social, e também fatores como identificados abaixo, que trazem a questão da dupla jornada de trabalho enfrentada pelo sexo feminino.

**Quadro 5.** K2 sobre jornada enfrentada pelo sexo feminino.

	Categoria secundária: sobre jornada enfrentada pelo sexo feminino
Categoria primária	(k1 escolhi ensino a distância, e tinha filho pequeno e não queria viajar) (k1 conciliar estágio trabalho e casa marido) (k1 conciliar família trabalho e estudo) (k1 de conciliar tudo) (k1 a facilidade de ir e voltar do trabalho) (k1 se tivesse de ir de outra maneira e aonde as condições)

Fonte: A autora (2019).

As respostas demonstram as dificuldades que as mulheres se deparam diante dos inúmeros papéis que desempenham na sociedade, restringindo o seu acesso e sua permanência na educação formal, sendo que o ensino a distância permite uma maior facilidade na conciliação dos papéis e seus afazeres.

Diante das dificuldades apresentadas, evidencia-se suas superações no decorrer da formação profissional dos egressos, frente as possibilidades que o ensino a distância permite e que foram identificadas.

Como a questão da desigualdade social, que diante da necessidade de o Estado cumprir a função de garantir proteção social por meio de políticas sociais, oferece o acesso ao ensino superior através da Política Nacional de Educação, com os programas e projetos. O Estado oferta oportunidades ou capacitações para que as pessoas exerçam seu poder de realização, com o desenvolvimento de seus recursos e suas habilidades.

**Quadro 6.** k2 sobre a política Nacional de Educação.

	Categoria teórica bibliográfica: política nacional de educação
Categoria primária	(k1 conseguiu bolsa),.. (k1 ia tentar o prouni) (k1 conseguiu bolsa integral do prouni) (k1 conseguiu bolsa parcial pelo prouni) (k1 se não fosse a bolsa e aonde as condições)

Fonte: A autora (2019).

Os programas previstos na Política Nacional de Educação oportunizaram o acesso ao ensino superior, o que fica evidenciado nas entrevistas, por exemplo, o PROUNI, que beneficia um número significativo de egressos, conforme já apresentado nos dados quantitativos.

Outras dificuldades também são superadas diante das possibilidades do ensino a distância, como a aquisição de capital cultural, que foi identificado a partir das respostas nas categorias primárias.



**Quadro 7.** K2 sobre as Possibilidades do ensino a distância.

	Categoria secundária: sobre as possibilidades do ensino a distância
Categoria primária	(k1 trouxe bastante conhecimento) (k1 contribuir muito), (k1 muito conhecimento) (k1 antes de formar já pude ajudar as pessoas) (K1 porque é conhecimento) (k1 consigo usar hoje) (k1 contribuir bastante) k1 deram bastante embasamento) k1 de compreender a realidade) (k1 começa a ter conhecimento) k1 me proporcionaram esse novo horizonte) (k1 ficou muito coisa gravada na memória) k1 foi uma oportunidade) (k1 não ter o compromisso de todos os dias e a mesma oportunidade de fazer uma faculdade) (k1 o que aprendi foi uma aprendizagem boa) (k1 não teria condições de estudar em um semestre presencial) (k1 a faculdade a distância ajudou muito) K1 tudo era um aprendizado) k1 vejo que a qualidade de ensino é igual) (k1 o diferencial é o aluno) (k1 não adianta estudar todos os dias dentro de uma faculdade e não estudar) (k1 no ensino a distância tu pode fazer tuas horas tuas dentro de tuas casas dentro de tuas horas)

Fonte: A autora (2019).

As respostas demonstram as possibilidades do ensino a distância quanto ao embasamento teórico, em contraposição ao posicionamento dos órgãos competentes, que questionam a qualidade desta modalidade de ensino e confirmam a aquisição do conhecimento e de capital cultural.

Também se identifica nas entrevistas a percepção por parte dos egressos da importância e da necessidade do aperfeiçoamento e continuidade da aprendizagem.

**Quadro 8.** K2 sobre aperfeiçoamento e continuidade da aprendizagem.

	Categoria secundária: sobre aperfeiçoamento e continuidade da aprendizagem
Categoria primária	(k1 eu mesmo continuo) (k1 as coisas mudam e tem que atualizar) (k1 a gente tem que estar sempre atualizando) (k1 100% preparado a o por que sempre tem algum coisa para a gente aprender) (k1 a gente tem muito que aprender) (k1 se capacitando) (k1 um caminho)

Fonte: A autora (2019).

A percepção dos egressos da necessidade de se aperfeiçoar e continuar a aprendizagem também se confirma através dos dados do questionário on-line já apresentado, em que 14 egressos deram continuidade na sua formação profissional por meio de curso de especialização.

Diante do acesso ao ensino superior pelos egressos, fica evidenciado que houve a melhoria da situação econômica, constatado no questionário on-line, em que 19 participantes afirmaram o aumento da renda mensal.

**Quadro 9.** K2 sobre melhoria na situação econômica.

	Categoria secundária melhoria na situação econômica
Categoria primária	(k1trabalhavacomoeempregadodomestica) (k1emquestadetrabalhofaztodadiferença) (k1abriuumcampodetrabalho) (k1variasportasforamseabrindo)

Fonte: A autora (2019).

A melhoria na situação econômica é uma das possibilidades identificadas com respostas das entrevistas, que evidencia a transformação que o acesso ao ensino superior traz aos egressos, como realização pessoal, sentimento de amadurecimento e ascensão social.

**Quadro 10.** K2 sobre realização pessoal.

	Categoria secundária realização pessoal
Categoria primária	(k1eusouaúnicaquetemocursosuperior) (k1aminhamaesentemuitoorgulhodisso) (K1satisfaçaopropria) (k1sempretiveaquela vontade) (k1queorgulhoparaminhamaeterduasfilhas) (k1vouserchiquevouterfaculdade) (k1opapelquetemmaisvalornaminhavid)

Fonte: A autora (2019).

As respostas identificam a importância do acesso ao ensino superior, que traz também a realização pessoal, entre outras possibilidades e o sentimento de amadurecimento no decorrer da formação profissional.

**Quadro 11.** K2 sobre sentimento de amadurecimento.

	Categoria secundária sentimento de amadurecimento
Categoria primária	(k1praticaeuconsegui medesenvolverbastante) (k1eramuito inibida) (k1eunaconsegui ficareuchoravamuito) (K1naprimeirasemanaeuchoreimuito) (k1oqueeuvoufazercomisso\) (k1euchegueiapavorada) (k1podiatemedicadomais) (k1tentantascoisasqueepodiatraproveitadomais) (k1nãoprocureientendeu) (k1achoquenormalem todasprofissoes) (k1crescimentopessoal naosoprofissional) (k1decompreenderarealidade) (k1sotenho adizerquevaleapena), (k1abrirnovoshorizontestudocontribuiuparaminhaevolução) (k1oconhecimentonovoshorizontes) (k1passei20anossemestudarequantotumaisabemaistuquersaber) (k1eufizocursoeaiseuseioqueeu possofazerecomofazer)

Fonte: A autora (2019).

Identifica-se as percepções dos egressos sobre as possibilidades do ensino a distância e identifica a importância do conhecimento no amadurecimento pessoal das entrevistadas, que oportuniza a ascensão social, descritas nas respostas a seguir.

**Quadro 12.** K2 sobre ascensão social.

	Categoria secundária ascensão social
Categoria primária	(k1quefuturamenteeuconseguissealgumacoisaumempregomelhor) (k1abriroutrasportasentao fuiatrasdoensinosuperior) (k1mudoumuitoaminhavid) (k1asminhirmsãsvoltaramaestudar) (K1minhavontadedeaprenderdecrecer) (K1acolocacaoqueeutavaanteseaquetohoje).

Fonte: A autora (2019).

A ascensão social é uma possibilidade alcançada pelas entrevistadas por meio do ensino superior, elas passaram a ter um maior poder aquisitivo e ocupar novos espaços no contexto social em que estão inseridas.

As categorias secundárias apresentadas se relacionam com as categorias terciárias, que são a teorização com intuito de compreender os fenômenos sociais identificados nesta pesquisa.

O número significativo de manifestações de entrevistadas com baixo poder econômico e baixo capital econômico são resultantes das desigualdades sociais, provocadas pela concentração de renda presente no sistema capitalista em uma determinada estrutura social.

---

Como dificuldades identificadas, podemos destacar o longo período de afastamento da rede regular de ensino pelos egressos e seus inúmeros papéis em função do gênero, as exigências de desempenho pessoal do acadêmico no ensino a distância, que identifica o baixo capital cultural.

Para Bourdieu (1998), a estrutura social é um sistema hierarquizado de poder e privilégio, estabelecido pelas relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) e pelas relações simbólicas (status) e/ou culturais (escolarização) dos indivíduos, assim a diferente localização dos grupos nessa estrutura social é consequência da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós.

O capital cultural, para Bourdieu (1998), são os saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos, o que foi disponibilizado aos egressos através do ensino a distância, que afirmam a aquisição de conhecimento e que buscaram outras fontes para estudar e também trazem a convicção da necessidade de aperfeiçoamento e continuidade de aprendizagem.

A questão de gênero é bem presente junto aos egressos entrevistados, cuja mulher, na sociedade contemporânea, ainda assume vários papéis, como de mãe, de esposa, de trabalhadora e de ter a responsabilidade nas tarefas domésticas, sendo uma dificuldade identificada.

Também agregado à questão de gênero, foi identificado a presença de sentimento de inferioridade, pelo fato de ser mulher, de possuir baixo capital cultural e capital econômico.

Diante das desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista, o Estado responde à sociedade através das políticas sociais, como a Política Nacional de Educação, com seus programas e projetos já apresentados.

Para Yamamoto (2014), identifica-se uma mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas do PROUNI, crédito escolar, entre outros, e traz também mudanças na formação acadêmico-profissional, que se identifica na atualidade em todo território brasileiro na formação por meio do ensino a distância.

A existência de programas e projetos, como o PROUNI, foram essenciais para a concretização do acesso ao ensino superior para os egressos entrevistados, como também a presença do ensino a distância na região.

O ensino a distância permite aquisição de capital cultural e de capital econômico para uma parte da população, que não teria acesso ao ensino superior de outra forma.

Diante do acesso ao ensino superior, fica evidenciado o amadurecimento e a realização pessoal dos egressos, sendo uma das possibilidades do ensino a distância com as demais já apresentadas.

Como também, a ascensão social e a melhoria na situação econômica, através de salário e renda, adquirindo o capital econômico, que Bourdieu (1998) traz e foi que identificada junto aos egressos.

Diante das possibilidades identificadas do ensino a distância, torna-se evidente a importância do ensino a distância junto aos egressos, para superação das questões de gênero, do sentimento de inferioridade e do baixo poder cultural e econômico, já que com o ensino superior houve a possibilidade de amadurecimento, de realização pessoal, de conhecimento, de busca do aperfeiçoamento, de ascensão social e se tornaram sujeitos de sua própria história.

Para Coutinho (1999, p. 42) “a cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”.

Os egressos enfrentavam inúmeras barreiras sociais e não eram atores em seu contexto social. O empoderamento através da educação trouxe transformação, os capacitando “para a articulação de interesses, a participação comunitária e lhes facilitando o acesso e controle de recursos disponíveis, a fim de que possam levar uma vida autodeterminada, autorresponsável e participar do processo político” (BAQUERO, 2005, p. 39), conquistando seus direitos de cidadania.

---

### **Considerações finais**

Nessa pesquisa, foi apresentada a evolução histórica do ensino superior no Brasil a partir dos anos 1990, onde o investimento público e a implantação de programas da Política Nacional de Educação aumentaram o acesso ao ensino superior, demonstrados nos números do Censo Ensino Superior que foram pesquisados e comparados, como também foi identificado o aumento do número de universidades e discentes no ensino a distância.

O aumento de oferta do ensino a distância no curso de serviço social trazem discussões e posicionamentos diversos dos órgãos competentes da profissão, nesta pesquisa, procurou-se identificar as dificuldades e as potencialidades na percepção dos egressos do curso de serviço social, em que se pode afirmar que a formação é um ponto inicial desta caminhada e que o ensino a distância semipresencial oportuniza a troca de conhecimento e saberes.

Frente ao objetivo geral de compreender a formação do assistente social na modalidade a distância da UNIASSELVI, foi realizado o estudo de caso e, por meio dos resultados, ficou evidenciando o significado do acesso ao ensino superior para os egressos.

O egresso, antes de se tornar um profissional, é ser humano com suas verdades e anseios, que saiu de sua zona de conforto, procurando o seu crescimento como pessoa, utilizando-se da educação formal como forma de ascensão social e de busca do saber, para desenvolver suas competências, através do conhecimento, de habilidades e de atitudes e foi confirmado que estas competências também são desenvolvidas no decorrer da caminhada profissional e pessoal, sendo que o ensino a distância é que possibilitou esta caminhada.

Foi possível verificar que os egressos têm a percepção de que, junto ao ensino a distância, devem ser autodidatas e ter autonomia para buscar o conhecimento de forma contínua.

Diante das “verdades” ambíguas, em que o ensino a distância pode ser entendido como forma de democratização ao acesso no ensino superior ou ser a mercantilização do ensino superior, observou-se, nesse estudo de caso, que a formação profissional na modalidade de ensino a distância na visão dos egressos oferta uma formação profissional, atendendo às exigências legais quanto à carga horária, ao estágio curricular, às diretrizes curriculares visando a formação de um perfil profissional com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e com apreensão adequada da realidade, em contraponto ao posicionamento dos órgãos competentes.

Diante dos resultados encontrados, acredita-se que esses órgãos deveriam realizar uma aproximação ao ensino EAD, sem preconceito e visões pré-estabelecidas, com intuito de somar e fortalecer o ensino a distância, buscando qualificar cada vez mais a formação profissional, e também ofertar formações aos profissionais que já atuam, considerando a necessidade da formação ser contínua diante das mudanças na sociedade globalizada e cada vez mais tecnológica, pois não aceitar os avanços tecnológicos na educação é não aceitar a atualidade.

Na ausência de universidades públicas presenciais em todo território brasileiro e também pelo número restrito de vagas disponíveis, o ensino a distância proporciona acesso ao ensino superior público ou privado, o que traz aos egressos oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho, trazendo ascensão social e o crescimento pessoal, decorrente da formação profissional.

Nesse estudo, pôde-se caracterizar o perfil dos egressos, conforme já apresentado, que são mulheres, na faixa etária predominante de 44 anos, com renda familiar em torno de dois a quatro salários mínimos, são, na sua maioria, trabalhadoras, mães, que tiveram acesso ao ensino superior após um longo período afastadas da rede regular de ensino, são oriundas da família que os pais possuem baixa escolarização e que trazem suas expectativas e suas histórias de vida e que foi verificado um número significativo exercendo a profissão de Assistente Social.

Conclui-se que a educação é um processo contínuo e a formação profissional se faz através de aperfeiçoamento e questionamento da prática profissional, num processo de ação e reflexão e que a oportunidade desse aperfeiçoamento, pode ser ofertado pelos conselhos pro-

---

fissionais e pelas instituições públicas de ensino e também a fiscalização por parte dos órgãos competentes junto às instituições acadêmicas tanto do ensino presencial, como a distância, que devem ser contínuas e efetivas, cobrando um ensino de qualidade e que as políticas sociais na Educação sejam ampliadas e qualificadas.

### Referências

ABEPSS. **Projeto ABEPSS itinerante**: estágio supervisionado em serviço social: desfazendo nós e construindo alternativas. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3c1kncO>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3p9FZYm>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAQUERO, M. Um modelo integrado de democracia social na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, n. 1, dez. 2005.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Portaria nº 293, de 29 de março de 2016**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/prt/2016/PRT02932016.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2LKnaMY>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3qGM66F>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/39MWN0I>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3o9yIpP>. Acesso em: 27 ago. 2020.

---

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <https://bit.ly/35vXiL5>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://bit.ly/35FRvC9>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CAMPENHOUDT, L. V.; QUIVY, R. **Manual de investigação em ciência sociais.** Lisboa: Gradiva Publicações, 1992.

CHAVES, E. O. C. **Tecnologia na educação, ensino a distância e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica.** 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3p1rpls>. Acesso em: 27 ago. 2020.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e modernidade.** São Paulo: Perspectivas, 1999.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e serviço social.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2014.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DESLANDES, S. F. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative reserch.** New York: Aldine, 1967.

GOMES, S. G. **O Ensino à distância no estado de Santa Catarina e suas implicações ao projeto ético-político profissional do serviço social.** Florianópolis: UFSC, 2010.

GUERRA, I. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, 2014.

INEP. **Sinopse estatística de ensino superior 2017.** Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3c0qyOc>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INEP. **Sinopse estatística de ensino superior 2010.** Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3c0qyOc>. Acesso em: 27 ago. 2020.

---

KANSO, M. A. **Como aprendemos?** Jean Piaget e sua teoria da aprendizagem. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2LQ1CAM>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético- político do serviço social**. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3nZC2E4>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SANTOS, C. M. dos. **Os Instrumentos e Técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do Assistente Social no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SANTOS, S. L. O. dos. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil**. 2010, 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

## Social issue as object of social work intervention

Grasiela Spadotto Prado <sup>1</sup>

Janaína Pereira Farinha <sup>1</sup>

Jaqueline Moura <sup>1</sup>

Valeria Chaves Labanet <sup>1</sup>

Raquel da Silva Pavin <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é uma revisão bibliográfica, feita através de pesquisa teórica sobre o objeto profissional do Serviço Social, dando destaque às décadas de 1930 a 1990. Conceitua-se a questão social e problematiza-se sobre suas expressões, considerando que estas se manifestam em sociedade desde a antiguidade, e se acentuaram no período de industrialização e urbanização. Para a construção deste, teve-se como base o artigo “Questão Social: Objeto do Serviço Social?” da autora Ednéia Maria Machado, que permitiu a reflexão acerca da questão social como objeto de intervenção do Serviço Social e como se deu a transformação até a contemporaneidade. Destacam-se as possibilidades e resistências apresentadas para a profissão na contraditória realidade do capital versus trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social. Objeto profissional. Questão Social.

**Abstract:** This article is a bibliographic review, made through theoretical research on the professional object of Social Work, giving prominence to the decades of 1930 to 1990. The social question is conceptualized and problematized about its expressions, considering that they are manifested in society since antiquity, and have been accentuated in the period of industrialization and urbanization. For the construction of this, the article “Social Question: Object of Social Service?” Was based by the author Ednéia Maria Machado, this allowed the reflection about the social question as an object of intervention of the Social Service and how the transformation took place until contemporary times. The possibilities and resistance presented for the profession in the contradictory reality of capital versus work are highlighted.

Keywords: Social Work. Professional object. Social issues.

### Introdução

O objetivo deste trabalho é problematizar sobre a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social, que está atrelada na história do surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista, suas formas de exploração e dominação. Problematizar também a questão social como objeto de intervenção ligada a outras profissões, mas que atuam somente nas consequências de suas expressões.

A questão social, já existente, materializada pelas expressões de desigualdades, se agravou durante o processo de urbanização e industrialização, período pelo qual a sociedade passava por transformações sociopolíticas, econômicas e culturais. A divisão social do trabalho trouxe diversas consequências aos trabalhadores e suas famílias, um contingente de miseráveis, uma categoria excluída socialmente e subalternizada caracterizada pelo capitalismo.

O Serviço Social foi se modificando entre as décadas de 1930 e 1970. Inicialmente tinha como objeto de intervenção o homem, depois a transformação social, e por fim a questão social. As encíclicas tiveram papel fundamental para a questão social posicionando a Igreja e o Estado frente às problemáticas vividas pela sociedade.

A profissão, na contemporaneidade, passou por diversas transformações se aproximando da teoria marxista, o movimento de reconceituação, que ancorado na construção de um projeto

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

ético-político intencional e que faz a ruptura com o conservadorismo, foi um marco histórico na profissão, provocando a renovação e o maior comprometimento com os interesses da classe trabalhadora. Esse movimento trouxe a consolidação do projeto profissional e ampliou a produção de conhecimentos para os assistentes sociais no Brasil.

O presente artigo encontra-se estruturado em cinco partes, constando da primeira introdução, no qual é exposta a estrutura da pesquisa. Na segunda parte tem-se uma contextualização acerca do conceito de questão social e suas manifestações. A terceira parte descreve a construção do Serviço Social no período histórico que vai desde 1937 até 1999. E a quarta parte apresenta o Serviço Social na contemporaneidade, destacando o espaço de atuação profissional. Na quinta e última abrange as considerações finais, onde se pretendeu discutir o tema proposto de cada seção.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi uma síntese, composta por revisão bibliográfica acerca do tema “a questão social como objeto de intervenção do Serviço Social”. Para isso, foram escolhidos alguns autores de referência sobre a temática.

### **Breves considerações sobre a questão social**

Neste item serão apresentadas algumas considerações e reflexões teóricas referentes ao conceito de questão social, sobre a construção do Serviço Social nas décadas de 1930 a 1970 e também problematizar a profissão na contemporaneidade. Para isso, foi necessária a consulta em autores, como Marilda Yamamoto, Maria Carmelita Yazbek, Vicente de Paula Faleiros, entre outros.

### **A questão social e suas manifestações**

O termo questão social começa a ser manifestado na década de 1930, devido às diversas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Europa, com o objetivo de exigir a formulação de políticas sociais que beneficiassem a classe trabalhadora que estava em situação de pobreza crescente, decorrentes do processo de urbanização e industrialização. Segundo Yamamoto (2015, p. 27), a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada monopolizada por uma parte da sociedade.

Mesmo este conceito tendo ampla definição, o Serviço Social o designou como o objeto profissional, tornando-o ponto-chave de reflexão, estudo, debate e intervenção do assistente social na sua apreensão cotidiana. Considerando as transformações sociais e históricas acerca da profissão, para Yamamoto (1997, p. 14):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

---

Contudo, surgem debates se a questão social pode ser o objeto de intervenção de uma só profissão, nesse caso do assistente social, pois diversas profissões podem estar diretamente ligadas a influenciar esta. Refletindo sobre a abrangência do conceito de questão social, podemos considerar que muitas profissões têm sua atuação determinada por ela. A questão social e suas expressões podem se constituir como objeto de uma única profissão? De acordo com Machado (1999, p. 45), “[...] ou se destitui a questão social de toda a abrangência conceitual, ou se retoma uma visão do Serviço Social como o único capaz de atuar nas mudanças/transformações da sociedade”. O campo de atuação do assistente social é determinado pelas múltiplas expressões da questão social que são postas no cotidiano. Ainda, conforme Machado (1999, p. 45):

Outra reflexão possível, sendo a questão social uma categoria que explicita, expressa, as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, ela se colocaria, também, como objeto de todos aqueles que apostam no capitalismo como forma perfeita de produção da vida social. Assim, ela também se expressaria nas políticas econômicas, sociais, culturais, traçadas em âmbito governamental, para manter as classes que vivem do trabalho subordinadas e dominadas.

As desigualdades e diferenças gritantes no acesso a direitos da classe trabalhadora frente à burguesia traz à tona diversas expressões da questão social, por exemplo, a dificuldade do trabalhador em satisfazer suas necessidades vitais, não considerando as subjetividades do ser humano. De acordo com Iamamoto (2015, p. 154):

É a radicalização da miséria, a impossibilidade de obtenção dos meios de vida por parte dos trabalhadores inteiramente despossuídos das condições necessárias para satisfazer suas necessidades vitais, à medida que se verifica, inclusive, um incremento expressivo do setor informal de trabalho e do desemprego.

Com o agravamento da exclusão social, o trabalhador busca por qualquer meio de trabalho, procurando alternativas para manter seu sustento e de sua família, quando o Estado não arca com suas obrigações fazendo surgir, assim, as informalidades no mundo do trabalho. Cria-se uma enorme massa que vive à margem de uma sociedade excludente, onde estes não são vistos, muito menos lembrados. Esta divisão traz as mais diversas demandas, como o desemprego, a violência, a fome, a miserabilidade, a falta de instrução. O único objetivo desse sistema econômico é o lucro e a sua perpetuação, em momento algum visa ao bem-estar de quem vende sua força de trabalho e/ou a redistribuição da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Esse cenário repleto de contradições é o que se apresenta no cotidiano de trabalho profissional, que vê a questão social como um todo, de forma ampliada, suas causas e consequências. O assistente social luta junto da classe trabalhadora pela mediação do acesso aos direitos humanos e sociais, e assim busca em conjunto com demais profissões a efetividade das reivindicações dos trabalhadores. Machado (1999, p. 43) destaca:

Como toda categoria arrancada do real, nós não vemos a questão social, vemos suas expressões: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a falta de leitos em hospitais, a violência, a inadimplência etc. Assim é que a questão social nos apresenta as suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população.

Essas demandas se apresentam cada vez mais densas e mais diversas, as expressões da questão social oriundas da desigualdade social, num sistema econômico que visa somente ao lucro. Esse cenário se apresenta como um campo amplo para o trabalho do assistente social que

---

direciona o seu fazer profissional em busca de uma sociedade democrática, justa e igualitária, num processo de luta e resistência, na busca pelo acesso aos direitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Num cenário de constantes mutações políticas, culturais, econômicas:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

O assistente social, ao longo dos anos, vem desenvolvendo sua prática profissional, na produção e reprodução da vida social, que desencadeia uma série de necessidades pessoais e sociais, que são satisfeitas por meio do trabalho e aquisição de bens materiais, buscando melhores condições de vida para a população e estratégias de enfrentamento e superação das mais diversas expressões da questão social.

### **A construção do Serviço Social na década de 1930-1970**

O Serviço Social foi se construindo e se transformando ao longo dos anos, de acordo com cada período histórico e social. Sabe-se que na gênese da profissão tinha-se uma doutrina, caracterizada pela Igreja Católica, permeada por práticas de caridade, esta era vista como o meio de salvação da sociedade.

Com o passar dos anos, aproximadamente nos anos de 1930, no Brasil acontecia um grande desenvolvimento econômico, marcado pela industrialização e, com isso, a concentração da população nas áreas urbanas trouxe problemas ligados à assistência, educação, habitação, saneamento básico e infraestrutura.

O avanço do período industrial ampliou as desigualdades sociais e a tensão entre as relações de trabalho, agravando conseqüentemente a questão social, esta passou a ser reconhecida e enfrentada como uma questão política que deveria ser resolvida pelo Estado.

Em 1937, o objeto do Serviço Social, no Brasil, era o homem pobre, que morava em favelas, analfabeto e desempregado, visto como um ser incapaz por não conseguir modificar a sua realidade. Na década de 1970, o objeto do Serviço Social passa a ser a transformação social, que aproximou os assistentes sociais da classe trabalhadora. O movimento de reconceituação trouxe importante contribuição teórico-metodológica ao Serviço Social brasileiro, bem como a ampliação no ensino e pesquisa.

De acordo com Machado (1999, p. 40), “o objeto do Serviço Social, no Brasil, tem historicamente sido delimitado em virtude das conjunturas políticas e socioeconômicas do país, sempre tendo em vista as perspectivas teóricas e ideológicas orientadoras da intervenção profissional”. Em cada momento histórico da sociedade, os assistentes sociais precisam estar atentos às transformações da realidade, buscando sempre desenvolver e consolidar o Serviço Social enquanto profissão.

A condição de pobreza, exclusão e subalternidade em que se encontravam esses trabalhadores e a ausência do protagonismo no acesso às riquezas, configuravam o processo de dominação e exploração. Aumentavam as desigualdades, injustiças e opressões e a miserabilidade, provocada pelo sistema capitalista, que colocava o trabalhador em condições de subemprego. O objetivo do capitalismo é acumular capital sem perspectiva na garantia de melhores condições de vida e trabalho. Conforme Yazbek (2001, p. 33):

[...] ao colocar a questão social como referência para a ação profissional, estou colocando a questão social da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Estou colocando em questão, portanto, a luta pela apropriação da riqueza social.

---

O avanço do capitalismo aumentou a desigualdade social já existente, provocando a desvalorização da força de trabalho e a expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores, tornando-os alienados no processo de produção, levando-os a situações de exclusão social e ao pauperismo. Para Machado (1999), a questão social se coloca como uma contradição do modo de reprodução capitalista e das relações sociais. Através do estudo da questão social é que se percebem as relações de exploração e contradição entre trabalhadores e capitalistas, principalmente no acesso aos direitos.

### **O Serviço Social na contemporaneidade**

Observa-se que o Serviço Social passa por transformações em diversos períodos históricos, muitas vezes relacionados às crises econômicas mundiais. No Brasil, na atualidade, a profissão exerce suas atividades voltadas aos interesses das camadas populares e tem compromisso ético e político na atuação pela transformação social. O código de ética do Serviço Social declara em seu 8º princípio "a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação - exploração de classe, etnia e gênero" (SILVA; TERRA, 2012, p. 129). Esse direcionamento evidencia a intervenção do Serviço Social nas desigualdades sociais junto aos movimentos de resistência existentes.

É na realidade desigual de acesso aos direitos e bens sociais que o capitalismo objetiva seu crescimento, mantendo a subordinação e a exploração da classe trabalhadora, com a finalidade de uma produção cada vez mais coletiva e a apropriação da mais-valia pelos donos dos meios de produção. Segundo Faleiros (1997, p. 37):

[...] a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, colocá-la como objeto de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que caracteriza justamente o Serviço Social.

Podemos entender que a questão social não é um espaço de atuação só do Serviço Social, como atenta o autor. É também o espaço de outros profissionais que exercem suas atividades nas expressões da questão social, ressaltando que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas em equipe multidisciplinar. Nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social se aproxima da teoria marxista, considerando que o processo de produção capitalista e as relações de dominação e exploração causavam as desigualdades entre a classe burguesa e o proletariado. A questão social passa a ser objeto definido do Serviço Social. Para Machado (1999, p. 44):

Importa ressaltar que a questão social é uma categoria explicativa da totalidade social, da forma como os homens vivenciam a contradição capital-trabalho. Ela desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como coloca a luta pelos direitos da maioria da população, ou como os homens resistem à subalternização, à exclusão e à dominação política e econômica.

Diante desse cenário, a questão social representa a resistência e a luta dos trabalhadores pela igualdade de direitos, para que possam se libertar das diferentes formas de dominação, alienação, intolerância e desrespeito, pois o capitalismo é um sistema que visa somente à acumulação do lucro através da exploração e apropriação da força de trabalho.

---

Frente a esta realidade, o espaço de atuação do assistente social é permeado de expressões de questão social, desafios que se apresentam à formação profissional e ao cotidiano profissional. É fundamental que os assistentes sociais, enquanto trabalhadores sociais, se questionem e repensem o objeto da profissão para dar objetividade à atuação profissional. Conforme expõe Netto (2001, p. 49):

[...] a “questão social” – sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto.

O aperfeiçoamento profissional é necessário para desvendar a realidade e os conflitos que estão presentes no cotidiano de trabalho. Este deve desenvolver habilidades para dar respostas críticas às demandas sociais, realizar investimento e aprimoramento e capacitação contínua, bem como ter responsabilidade no processo participativo do fortalecimento da profissão e da ética profissional junto às entidades representativas da categoria.

### **Considerações finais**

A questão social é um conceito antigo, bem como suas manifestações sociais. Decorrentes de períodos de grandes mudanças socioeconômicas e políticas na sociedade. Nos anos de 1830, na Europa, emergiam os problemas causados pelo desenvolvimento da industrialização, dando densidade às desigualdades sociais. A questão social é posta como objeto de intervenção da profissão, que passou por várias transformações até a contemporaneidade.

O modo de produção e as relações de produção e dominação capitalista fizeram crescer as desigualdades na sociedade do capital, que se preocupava com o lucro e a acumulação de riquezas. O avanço do capitalismo aumentou a condição de pobreza, a desvalorização da força de trabalho, exploração da mais-valia, tornando o trabalhador alienado e excluído do processo de produção e das riquezas produzidas de forma coletiva.

Identifica-se que ao atuar no modelo econômico capitalista, o assistente social se depara com as mais variadas demandas provocadas pelas desigualdades sociais e as contradições que se apresentam no cotidiano. A questão social provoca o pensar sobre o objeto do Serviço Social, como objeto de uma única profissão ou de muitas outras profissões que têm o seu campo de atuação determinado por ela, porém entendemos que a questão social se constitui objeto do Serviço Social e que as demais profissões atuam apenas nas consequências dela, com enfoques diferenciados do Serviço Social.

Consideramos que o assistente social precisa estar em constante aperfeiçoamento e atento às transformações sociais, políticas e econômicas da conjuntura. Este necessita lutar nos diversos espaços de atuação, pela universalização dos direitos, efetivação da cidadania e dignidade dos cidadãos. Frente a isso, devem demonstrar competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que possibilitem a intervenção crítica e qualificada às demandas que se apresentam no cotidiano profissional.

### **Referências**

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Virtual Textos e Contextos**, ano 2, n. 2, p. 1-15, dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2KAXLcx>. Acesso em: 5 maio 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

---

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Edineia Maria. Questão social: objeto do serviço social? **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 39-47, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/39TopkF>. Acesso em: 26 maio 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jul. 2001.

SILVA, Maria Lucia Barroco; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do assistente social**. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3p9Gb9R>. Acesso em: 13 jun. 2019.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# QUESTÃO SOCIAL: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade

## Social question: its expressions visualized in contemporaneity

Thalita Martins Macena <sup>1</sup>

Resumo: A Questão Social, objeto de atuação profissional, é historicamente contextualizada nos desígnios da interpretação das desigualdades sociais oriundas do modelo de acumulação capitalista. Sabemos que a ação profissional demanda procedimentos técnicos que requerem o aprimoramento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para os desafios impostos no cenário atual. Sendo assim, a dinamização dos instrumentos no trato da questão social torna-se presente no campo da atuação.

Palavras-chave: Questão social. Trabalho. Globalização.

Abstract: The Social Question, object of professional performance, is historically contextualized in the purposes of the interpretation of social inequalities derived from the model of capitalist accumulation. We know that professional action demands technical procedures that require the improvement of the theoretical-methodological, ethico-political and technical-operational dimensions for the challenges imposed in the current scenario. Thus, the dynamization of the instruments in the treatment of the social issue becomes present in the field of performance.

Keywords: Social question. Work. Globalization.

### Introdução

A análise das transformações ocorridas nas sociedades é historicamente relatada pelos mais diversos pesquisadores das ciências humanas e sociais, abordando em seu contexto o desenvolvimento político, econômico, cultural e social.

Consoante a esse processo podemos ponderar as mutações ocorridas através das relações sociais do modo de produção e administração do trabalho, gestadas prioritariamente na exploração e flexibilização da força de trabalho a partir do desenvolvimento do modelo de produção capitalista instaurado com a Revolução Industrial ocasionada no século XVIII.

A Revolução Industrial se caracterizou como um processo histórico de transformação econômica e social, através do qual um novo modo de produção capitalista passa a dominar a sociedade: produção em escala para o mercado mundial, uso intensivo de máquinas, concentração de operários – trabalhadores – e a divisão social do trabalho (MONTIBELLER, 2017, p. 25).

O sistema capitalista, por hora já efetivado como um novo sistema econômico, consubstancia o cenário da propriedade privada dos meios de produção, do modelo de trabalho assalariado e do padrão de acumulação capitalista.

Todavia, emerge a esse panorama a Questão Social, que nos moldes liberais não se assemelha ao desenvolvimento econômico, negando sua gênese e caracterizando as expressões em aspecto segmentado, eminente de filantropia e de ação moralizadora, em uma visão distorcida até então vista como problemas sociais. Na compreensão de Yamamoto (2007, p. 27), a questão social está:

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

É nesse cenário árido que surgem, a partir do avanço desenfreado do acúmulo de riquezas geradas pela mais valia, em detrimento da manutenção da nova classe social burguesa, as manifestações sociais sofridas pela classe subalterna: o proletariado, sendo através de expressões ministradas por questões econômicas proferidas, como o desemprego, o pauperismo, a mendicância, o baixo salário, o trabalho infantil, péssimas condições de trabalho, analfabetismo, fome, uso abusivo de drogas e álcool, falta de moradia, violência, problemas de saúde e saneamento básico etc.

A consolidação do sistema capitalista corroborou para a migração do homem do campo para o urbano-industrial. A substituição da manufatura pelo trabalho mecanizado altera o modelo societário vigente, sendo que tal mudança transformou a configuração das cidades em metrópoles e com isso o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social demonstrando as consequências desastrosas emitidas pelo processo capitalista.

As expressões configuradas pela questão social foram inicialmente tratadas por iniciativas filantrópicas e caritativas.

Começa-se a se pensar então a questão social, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A questão social, portanto, passa a ser concebida como questões isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Dessa forma, as expressões resultantes do processo de exploração capitalista em meio ao cenário de expansão do capital eram consideradas como disfunções de condutas sociais e comportamentais, eximindo da classe burguesa as contradições impostas pelo capital na sociedade, dissociando a questão econômica como fator resultante.

Passa-se a tratar a questão social com repressão, vista como um desajustamento do indivíduo em meio social.

Dessa forma, em vez de tratar da pobreza com ações filantrópicas/assistenciais (como sendo um problema de déficit ou carência dos pobres), ela passa a ser reprimida e castigada (como sendo uma questão delitiva ou criminal dos pobres). A beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres. A ideológica expressão de “marginal” começa a adquirir uma conotação de “criminalidade”. O pobre, aqui identificado com “marginal”, passa a ser visto como ameaça à ordem (MONTAÑO, 2012, p. 273).

É nesse clima conflituoso que surgem as reivindicações da classe trabalhadora, alterando a dinâmica capitalista, pois a partir do conhecimento de classes, da luta coletiva, o proletariado exige mudanças no trato e enfrentamento das expressões da questão social.

Quando a classe proletária explorada começa a questionar a realidade social e o sistema econômico vigente, sua consciência crítica e de classe social faz surgir e proliferar inúmeros movimentos sociais, revoluções sociais. Dessa forma, os problemas sociais foram politizados, obrigando o Estado a efetivar e garantir os direitos sociais, ou seja, os problemas sociais foram transformados e considerados como expressões sociais da questão social e não mais como resultados do comportamento individual e das instituições sociais (MONTIBELLER, 2017, p. 27).

---

É no pós-guerra que o estado assume as expressões da questão social com base nas formulações do keynesianismo/fordismo, alterando o trato e enfrentamento das expressões através de políticas sociais.

Nesse sentido, os ditos problemas sociais foram transformados em expressões da questão social, modificando o cenário de caso de polícia para caso de política.

Essas alterações na dinâmica de enfrentamento das expressões da questão social representam uma estratégia para a reorganização da acumulação capitalista frente às reivindicações do proletariado para a manutenção da ordem do capital. Sendo essas ações focalistas, precárias e com um cunho clientelista.

### **Questão social como objeto de trabalho profissional do serviço social**

A afirmação do desenvolvimento do capital em detrimento ao trabalho coletivo conduz especificidades oriundas da exploração e acumulação da riqueza produzida. Especificidades essas que são múltiplas e requerem sua reversão ou enfrentamento.

Em suma, podemos mencionar que a atuação profissional está moldada no embate das desigualdades sociais, aportando as estratégias de atuação de acordo com o cenário atual.

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 62).

As modificações no mundo do trabalho relacionam-se aos aspectos mais gerais da globalização, das inovações tecnológicas, da flexibilização do processo de trabalho coletivo instaurando novos padrões de produção. O que representa, em um contexto mais expansivo, a diminuição dos postos de trabalho, a flexibilização dos contratos, a retirada de direitos sociais e trabalhistas, o aumento exponencial do desemprego ou subemprego, da violência, da desigualdade social.

Considerando o agudizamento das expressões da questão social, o profissional tem efetivado suas ações frente à elaboração e execução de políticas sociais em âmbito público ou privado, atuando nas mais diversas configurações emergentes que requerem uma ação interventiva e propositiva, através de suas bases teóricas e metodológicas, haja vista que a ampliação do espaço sócio-ocupacional de atuação profissional vem sendo requerida através de demandas emergentes que necessitam de respostas e intervenções técnicas envoltas nessa dinâmica social configurada pelo sistema capitalista.

Sob a ótica desse entendimento e a luz de elementos que buscam compreender e decifrar a análise social, desvelando as condições de vida dos indivíduos e da sociedade, buscou-se, através da atividade prática fomentada aos acadêmicos do 4º período do curso de Serviço Social da UNIASSELVI polo Manaus e Manacapuru no segundo semestre do ano de 2018, a exposição fotográfica intitulada “Questão Social: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade”.

Consoante a esse processo de conscientização do trato da questão social como reconhecimento do objeto de atuação profissional, enfatizou-se a dimensão assumida pelo trabalho do assistente social em decifrar a realidade transpondo a coletividade no enfrentamento dessas expressões.

A matéria-prima do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas etc. –, tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas, as quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o “campo” ou objeto do trabalho profissional no âmbito da “questão social”.

---

Importa considerar as características específicas que as expressões da questão social assumem aos níveis regional, estadual e municipal e as alterações sócio-históricas que nelas vêm se processando, também em função das formas coletivas com que possam estar sendo enfrentadas pelos sujeitos envolvidos (IAMAMOTO, 2007, p. 100).

### Metodologia

O trabalho de pesquisa – ação de natureza básica com objetivo exploratório e abordagem qualitativa – fez uso das múltiplas configurações encontradas na sociedade da questão social, em que cada equipe de trabalho fotografou as mais diversas expressões.

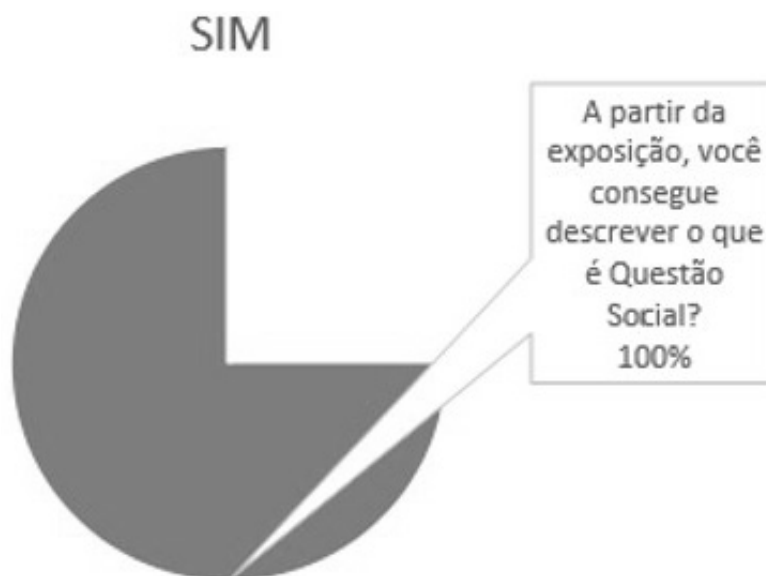
Mediante a exposição fotográfica realizou-se uma breve entrevista com os visitantes sobre o entendimento acerca da Questão Social, resumindo-se em três questionamentos: (1) a partir da exposição, você consegue descrever o que é Questão Social? (2) Como ela se manifesta no cotidiano? (3) Indique três expressões da questão social que você identificou na exposição e descreva uma delas. Segundo Iamamoto (2007, p. 97):

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas a sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento de relações e vínculos sociais com os sujeitos aos quais atua.

### Resultados e discussão

Dispondo da materialização da pesquisa, analisamos o contexto geral da população acadêmica a qual visitou as exposições realizadas no saguão dos polos, tendo como amostra populacional o percentual de 40 (quarenta) entrevistados.

**Figura 1.** Compreensão sobre Questão Social após visitação da exposição



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A partir dos dados coletados, podemos perceber o efeito positivo da exposição fotográfica ao demonstrar de forma clara e objetiva as manifestações através dos contextos diários que por vezes passam despercebidos ao senso comum.

---

**Figura 2.** Expressões da Questão Social relatadas pelos visitantes

**Como ela se manifesta no cotidiano?**  
Indique 3 expressões da questão social que você identificou na exposição



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As manifestações da questão social atribuem materialidade no contexto social, advindas do processo desigual de acúmulo de riqueza extraídos da força de trabalho coletiva, concentrando os lucros na propriedade privada gerando desigualdades.

### **Considerações finais**

O estudo acerca das expressões da Questão Social, retratadas em fotografias e expostas socialmente para a comunidade acadêmica, reforça uma dimensão prática diferenciada que aporta para o discente do curso de Serviço Social uma apropriação de instrumentais que visem analisar o contexto social assimilando o ensino teórico para compreensão de seu objeto de intervenção.

De fato, a pesquisa de situações concretas, que são objeto do trabalho do assistente social, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais o Assistente Social lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas de trabalho fincadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades de mudança nela existentes (IAMAMOTO, 2007, p. 262).

Assim, a partir da análise sobre o entendimento das expressões da Questão Social, partimos do pressuposto da significância da contextualização prática-operativa que fundamenta o processo de formação profissional solidificando a assimilação da realidade social.

### **Referências**

BAZZANELLA, A. **Metodologia científica**. Indaial : UNIASSELVI, 2013.

CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Disponível em: <http://https://bit.ly/3o0VgJn>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

---

MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sIEmTv>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MONTIBELLER, C. **Questão social e serviço social**. Indaial: UNIASSELVI, 2017.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# QUESTÃO SOCIAL, CIDADANIA E ENVELHECIMENTO

## Social issue, citizenship and aging

Raquel da Silva Pavin <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo é resultado de considerações teóricas a cerca da discussão sobre a Questão Social, Direitos de Cidadania e Envelhecimento. Objetivando o aprofundamento teórico sobre a questão social, sua gênese e suas expressões no cenário contemporâneo. Para a discussão sobre a temática foram elencados alguns importantes autores que realizam a discussão sobre a questão social, cidadania e envelhecimento. Destaca-se a necessidade também de problematizar quão diversa e contemporânea é a discussão da questão social, suas novas expressões e as formas de cidadania, como enfrentamento. Trazendo como discussão central o fenômeno do envelhecimento populacional, considerando uma temática que clama por um olhar crítico para a realidade atual da pessoa idosa e a necessária reflexão sobre os trabalhadores que envelhecem.

Palavras-chave: Questão Social. Cidadania. Envelhecimento

**Abstract:** This article is the result of theoretical considerations about the discussion on Social Issues, Citizenship Rights and Aging. Aiming at the theoretical deepening on the social question, its genesis and its expressions in the contemporary scenario. For the discussion on the theme, some important authors were listed who carry out the discussion on the social issue, citizenship and aging, the theories of José Paulo Netto, Raquel Raicheles and Ivo Tonet. It also highlights the need to discuss how diverse and contemporary the discussion of the social issue is, its new expressions and forms of citizenship, as a confrontation. Bringing as a central discussion the phenomenon of population aging, considering a theme that calls for a critical look at the current reality of the elderly and the necessary reflection on workers who age.

Keywords: Social Issues. Citizenship. Aging

### Introdução

Este artigo é resultado de reflexões a cerca do tema questão social, direitos de cidadania e envelhecimento. Foi realizada uma síntese de autores, objetivando o aprofundamento teórico sobre a questão social, sua gênese e suas expressões no cenário contemporâneo.

Para a discussão sobre a temática dentre diversos autores estudados foram elencados alguns para considerações sobre a questão social, cidadania e envelhecimento. Utilizaram-se as teorias abordadas por José Paulo Netto, Raquel Raicheles, Anete Ivo, Marilda Yamamoto e outros de grande valia. Considerando que a escolha permite a reflexão crítica sobre a questão social e a discussão do envelhecimento populacional.

Este artigo foi dividido em quatro partes. A primeira com a introdução e objetivo, a segunda traz a breve consideração sobre a questão social e cidadania, na terceira parte destaca-se a problematização do envelhecimento populacional e a questão social e por fim, na quarta parte, destacam-se as reflexões finais.

### Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi uma síntese, composta por revisão bibliografia a cerca do tema “questão social, cidadania e envelhecimento”. Para isso escolheram-se alguns autores de referência sobre a temática.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Especialista em Envelhecimento e Qualidade de Vida (UFRGS), Especialista em Saúde Coletiva (UNIRITTER) e Mestre em Política Social e Serviço Social (UFRGS). Professora tutora do curso de Serviço Social na UNIASSELVI. [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br)

---

## Breve consideração sobre a questão social e cidadania

Esta breve conceituação da Questão Social, aborda a temática a partir dos teóricos: José Paulo Netto, Raquel Raicheles e Anete Ivo, aos quais apreendem, de forma diversificada, o tema. Em relação à questão social, ela está intimamente vinculada ao sistema capitalista de produção, que refletem as expressões de desigualdade e de resistência, provenientes da relação entre capital e trabalho.

[...] a expressão “Questão Social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por critérios da sociedade e filantropos [...]. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante [...] trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (NETTO, 2001, p. 43).

O capitalismo no seu estágio industrial criou um fenômeno sem precedentes. Ao mesmo tempo em que crescia a capacidade social de produzir riquezas a dinâmica da pobreza generalizada também se expandia, atingindo, principalmente, a classe trabalhadora. A partir dessa intensificação das desigualdades sociais, promovida pela burguesia, surgiu o termo “Questão Social”.

A partir da segunda metade do século XIX a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente pelos críticos sociais e entra também no vocabulário do pensamento conservador [...] o divisor de águas, também aqui, a Revolução de 1848. [...] Entre os pensadores laicos as manifestações imediatas da “Questão Social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo, frente a conjunturas adversas, etc.) são vistas como desdobramento da sociedade moderna (NETTO, 2001, p. 43).

O conservadorismo da época defendia uma “reforma moral e do homem na sociedade”. Trazia no discurso a naturalização da questão social como objeto de ação moralizadora. A proposta de combater as expressões da questão social dava-se através do discurso da preservação da propriedade privada e dos meios de produção. As contradições de classe ficam evidentes, pois se defendia que a questão social só se resolve com aferro da ordem burguesa, com sentido conservador e misticador.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a “questão social”- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potencia social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

As abrangências das causas da questão social são complexas, mais amplas que a manifestação imediata do pauperismo. A “lei geral da acumulação capitalista” extrai e fortalece a questão social, os diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões, esta é essencial ao desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, a questão social é determinada pela relação capital/trabalho, manifestada como exploração entendida como um traço que diferencia o regime do capital, uma vez que, esta precedia a ordem burguesa. O que diferencia a exploração neste tempo histórico são as contradições existentes, entre ao aumento da produção de riquezas e do pauperismo.



---

A construção Welfare State na Europa nórdica e alguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana, [...] pareciam remeter para o passado a “questão social” e suas manifestações- elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com os seus problemas de “subdesenvolvimento”. Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa- apenas os marxistas e uns poucos críticos sociais, [...] que tinha a coragem de investigar “a pobreza, o outro lado da América” [...] A conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extramercado, tem sido coroado de êxito (NETTO, 2001, p. 47).

Devido à restauração do capital com a globalização, somada ao neoliberalismo, as contradições ressaltam-se, já que o capitalismo não tem compromisso social. Cria-se a faceta da “nova” Questão Social, o que, para Netto (2001), não passa de um enfraquecimento da questão teórica e analítica que acaba retrocedendo no que se refere ao reconhecimento dos dispositivos de exploração: “O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2001, p. 48). Para o autor, não se pode afirmar a existência de uma “nova” Questão Social, e sim nova expressões partindo desta; suas manifestações é que devem ser investigadas. Além disso, é preciso abolir a ordem do capital para que, conseqüentemente, as novas expressões da Questão Social também sejam suprimidas.

Conforme Raicheles (2006) destaca, a mundialização do capital na contemporaneidade acaba transformando o cenário nacional e internacional e nesse contexto o fetiche, por assim dizer, é protagonista, e as expressões da Questão Social manifestam-se no cotidiano vivido pelos cidadãos. A autora destaca que a mundialização do capital na contemporaneidade acaba transformando o cenário nacional e internacional. Neste, o fetiche é protagonista, e as expressões da questão social se manifestam no cotidiano vivido pelos cidadãos. Ivo (2010) destaca a necessidade de problematizar a Questão Social pensando nas categorias que envolvem a discussão de cidadania e emancipação humana. Sugere ainda que a cidadania só pode ser pensada e efetivada através da vida política, participação e acesso aos direitos sociais. Os cidadãos só se denominam assim por terem uma direção e orientação social.

A autora faz referência à contradição existente na relação entre o direito e a política, uma vez que se entende a política como a supremacia das relações sociais, da construção do ser social, já que ela também só se faz possível através do direito e sem o predomínio das classes privilegiadas. Existe, portanto, a necessidade de o conceito de cidadania ser discutido de forma ampliada, para além da reprodução das relações sociais. Devem-se considerar as particularidades dos segmentos populacionais e suas necessidades para que cada cidadão goze de plena emancipação humana e, conseqüentemente, política, problematizando quão diversa e contemporânea é a discussão da Questão Social, suas novas expressões e as formas de direito à cidadania.

Em consonância à discussão da Questão Social e da cidadania, destaca-se o envelhecimento da população como uma das expressões da Questão Social. O envelhecimento é algo inerente ao ser humano e para que se consiga experimentá-lo de forma qualificada e saudável, devem-se considerar as condições de saúde, seguridade social, nível econômico e gênero, indicadores que podem implicar vivências positivas ou negativas deste processo. Conforme destaca, Camarano (2005), o envelhecimento populacional tem efeito direto no lazer, na habitação, nas relações familiares e em variados aspectos.

---

### **Discussão: o envelhecimento populacional e a questão social**

O processo de envelhecimento é vivenciado de forma diversificada, sabe-se que nem todas as pessoas que envelhecem possuem as mesmas necessidades e ou condições de vida. Este processo é permeado de aspectos biopsicossociais, considerando cada indivíduo e sua realidade social. O envelhecimento é algo intrínseco ao ser humano. Para que se consiga experimentá-lo de forma qualificada e saudável devemos considerar as condições de saúde, seguridade social, nível econômico e gênero, indicadores que podem implicar vivências positivas ou negativas do processo de envelhecimento, conforme aborda Camarano (2005). Deparamo-nos diante do envelhecimento populacional que acaba se mostrando como um fenômeno demográfico.

O crescente número de idosos no Brasil, fruto do aumento da expectativa de vida, apresenta uma importante realidade, principalmente no que se refere ao número de mulheres que alcançam idades cada vez mais avançadas. A crescente expectativa de vida das mulheres idosas pode ser pensada considerando a realidade de se casarem jovens e com homens mais velhos, esse é um dos fatores que pode destacar os motivos de permanecerem nas famílias, com idades cada vez mais avançadas (ALMEIDA, MAFRA, SILVA; KANSO, 2015). O fenômeno que explica o grande número de mulheres idosas na sociedade é definido pelos autores, como:

A feminização da velhice, ou seja, a predominância das mulheres na população idosa traz consigo diversos fatores positivos e/ou, negativos tanto para a própria mulher quanto para a família, uma vez que pode estar associada a um maior risco social e, ao mesmo tempo, a uma reestruturação do espaço relacional por ser a mulher idosa importante elo para a rede de apoio familiar (ALMEIDA; MAFRA; SILVA; KANSO, 2015, p. 124).

Problematizar o envelhecimento feminino pressupõe abordar alguns aspectos dentre os quais a situação das mulheres terem um cuidado maior com a saúde, na prevenção e detecção precoce de doenças e início dos tratamentos. As mulheres idosas vivem mais que os homens, o que acarreta muitas vezes viverem sozinhas, a necessidade de viverem com filhos, com demais familiares ou institucionalizadas.

Sabe-se que homens e mulheres sempre tiveram posições e funções diferentes na sociedade. Anterior a Revolução Industrial, as mulheres se dedicavam – quase exclusivamente – aos afazeres da casa, cuidado dos filhos, ficando mais resguardadas no lar e ao apoio familiar já que os homens se ocupavam com afazeres externos para o sustento da família. Frente a essa realidade salienta-se a grave questão de mulheres idosas vivendo sozinhas e a seguridade social não dando conta quando ficam, possuem algum tipo de dependência seja financeira, física e ou psicológica.

Em relação ao que vem sendo discutindo sobre o envelhecimento populacional e os acontecimentos que são comuns no período da velhice, destaca-se quão contraditória é a realidade vivenciada pelas pessoas que envelhecem em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que se fala em aumento da qualidade de vida das pessoas, o valor da pessoa idosa inserida no contexto social, não se assume o envelhecimento populacional como algo inerente a nossa realidade e que só tende a crescer, com os avanços científicos, tecnológicos e sociais.

Essas pessoas são vistas aos olhos do capital como improdutivas, ou seja, impróprias para os interesses do sistema vigente, conforme Teixeira destaca:

Assim, o ser humano só interessa enquanto força de trabalho, fonte de mais-valia e de valor, ou enquanto consumidor, o que explica as situações de desvalorização social do trabalhador que envelhece, e de pseudovalorização de outros, tanto por determinantes culturais, relações entre gerações, quanto por processos materiais de existência, sob a lógica do capital (TEIXEIRA, 2006, p. 41).

---

O sistema capitalista, segundo Sella (2002), se caracteriza por descartar os mais fracos, relegando os pobres à exclusão social, sem criar mecanismos para que essas pessoas saiam desta situação de miserabilidade e possam viver em melhores condições de vida. Ressalta-se que esse sistema vigente, de certa forma, “culpabiliza” os sujeitos por viverem em situação de pobreza extrema.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, essencial ao capital como relação social, é expressão de uma história da autoalienação humana (IAMAMOTO, 2008, p. 48).

Ao ressaltar a problemática enfrentada pelos sujeitos que envelhecem na sociedade e consequentemente inseridos no sistema capitalista, destaca-se a necessidade de problematizar o envelhecimento do trabalhador como uma das expressões da questão social, pois o fenômeno é considerado uma problemática social se analisarmos que a pessoa idosa perde a sua “utilidade” para o mesmo.

Esse sistema produtor de mercadorias instaura uma relação desumanizada, coisificada que reduz a força de trabalho a coisa, a “condição material de produção” submetida ao imperativo da produção de riquezas para fins de valorização do capital, engendrando não apenas desvalorizações das qualidades e necessidades humanas, mas também uma sociabilidade que gera pobreza, populações excedentes, e os “inúteis” para o capital, pela falta de valor de uso, de rentabilidade, principalmente, quando a força de trabalho está desgastada e envelhecida (TEIXEIRA, 2006, p. 41).

Ao trabalhador que envelhece lhe é atribuído um estigma o qual é reproduzido pelo sistema capitalista. Com a aposentadoria, o idoso já não mais vende a sua força de trabalho e ainda que retorne ao mercado, não contribui com processo de acumulação na mesma intensidade de antes, dessa forma, o idoso torna-se improdutivo para o capital.

O trabalhador envelhecido no sistema capitalista é concebido como improdutivo, tem seu tempo de vida submisso ao tempo de trabalho, e sua valorização baseada no modo de produção capitalista explorador, pois se não está acumulando lucro com a sua força de trabalho, não se tem valor, como reforçam (MUNIZ; BARROS, 2014, p. 110).

Desta forma, a leitura da realidade tem alertado sobre importantes aspectos a serem considerados em relação ao envelhecimento populacional, pois não tem sido acompanhada por serviços qualificados que deem conta das demandas dos idosos. Torna-se de suma importância que as políticas públicas, existentes, sejam efetivas, com vistas a dar respostas às necessidades reais das pessoas que envelhecem. Levando em consideração a crise pública, previdenciária e de saúde e demais demandas que retratam um quadro de negligências a população.

Ao ressaltar a problemática enfrentada pelos sujeitos que envelhecem na sociedade e consequentemente inseridos no sistema capitalista, destaca-se a importância de refletir sobre o envelhecimento populacional brasileiro, sobre seus desafios e possibilidades. Faz-se necessário que as medidas planejadas para atender ao público idoso sejam de caráter evolutivo e flexível. Deve-se construir também um trabalho integrado entre as diversas políticas públicas, para dar respostas às demandas complexas e específicas advindas desta população.

A expansão desse segmento populacional é fruto dos avanços científicos, das novas tecnologias e de ações que aumentam a participação social dessa população de forma geral. Essas reflexões permitem perceber a necessidade de olharmos para o processo de envelhecimento, com um novo olhar. O que há algum tempo era um desafio, pois o ser “velho” remete a uma conotação de fim da vida, assim pouco se fomenta a preocupação com a oferta de melhores condições de vida a esse segmento.

---

Essas transformações passam a implicar questões de natureza social, política e principalmente, econômica. Conforme apontam, Agostinho e Máximo (2006), devido à inexistência de reformas que acompanhem as alterações na composição etária da população no Brasil, os idosos no país representam um grupo com várias vulnerabilidades, em nível educacional, saúde e de mobilidade, e consideravelmente no que se refere às condições de rendimento.

Os autores, ainda salientam que a vulnerabilidade não pensada apenas pela perspectiva de renda, quando não se tem aposentadoria ou pensão, mas também para aqueles que ainda estão no mercado de trabalho. Neste último caso, nem sempre pode ser considerada uma escolha; em grande parte é por necessidade, conforme Agostinho e Máximo (2002) inferem. Frente a essas considerações, podemos refletir sobre o suporte social e econômico que esses idosos acabam exercendo no seio familiar.

Somos desafiados a pensar sobre o panorama atual, conhecer qual é a fonte de renda do idoso brasileiro, quais estratégias utilizam para suprir suas necessidades, qual papel no receber e dar apoio aos familiares e junto à rede de suporte social, mais ampla. Em destacar a renda, problematizar se essa provém de aposentadoria, pensão ou benefício isso pode proporcionar uma relativa independência econômica e a realidade de convivência com demais familiares, poderia ser vista como uma opção e não uma necessidade. Por outro lado, se a renda é gerada a partir do trabalho do idoso isso pode significar que ele tem boa condição de saúde ou também que a renda recebida de outras fontes não é suficiente, sendo necessário buscar o mercado de trabalho para complementar, conforme abordam Agostinho e Máximo (2006).

Estes aspectos permitem refletir sobre a complementação de renda e apoio social que esses idosos acabam fornecendo, se considerarmos que o único rendimento se faz via pensão, aposentadoria ou benefício. Neste caso, o apoio familiar é importante para amenizar as situações de vulnerabilidades vivenciadas. Soares (2012) destaca que o envelhecimento populacional tem gerado mudanças na estrutura familiar e nas características dos rendimentos. Vivenciamos uma realidade onde temos muitos idosos em situação de vulnerabilidade e a outra parcela responsável pela manutenção das famílias. Será que as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade também não colaboram na manutenção das famílias? Essas pessoas assumem o papel de apoio social com seus familiares?

Destaca-se o grande número de estudos, que trazem na sua discussão a temática do suporte social ofertado aos idosos, como Alvarenga *et al.* (2011), Satuf e Bernardo (2015), Gutierrez e Lima (2012), Pimentel e Albuquerque (2010), Reis *et al.* (2014), entre outros, que abordam de forma muito massiva o suporte social que demandam para suprir ou amenizar suas mais variadas necessidades. As pesquisas que abordam o apoio e suporte social fornecido pelos idosos aos seus familiares e/ou à rede de apoio como um todo. Soares (2012), uma autora que pesquisa o tema nesta direção, afirma que principalmente as mulheres em situação de pobreza é quem muitas vezes exercem o suporte familiar. Contribuíram por toda uma vida e assumem, papéis sociais como serem avós, na manutenção dos cuidados dos filhos que muitas vezes permanecem nos lares, prestam auxílio a entes familiares, amigos e/ou vizinhos doentes, acabam recebendo diversas responsabilidades que lhes são demandadas ao longo da velhice. Assim existe a urgente necessidade de repensar ações de cunho político e garantia dos direitos sociais da população, lançar um olhar mais atento a esses idosos que executam um importante papel social, como apoio social na sociedade contemporânea.

As políticas de atenção ao segmento do idoso enfocam prioritariamente as pessoas idosas como receptoras de apoio. Tanto a Política Nacional do Idoso (PNI) (1994) quanto o Estatuto do Idoso (2003) trazem este enfoque. Ainda se mostra escassa a problematização e o respaldo legal mais direcionado ao apoio social que desempenham na sociedade.

Percebe-se que é urgente o fomento de produção científica que traga o apoio social exercido pelos idosos em suas redes de convivência formal e informal, pois essa temática expressa um novo

---

olhar para a pessoa idosa e maior preocupação com o trabalhador que envelhece e que muitas vezes não possui respostas efetivas às expressões da questão social vivenciadas por esse segmento populacional.

### **Considerações finais**

As reflexões pretendidas possibilitam um aprofundamento teórico sobre a questão social e o direito a cidadania. Os autores escolhidos permitem a reflexão crítica, orientação e direcionamento para a problematização da temática do envelhecimento populacional. Oportunizam ampliar o pensamento sobre a concepção de cidadania para além das relações sociais e considerar as particularidades dos segmentos populacionais e suas necessidades, possibilitando o acesso à plena emancipação humana e conseqüentemente política.

Destaca-se a necessidade também de problematizar quão diversa e contemporânea é a discussão da questão social, suas novas expressões e as formas de cidadania. Trazendo como discussão central o fenômeno do envelhecimento populacional, pois essa temática expressa um novo olhar para a pessoa idosa e maior preocupação com os trabalhadores que envelhecem. E que muitas vezes não possui respostas efetivas as diversas necessidades vivenciadas em um contexto global e desigual. Reitera-se a importância na composição das redes de apoio formal e informal que compõem em sociedade.

### **Referências**

- AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. **Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza**. Caxambu: ABEP, 18-22 set. 2006.
- ALMEIDA, A. V; MAFRA, S. C. SILVA; E. da Silva; KANSO, S. **A feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social**. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015.
- ALVARENGA, M. R. M. *et al.* Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 2603-2611, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/361eUPz> . Acesso em: 12 dez. 2018
- BRASIL. **Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003**. Disponível em: <https://bit.ly/3bWxMTz> Acesso em: 21 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Disponível em <https://bit.ly/3o3enCQ>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- CAMARANO, A. A. **Idosos brasileiros – indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas**. Brasília: Presidência/Secretaria Geral dos Direitos Humanos/Subsecretaria de promoção e defesa dos direitos humanos, 2005.
- GUTIERREZ, B.A.O.; Lima, V. L.de. (2012, dezembro). A influência da rede de suporte social nos aspectos biopsicossociais de pessoas idosas hospitalizadas. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, 15(6), “Vulnerabilidade/Envelhecimento e Velhice: Aspectos Biopsicossociais”, pp.355-372. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

---

IVO, A. B. L. **Questão social e questão urbana**: laços imperfeitos. Cad. CRH vol. 23 nº. 58 Salvador Apr. 2010.

MUNIZ, T.S.; BARROS, A. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. **Cadernos de graduação**. Maceió v.2, n. 1, p.103- 116, maio 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3c1n7XQ>. Acesso em: 10 dez. 2018.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.

PIMENTEL, L. G.; ALBUQUERQUE, C. P. Solidariedades familiares e o apoio a idosos. Limites e Implicações. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.251-263, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3sO6eWf> . Acesso em: 11 dez. 2018.

RAICHELIS, R. Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 69: 13-48, 2006.

REIS, L. de A. *et al.* **Suporte familiar, social, condições de saúde e sociodemográficas em idosos**. Revista Baiana de Enfermagem, Bahia, v. 28, n. 2, p.176-185, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/363V6uC>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SATUF, C. V. V.; BERNARDO, N. S. C. O. **Percepção do suporte social a idosos institucionalizados e não institucionalizados**. Mudanças – Psicologia da Saúde, São Paulo, p.11-19, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2Mg7PDK>. Acesso em: 10 dez. 2018

SELLA, A. **Globalização neoliberal e exclusão social**: Alternativas...? São possíveis! São Paulo: Paulus, 2002.

SOARES. C. Envelhecimento Populacional e as condições de trabalho e rendimento das idosas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. **Revista Gênero**, Niterói, v.12, n.2, p. 167-185, 1. sem. 2012.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital**: Problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea. 2006. 267 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/3o9ogyK>. Acesso em: 24 set. 2018

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

# RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: CRAS e Bolsa Família

Recognition of the spaces of the social assistant's work: CRAS and “Bolsa Família”

Cleuzita Silva Santos <sup>1</sup>

Erlívia Ramires <sup>1</sup>

Elzalina Candido Ferreira <sup>1</sup>

Gabriella de Souza <sup>1</sup>

Paulo de Tarso Lopes <sup>2</sup>

Resumo: Este texto é resultado do processo orientativo e avaliativo a discentes que cumprem a disciplina Seminário Interdisciplinar: reconhecimento dos espaços de atuação do Assistente Social. Apresenta uma discussão sobre a prática profissional no campo do SUAS/ PAIF/ CRAS, com objetivo de reconhecer a prática profissional do/ da Assistente Social, num serviço localizado na Serra – ES, onde identificamos que, sendo um município de gestão plena, atende de modo coerente às prerrogativas da Lei nº 8.742/93, bem como as exigências da Política Nacional de Assistência Social, com entraves na práxis de execução dos serviços, haja vista a perspectiva de terceirização e precarização do trabalho, demandando uma intervenção mais focada na promoção de vínculos e referências para comunidade local. Tínhamos por problema a seguinte inquirição: como reconhecer os campos de atuação profissional, sem vivenciar, de modo empírico? O trabalho foi realizado com base numa metodologia qualitativa, bibliográfica, com análise institucional, tendo por instrumentos entrevista e visita institucional, tomando a observação sistemática como outra modalidade metodológica. Tomamos por base referencial a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), além de autores como Kauchakje (2011), Iamamoto (2009), Sposati (2011), Yasbeck (2010), assim como a tipificação que norteia os serviços do SUAS e outras bases epistemológicas.

Palavras-chave: Assistência Social. CRAS. Prática Profissional.

**Abstract:** This text is a result of the orientation and evaluation process for students who comply with the discipline Interdisciplinary Seminar: recognition of the spaces of action of the Social Worker. It presents a discussion about the professional practice in the field of SUAS / PAIF / CRAS, aiming to recognize the professional practice of the Social Worker, in a service located in Serra – ES, where we identify that, being a municipality of full management, This is consistent with the prerogatives of Law 8,742 / 93, as well as the requirements of the National Social Assistance Policy, with obstacles in the execution of services, given the perspective of outsourcing and precarious work, requiring a more focused intervention in the promotion of links and references to local community. We had the problem of the following inquiry: how to recognize the fields of professional performance, without experiencing, in an empirical way? The work was carried out based on a qualitative, bibliographical methodology, with institutional analysis, having as instruments interview and institutional visit, taking systematic observation as another methodological modality. We take as reference the National Social Assistance Policy (BRASIL, 2004), as well as authors such as Kauchakje (2011), Iamamoto (2009), Sposati (2011), Yasbeck (2010), as well as the typification that guides the services of SUAS and other epistemological bases.

Keywords: Social Assistance. CRAS. Professional Practice.

## Introdução

Podemos afirmar que, diante do avanço do sistema vigente e da divisão internacional do trabalho no século XVIII e XIX, a assistência social é mais uma fragmentação do mundo do trabalho e se apresenta como forma de garantir a minimização dos conflitos oriundos da relação

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

<sup>2</sup> Assistente Social da Prefeitura da Serra, formado em serviço social pela UFES, mestre em relações étnico raciais, tutor externo da UNIASSSELVI. [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

capital trabalho, evoluindo, em seu processo histórico, de uma prática caritativa, para uma práxis profissional que no Brasil se ostenta num viés de proteção social (BRASIL, 2004).

Com isso, como reconhecer os campos de atuação profissional, sem vivenciar, de modo empírico essas relações? Este trabalho demandara uma metodologia para além da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, perpassou por análise institucional, com instrumento de entrevista e observação sistemática, possibilitada pela interação com atores que atuam nos espaços institucionais.

Nosso objetivo, de fato, foi reconhecer o campo de atuação do profissional de serviço social, especificamente buscamos entender a práxis por meio dos instrumentos utilizados por aqueles profissionais, numa perspectiva de relacionar estas informações à perspectiva teórica metodológica que norteiam as intervenções profissionais.

Tomamos por revisão de literatura a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), além de autores como Kauchakje (2011), Iamamoto (2009), Sposati (2011), Yasbeck (2010), assim como a tipificação que norteia os serviços do SUAS e outras bases epistemológicas que orientam a prática profissional, detalhando melhor essa querela no primeiro tópico, em que buscaremos pontuar a fundamentação teórica, num segundo momento focaremos nos materiais e métodos utilizados para compilação deste texto, detalhando num terceiro tópico as processualidades de trabalho, culminando com as considerações finais que nortearam nossa intervenção.

Assim, no primeiro tópico, trabalharemos a fundamentação teórica, seguida pelos materiais e métodos, trabalhando e descrevendo os resultados e posteriormente fazendo nossas considerações finais.

### **Fundamentação teórica**

O que é assistência social? Para responder a essa questão é indispensável tomar por base a própria Lei que sanciona, no Brasil a assistência social.

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, s.p.).

Assim, a assistência social é vista como política pública, integrando, com a saúde e a previdência social, a seguridade social (BRASIL, 1988, s.p.). Enquanto política pública, a assistência interage com as diversas políticas públicas e, “[...] um traço bastante peculiar dessa política [...] é o fato de que assistência social se organiza, enquanto campo reivindicatório de provimento das necessidades sociais [...]” (PAIVA, 2006, p. 7). O fim dessa política é de enfrentamento a pobreza, minimizando os riscos sociais aos quais brasileiros e brasileiras estão submetidos, vítimas da exacerbada acumulação de capitais que historicamente propaga pobreza e dissemina a desigualdade.

Se a legislação traz a assistência para o campo da proteção, é indispensável uma política nacionalmente constituída para organizar a assistência no Brasil, essa é a grande função da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), para este documento a assistência é:

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL, 2004, p. 15-16).



Ao contrário do senso comum propalado em rede nacional e virtual, a assistência tem sua matricialidade na família, zelando pela manutenção de vínculos, combatendo a violação de direitos, ampliando o público que forma o usuário da assistência social:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Ser usuário da assistência não implica consolidar práticas vexatórias de autodeclaração de pobreza, tampouco apresentação de documento que funcione como prova cabal das relações de trabalho, rompe também com a concepção patriarcal de família, zelando pela diversidade, é imperativo apenas estar em condição de vulnerabilidade, de risco social, ou ter o seu direito violado enquanto cidadão, ou cidadã.

Apesar do status perdido na hierarquia federal, a assistência social não perde seu caráter protetivo, não retroage em sua fundamentação teórica metodológica, amplia sua práxis definindo espaço institucional, outrora disperso nas diversas ofertas de políticas públicas, convoca para dentro destes espaços outros profissionais, como psicólogos, advogados, pedagogos, entre outros. Kauchakje (2011) distingue a vulnerabilidade do risco social, observe o Quadro 1.

**Quadro 1.** Distinção entre vulnerabilidade e risco social

<b>VULNERABILIDADE</b>	<b>RISCO SOCIAL</b>
<p>Pobreza Desemprego de longa duração Fragilização de vínculos afetivos e pertencimento social Discriminações de caráter etário e étnico, de gênero e por deficiência</p>	<p>Privação de bens de condições dignas de sobrevivência devida principalmente a ausência de renda e ao precário acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social Violação de direitos Violência sexual Trabalho Infantil Rompimento dos laços familiares e comunitário Abandono e negligência Uso de SPA Moradia e trabalho nas ruas</p>

Fonte: Adaptado de Kauchakje (2011, p. 32-33).

---

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, o espaço de atendimento à família é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para esse documento:

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Nesse sentido é responsável pela oferta do programa de atenção integral às famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para compreensão dos diferentes arranjos, superando o reconhecimento de um modelo único, baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: promover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros como outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p. 35).

Portanto, consoante esse documento, o CRAS é uma instituição pública, localizado em regiões de vulnerabilidade, de atenção a famílias, respeitando as peculiaridades culturais da família e da comunidade, num viés de fortalecimento de vínculos (BRASIL, 2004). Assim, o PAIF parte da perspectiva de proteção integral, que:

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2013, p. 12).

Com isso, o profissional de assistência social no PAIF/ CRAS trabalha “[...] com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.” (IAMAMOTO, 2009, p. 28), ou seja, sua atuação envolve aspectos socioassistenciais e sociointersetoriais, portanto, para entender a prática do profissional de serviço social, é indispensável conhecer o espaço de atuação desse profissional no âmbito do CRAS, por uma metodologia que passamos a descrever no próximo tópico.

### **Materiais e métodos**

Como metodologia, a opção foi pela pesquisa qualitativa por entender que ela se caracteriza enquanto “[...] tentativa de uma compreensão detalhada de significados [...] situacionais apresentados [...] em lugar da produção de medidas quantitativas [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 90), não nos preocupando com a quantidade de materiais utilizados para validade de nossa pesquisa, mas com o material analisado para confirmação de nossas hipóteses.

Concordando com Bruchez *et al.* (2018, p. 3) temos que o objetivo da pesquisa qualitativa: “[...] não se baseia na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; consiste no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social.

Triviños (1995) descreve que a pesquisa qualitativa se baseia tanto na fenomenologia, quanto no marxismo, apontando dois enfoques, quais sejam: subjetivistas e críticos, relacionando uma diversidade de autores que caminham nessas perspectivas. Para este estudo trabalhamos com uma metodologia qualitativa, cuja perspectiva social que subjaz a atuação profissional demanda um olhar que vá além da perspectiva numérica, próprio da pesquisa quantitativa. Também focamos em uma pesquisa bibliográfica e documental, tomando uma teoria específica

---

do serviço social, tal como Iamamoto (2009), Sposati (2011), Yasbeck (2010), entre outros que nortearão nossa pesquisa, além de documentos como a Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Para além da pesquisa bibliográfica trabalharemos também com análise institucional, que para Bisneto (2002) ainda carece de pesquisas nesse campo e, segundo o autor, tradicionalmente é tratada apenas sob ponto de vista organizacional, o que não caracteriza a análise institucional do ponto de vista de elucidação real das relações sociais, para além da concepção jurídica, ou de controle unicamente estatal, perpassando pelos “poderes” que imbricam o sujeito “[...] é o estudo das relações sociais com ênfase na instituição, lugar de contradição e conflito [...]” (BISNETO, 2002, p. 297).

Com isso, passamos a pensar a instituição CRAS numa perspectiva cartográfica, trabalhada por Lopes (2016) num viés de produção de vida, baseando-nos em documentos nacionais, trabalharemos ainda com entrevista, tomando por materiais os seguintes recursos:

- a) pranchetas;
- b) canetas;
- c) livros diversos;
- d) folhas de papel A4;
- e) notebook;
- f) outros que forem necessários.

### **Resultados e discussão**

Passamos a uma análise institucional, utilizando-nos de entrevista semiestruturada no Centro de Referência de Assistência Social do município da Serra – ES, num viés dialógico junto à coordenação do espaço em questão. Como relatado anteriormente, na Política Nacional de Assistência Social, o CRAS é uma instituição pública municipal, não obstante, ao inquirir a coordenação do espaço se o prédio era propriedade pública, ou seja, pertencente à Prefeitura Municipal da Serra, a resposta foi que “*o local é um patrimônio alugado com recursos da Prefeitura*” (Assertiva da coordenadora do CRAS). Apesar de público, o espaço não é propriedade da municipalidade, com isso, as possibilidades de alteração dos meios comunitários vicejam em face de viabilidade de alteração de endereço, tanto por razões políticas, quanto por razões peculiares ao proprietário do imóvel em questão, portanto, um espaço locado, em detrimento de pertencimento ao poder público refuta a perspectiva de territorialidade que subjaz a estrutura do equipamento que “[...] de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1000 famílias/ano” (BRASIL, 2004, p. 35). Considerando a possibilidade de alteração de endereço, o público atendido na área abrangente pode passar por alteração.

Ainda consoante assertiva da coordenação, esse recinto tem uma quantidade específica de atendimento, sendo uma média anual 627 homens, 1844 mulheres, 94 adolescentes e 80 crianças, sendo um total de 4.691 famílias, sabendo que podem ter casos de uma mesma pessoa ser atendida mais de uma vez. Esse número refere a 33 bairros que abrangem a zona rural e urbana.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, 2004, p. 35).

O CRAS, consoante a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) atende a uma demanda maior que a definida na Política em questão, segundo a entrevistada, o CRAS é aberto à população em geral, podendo o sujeito buscar por atendimento, passando por uma avaliação para averiguar

---

demanda e em qual procedimento o mesmo será atendido, se não for o caso, o CRAS aconselha e encaminha ao procedimento correto, podendo acionar as redes socioassistenciais e intersetoriais. “Ao chegar o usuário primeiramente acolhido na recepção onde a recepcionista faz o primeiro contato verificando se já possui o cadastro único então cadastrando a família, depois é encaminhada para o atendimento com um dos profissionais” (ASSERTIVA DA COORDENAÇÃO).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, o CRAS oferece serviço de proteção básica, assim definidos:

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como:

- Programa de Atenção Integral às Famílias.
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (BRASIL, 2004, p. 36).

Essa prática é o cotidiano do CRAS de Serra Sede, segundo a assertiva da coordenação, população em geral poderá procurá-lo em todas as situações, isso não indica que o cidadão continuará o atendimento ali, primeiramente ele passará por uma pré-avaliação e, dependendo do caso será encaminhado por um profissional ao seu devido atendimento.

O serviço tem disponíveis quatro profissionais de ensino superior, um gerente com ensino superior, um cadastrador do CAD Único de nível médio, uma recepcionista, um motorista, três estagiários, uma auxiliar de serviços gerais, um adolescente de ensino médio que atua como “menor aprendiz”. Desse grupo de profissionais apenas quatro são servidores estatutários.

Quadro 2. CRAS.

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	Até 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissional assistentes sociais e outro preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissional assistentes sociais e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: <<https://bit.ly/3pirktC>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

Baseado em Ferreira (2011), a autora descreve a quantidade de profissionais que deverão estar disponíveis para atender no CRAS. Analisando o Quadro 2, Ferreira (2011, p. 30) sinaliza que o CRAS de Serra Sede atende às exigências da legisla o em vigor.

Averiguamos quais são os papéis do assistente social no cadastro único, que pelas informa es obtidas junto à coordena o, deduz-se que são quase nulas, pois a coordena o asseverou que o CAD  nico não é vinculado ao serviço social, existindo uma pessoa específica para o cadastro, sem forma o para tal. A família para ter direito ao cadastro único deve ter uma renda familiar inferior a três salários mínimos ou meio salário por pessoa residente da casa. “Os assistentes sociais não têm muito o que fazer a respeito do cadastro único a não ser orientar as pessoas a fazer o cadastro, para que essas famílias possam ter direito aos programas sociais proposto pelo governo federal” (ASSERTIVAS DA COORDENADORA DO CRAS).

Ainda segundo a coordenadora, depois que as famílias fazem o cadastro único elas são avaliadas pelo próprio governo federal a partir daquilo que foi declarado no cadastro  nico. O município tem o papel de cadastrar as famílias que vão declarar a sua renda através da apresenta o da carteira de trabalho dos integrantes maiores de idade residente da casa, caso não tenham carteira assinada a família declara os seus ganhos.

Isso muitas vezes faz com que as pessoas dão informa es não verídicas fazendo com que essas recebam o bolsa família sem ter necessidade realmente. O técnico do Sistema  nico de Assistência Social (SUAS) não participa diretamente no sentido de que a família vai ser aprovado ou não no bolsa família, o que os técnicos do SUAS fazem   orientar aquela família que tem o perfil. As perspectivas dos técnicos na atual conjuntura política nacional não das melhores, pois estão vivenciando grandes perdas não são no SUAS mas também em outras áreas.

O PAIF tem suas fontes de recursos que podem ser recursos federais, estaduais e municipais. Não sabendo se esses recursos conseguem realmente atingir o nível de prote o social, pois existem suas metas. Todas as pessoas que são atendidas no CRAS são identificadas como PAIF.

Quando é feito o encaminhamento esse é feito conforme a necessidade da pessoa que pode ser para habita o; saúde; socioassistencial; m dia ou alta complexidade; ou pode ser apenas preventivo. Nesse recinto trabalham cinco técnicos de ensino superior, uma recepcionista, um de nível médio cadastrador, três estagiários, um motorista, um menor aprendiz e um funcionário de serviços gerais. Destes profissionais são cinco concursados e um terceirizado.

---

Nesse local são cadastradas cerca de 4.691 famílias.

Esse CRAS é uma casa contendo dois andares, contendo no primeiro a recepção com capacidade de atendimento de quinze a vinte pessoas sentadas; uma cozinha contendo um fogão, uma geladeira, um armário e uma pia; um banheiro; uma sala de acolhimento e uma sala de cadastro único. O andar superior contém uma sala para reuniões e cadastramento; uma sala dos técnicos com uma mesa de computadores para cada um; uma sala de atendimento; uma sala da coordenadora; dois banheiros; uma sala de arquivos contendo três armários para guardá-los.

Se maior parte dos recursos investidos no atendimento são efetivamente oriundos do governo federal, há ainda neste CRAS (e em outros da municipalidade) um programa que atende às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social chamado pró-família, que repassa um recurso no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Assim, o usuário da assistência social possui como benefício de prestação continuada o bolsa família, o BPC devido ao idoso e deficiente (Lei nº 8742/93, Art. 20) e o pró-família (no caso municipal).

### **Considerações finais**

Iniciamos esse relato com a seguinte questão: como reconhecer os campos de atuação profissional, sem vivenciar, de modo empírico? Essa pesquisa demonstra como é difícil reconhecer o campo de atuação sem vivenciar o espaço de atuação profissional, isso demandou uma metodologia específica, cujos instrumentos vão além de uma visão limitada da realidade, demandam intervenções que se dão no bojo do espaço institucional, exigindo respeito e subordinação às idiossincrasias dos sujeitos que integram a equipe profissional da instituição em questão.

Partindo da observação sistemática, bem como da entrevista semiestruturada realizada no ambiente institucional, percebe-se que a instituição cumpre as prerrogativas legais que fundam o funcionamento de um CRAS. Serra, enquanto município que se situa na qualidade de gestão plena, com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, atende às demandas previstas em Lei. Com isso, ao investigar a instituição pelo olhar da gerência, percebemos pontos positivos nos aspectos legais, no entanto, apesar de atender a tais demandas, o atendimento é frágil em sua construção, demandaria uma abertura maior para fins de garantia de atendimento aos usuários que formam a área de abrangência do CRAS.

Os discursos de privatização e terceirização vêm atingindo de modo veemente as instituições públicas, a falta de um espaço totalmente público pode trazer sérios prejuízos aos usuários, uma vez que a referência pode ser perdida, a ausência de profissionais estatutários também é forte impedimento para um acompanhamento sistematizado aos usuários da assistência. O espaço interno não oferece acessibilidade, falta do uso de libras pode funcionar como impedimento para acesso de surdos, falta também uso de descrição em Braille para acesso a cegos, para piorar, a estrutura da residência alugada não oferece rampas de acesso ou elevadores para que os usuários tenham acesso.

A falta do mapeamento da área abrangente, que deveria ser realizado pelos técnicos da área por não ter ocorrido, pode ser óbice ao conhecimento das vulnerabilidades, que ficam restritas as pesquisas do IBGE. O CADÚNICO, alvo de críticas do grupo de direita política, fica a mercê de informações declaratórias, sem um acompanhamento sistemático por técnicos que, apesar de poucos, atende a prerrogativa legal disposta na NOB/ SUAS/ RH.

Para uma atuação profissional qualitativa é indispensável uma oferta de serviço qualitativo que vá além da acolhida, é importante acessibilidade, é necessário disponibilidade do serviço, é indispensável conhecimento do território para que declarações falaciosas sejam desmitificadas por técnicos qualificados que possam se apropriar destes discursos com o fim de inclusão social, não para fins midiáticos que venham tornar a qualidade do trabalho de geração de renda, algo vinculado ao irregular ou ao ilegal.

---

O Programa Bolsa Família tem um papel especial na vida de pessoas em vulnerabilidade e risco social, no entanto, por conta dos óbices na atuação profissional, a mídia, com a direita consegue transformar o PROER (gerador de renda a bancos em falência) mais importante que um programa de geração de renda e combate a pobreza e a fome no Brasil. O espaço de atuação do profissional de serviço social tende a ser um espaço idílico se a acessibilidade se tornar a principal razão da existência destes espaços para os usuários.

### Referências

BISNETO, J. A. **A análise institucional no processo de renovação do serviço social no Brasil.** In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 291-328.

BRASIL. **Política nacional de assistência social.** Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. **Tipificação NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.** Disponível em: <https://bit.ly/3kOGgwN>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRUCHEZ, A. *et al.* **Análise da utilização do estudo de caso quantitativo e triangulação na Brazilian Business Review.** Disponível em: <https://bit.ly/3p8nROl>. Acesso em: 10 maio 2018.

FERREIRA, S. da S. **NOB- RH anotada e comentada.** Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3pirktC>. Acesso em: 20 maio 2019.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviço social.** 3. ed. Curitiba: Ibplex, 2011.

LOPES, P. de T. **Lei nº 10.639/2003: por uma cartografia indiciária de vicissitudes em documentos oficiais.** Dissertação de Mestrado. CEFET/RJ, Orientador Dr. Sérgio Luiz de Souza Costa. Rio de Janeiro: CEFET, 2016.

PAIVA, B.A. **O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalidade da seguridade social em debate.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 87, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPOSATI, A. **A menina Loas.** São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, SP: Atlas, 1995.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL** (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2010.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO: uma análise sobre atuação do assistente social na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão

## Social service in judiciary: an analysis of social assistant's work at Casa da Criança of Maranhão's Judiciary Power

Silvania Regina Pereira Coelho <sup>1</sup>

Hilda Maria Campos Torres <sup>1</sup>

Rosa Maria da Silva Ribeiro <sup>1</sup>

Safira Dias Ramos <sup>1</sup>

**Resumo:** A atuação do assistente social na esfera jurídica vem de uma longa trajetória na organização judiciária. Seu trabalho foi reconhecido pela necessidade de intervenção infantojuvenil e da família, entre outras áreas. No intuito de analisar as diversas práticas institucionais desenvolvidas no âmbito da assistência social jurídica, este estudo tem como objetivo primordial avaliar a atuação do assistente social na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão. Para tanto, utilizaram-se, como metodologias, o estudo bibliográfico e a pesquisa da prática real; já para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista com a assistente social da Unidade. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e descritiva. Nesse sentido, discorrerá, em um primeiro momento, sobre as entidades assistenciais de acolhimento, abordando sua trajetória histórica, bem como a adoção de crianças e adolescentes no Brasil, e, por fim, mostrará um esclarecimento sobre a atuação do assistente social na esfera judiciária. Evidenciou-se, ao final da pesquisa, a importância do assistente social, na Unidade de Acolhimento Casa da Criança, atuando de modo a garantir a proteção e a consolidação dos direitos sociais das crianças que são encaminhadas para unidade.

Palavras-chave: Entidades de acolhimento. Adoção. Assistente Social. Judiciário.

**Abstract:** The social worker's job in juridical sphere, comes from a long trajectory in judicial organization. Its work was recognized by the necessity of children and young people intervention and family, among other areas. In order to analyze the various institutional practices developed within the scope of legal social assistance, this study has as its primary objective to evaluate the performance of the social worker in Casa da Criança of Maranhão's Judiciary Power. For this purpose, a bibliographical study, as well as a survey of the actual practice, was used as a methodology for data collection. The interview was used with the social worker of the Unit. The research has a qualitative and descriptive approach. In this sense, the study will discuss, in the first moment, the host care organizations, addressing their historical trajectory, as well as the adoption of children and adolescents in Brazil, and finally, clarification on the social worker's role in the judicial sphere. At the end of the research, the importance of the social worker at the Casa da Criança Home Care Unit was evidenced, working to ensure the protection and consolidation of the social rights of children who are referred to the unit.

Keywords: Host entities. Adoption. Performance. Social Worker. Judiciary.

### Introdução

As primeiras referências à política de assistência à infância e à adolescência remontam, no Brasil, ao período colonial. Esses serviços assistenciais consistiam no recolhimento de meninos para serem criados sob o manto da catequese. No período Imperial, surgiram instituições voltadas à correção de adolescentes envolvidos na prática de atos ilícitos, as Casas de Correção.

No início do século XX, a sociedade passou a dar maior atenção à necessidade de tutela da criança, como maneira de garantir o desenvolvimento da nação. Daí surgiram as primeiras políticas de atendimento à população infantojuvenil verdadeiramente públicas – até então, o atendimento se

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

limitava a entidades filantrópica e religiosa. Segundo Benelli (2014, p. 20), “A história revela que ao longo do tempo foram surgindo várias entidades assistenciais de caráter religioso ou leigo que se propuseram a retirar essas crianças das ruas, por estarem preocupadas com sua sobrevivência”.

O principal objetivo desses estabelecimentos era retirar das ruas crianças e adolescentes de classe média baixa, oferecendo abrigo, proteção, alimentação, socialização e atividades socioeducativas. Diante desse quadro de fragilidade e emergência pelo estabelecimento de órgãos assistenciais, foi institucionalizada a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (BRASIL, 1990), que incluem, em seu rol de diretrizes, esses estabelecimentos entre suas medidas jurídicas, pedagógicas, preventivas, educacionais e assistenciais.

Esse cuidado com o acolhimento de crianças e adolescentes justifica-se pela fragilidade sentida por esses indivíduos, face ao processo de rupturas dos vínculos familiares e, conseqüentemente, o encaminhamento em alguns casos para a rede adoção. Peiter (2016, p. 47) considera que “a decisão de afastar uma criança de sua família de origem é muitas vezes delicada. Por mais que se busque objetividade, os critérios não são capazes ou suficientes para abarcar as dificuldades envolvidas na decisão”.

Quanto à atuação do assistente social na esfera jurídica, esta vem de uma longa trajetória na organização judiciária, sendo seu trabalho reconhecido pela necessidade de intervenção infantojuvenil e da família, entre outras áreas. Fávero *et al.* (2015, p. 62) enfatizam que “Em face do aumento da demanda social e pela competência inerente aos profissionais dessa área, que detinham um saber específico sobre as relações sociais e familiares, os assistentes passaram a oferecer subsídios para decisões judiciais”.

Nesse sentido, a escolha do tema justifica-se pelo interesse em analisar as diversas práticas institucionais desenvolvidas no âmbito da assistência social jurídica, voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento, tendo como objetivo primordial avaliar a atuação do assistente social na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão.

### **Entidades assistenciais de acolhimento**

A história da criação de estabelecimentos assistenciais remonta do período colonial, por influência da Igreja Católica e de grupos religiosos. De acordo com Raichelis (2015, p. 277), “Durante séculos, a Igreja Católica praticamente monopolizou as atividades assistenciais no país”. Somente com a separação da Igreja e do Estado, no Brasil, é que se dá início à operacionalização de subsidiariedade por parte do Estado, e as ações de ajuda ou de prestação de serviços passam a depender das políticas e de recursos públicos.

Na década de 1930, as mudanças são ainda mais visíveis no que concerne ao acesso a bens e serviços públicos e a garantia do mínimo de proteção social, por meio da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, com competência para registrar e opinar sobre as subvenções das entidades assistenciais privadas.

Este Conselho assume posteriormente (1943) a tarefa da atribuição de mérito na concessão de certificados de filantropia, como requisito ao acesso a subvenções e isenções fiscais às entidades sem fins lucrativos, num campo diversificado de atividades, como assistência social, educação, saúde, cultura e esporte (RAICHELIS, 2015, p. 278).

Observa-se maior preocupação com a infância e a juventude principalmente a partir da década de 1980, quando os debates sobre essa temática se intensificaram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) – que iniciou um processo mais concreto de proteção aos interesses e às necessidades das crianças e dos adolescentes, reconhecendo esses deveres e que eles são sujeitos de direitos que merecem e necessitam de proteção, atenção e

---

cuidado –, culminado na Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, e, posteriormente, na publicação do ECA (BRASIL, 1990).

Como exemplo de proteção da Carta Fundamental, o Art. 227 prevê que todos têm o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com prioridade, vários direitos, entre eles os direitos à vida, à saúde, à educação, à alimentação, à dignidade e ao respeito.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A partir desses dispositivos, foi possível indicar um caminho para intervenções populares e políticas públicas voltadas para o atendimento infantojuvenil. Segundo Benelli (2014, p. 25):

Iniciou-se então uma fase de desinstitucionalização, caracterizada pela implantação de uma nova política que amplia quantitativamente e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia da implementação da lei federal.

Em face ao surgimento dessa realidade social, deu-se início a uma nova política de proteção à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Este novo cenário mostra características evolutivas, naturalizadas e idealizadas quanto ao desenvolvimento do indivíduo.

Nesse sentido, as entidades voltadas para o acolhimento institucional e familiar atuam nos casos em que a criança ou o adolescente são afastados de sua família biológica, em decorrência de fatores como morte ou desaparecimento dos pais, ou violação de seus direitos e violência física ou psicológica no seio familiar. Essas entidades de acolhimento seguem os princípios previstos no ECA (BRASIL, 1990), que, além de especificar normas e medidas de proteção importantes, prevê a obrigação de envio de relatório contendo a situação de cada criança ou adolescente e sua família a cada seis meses. O Art. 92 (BRASIL, 1990) lista os princípios da entidade de acolhimento:

- I. prevenção dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II. integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III. atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V. não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI. evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. participação na vida da comunidade local;
- VIII. preparação gradativa para o desligamento;
- IX. participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Dessa maneira, a criação de entidades de acolhimento assistenciais contribui para o atendimento de crianças e adolescentes imersos em situação de pobreza e descaso, frutos de um processo sócio-histórico derivado do modo capitalista monopolista da atualidade.

### **Acolhimento de crianças e adolescentes**

De acordo com o Ministério Público do Estado de Rondônia, o acolhimento institucional pode ser entendido como: “Um espaço de proteção provisório e excepcional, destinado a crian-

---

ças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados” (RONDÔNIA, 2009, p. 9).

É preciso considerar que programas de acolhimento, como os elencados no Art. 92, ao mesmo tempo que traçam os princípios, também estabelecem as regras específicas para sua materialização. Nesse ponto, é possível destacar como prioridade a preservação dos vínculos familiares e, somente em caso de inviabilidade, busca-se a colocação do acolhido em família substituta com fins de adoção.

Durante o período na unidade de acolhimento, deve-se procurar a reintegração do acolhido com a família biológica e, ao mesmo tempo, a entidade de acolhimento deve oferecer, ao acolhido, proteção, carinho e ensinamento de valores para sua formação. Outra preocupação é com o atendimento personalizado que pode ocorrer em pequenas unidades e grupos, respeitando sempre a individualidade do acolhido. As entidades também precisam se preocupar com a manutenção dos vínculos familiares entre irmãos, evitando a separação deles. Esta medida pode evitar trauma e sofrimento maiores ao acolhido, em decorrência da separação dos pais. Nesse caso, o Estatuto prevê a não separação de grupos de irmãos.

Deve-se, ainda, dar atenção ao desligamento do acolhido, visto que essa medida deve configurar como período provisório até que sejam encontradas soluções adequadas para o quadro. Dados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios evidenciam que:

O tempo razoável à análise da situação da família, segundo a equipe psicossocial, é de três meses para fazer as investidas necessárias e de oito meses para fechar o convencimento, juntamente com as demais equipes psicossociais e jurídicas, em relação ao retorno à família biológica, ao cadastramento para adoção ou ao fortalecimento da autonomia do acolhido (BRASÍLIA, 2017, on-line).

Deve-se considerar, no entanto, que as crianças ou os adolescentes que são conduzidos às entidades de acolhimento costumam apresentar um quadro de fragilidade física e emocional; nesses termos, as pessoas que trabalham com programas de acolhimento devem oferecer segurança, cuidado e atenção especializada a eles. Peiter (2016, p. 85) ressalta que “exercer essa função implica preparo profissional específico que promova recursos internos para lidar com a tarefa”.

O encaminhamento dessas crianças ou adolescentes pode ocorrer por medida protetiva de abrigo, aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou pelo Conselho Tutelar, sendo que a autoridade competente deverá acompanhar o desenvolvimento da criança ou do adolescente e a situação da família a partir de relatório.

### **Adoção de crianças e adolescentes no Brasil**

Com o esgotamento das possibilidades de retorno e preservação dos vínculos familiares, o acolhido passa a uma nova fase, a do preparo para adoção, sendo colocado os interesses da criança em primeiro plano. Barros (2018, p. 88) considera como sendo “a mais nobre das formas de colocação em família substituta. Trata-se de instituto jurídico milenar, através do qual uma pessoa recebe outra como seu filho”.

Ao serem consideradas as condições para adotabilidade, o nome da criança irá para um cadastro estadual, dando início a procura por interessados em adotá-la. Entretanto, o Art. 43 do ECA (BRASIL, 1990) dispõe que a adoção só poderá ser concedida quando estiverem presentes vantagens reais para o adotando e fundamentadas em motivos legítimos, supondo-se que, entre adotando e adotado, possa existir um vínculo semelhante ao de filiação.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais e psicólogos busca investigar as motivações que levaram os candidatos a adotarem, para que assim possam ser evitados problemas futuros. Além disso, ainda deve ser obedecido o estágio de convivência para prepara-

---

ção e formação do vínculo definitivo para adoção, em que as partes interessadas devem passar por um período de convivência com o adotando, acompanhadas pela equipe interprofissional.

O ECA traz em seu Art. 28, § 5º que:

A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de preparação gradativa e acompanhamento posterior realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio de técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito de convivência familiar (BRASIL, 1990)

Todo processo de adoção ocasiona os mesmos efeitos, tratando-se de um ato jurídico e que gera consequências legais, que correspondem ao nome, à herança e à formação do vínculo irrevogável. A partir da efetivação do processo de adoção, a criança perde todos os vínculos com a família biológica.

A sentença judicial é dada, e a criança ou o adolescente passam a ter uma certidão de nascimento com o nome dos adotantes como pais. O processo judicial será arquivado e o registro original do adotado será cancelado. Nesse sentido, a adoção pode ser classificada de acordo com as características do adotante, por exemplo:

- **Adoção conjunta:** se forem marido e mulher ou viverem em união estável, bastando que um deles tenha 18 anos e seja comprovada a estabilidade familiar.
- **Divorciados ou separados judicialmente:** é preciso que haja prévio acordo sobre a guarda; o estágio de convivência tenha iniciado no período em que estavam juntos; fique comprovado o vínculo de afinidade e afetividade com quem não tenha a guarda.
- **Adoção por casal homoafetivo:** apesar dos preconceitos sofridos, atualmente os direitos de adoção dos casais homossexuais são visíveis.

### **Atuação do assistente social na esfera judiciária**

Diante das novas demandas da sociedade, o Poder Judiciário tem como desafio o alargamento de seus limites jurisdicionais, sendo necessário rever suas estruturas organizacionais e padrões funcionais. É, nesse cenário, que surge a contratação e a previsão de ações profissionais de outras áreas, como o Serviço Social.

Fávero *et al.* (2015, p. 43) afirmam que “o corporativismo e a burocracia impregnam fortemente a mentalidade do Judiciário, contribuindo para lentidão administrativa de suas decisões internas, e operacionais, no âmbito da aplicação da lei”. Em meio a esse processo, encontram-se os excluídos do sistema econômico, que perdem seus direitos básicos.

É importante ressaltar que, com o agravamento das questões sociais, em face à crise econômica que se instalou no Brasil, mais precisamente a partir de 1990, isso obrigou a magistratura a refletir sobre suas funções sociais, as quais podem ser vistas principalmente nas ações relativas a infância, juventude, família e criminal.

Nessa realidade, expressões da ausência, insuficiência ou ineficiência do Poder Executivo na implementação de políticas sociais redistributivas e universalizantes se escancararam, na medida em que, além de litígios e demandas que requerem intervenção judicial, como regulamentação de guarda de filhos, violência doméstica, adoção etc., cada vez mais se acentua uma “demanda fora de lugar” ou uma “judicialização” da pobreza, que busca no Judiciário solução para situações que, embora se expressem particularmente, decorrem das extremas condições de desigualdades sociais (FÁVERO *et al.*, 2015, p. 44).

---

A atuação do Serviço Social, na esfera judiciária, acolhe as demandas sociais das Varas da Justiça da Infância e Juventude e da Justiça de Família. Esses profissionais contribuem com assessoramento e subsídio das ações nas respectivas varas. Considera-se, também, a atuação do assistente social no âmbito do judiciário em outros espaços, como as Varas Cíveis e em serviços com servidores.

Os assistentes sociais exercem sua função por meio de intervenção em ações que envolvem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que necessitam de medidas protetivas, assim como jovens autores de delitos e famílias em situação de conflito.

Segundo Fávero *et al.* (2015, p. 48), os assistentes sociais:

Nessa intervenção, realizam orientação, acompanhamento, encaminhamentos, articulações e, principalmente, oferecem subsídios sociais e psicológicos à autoridade judiciária, mediante relatórios, laudos e pareceres, nos quais se destacam informações sobre a história social de vida e o comportamento desses sujeitos.

Nota-se, com isso, que os assistentes sociais, em seus espaços de atuação, têm sido incorporados em diversas áreas da instituição judiciária, o que amplia cada vez mais seu leque de possibilidades no mundo do trabalho social.

### **Metodologia**

O recurso metodológico utilizado para o alcance do objetivo proposto foi a prática real, cuja característica é a aplicação dos temas fora dos encontros presenciais. Em um primeiro momento, realizou-se pesquisa bibliográfica, com consultas a livros, sites e artigos que faziam referência ao tema. Posteriormente, foi feito um estudo de campo na Casa da Criança. Assim, esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, tendo como método de coleta de dados a entrevista, para a obtenção de dados para análise e discussão de resultados. A entrevista foi realizada na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão, no mês de maio, com a contribuição da assistente social que estava cumprindo a sua jornada de trabalho.

### **Resultados e discussões**

A presente pesquisa ocorreu na Unidade de Acolhimento Casa da Criança Menino Jesus, coordenada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, localizada à Rua Inácio Xavier de Carvalho, s/n, São Francisco. Criada em 1997, já acolheu centenas de crianças com idades entre zero (0) e cinco (5) anos de idade.

Essa unidade funciona 24 horas, incluindo sábados e domingos. Trata-se de uma unidade pública, com capacidade para 100 crianças, as quais recebem atendimento especializado de psicólogos, assistentes sociais, cuidadores sociais e enfermeiros. As crianças que são encaminhadas à Unidade de Acolhimento são vítimas de abandono, maus-tratos e outras formas de violência. Nesse sentido, a proposta da unidade é cuidar, educar e preparar a criança para ser um adulto responsável.

Tendo como objetivo principal desta pesquisa a avaliação da atuação do assistente social na referida unidade de acolhimento, utilizou-se como método, para o alcance de determinado fim, a entrevista com a assistente social da unidade.

Durante a entrevista, a assistente informou que, entre as atribuições do assistente social da unidade, estão o acolhimento, o acompanhamento, a proteção, o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a elaboração de plano individual de acolhimento (PIA), que consiste em um instrumento para organização de cada caso que chega à unidade.

A carga horária da profissional é de 30 horas semanais. Atualmente, trabalham na unidade duas assistentes sociais. Foi esclarecido que, antes das crianças serem encaminhadas para

---

a casa de acolhimento, elas passam pela 1ª Vara da Infância e Juventude. Normalmente, são encaminhadas crianças entre zero (0) e cinco (5) anos, porém ainda residem na unidade crianças de até sete (7) anos, por não ter sido encontrado um ambiente seguro para elas.

A assistente social evidencia que as crianças encaminhadas para a unidade de acolhimento são vítimas de maus-tratos, abandono ou têm pais usuários de drogas. Ao darem entrada na unidade, elas recebem atenção e carinho de todos, sendo de extrema importância a explicação do motivo de elas estarem ali, e que aquele local se trata de um lar temporário.

As crianças podem receber visitas dos pais biológicos, com o intuito de fortalecer os vínculos familiares, porém com acompanhamento da assistente social e com data e horário agendados antecipadamente. No que se refere ao fortalecimento dos vínculos, estes podem ser considerados um desafio ao desenvolvimento do trabalho do assistente social, em função das peculiaridades de cada família. Nesse sentido, o assistente precisa entender e conhecer as demandas e as vulnerabilidades de cada família e trabalhar no sentido de fortalecimento e desenvolvimento da pessoa humana.

O tempo de permanência das crianças na Unidade de Acolhimento é de até dois anos. Caso esse prazo seja excedido, e após constatação da impossibilidade do fortalecimento dos vínculos familiares, é decretada, por ordem judicial, a suspensão do contato familiar. Dessa maneira, começa-se o preparo da criança ou do adolescente para a inserção em uma família substituta, com a finalidade de adoção. Somente em casos excepcionais, como de deficiência, é que a criança ou o adolescente deve permanecer no abrigo até que conquiste sua autonomia.

### **Considerações finais**

Ao longo do presente trabalho, foi demonstrado, primeiramente, o caminho percorrido pela política de assistência à infância e à adolescência no Brasil, com início no período colonial – com os meninos recolhidos para serem criados sob o manto da catequese; posteriormente, veio o período Imperial, momento em que surgiram as Casas de Correção voltadas para a recuperação de adolescentes envolvidos em atos ilícitos; já no início do século XX, foram instituídas as primeiras políticas de atendimento ao público infantojuvenil, criadas pelo Estado, aliadas à promulgação da LOAS, em 1993, e do ECA, em 1990 (BRASIL, 1990).

A escolha do tema justificou-se pelo interesse em examinar as diversas práticas institucionais efetivadas no âmbito da assistência social jurídica focada no atendimento de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento, tendo como objetivo principal observar a atuação do assistente social na Casa da Criança do Poder Judiciário do Maranhão.

Buscou-se demonstrar a importância e as nuances do acolhimento institucional em benefício de crianças e adolescentes, em geral, vítimas de maus-tratos, abandono, pais usuários de drogas, jovens autores de delitos, ou famílias em situação de conflito, enfim, em clara situação de risco e vulnerabilidade social. Contudo, não se pode perder de vista o objetivo primordial da reintegração do acolhido com a família biológica e com a manutenção de vínculos familiares entre irmãos, evitando a sua separação nos casos extremos de adoção.

Especificamente referente à atuação do Serviço Social na esfera judiciária, bem como sua atuação na Unidade de Acolhimento Casa da Criança Menino Jesus – coordenada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão –, foram demonstradas que a atuação do profissional atende às demandas sociais, entre outras, das Varas da Justiça da Infância e da Juventude da Família, assessorando e subsidiando as ações e as decisões judiciais que necessitam ser tomadas visando ao bem-estar e ao melhor interesse da criança e do adolescente.

Constatou-se que, entre as nobres atribuições do assistente social, estão o acolhimento, o acompanhamento, a proteção, o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Além

---

disso, as crianças que chegam à Unidade de acolhimento recebem atenção e carinho de todos, assim como obtêm a explicação da razão de estarem ali, a fim de esclarecer que aquele local é um lar temporário, no qual elas podem permanecer por mais tempo somente em casos excepcionais.

O grande desafio enfrentado pelo assistente social na casa de acolhimento refere-se à reintegração e à manutenção dos vínculos das crianças com suas famílias, pois é preciso considerar as particularidades de cada família. Nesse sentido, o assistente social deve proporcionar a promoção humana das crianças e de sua família.

Desse modo, atualmente, a sociedade e o Estado – por meio dos seus representantes e de suas políticas públicas – têm uma compreensão mais sensata e coerente de que todos têm o seu papel, importância e participação na busca e na construção de uma sociedade mais equilibrada, justa, humana, sensível aos problemas dos seus membros e consciente de que os jovens – nesse termo, incluídas as crianças e os adolescentes – são um dos membros mais vulneráveis e que necessitam de muita atenção e cuidado de todos.

### Referências

BARROS, G. F. de M. **Direito da criança e do adolescente**. 7. ed. Bahia: Edições JusPODIVM, 2018.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional**. Petropolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <https://bit.ly/394AYKU>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/35FRvC9>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASÍLIA. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Reintegração familiar ou adoção: alternativas e desafios nas instituições de acolhimento. **TJDFT**, Brasília, DF, maio 2017. Disponível em: <http://bit.ly/362aTdA>. Acesso em: 22 abr. 2018.

FÁVERO, E. T. *et al.* **O serviço social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. São Paulo: Cortez, 2015.

PEITER, C. **Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva**. 2. ed. São Paulo: Zagodini, 2016.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RONDÔNIA. Ministério Público do Estado de Rondônia. **Orientações sobre acolhimento institucional**. Rondônia: Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3ivS6wg>. Acesso: 22 abr. 2018.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.



# TENTATIVA DE SUICÍDIO: atuação do assistente social frente a esta demanda na upa (Zona Sul Maringá-PR)

**Suicide attempt: social worker's action in front of this demand in UPA (zona sul Maringá-PR)**

Deise Dayane da Silva <sup>1</sup>  
Tatiane Cristiane Barbosa <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo principal enfatizar a atuação do assistente social na unidade de pronto atendimento (UPA), frente às tentativas de suicídios atendidas diariamente, sendo esta temática motivada a partir das observações durante o período de estágio curricular. Pontuando que hoje, no Brasil, o assistente social se integra no rol das profissões de saúde, sendo certificado tanto no plano legal, como através da ratificação social das suas ações profissionais. Ressaltando que é no contexto de uma sociedade marcada pelo avanço do capitalismo e suas vastas consequências que se intensificam as mais variadas expressões da questão social, surgindo novas demandas para o assistente social onde este desempenha suas funções em acordo com o seu projeto ético-político, intervindo em situações sociais também no que diz respeito à ação de promoção, tratamento e reabilitação do processo saúde/doença do paciente. Enfatizando as tentativas de suicídio como um agravo de saúde pública, com altos índices no município de Maringá, uma população jovem que carece de intervenções imediatas e que seja assistida por toda a rede de serviços socioassistenciais do município, sendo possível através das referências realizadas pelo Serviço Social na UPA, ainda durante o período de atendimento e observação na unidade de saúde, tendo em vista uma redução de uma nova tentativa de suicídio nos períodos de recuperação subsequentes.

Palavras-chave: Serviço social na saúde. Unidade de pronto atendimento. tentativa de suicídio.

**Abstract:** The present study had as main objective to emphasize the role of the social worker in the emergency care unit (UPA), in the face of suicide attempts attended daily, this theme being motivated from the observations during the curricular internship period. Pointing out that today, in Brazil, the social worker is part of the list of health professions, being certified both in the legal plan, and through the social ratification of his professional actions. Emphasizing that it is in the context of a society marked by the advance of capitalism and its vast consequences that the most varied expressions of the social issue are intensified, emerging new demands for the social worker where he performs his functions in accordance with his ethical-political project, intervening in social situations also with regard to the promotion, treatment and rehabilitation of the patient's health / disease process. Emphasizing suicide attempts as a public health problem, with high rates in the municipality of Maringá, a young population that lack immediate interventions and that are assisted by the entire network of social assistance services in the municipality, being possible through the references made by the Service Social at the UPA, even during the service and observation period at the health unit, with a view to reducing a new suicide attempt in the subsequent recovery periods.

Keywords: Social work in health. Emergency care unit. Suicide attempt.

## Introdução

A pesquisa ressalta a atuação do assistente social dentro da equipe de saúde, bem como sua atuação frente às diversas demandas, visto que seu objeto de trabalho é a questão social que é produzida pelas contradições da relação capital e trabalho, nas quais se têm o grande capital como norteador das estruturas políticas, econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2000). Sendo explanada de forma específica sua atuação e relevância frente às tentativas de suicídio admitidas diariamente na UPA Zona Sul de Maringá, diante da análise dos dados colhidos através da metodologia qualitativa, referentes a estes casos no ano de 2017, contribuindo para que este paciente seja assistido não somente dentro da unidade, mas que principalmente tenha uma articulação com os

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

demais serviços da rede, com o intuito de transparecer melhor a realidade desta demanda no município referente e a importância de um posicionamento do assistente social frente a estes casos.

### **O serviço social na saúde**

Desde que o Serviço Social existe como profissão, ele caminha junto à área da saúde, sendo necessária sua intervenção diversas vezes em prol dos seus usuários, ainda antes da regulamentação do mesmo como profissional da saúde, pois sua formação é regida por uma dimensão ética e política e sua prioridade é a defesa dos interesses da população usuária de seus serviços.

Atuando após muitas décadas na área da saúde sem prestígio, finalmente a categoria é reconhecida através da Resolução nº 383 de 29 de março de 1999 pelo CFESS, sendo um profissional da saúde, pois:

Considerando que, para a consolidação dos princípios e objetivos do Sistema Único de Saúde, é imprescindível a efetivação do controle social e o Assistente Social, com base no seu compromisso ético-político tem focalizado suas atividades para uma ação técnico-política que contribua para viabilizar a participação popular, a democratização das instituições, o fortalecimento dos Conselhos de Saúde e a ampliação dos direitos sociais (CFESS, 2010, s.p.).

Dessa forma, temos as ações diárias executadas pelo assistente social, como essencial para toda a elaboração da integralidade em saúde, da viabilização e concretização dos princípios da universalidade de acesso e equidade com relação a todos os direitos sociais, priorizando a atenção integral à saúde, participando na elaboração de políticas públicas que venham auxiliar no processo de promoção, prevenção, cura e reabilitação do usuário dos serviços de saúde. Além de atuar na abordagem do indivíduo em sua totalidade como parte de um contexto social, econômico, histórico e político, auxilia na resolução do processo saúde/doença do paciente (PINHEIRO; MATOS, 2009).

Tendo na saúde um vasto campo para a atuação, cabendo ao profissional em sua rotina diária conforme rege os Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde,

[...] facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e da rede de serviços e direitos sociais, bem como de forma compromissada e criativa não submeter à operacionalização de seu trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito, ou seja, contido no projeto de Reforma Sanitária (CFESS, 2010, s.p.).

Sendo que o Serviço Social no âmbito do SUS integra a quarta categoria profissional em termos numéricos, porém, é nas entrelinhas geradas pela não implantação eficaz do SUS que o profissional vem sendo demandado a intervir por meio de suas várias facetas de atuação profissional (COSTA, 2000), em que cada esfera tem suas particularidades e o profissional utiliza-se do instrumental mais adequado para cada situação, destacando que o mesmo é inserido desde a atenção básica, passando pelos hospitais e chegando até o campo da urgência e emergência, em que sua atuação também é de suma importância, pois quase sempre, antes dos pacientes chegarem à internação já passaram pela emergência e conseqüentemente pelo profissional que atua nesta área (RAIMUNDO, 2003).

Assim, se tratando de um setor em que as situações são decididas em sua maioria através de ações imediatas, a ligação entre o assistente social e o paciente é muito importante (RAIMUNDO, 2003), tornando-se um mediador entre o paciente e os demais profissionais da equipe, através das informações obtidas em sua abordagem, as quais estas são de extrema relevância para proporcionar um bom atendimento e auxiliar na recuperação de seu paciente.

---

### **Atuação do assistente social na unidade de pronto atendimento (UPA) – zona sul Maringá**

A UPA Zona Sul foi inaugurada no dia 25 de março de 2012, em parceria com o Governo Federal, funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana, formando uma rede organizada de atenção aos atendimentos de urgência e emergência, selecionados pela classificação de risco, priorizando o atendimento de urgência com agilidade, utilizando-se da contra referência devida para se dar continuidade ao restabelecimento da saúde dos seus usuários (MARINGÁ, 2012).

Considerado um estabelecimento de complexidade intermediária, entre a Atenção Primária de Saúde (APS)/Unidade Básica de saúde (UBS), Saúde da Família e a Rede Hospitalar, conforme a Portaria nº 1.601 de 2011, tem como parte de sua equipe de multiprofissionais o assistente social desde a sua inauguração, buscando garantir ao usuário as condições não só para assistência à saúde, mas para que após a alta o paciente continue sendo assistido pela rede socioassistencial do município, visando uma melhor recuperação e promoção da saúde deste usuário. Assim, como cita Vasconcelos (2011, s.p.): “[...] a atenção prestada pelos assistentes sociais, em grande parte, permite aos usuários sentirem-se respeitados, apoiados, contando no interior das instituições com um lugar para aliviar suas tensões [...]”.

Atendendo a UPA, diariamente uma demanda diversificada, observou-se e gerou inquietação diante da grande demanda absorvida de pacientes vítimas da tentativa de suicídio, destacando a abordagem e conduta do Serviço Social frente a estes casos, resultando em uma preocupação: qual acompanhamento terão estes pacientes após a sua alta clínica na UPA? Pois sendo esta demanda uma consequência das várias expressões da questão social, cabe ao assistente social inserido na UPA, unidade considerada de portas abertas para esses casos, intervir e assegurar que como um direito à saúde esses usuários possam ser acompanhados pela rede de serviços do município.

### **A tentativa de suicídio como demanda para o serviço social na urgência e emergência**

A tentativa de suicídio é uma questão de saúde pública, com grande demanda nos serviços de saúde, principalmente nas UPAs, pois são nestes serviços que ganham visibilidade e se tornam indicadores dos casos de suicídio do município, sendo demandas de atendimentos cada vez mais frequentes.

Na visão de Monteiro (2010), o atendimento no serviço de urgência, para paciente submetido à tentativa de suicídio, requer atenção de toda a equipe multidisciplinar, ressaltando ele que o Serviço Social é indispensável nestes casos, pois,

[...] o olhar diferenciado do assistente social, em que, ao se utilizar de seu conhecimento técnico científico e ético, traz a visão do indivíduo como ser social e como sujeito de direitos; a utilização da sistematização de sua prática, propiciando um maior conhecimento quanto aos casos atendidos; e ainda o fomento à referência e contra referência, tão importante para continuidade da atenção dos casos de violência (MONTEIRO, 2010, s.p.).

Assim viabilizando aos pacientes vítimas da tentativa de suicídio um acompanhamento não somente dentro da unidade, mas contribuindo para que ele e sua família tenham acesso à rede de serviços em saúde do município, como já citado por Monteiro (2010), através das referências direcionadas à rede socioassistencial e proporcionado um atendimento completo com integralidade das ações, mesmo que seja difícil de ocorrer contra referências, por se tratar de uma unidade de pronto atendimento na qual não se tem um retorno do paciente. Torna-se possível a articulação com os demais serviços da rede, proporcionando uma estratégia de ação como medida de conhecimento total das demandas atendidas.

Diante disso, sendo a tentativa de suicídio um grave problema de saúde pública, é de extrema importância que todos os casos, conforme nos direciona a Portaria GM/MS Nº 1.271/2014, sejam notificados imediatamente<sup>2</sup> no âmbito municipal (BRASIL, 2014).

Nesse contexto enunciam-se os objetivos gerais e específicos desta pesquisa.

### Objetivo geral

Identificar as tentativas de suicídio como um problema de saúde pública que demandam intervenção do Serviço Social, atuando na UPA junto à equipe multiprofissional e a rede socioassistencial do município de Maringá.

### Objetivos Específicos

- Identificar as tentativas de suicídio no município de Maringá.
- Analisar os dados pesquisados quanto às tentativas de suicídio.
- Pontuar a importância do Serviço Social em seus encaminhamentos desta demanda aos serviços da rede.
- Propor uma melhor articulação entre o Serviço Social da UPA com a rede socioassistencial do município.

### Metodologia

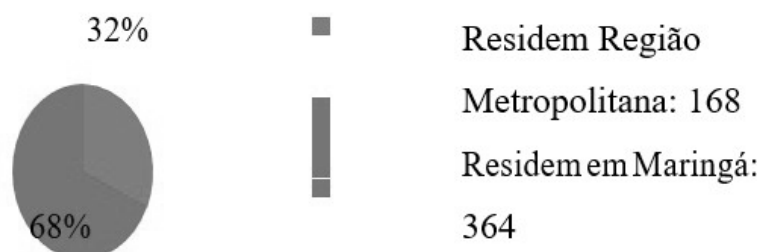
Para o desenvolvimento desta pesquisa descritiva, foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, sendo a coleta de dados realizada através do site do DATASUS/MS referente aos casos de tentativas de suicídio do município de Maringá-PR. O processamento dos dados foi realizado por meio do software Excel 2010 e os resultados expostos através de gráficos, analisados e discutidos descritivamente, com a fundamentação de referências bibliográficas.

### Apresentação e análise dos dados da pesquisa

Mediante a coleta de dados sobre as tentativas de suicídio notificadas no município de Maringá, suscitou preocupação quanto ao alto índice destes casos, considerando o gráfico a seguir:

Figura 1. Tentativas de suicídio notificadas em 2017 no município de Maringá.

## Notificações por Tentativas de Suicídio realizadas em Maringá - PR

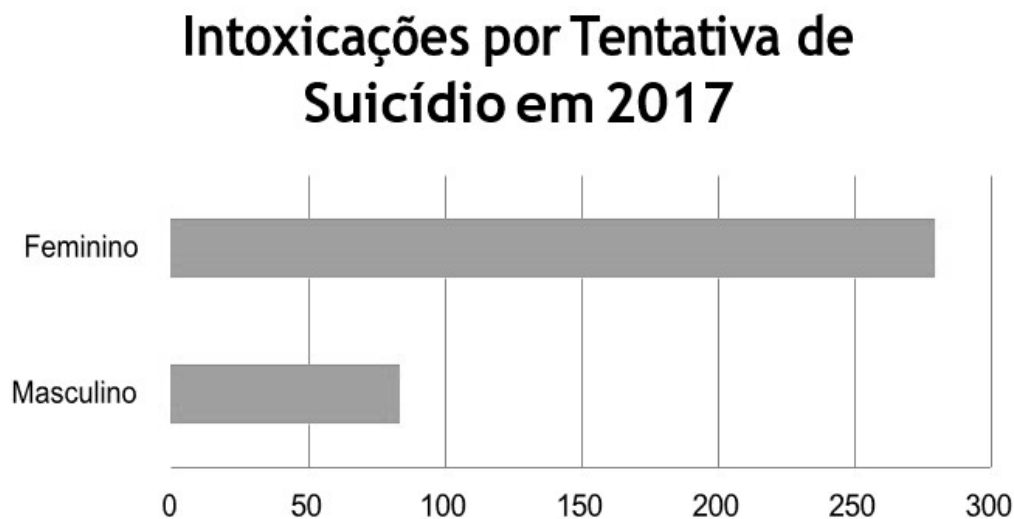


Fonte: Adaptada de <<https://bit.ly/2LMempQ>>. Acesso em: 26 maio 2018.

<sup>2</sup> A notificação imediata deve ser feita nas primeiras 24 horas de preferência pelo profissional de saúde que estiver realizando o primeiro atendimento ao paciente, evitando com isso um constrangimento do mesmo e tornando o atendimento mais rápido e resolutivo (BRASIL, 2014).

Além disso, evidencia-se ainda a prevalência maior no sexo feminino nas tentativas, totalizando 77% dos casos no ano de 2017.

**Figura 2.** Tentativas de suicídio ano de 2017 quanto ao sexo.



Fonte: Adaptada de <<https://bit.ly/2LMempQ>>. Acesso em: 26 maio 2018.

Sendo que o fato de as mulheres se submeterem mais às tentativas de suicídios e não concluírem o ato, conforme pontua Marx (2006), descreve que elas não anseiam o fim de sua vida propriamente, mas sim, demonstram uma fuga da realidade em que estão vivendo, “[...] elas suportam mais corajosamente as necessidades da vida, rendem-se menos a elas ou têm mais sentimentos religiosos, que lhes dão força nesses momentos terríveis [...]” (MARX 2006). Prevalendo o uso de medicamentos nas tentativas de suicídio como principal meio dentre o grupo de 13 agentes tóxicos desde o ano de 1994 no Brasil, correspondendo já naquele período uma taxa de 62% da maioria dos casos registrados, considerando que as notificações compulsórias não eram obrigatórias, resultados estes que se deve ao padrão de consumo de medicamentos da população que em geral é caracterizado, por elevados níveis de uso de drogas sintomáticas e pela automedicação (BORTOLETTO; BOCHNER, 1999), sendo no município de Maringá elas responsáveis por 329 dos 364 casos notificados.

Verificou-se também que dentre estas tentativas de suicídio, a faixa etária mais susceptível ao ato foi a de 20 a 39 anos, com 53% dentre os casos totais, demonstrando que afeta principalmente a população jovem de nosso município, levantando o questionamento de que esta é a população mais ativa, que estuda e trabalha, mas também a que enfrenta mais dificuldades em relação à escolha da profissão e a não entrada ao mercado de trabalho, por muitas vezes não ter experiências profissionais. Considerando isso, observou-se que a maioria das tentativas ocorreu em indivíduos que tinham o ensino médio completo, sendo 24% dos casos. Ademais em todo o Estado do Paraná, foi notificado neste ano da pesquisa um total de 5.149 casos de tentativas de suicídio por intoxicação nos 257 municípios que realizaram os registros, dentre os municípios com maior índice de casos está Curitiba com 967 casos, seguido de Maringá com os 532 casos (DATASUS, 2017), visto que Maringá não é segunda cidade com maior número de habitantes conforme o IBGE, ficando à frente do município de Londrina que registrou 156 casos em 2017, com um número bem maior de habitantes.

### Discussão dos resultados

Diante do exposto, com relação às tentativas de suicídio no município de Maringá, observou-se um diagnóstico preocupante. Além disso, grande parte destes casos é absorvida pela UPA, tida como

---

porta de entrada do paciente, visando a estabilização do caso, já que, por se tratar de uma demanda transitória, não tendo um retorno da situação do paciente após a sua alta, se torna imprescindível a atuação do assistente social frente a estes casos, junto à equipe multidisciplinar da instituição. Com toda sua referência técnica, garante um atendimento integral, humanizado e digno frente a esta demanda nos serviços da UPA, pois tem em sua atuação o necessário para que estes usuários recebam o atendimento que necessitam, seguindo os dizeres de Silva (1996), o cuidar do paciente deve ir além do aspecto físico, observando sua identidade como um ser psicossocial que precisa de ajuda profissional.

Em resumo, como estima a OMS (BRASIL, 2014), 90% dos casos podem ser evitados, quando há oferta de ajuda dos serviços de saúde. Em geral, seis meses antes de consumir o ato, pessoas com pensamentos suicidas procuram ajuda, causando impactos significativos e imensuráveis, o que faz com que o suicídio deva ser reconhecido como uma prioridade na saúde pública pela visão do Estado e de todos os profissionais que atuam nos serviços de saúde, em especial o assistente social nas UPAs, que se deparam com esta demanda diariamente, exigindo do profissional uma capacitação contínua que venha contribuir na intervenção das tentativas de suicídios, pois estas vêm ocupado um relevante papel nas agendas de saúde por incapacitar e reduzir a qualidade de vida desses pacientes que de certo modo são vítimas de seus próprios atos. Ademais, é necessário estabelecer uma readequação da organização tradicional dos serviços e dos profissionais para o atendimento a estes pacientes.

### **Considerações finais**

Neste desfecho, entende-se que, em suma, trabalhar a tentativa de suicídio é um assunto delicado, já que esta temática ainda é um tabu e desperta medo e indiferença em algumas pessoas, mesmo se tratando de um tema amplo, que abrange diversos fatores, mas que, segundo os autores referenciados nesta pesquisa, refletem o contexto atual de uma sociedade em desconstrução. Esse reflexo foi identificado quando foram analisados os dados em relação aos casos de tentativas de suicídio do município de Maringá, nos quais demonstram que a nossa população jovem está em crise.

Assim, enfatiza-se a importância de um acompanhamento destes pacientes que, em sua maioria, recebem o primeiro atendimento na UPA e após a sua alta não têm mais o vínculo com a instituição. Visa-se com isso uma redução nos casos de tentativas recidivas e criando-se, através dos encaminhamentos do serviço social destes casos aos serviços da rede socioassistencial do município, uma articulação desta demanda emergente, com implantação de políticas públicas que venham ao encontro dessa população, principalmente dos mais jovens que evidenciam uma vulnerabilidade, com mais medidas socioeducativas e informativas.

Portanto, identifica-se que o assistente social, por toda sua formação e luta constante pelos direitos sociais de todos os indivíduos, ao compor uma equipe multidisciplinar e ao atuar com questões em que prevalecem a vulnerabilidade social e violação de direitos dos sujeitos, torna-se um profissional de suma importância para garantia de um atendimento integral, humanizado e digno para este indivíduo que necessita de uma intervenção imediata, visando a promoção e manutenção de sua saúde.

### **Referências**

BORTOLETTO, M. E; BOCHNER, R. Impacto dos medicamentos nas intoxicações humanas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3o90ItM>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de Violência Interpessoal/ Autoprovocada – Portaria GM/MS nº 1271 e SINAN versão 5.0**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3p7vIMf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

---

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.601, de 7 de julho de 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3p5W2X9>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net**. 2007. Brasília, DF. Disponível em: <http://bit.ly/3c12qv6>. Acesso em: 26 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, **CFESS**, Brasília, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3qGGR73>. Acesso em: 14 abr. 2018.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. Serviço Social e Sociedade. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, ano XXI, n. 62, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3sO8U6c>. Acesso em: 21 maio 2019.

MARINGÁ. **UPA 24 horas amplia rede de atendimento da saúde pública**. Publicado em 21 de março de 2012. Disponível em: <http://bit.ly/39PHN2d>. Acesso em: 20 maio 2018.

MARX, K. **Sobre o Suicídio**. 1. Peuchet, J. 2. Suicídio. I. Löwy, Michael, ensaio: “Um Marx insólito”. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTEIRO, F.O. **Plantão social**: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado de saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3sKCN7s>. Acesso em: 20 out. 2018.

RAIMUNDO, F. **Serviço Social na área da Saúde hospitalar**: A relação do profissional com o paciente internado e seu acompanhante. Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3iA4Ge3>. Acesso em: 20 maio 2018.

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio**: a Comunicação nas relações interpessoais em Saúde. São Paulo: Gente, 1996.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---



# UM OLHAR SOBRE AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## A look on the social technology in the context of public policy

Ana Claudia da Silva Alves <sup>1</sup>

Maria Geraldina Venâncio <sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo visa compreender esse campo que está em constituição, mas que vem se revelando em uma nova configuração social. A discussão sobre as tecnologias sociais é relativamente recente no cenário brasileiro, mas está promovendo impacto na realidade social. Partindo da definição e das características das tecnologias sociais que objetivam sistematizar, disseminar e reaplicar práticas desenvolvidas em diferentes comunidades, tornando-se uma alternativa possível para muitas populações. Visto que as tecnologias sociais proporcionam soluções simples e de baixo custo para problemas sociais concretos e, ainda, tem em sua matriz a transformação da realidade social, ocasionando o desenvolvimento social de forma presente e perene em diferentes comunidades. Por isso, a intencionalidade deste estudo concentra-se no universo de discussão sobre a possibilidade das tecnologias sociais e as políticas públicas trabalharem juntas, uma vez que a origem dessas tecnologias emerge de ações de emancipação da população e retorna em ações para as comunidades.

Palavras-chave: Tecnologias sociais. Políticas públicas. Desenvolvimento social.

**Abstract:** This study aims to understand this field that is in the constitution, but has revealed in a new social setting. For a discussion of social technologies is relatively recent in the Brazilian scenario, but this impact on promoting social reality. Starting from the definition and characteristics of social technologies that aim to systematize, disseminate and reapply practices developed in different communities making it a possible alternative for many people. Since, social technologies provide simple and cost-effective solutions to concrete social problems and still has its headquarters in the transformation of social reality, causing social development of present and perennial in different communities. Therefore, the intent of this study focuses on the discussion of the universe about the possibility of social technologies and public policies work together, since the origin of these technologies emerging from the population emancipation of stock and returns into action for communities.

Keywords: Social technologies. Public policy. Social development.

### Introdução

As tecnologias sociais, nos últimos anos, vêm ganhando destaque no cenário brasileiro. A partir da década de 2000, a academia inicia um amplo debate sobre o tema e, posteriormente, recebe adesão de instituições sociais e governamentais. Nesse caminho, algumas instituições são criadas para atuar nesse campo.

Os pontos centrais que definem as tecnologias sociais consistem na sistematização, disseminação e reaplicação de modelos de intervenção para diferentes realidades sociais, a fim de proporcionar soluções simples e de baixo custo para os problemas sociais concretos, com o objetivo de transformar a realidade social presente.

Este artigo consiste em um estudo sobre o campo das tecnologias sociais no cenário brasileiro e uma discussão sobre as tecnologias e as políticas públicas. Dessa forma, procurou-se contextualizar o processo sócio-histórico do desenvolvimento das tecnologias sociais. A trajetória percorrida das tecnologias, passando pelo avanço da tecnologia convencional, pela modificação da tecnologia apropriada, chegando à inquietação da tecnologia social e, ainda, a

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

compreensão no âmbito brasileiro.

Por fim, abordaremos como as tecnologias sociais podem ser vistas como um novo olhar pelas políticas públicas, a fim de apresentar os resultados dessa prática durante o período de 2001-2011 e sua relevância para as políticas públicas e para a sociedade.

### **Tecnologias sociais: aspectos sócio-históricos**

A expressão Tecnologia Social (TS) ainda é recente no Brasil, mas nos últimos anos o assunto vem sendo bastante discutido. Essa discussão inicia, mais precisamente, na década de 2000 por meio do olhar acadêmico que se volta para a compreensão da união teórica da tecnologia e do social, com o objetivo de demonstrar as práticas relacionadas aos problemas sociais presentes, bem como as possíveis soluções de baixo custo para problemas sociais concretos.

O campo das tecnologias sociais ainda está em construção, como veremos no decorrer deste estudo. O que se sabe é que há instituições e pesquisadores debruçados sobre essa temática, que promovem e disseminam essas práticas, definições e compreensões acerca desse tema.

Para a imersão nessa temática, abordaremos aspectos sócio-históricos das tecnologias. A palavra “tecnologia” teve origem na Grécia, como *techne*, que significa técnica, arte e manufatura, e *logia*, que significa a palavra e o discurso. No entanto, a tecnologia, como conhecemos hoje, teve início na Revolução Industrial, no final do século XVIII, com a expansão dos processos produtivos. A partir desse momento, a noção de tecnologia filia-se às áreas das exatas, em especial, à engenharia (FIGUEIREDO, 1989).

No século XIX, com a constante mudança da sociedade e dos arranjos produtivos, a tecnologia passa a fazer parte das preocupações nas áreas das ciências humanas e sociais, tendo como prerrogativa o conhecimento, as técnicas e os processos. Nessa perspectiva, começou a ser percebida como a extensão das capacidades e habilidades dos seres sociais, uma vez que o conhecimento implica na relação do sujeito com o objeto. Houve a popularização do termo “tecnologia” provocando o seu uso indiscriminado para diferentes propostas, projetos, métodos e áreas.

### **O avanço: tecnologia convencional**

Com o desenvolvimento econômico em crescimento no mundo, em meados da década de 1960, as tecnologias são associadas às técnicas de produção, mão de obra e tempo, focando-se na produção e na melhor forma de redução do custo na escala de produção. Nesse momento, são as tecnologias convencionais (TCs), também chamadas de “tecnologias tradicionais”, que viabilizam a expansão do conhecimento e a criação de novas ferramentas que contribuiram para a produção em larga escala.

As TCs são criadas, desenvolvidas e utilizadas em um ambiente empresarial, sendo que o profissional que a desenvolve encontra-se em um ambiente de demanda, uma vez que as tecnologias são criadas para suprirem as necessidades existentes na sociedade e também elevarem a eficiência produtiva das empresas. As tecnologias convencionais se caracterizam pela segmentação do processo produtivo, alienação do trabalhador, mão de obra de baixo custo, intensificação do capital e são limitadoras da inclusão social (DAGNINO, 2010; LIANZA; ADDOR, 2005).

O processo de produção e de consumo das tecnologias também são sociais e estão condicionado a uma estrutura social. Dessa forma, os desafios das TCs não estão apenas no uso que se faz dela, mas também no seu próprio *ethos*. Nesse sentido, há o nível material, que promove e mantém os interesses dos grupos dominantes na sociedade e o nível simbólico que apoia e propaga a ideologia legitimadora dessa sociedade (FIGUEIREDO, 2008; LIANZA; ADDOR, 2005).

“O modelo da cadeia linear da inovação tecnológica convencional supõe que a pesquisa científica segue a evolução tecnológica e, por conseguinte, é a tecnologia que traz o desenvolvimento econômico e, depois, o desenvolvimento social” (LIANZA; ADDOR, 2005, p. 194).

---

Considera-se que no capitalismo as tecnologias convencionais possuem uma funcionalidade que ocorre por meio da técnica, do método, da ferramenta ou do modelo que ampliam os processos produtivos, fomentando a produção e alavancando a mão de obra para atingir os níveis máximos de produtos em relação à oferta e à demanda presentes na sociedade.

Nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, as necessidades são traduzidas em demandas. Tais necessidades podem reverter-se em prejuízos sociais, porque a produção necessita de matéria-prima e as fábricas não demonstram expressiva preocupação relacionada ao custo ambiental, social e econômico. Percebe-se assim que as tecnologias convencionais não conseguem absorver os problemas sociais ou as questões sociais (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

A expressão tecnologia intermediária foi cunhada por um economista chamado Schumacher, para designar uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala simplicidade e respeito ambiental, seria mais adequada para os países pobres (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 20).

Segundo Thomas (2009), a tecnologia intermediária (TI) propõe o desenvolvimento de pequenas indústrias, orientadas para a resolução de problemas sociais sem requerimentos teóricos, cognitivos ou econômicos intensivos e, ainda, utilizando as matérias-primas e os recursos humanos disponíveis.

As tecnologias intermediárias são adequadas aos países em desenvolvimento, pois podem promover o desenvolvimento local, ambiental e humano de forma orientada, utilizando-se das matérias-primas e dos recursos humanos desses locais. Nesses lugares, não há mão de obra e estrutura qualificada, por isso é preciso adaptar as tecnologias convencionais para uma realidade diversa (THOMAS, 2009).

[...] a tecnologia intermediária de Schumacher ou a TA (Tecnologia Apropriada) [...] passou a ser mais genérica e inclusivamente denominada. O movimento da TA, ao alargar a perspectiva anterior – da tecnologia intermediária, que considerava tecnocrática –, incorporando aspectos culturais, sociais e políticos à discussão e propondo uma mudança no estilo de desenvolvimento [...] (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 20).

### **A modificação: tecnologia apropriada**

Gandhi foi quem introduziu, na sociedade indiana, essa noção de tecnologia apropriada (TA), como forma de lutar contra a injustiça social, promovendo o despertar de consciências adormecidas. O objetivo final de Gandhi era a transformação da sociedade indiana, por meio de um processo de crescimento orgânico, feito de dentro e não através de uma imposição externa. Então, as ideias de Gandhi se espalharam e chegaram a países, como a China, influenciando discussões e o surgimento de outros conceitos que pudessem abarcar as tecnologias sob outros pontos de vistas (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; THOMAS, 2009).

Na década de 1970 e 1980, a discussão sobre as tecnologias apropriadas proliferou-se nos países desenvolvidos. Essa discussão tinha como pano de fundo a questão de que as TCs não conseguiriam resolver os problemas sociais e ambientais e poderiam, inclusive, agravá-los, por serem voltadas aos interesses privados (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). A TA passou a ser identificada como “um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade maximizando, assim, seu bem-estar” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 23).

Nessas discussões iniciais sobre as tecnologias apropriadas tinham o desenvolvimento social como ponto central. Contudo, as propostas em torno da ideia de tecnologia apropriada receberam críticas quanto a sua pesquisa, formulação e interesses, as quais impactaram de maneira considerável em sua credibilidade, provocando desestabilidade na sua estrutura, pois os argumentos apresentados demonstravam problemas relacionados à neutralidade, compreensão da ideia principal, pluralismo tecnológico e aplicabilidade. Assinala-se ainda que esse movimento das TAs perdeu espaço nas discussões acerca da tecnologia por volta dos anos 1980.

---

### **A inquietação: tecnologia social**

O conceito e a prática das tecnologias sociais se inserem no debate em torno das alternativas tecnológicas que tratam da oposição entre tecnologias convencionais, de modo a analisar o uso tecnológico como uma disputa política que, em diversos episódios históricos, foi objeto de resistência em processos de dominação.

Na década de 1970 teve início um debate sobre a chamada “tecnologia apropriada”, que buscava resolver alguns dos problemas relacionados às questões sociais e de pobreza, ou seja, a proposta de criação de formas de trabalho alternativas, utilizando-se recursos, materiais e humanos existentes nos locais, por meio de uma tecnologia que fosse simples, acessível e de fácil replicação. Com essas questões presentes, as TAs vão perdendo a sua importância como elemento viabilizador de um estilo alternativo de crescimento para países em desenvolvimento e a tecnologia social passa a ser analisada (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

As tecnologias sociais são criadas a partir do interesse ou da necessidade presente na comunidade e, a partir dessa prerrogativa, elas passam a ser debatidas. Dessa forma, tem-se a junção do tecnológico e do social, inicialmente em oposição, através do conhecimento local e do conhecimento técnico/científico que se tornam ferramentas indissociáveis para a criação das tecnologias sociais.

Um dos principais objetivos da TS é dotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos etc.) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores) que permitam interferir positivamente na produção de bens e serviços e, assim, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reproduzíveis em configurações semelhantes (FONSECA, 2010, p. 75).

Para Costa e Hayler (2013), a tecnologia social não pode ser vista como um artefato isolado, visto que essa tecnologia se relaciona com diversos aspectos da sociedade, sendo produto e resultado desses aspectos. Assim, buscar soluções tecnológicas para problemas sociais ou questões sociais não podem significar soluções padronizadas ou em massa. A construção e a formulação tecnológica devem envolver, dessa forma, os movimentos sociais, os próprios beneficiários e os atores dos contextos locais.

Com esse olhar, a tecnologia social é criada a partir dos problemas e das necessidades presentes nas comunidades, buscando as suas soluções mediante composição do saber popular e do conhecimento especializado, que proporcionam ferramentas para a inclusão social e o desenvolvimento social, pois, se assim não ocorrer, não haverá identificação com a solução proposta e não terá adesão da população de forma eficiente (LIANZA; ADDOR, 2005).

No entanto, para uma tecnologia ser configurada como social, ela deve atender a algumas características pré-definidas, como: interação com a população, participação, cooperação, processo democrático, organização, sistematização, metodologia, validação de escolhas coletivas do conhecimento, saberes científicos, saberes populares, saberes tecnológicos, reaplicabilidade e disseminação (LIANZA; ADDOR, 2005).

Essas características iluminam o núcleo duro das tecnologias sociais, revelando uma base sólida de especialidades que as tornam únicas em sua criação, implementação e replicação.

Com o conhecimento da origem e da matriz das tecnologias sociais, alguns pesquisadores e instituições, reconhecidos neste campo, elaboraram algumas definições sobre a noção de tecnologias sociais. No entanto, a pluralidade de definições reflete um campo recente e que ainda está em constituição.

Para concluir essa abordagem das tecnologias convencionais, apropriadas e sociais, procurou-se elaborar um quadro que pudesse sintetizar as principais características das informações apresentadas ao longo desse texto.

Quadro 1. Tecnologias e as suas características

Tecnologias	Período	Ambiente	Características
Tecnologia convencional	1960	Empresarial	Processo produtivo e visão mercadológica.
Tecnologia Apropriada	1970	Empresarial e Social	Produção consciente, otimização de recursos e desenvolvimento local.
Tecnologia Social	2000	Social	Desenvolvimento local e social.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

A partir desse conhecimento, vamos entender como a tecnologia social se insere na sociedade brasileira, quais são os seus atores e as características deste campo.

### **As tecnologias sociais no cenário brasileiro**

As discussões sobre tecnologias sociais no Brasil são recentes e o seu início ocorreu no campo acadêmico, durante a década de 2000. Posteriormente, instituições governamentais aderem a essa nova configuração, e outras instituições são constituídas para poder atuar nesse campo. Além disso, encontros, eventos, debates e produções bibliográficas são realizadas e/ou desenvolvidas, a fim de difundir essa configuração.

**Com as discussões sobre as tecnologias e o social recorrentes, algumas instituições foram criadas, possibilitando ampla reflexão e produção de conhecimento sobre o tema.**

O primeiro registro do conceito referente às tecnologias sociais no Brasil foi impresso em 2004, quando cerca de 80 organizações se reuniram a fim de formular uma definição que pudesse abranger as especificidades dessa tecnologia. Essa definição se refere a produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis.

Nesse debate, em torno das tecnologias sociais, outros conceitos foram construídos, como:

Tecnologias sociais são processos inovadores de produção e/ou sistematização de conhecimentos, bem como práticas sociais que, a partir de um conjunto de técnicas, produtos e/ou metodologias, tem a finalidade de contribuir como desenvolvimento social, seja no âmbito local, seja no âmbito das políticas públicas (MACIEL; BORDIN, 2013, p. 16).

Instituições, como a Fundação do Banco do Brasil e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, passaram a incorporar as tecnologias sociais como seu principal foco ou como parte de suas diretrizes. Percebe-se ainda a criação de instituições que buscaram articular os conhecimentos e as práticas direcionadas a essas tecnologias, como o Instituto de Tecnologia Social (ITS) e a Rede de Tecnologia Social (RTS). Essas instituições também trabalharam na produção de conhecimento e na construção de novos conceitos relativos às tecnologias sociais.

Sendo assim, em 2001, foi lançado o Prêmio de Tecnologias Sociais, elaborado e financiado pela Fundação Banco do Brasil, buscando fazer com que a sociedade civil passasse a participar do campo das tecnologias sociais.

A sociedade passou a legitimar a Fundação Banco do Brasil como instituição certificadora das práticas sociais, reconhecidas como tecnologias sociais.

### **Tecnologias sociais e as políticas públicas**

A política pública pode ser vista como a forma que o Estado utiliza para proporcionar o desenvolvimento de ações ligadas aos direitos sociais que, em primeira instância, podem se

---

relacionar com questões imediatistas ou assistencialistas, mas aplicadas a médio e longo prazo podem promover a transformação da realidade social.

As tecnologias sociais, presentes no cenário social, vêm abarcando as necessidades e os conhecimentos em determinadas comunidades, a fim de proporcionar soluções de baixo custo para os problemas eminentemente sociais.

No entanto, o Estado tem negligenciado esse potencial, isto é, tem deixado de perceber o grande potencial presente nas comunidades e instituições que procuram solucionar seus próprios problemas com recursos humanos, financeiros e materiais de dentro da comunidade.

As tecnologias sociais podem ser vistas como um novo padrão de política pública, com o potencial humano, sistematizado, aplicado e avaliado. Elas podem ser uma iniciativa da sociedade civil e, posteriormente, serem assumidas e reaplicadas pelo Estado, pois a sociedade elabora a metodologia e/ou produtos a partir de uma visão justa e igualitária, através da emancipação que também gera emancipação dentro da comunidade, e acaba por excluída a visão assistencialista.

Conforme Maciel e Fernandes (2010), é diante deste cenário que a defesa das TS como políticas públicas apresenta-se como uma estratégia promissora para superar os limites do atual modelo e padrão de ciência e tecnologia vigente no país, além de uma resposta mais sintonizada com as demandas da sociedade, na busca por um modelo de desenvolvimento social que tenha centralidade, no processo de inclusão social e, como atores principais, a própria sociedade.

Pensar em inclusão social é entender que não é a tecnologia social em si, mas, sim, o processo de construção que gera a inclusão, pois a mobilização da sociedade gera organização que promove a inclusão, algo não percebido pelo Estado.

[...] mostra que a adoção de uma tecnologia social como política pública depende de uma adequada inserção da questão na agenda governamental e de um desenho da implementação da política tal que estabeleça o delicado equilíbrio entre a preservação das funções do Estado e a valorização de iniciativas da sociedade civil. A implementação de uma TS, para que não perca sua natureza, requer sua adaptação perene ao território de implementação, além de um arranjo que estabeleça com o Estado uma relação ao mesmo tempo descentralizada e articulada, autônoma e controlada (COSTA; HOYLER, 2013, p. 27).

Os trâmites burocráticos presentes na Administração Pública e as questões sociopolíticas podem se tornar um entrave para a incorporação das tecnologias sociais como uma política pública. Para Maciel e Fernandes (2010), o futuro do desenvolvimento das TSs, em grande parte, encontrar-se relacionado à possibilidade de alterar a atual política de ciência e tecnologia no País e de torná-la uma política pública, tendo em vista que as experiências existentes no território nacional apontam para a sua efetividade no que refere à capacidade de gerar respostas inovadoras para a resolução de velhas demandas sociais e, com isso, o impacto social nas comunidades que se beneficiam com tais tecnologias.

Como forma de demonstrar a relevância e os resultados das tecnologias sociais, a Fundação Banco do Brasil – FBB – já destinou mais de R\$ 300 milhões de reais para as ações relacionadas a essas tecnologias, certificando e premiando iniciativas sociais que se tornaram tecnologias sociais sistematizadas e reaplicadas em outras comunidades no Brasil.

**Quadro 2.** Tecnologias Sociais certificadas e premiadas pela FBB

<b>Ano</b>	<b>Nº de TSs inscritas</b>	<b>Nº de TSs certificadas</b>	<b>Nº de TSs premiadas</b>
2001	523	128	01
2003	634	96	03
2005	658	113	05
2007	782	120	05
2009	695	114	07
2011	1116	264	09
<b>TOTAL</b>	<b>4408</b>	<b>835</b>	<b>30</b>

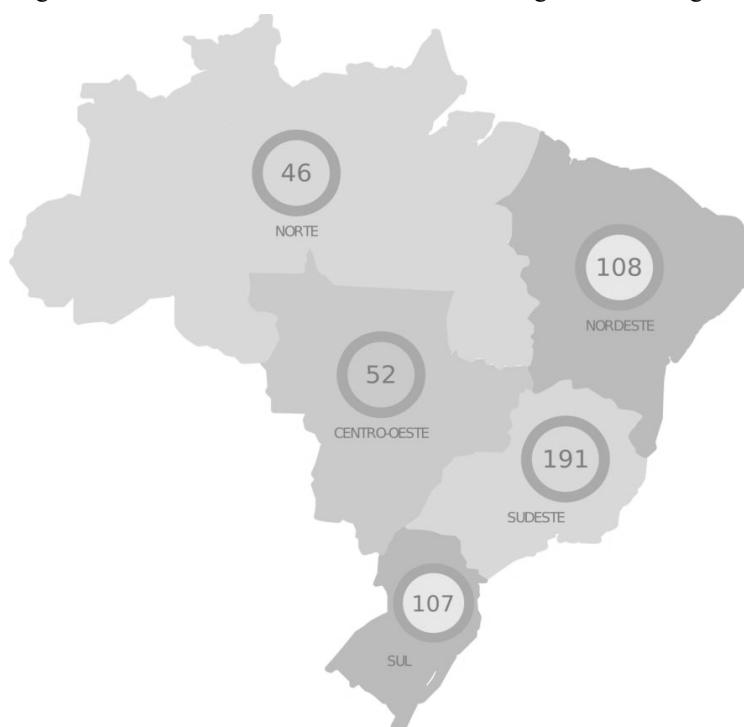
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

O Banco de Tecnologias Sociais – BTS – é uma base de dados que contempla informações sobre as tecnologias sociais certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. O BTS apresenta soluções para demandas sociais, desenvolvidas por instituições de todo o País, que podem ser consultadas por tema, entidade executora, público-alvo, região, UF etc. As informações sobre as tecnologias sociais abrangem o problema solucionado, a solução adotada, a forma de envolvimento da comunidade, os municípios atendidos, os recursos necessários para implementação de uma unidade da tecnologia social, entre outros detalhamentos. São disponibilizados, também, os contatos dos responsáveis pela tecnologia social, possibilitando que instituições interessadas em reaplicar ou conhecer detalhes sobre o processo possam entrar em contato direto com as instituições que tenham desenvolvido as tecnologias sociais.

O BTS possuía, no ano de 2011, 504 tecnologias sociais armazenadas, no entanto, os documentos da FBB apresentam 835 tecnologias registradas. Percebe-se, então, uma divergência entre os dados e, segundo informações da FBB, isso ocorre porque há um esforço da equipe em realizar a aplicação de uma revisita nas tecnologias certificadas, com o objetivo de atualizar as informações, bem como a verificação da continuidade da tecnologia.

Para analisar as tecnologias sociais armazenadas no BTS, foi realizado um levantamento quantitativo. Identificando a distribuição destas por região, conforme demonstrado no mapa a seguir.

**Figura 1.** Tecnologias sociais armazenadas no Banco de Tecnologias Sociais segmentadas por região



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

De acordo com o mapa, as regiões Centro-Oeste (52) e Norte (46) são as que possuem menores números de tecnologias registradas, em contraposição com a região Sudeste (191), que apresenta maior número, é possível perceber uma significativa diferença entre as regiões.

No BTS, são armazenadas as informações de acordo com as áreas de atuação que estão definidas da seguinte forma: energia, habitação, recursos hídricos, alimentação, saúde, meio ambiente, renda e educação, como está exposto a seguir.

**Figura 2.** Área de atuação das tecnologias sociais em âmbito nacional



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Os presentes dados relevam que as tecnologias sociais estão em diferentes áreas de atuação dentro da sociedade e apresentando formas de soluções simples para os problemas sociais concretos, sendo algo sistematizado e organizado, tendo a possibilidade de se tornarem uma política pública que poderá promover a diminuição de muitas comunidades. Por isso, este estudo apresenta um novo olhar para as tecnologias sociais no âmbito das políticas públicas, a fim de apresentar novas formas de transformação da realidade social.



---

### **Considerações finais**

Este estudo não tem a pretensão de trazer respostas acerca da temática das tecnologias sociais no âmbito das políticas públicas, mas, sim, propor reflexões sobre esse tema.

A expressão tecnologia social começa a ser discutida no Brasil na década de 2000, tendo como questão central a de como equilibrar o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, uma vez que o desenvolvimento econômico não comporta as demandas sociais.

Para a compreensão dessa nova configuração, muitas foram as discussões no âmbito acadêmico, institucional e governamental. A partir desses debates, foram elaborados alguns conceitos e bibliografias sobre o tema.

A tecnologia social é entendida, neste estudo, como uma nova configuração social, porque ela começa a ser percebida através dos movimentos sociais e pelas muitas mudanças presentes no cenário social. Essa configuração possui uma matriz definida, que se caracteriza pela interação com a população, participação, cooperação, processo democrático, organização, sistematização, metodologia, validação de escolhas coletivas do conhecimento, saberes científicos, populares e tecnológicos, bem como reaplicabilidade e disseminação.

Essas tecnologias visam sistematizar, disseminar e reaplicar práticas sociais voltadas às diferentes comunidades e realidades sociais, capazes de proporcionar soluções simples para os problemas sociais concretos, a fim de promoverem a transformação da realidade social. Todavia, as práticas sociais, desenvolvidas e implementadas para solucionar problemas de uma realidade, não podem significar soluções padronizadas, pois cada realidade e localidade possui as suas especificidades e peculiaridades. Dessa forma, a reaplicação não pode ser substituída pela replicação, tendo como base as práticas iniciais, mas tem que ser adaptada e serem respeitadas as suas características.

As práticas sociais, ao receberem a Certificação de Tecnologia Social, acabam por conferir as suas práticas um status científico, metodológico, de sistematização e reaplicação. Assim, tal prática acaba não sendo mais considerada apenas uma atividade destinada à população, mas, também, uma tecnologia social, habilitando a instituição a participar de editais que possuem como pré-requisito a Certificação de Tecnologia Social.

Muitos são as implicações dessas tecnologias sociais para a sociedade, as quais passam pela compreensão de uma nova configuração que alia o conhecimento científico ao conhecimento popular. Busca-se, assim, através das tecnologias sociais, estabelecer uma metodologia sistematizada e passível de reaplicação, encontrando uma resposta para os problemas sociais e promovendo uma transformação na sociedade. Olhando sob esse prisma, a sociedade está sendo favorecida. Não podemos nos omitir com relação às questões presentes na constituição desse campo, que passam pelo jogo social, pela presença de uma forte ideologia, pela disputa do conhecimento, pela normatização e diretrizes, assim como pelo domínio dos atores.

Um olhar sobre as tecnologias sociais, no âmbito das políticas públicas, possibilita vermos que a tecnologia social é uma importante ferramenta social. Se a solução de baixo custo dos problemas sociais tem origem nas comunidades e, posteriormente, agrega-se ao conhecimento científico, à metodologia, à sistematização, além das formas de reaplicação, então essa parece, em primeira análise, uma forma de implementação de políticas públicas efetivas, já que as soluções ou as ideias emanam de dentro da comunidade.

Todavia, os governos parecem não conhecer o potencial dessa ferramenta e tampouco estão interessados em buscar respostas aos problemas recorrentes, mas, sim, trabalhar com questões pontuais que despertem a atenção da população. Também é verdade que alguns governos locais aderiram às tecnologias sociais, como propostas de políticas públicas, como é o caso da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), Saneamento Básico na Área Rural – Fossa Séptica Biodigestora e Cisterna de Placas Pré-Moldadas –, sendo essa ação muito positiva.

---

Com esse estudo pode-se verificar que as tecnologias sociais, a partir da lógica de uma nova configuração social, pode ser utilizada para incorporar ou gerar novas políticas públicas, uma vez que a sua matriz é de origem local com bases em soluções para os problemas sociais presentes dentro da sociedade e com utilização de recursos próprios que envolvem o humano, material e muitas vezes financeiro. Nessa perspectiva, acredita-se que, quando as tecnologias sociais são avaliadas sob a sua relevância em âmbito nacional, podem vir a contribuir para uma efetiva implementação de políticas públicas.

#### Referências

- BARROS, L. Apresentação. *In: OTTERLOO, A. et al. (Orgs.). **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade.* Brasília: RTS, 2009. p. 7-11.
- COSTA, A. B.; HOYLER, T. Tecnologia sociais e políticas públicas: debates iniciais para uma pesquisa empírica. *In: MACIEL, A. L. S.; BORDIN, E. M. B. (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre tecnologias sociais.*** Porto Alegre: FIJO, 2013. p. 27-42.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social.** Rio de Janeiro: FBB, 2004.
- DAGNINO, R. **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010.
- DAGNINO, R.; BAGATTOLLI, C. Como transformar a tecnologia social em política pública? *In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade.* 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. p. 265-291.
- DRAIBE, S. M. **Qualidade de vida e reformas de programas sociais**: o Brasil no cenário latino-americano. São Paulo: Lua Nova, 1993.
- FIGUEIREDO, V. **Produção social**: uma estratégia para o desenvolvimento. São Paulo: EPU, 1989.
- FONSECA, R. Ciência, Tecnologia e Sociedade. *In: RTS. (Org.). **Tecnologia social e desenvolvimento sustentável**: contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.* Brasília/DF: RTS, 2010. p. 71-77.
- GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.
- KAMEYAMA, N. A nova configuração das políticas sociais. **Estudo de Política e Teoria Social**, v. 1, n. 1, p. 10-39, 1997.
- LASSANCE, A. J.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. *In: FBB. (Org.). **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento.* Rio de Janeiro: FBB, 2004. p. 65-81.
- MACIEL, A. L. S. *et al.* **Tecnologias Sociais**: aproximações com produção de conhecimento no Brasil e as experiências em desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FIJO, 2010.
- MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. **Caminhos das tecnologias sociais**: reflexões iniciais. Porto Alegre: FIJO, 2010.

---

MACIEL, A. L. S.; BORDIN, E. M. B. **Múltiplos olhares sobre as tecnologias sociais: pesquisa e práticas sociais.** Porto Alegre: FIJO: 2013.

PASSANI, I.; GARCIA, J. C. D. **Para entender a tecnologia social: uma viagem pelo Brasil.** São Paulo: ITS, 2007.

LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2008.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas e Públicas na América Latina. *In: OTTERLOO, A. et al. (Orgs.). **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade.*** Brasília: RTS, 2009. p. 25-81.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---

# **QUESTÃO SOCIAL: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade. Retratos de uma atividade prática.**

**Social question: its expressions visualized in contemporaneity.  
Portraits of a practical activity.**

Thalita Martins Macena<sup>1</sup>

Resumo: A Questão Social, objeto de atuação profissional, é historicamente contextualizada nos desígnios da interpretação das desigualdades sociais oriundas do modelo de acumulação capitalista, sabemos que ação profissional demanda procedimentos técnicos que requerem o aprimoramento das dimensões teóricas-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativo para os desafios impostos no cenário atual. Sendo assim, a dinamização dos instrumentos no trato da questão social torna-se presente no campo da atuação.

Palavras Chave: Questão Social. Trabalho. Globalização.

Abstract: The Social Question, object of professional performance, is historically contextualized in the purposes of the interpretation of social inequalities derived from the model of capitalist accumulation, we know that professional action demands technical procedures that require the improvement of the theoretical-methodological, ethico-political and technical-operational dimensions for the challenges imposed in the current scenario. Thus, the dynamization of the instruments in the treatment of the social issue becomes present in the field of performance.

Keywords: Social Question. Work. Globalization.

## **Introdução**

A análise das transformações ocorridas nas sociedades é historicamente relatada pelos mais diversos pesquisadores das ciências humanas e sociais, abordando, em seu contexto, o desenvolvimento político, econômico, cultural e social.

Consoante a esse processo, podemos ponderar as mutações ocorridas através das relações sociais do modo de produção e administração do trabalho, gestadas prioritariamente na exploração e flexibilização da força de trabalho a partir do desenvolvimento do modelo de produção capitalista instaurado com a Revolução Industrial ocasionada no século XVIII.

A Revolução Industrial se caracterizou como um processo histórico de transformação econômica e social, através do qual um novo modo de produção capitalista passa a dominar a sociedade: produção em escala para o mercado mundial, uso intensivo de máquinas, concentração de operários – trabalhadores – e a divisão social do trabalho (MONTIBELLER, 2017, p. 25).

O sistema capitalista, já efetivado como um novo sistema econômico, consubstancia o cenário da propriedade privada dos meios de produção, do modelo de trabalho assalariado e do padrão de acumulação capitalista.

Todavia, emerge a esse panorama a Questão Social, que nos moldes liberais não se assemelha ao desenvolvimento econômico, negando sua gênese e caracterizando as expressões

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

em aspecto segmentado, eminente de filantropia e de ação moralizadora, em uma visão distorcida, até então vistas como problemas sociais. Na compreensão de Yamamoto (2007, p. 27), a questão social está:

Apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

É nesse cenário árido que surgem, a partir do avanço desenfreado do acúmulo de riquezas geradas pela manutenção da nova classe social burguesa, as manifestações sociais sofridas pela classe subalterna – o “proletariado” – através de expressões ministradas por questões econômicas proferidas como o desemprego, o pauperismo, a mendicância, o baixo salário, o trabalho infantil, péssimas condições de trabalho, analfabetismo, fome, uso abusivo de drogas e álcool, falta de moradia, violência, problemas de saúde, saneamento básico dentre outras.

A consolidação do sistema capitalista corroborou para a migração do homem do campo para então o urbano-industrial, a substituição da manufatura pelo trabalho mecanizado alterando o modelo societário vigente, essa mudança transformou a configuração das cidades em metrópoles e com isso o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social demonstrando as consequências desastrosas emitidas pelo processo capitalista.

As expressões configuradas pela questão social, foram inicialmente tratadas por iniciativas filantrópicas e caritativas.

Começa-se a se pensar então a “questão social”, a miséria, a pobreza e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Dessa forma, as expressões resultantes do processo de exploração capitalista, em meio ao cenário de expansão do capital, eram consideradas como disfunções de condutas sociais e comportamentais, eximindo da classe burguesa as contradições impostas pelo capital na sociedade, dissociando a questão econômica como fator resultante.

Passa-se a tratar a questão social com repressão, vista como um desajustamento do indivíduo em meio social.

Desta forma, em vez de tratar da pobreza com ações filantrópicas/assistenciais (como sendo um problema de déficit ou carência dos pobres), ela passa a ser reprimida e castigada (como sendo uma questão delitativa ou criminal dos pobres). A beneficência e os abrigos passam a ser substituídos pela repressão e reclusão dos pobres. A ideológica expressão de “marginal” começa a adquirir uma conotação de “criminalidade”. O pobre, aqui identificado com “marginal”, passa a ser visto como ameaça à ordem (MONTAÑO, 2012, p. 273).

É nesse clima conflituoso que surgem as reivindicações da classe trabalhadora, alterando a dinâmica capitalista, pois a partir do conhecimento de classes, da luta coletiva, o proletariado exige mudanças no trato e enfrentamento das expressões da questão social.

---

Quando a classe proletária explorada começa a questionar a realidade social e o sistema econômico vigente, sua consciência crítica e de classe social faz surgir e proliferar inúmeros movimentos sociais, revoluções sociais. Dessa forma, os problemas sociais foram politizados, obrigando o Estado a efetivar e garantir os direitos sociais, ou seja, os problemas sociais foram transformados e considerados como expressões sociais da questão social e não mais como resultados do comportamento individual e das instituições sociais (MONTIBELLER, 2017, p. 27).

É na pós-guerra que o estado assume as expressões da questão social com base nas formulações do keynesianismo/fordismo, alterando o trato e enfrentamento das expressões através de políticas sociais.

Nesse sentido, os ditos problemas sociais foram transformados em expressões da questão social, modificando o cenário de caso de polícia para caso de política.

Essas alterações na dinâmica de enfrentamento das expressões da questão social representam uma estratégia para a reorganização da acumulação capitalista frente às reivindicações do proletariado para a manutenção da ordem do capital. Sendo essas, ações focalistas, precárias e com um cunho clientelista.

### **Questão social como objeto de trabalho profissional do serviço social**

A afirmação do desenvolvimento do capital em detrimento ao trabalho coletivo, conduz especificidades oriundas da exploração e acumulação da riqueza produzida. Essas especificidades são múltiplas e requerem sua reversão ou enfrentamento.

Em suma, podemos mencionar que a atuação profissional está moldada no embate das desigualdades sociais, aportando as estratégias de atuação de acordo com o cenário atual.

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 62).

As modificações no mundo do trabalho relacionam-se aos aspectos mais gerais da globalização, das inovações tecnológicas, da flexibilização do processo de trabalho coletivo instaurando novos padrões de produção. O que representa em um contexto mais expansivo, a diminuição dos postos de trabalho, a flexibilização dos contratos, a retirada de direitos sociais e trabalhistas, o aumento exponencial do desemprego ou subemprego, da violência e da desigualdade social.

Considerando o agudizamento das expressões da questão social, o profissional tem efetivado suas ações frente à elaboração e execução de políticas sociais em âmbito público ou privado, atuando nas mais diversas configurações emergentes que requerem uma ação interventiva e propositiva, através de suas bases teóricas e metodológicas, haja vista que a ampliação do espaço socio-ocupacional de atuação profissional vem sendo requerida por meio de demandas emergentes que necessitam de respostas e intervenções técnicas envoltas nessa dinâmica social configurada pelo sistema capitalista.

Sob a ótica desse entendimento e à luz de elementos que buscam compreender e decifrar a análise social, desvelando as condições de vida dos indivíduos e da sociedade, buscou-se através da atividade prática fomentada aos acadêmicos do 4º período do curso de

---

Serviço Social da UNIASSELVI, polos de Manaus e de Manacapuru, no segundo semestre do ano de 2018, a exposição fotográfica intitulada *Questão Social: suas expressões vislumbradas na contemporaneidade*.

Consoante a esse processo de conscientização do trato da questão social como reconhecimento do objeto de atuação profissional, enfatizou-se a dimensão assumida pelo trabalho do assistente social em decifrar a realidade, transpondo a coletividade no enfrentamento dessas expressões.

A matéria-prima do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas etc. –, tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o “campo” ou objeto do trabalho profissional no âmbito da “questão social”. Importa considerar as características específicas que as expressões da questão social assumem aos níveis regional, estadual e municipal e as alterações sócio-históricas que nelas vêm se processando, também em função das formas coletivas com que possam estar sendo enfrentadas pelos sujeitos envolvidos (IAMAMOTO, 2007, p. 100).

### **Metodologia**

O trabalho de pesquisa – ação de natureza básica com objetivo exploratório e abordagem qualitativa – fez uso das múltiplas configurações encontradas na sociedade da questão social, assim, cada equipe de trabalho fotografou as mais diversas expressões.

Mediante a exposição fotográfica realizou-se uma breve entrevista com os visitantes sobre o entendimento acerca da Questão Social, resumindo-se em três questionamentos:

1. A partir da exposição, você consegue descrever o que é Questão Social?
2. Como ela se manifesta no cotidiano?
3. Indique 3 expressões da questão social que você identificou na exposição e descreva uma delas.

Segundo Iamamoto (2007, p. 97):

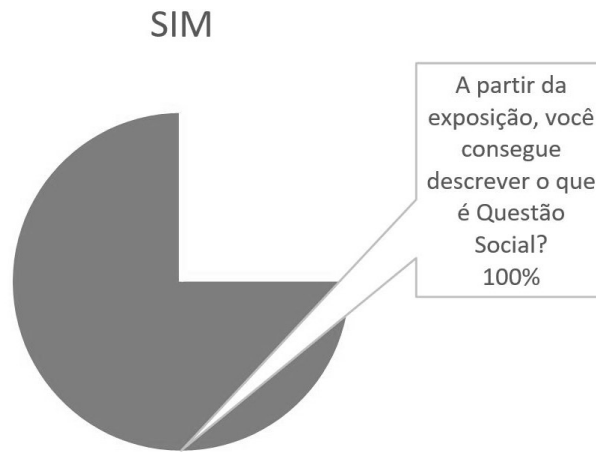
Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas a sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento de relações e vínculos sociais com os sujeitos aos quais atua.

### **Resultados e discussão**

Dispondo da materialização da pesquisa, analisamos o contexto geral da população acadêmica, a qual visitou as exposições realizadas no saguão dos polos, tendo como amostra populacional o percentual de 40 entrevistados.



**Gráfico 1.** Compreensão sobre Questão Social após visitação da exposição.



Fonte: A autora (2018)

A partir dos dados coletados, podemos perceber o efeito positivo da exposição fotográfica, ao demonstrar, de forma clara e objetiva, as manifestações através dos contextos diários que, por vezes, passam despercebidos ao senso comum.

**Gráfico 2.** Expressões da Questão Social relatadas pelos visitantes.

**Como ela se manifesta no cotidiano?  
Indique 3 expressões da questão social que você  
identificou na exposição**



- |                        |                              |                              |
|------------------------|------------------------------|------------------------------|
| ■ Negligência Familiar | ■ Falta de Saneamento Básico | ■ Prostituição               |
| ■ Racismo              | ■ Alcoolismo                 | ■ Poluição                   |
| ■ Desemprego           | ■ Trabalho Infantil          | ■ Habitação                  |
| ■ Tráfico de Drogas    | ■ Educação                   | ■ Pessoas em Situação de Rua |
| ■ Saúde                | ■ Violência                  | ■ Gravidez na Adolescência   |

Fonte: A autora (2018)

As manifestações da questão social atribuem materialidade no contexto social, advindas do processo desigual de acúmulo de riqueza extraídos da força de trabalho coletiva, concentrando os lucros na propriedade privada gerando desigualdades.

### **Considerações finais**

O estudo acerca das expressões da Questão Social retratadas em fotografias e expostas socialmente para a comunidade acadêmica, reforça uma dimensão prática diferenciada que

---

aporta para o discente do curso de Serviço Social uma apropriação de instrumentais que visem analisar o contexto social assimilando o ensino teórico para compreensão de seu objeto de intervenção.

De fato, a pesquisa de situações concretas, que são objeto do trabalho do assistente social, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais o assistente social lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas de trabalho fincadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades de mudança nela existentes (IAMAMOTO, 2007, p. 262).

Assim, a partir da análise sobre o entendimento das expressões da Questão Social, partimos do pressuposto da significância da contextualização prática-operativa que fundamenta o processo de formação profissional solidificando a assimilação da realidade social.

## Referências

MÜLLER, A. J. (Org.). *et al. Metodologia científica*. Indaial: Uniasselvi, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 jul. 2019.

MONTIBELLER, C. **Questão social e serviço social**. Indaial: Uniasselvi, 2017.

ANEXOS



**POLO MANACAPURU SES 0552**



# QUESTÃO SOCIAL, CIDADANIA E ENVELHECIMENTO

## Social issue, citizenship and aging

Raquel da Silva Pavin<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de considerações teóricas acerca da discussão sobre Questão Social, Direitos de Cidadania e Envelhecimento, objetivando o aprofundamento teórico sobre a questão social, sua gênese e suas expressões no cenário contemporâneo. Para a discussão sobre a temática foram elencados alguns importantes autores que realizam a discussão sobre a questão social, cidadania e envelhecimento. Destaca-se a necessidade também de problematizar quão diversa e contemporânea é a discussão da questão social, suas novas expressões e as formas de cidadania, como enfrentamento. Trazendo como discussão central o fenômeno do envelhecimento populacional, considerando uma temática que clama por um olhar crítico para a realidade atual da pessoa idosa e a necessária reflexão sobre os trabalhadores que envelhecem.

Palavras-chave: Questão Social. Cidadania. Envelhecimento.

**ABSTRACT:** This article is the result of theoretical considerations about the discussion on Social Issues, Citizenship Rights and Aging, aiming at the theoretical deepening on the social question, its genesis and its expressions in the contemporary scenario. For the discussion on the theme, some important authors were listed who carry out the discussion on the social issue, citizenship and aging, the theories of José Paulo Netto, Raquel Raicheles and Ivo Tonet. It also highlights the need to discuss how diverse and contemporary the discussion of the social issue is, its new expressions and forms of citizenship, as a confrontation. Bringing as a central discussion the phenomenon of population aging, considering a theme that calls for a critical look at the current reality of the elderly and the necessary reflection on workers who age.

Keywords: Social Issues. Citizenship. Aging.

### Introdução

Este artigo é resultado de reflexões acerca do tema questão social, direitos de cidadania e envelhecimento. Foi realizada uma síntese de autores, objetivando o aprofundamento teórico sobre a questão social, sua gênese e suas expressões no cenário contemporâneo.

Para a discussão sobre a temática, dentre diversos autores estudados, foram elencados alguns para considerações sobre a questão social, cidadania e envelhecimento. Utilizou-se das teorias abordadas por José Paulo Netto, Raquel Raicheles, Anete Ivo, Marilda Yamamoto e outros de grande valia. A escolha por esses autores permite a reflexão crítica sobre a questão social e a discussão do envelhecimento populacional.

Este artigo foi dividido em quatro partes. A primeira com a introdução e objetivo, a segunda traz a breve consideração sobre a questão social e cidadania, na terceira parte, destaca-se a problematização do envelhecimento populacional e a questão social e, por fim, na quarta parte, destacam-se as reflexões finais.

### Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi uma síntese, composta por revisão bibliográfica acerca do tema “questão social, cidadania e envelhecimento”. Para isso, escolheu-se alguns autores de referência sobre a temática.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470, km 71, nº 1.040, bairro Benedito. Caixa Postal 191, 89084-405 – Indaial/SC. Fone: (47) 3281-9000 – Fax: (47) 3281-9090. Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

### **Breve considerações sobre a questão social e cidadania**

Esta breve conceituação da Questão Social aborda a temática a partir dos teóricos José Paulo Netto, Raquel Raicheles e Anete Ivo, aos quais apreendem, de forma diversificada, o tema. Com relação à questão social, ela está intimamente vinculada ao sistema capitalista de produção, que reflete as expressões de desigualdade e de resistência, provenientes da relação entre capital e trabalho.

[...] a expressão “Questão Social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por critérios da sociedade e filantropos [...].

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante [...] trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (NETTO, 2001, p. 42).

O capitalismo, no seu estágio industrial, criou um fenômeno sem precedentes. Ao mesmo tempo em que crescia a capacidade social de produzir riquezas, a dinâmica da pobreza generalizada também se expandia, atingindo principalmente a classe trabalhadora. A partir dessa intensificação das desigualdades sociais, promovida pela burguesia, surgiu o termo “Questão Social”.

A partir da segunda metade do século XIX a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente pelos críticos sociais e entra também no vocabulário do pensamento conservador [...] o divisor de águas, também aqui, a Revolução de 1848. [...] Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “Questão Social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo, frente a conjunturas adversas etc.) são vistas como desdobramento da sociedade moderna (NETTO, 2001, p. 43).

O conservadorismo da época defendia uma “reforma moral e do homem na sociedade”. Trazia no discurso a naturalização da questão social como objeto de ação moralizadora. A proposta de combater as expressões da questão social dava-se através do discurso da preservação da propriedade privada e dos meios de produção. As contradições de classe ficam evidentes, pois se defendia que a questão social só se resolve com a ferro da ordem burguesa, com sentido conservador e mistificador.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

A abrangência das causas da questão social é complexa, mais ampla que a manifestação imediata do pauperismo. A “lei geral da acumulação capitalista” extrai e fortalece a questão social e os diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões, essa é essencial

---

ao desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, a questão social é determinada pela relação capital/trabalho, manifestada como exploração, essa, entendida como um traço que diferencia o regime do capital, uma vez que precedia a ordem burguesa. O que diferencia a exploração nesse tempo histórico são as contradições existentes entre ao aumento da produção de riquezas e do pauperismo.

A construção do Welfare State na Europa nórdica e em alguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana [...] pareciam remeter para o passado a “questão social” e suas manifestações – elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com os seus problemas de “subdesenvolvimento”. Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa – apenas os marxistas e uns poucos críticos sociais, [...] que tinha a coragem de investigar “a pobreza, o outro lado da América”. [...] A conjunção “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política extramercado tem sido coroado de êxito (NETTO, 2001, p. 47).

Devido à restauração do capital com a globalização, somada ao neoliberalismo, as contradições ressaltam-se, já que o capitalismo não tem compromisso social. Cria-se a faceta da “nova” Questão Social, o que, para Netto (2001), não passa de um enfraquecimento da questão teórica e analítica que acaba retrocedendo no que se refere ao reconhecimento dos dispositivos de exploração: “O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2001, p. 48). Para o autor, não se pode afirmar a existência de uma “nova” Questão Social, mas novas expressões partindo dessa; suas manifestações é que devem ser investigadas. Além disso, é preciso abolir a ordem do capital para que, conseqüentemente, as novas expressões da Questão Social também sejam suprimidas.

Conforme Raichelis (2006) destaca, a mundialização do capital na contemporaneidade acaba transformando o cenário nacional e internacional e, nesse contexto, o fetiche, por assim dizer, é protagonista e as expressões da Questão Social manifestam-se no cotidiano vivido pelos cidadãos. A autora destaca que a mundialização do capital na contemporaneidade acaba transformando o cenário nacional e internacional. Nele, o fetiche é protagonista e as expressões da questão social se manifestam no cotidiano vivido pelos cidadãos. Ivo (2010) destaca a necessidade de problematizar a Questão Social pensando nas categorias que envolvem a discussão de cidadania e emancipação humana. Sugere ainda que a cidadania só pode ser pensada e efetivada através da vida política, participação e acesso aos direitos sociais. Os cidadãos só se denominam assim por terem uma direção e orientação social.

A autora faz referência à contradição existente na relação entre o direito e a política, uma vez que se entende a política como a supremacia das relações sociais, da construção do ser social, já que ela também só se faz possível através do direito e sem o predomínio das classes privilegiadas. Existe, portanto, a necessidade de o conceito de cidadania ser discutido de forma ampliada, para além da reprodução das relações sociais. Devem-se considerar as particularidades dos segmentos populacionais e suas necessidades para que cada cidadão goze de plena emancipação humana e, conseqüentemente, política, problematizando quão diversa e contemporânea é a discussão da Questão Social, suas novas expressões e as formas de direito à cidadania.

Em consonância à discussão da Questão Social e da cidadania, destaca-se o envelhecimento da população como uma das expressões da Questão Social. O envelhecimento é algo

---

inerente ao ser humano, e para que se consiga experimentá-lo de forma qualificada e saudável, deve-se considerar as condições de saúde, seguridade social, nível econômico e gênero, indicadores que podem implicar vivências positivas ou negativas desse processo. Conforme destaca Camarano (2005), o envelhecimento populacional tem efeito direto no lazer, na habitação, nas relações familiares e em variados aspectos.

### **Discussão: o envelhecimento populacional e a questão social**

O processo de envelhecimento é vivenciado de forma diversificada, sabe-se que nem todas as pessoas que envelhecem possuem as mesmas necessidades e ou condições de vida. Esse processo é permeado de aspectos biopsicossociais, considerando cada indivíduo e sua realidade social. O envelhecimento é algo intrínseco ao ser humano. Para que se consiga experimentá-lo de forma qualificada e saudável, devemos considerar as condições de saúde, seguridade social, nível econômico e gênero, indicadores que podem implicar em vivências positivas ou negativas do processo de envelhecimento, conforme aborda Camarano (2005). Deparamo-nos diante do envelhecimento populacional que acaba se mostrando como um fenômeno demográfico.

O crescente número de idosos no Brasil, fruto do aumento da expectativa de vida, apresenta uma importante realidade, principalmente no que se refere ao número de mulheres que alcançam idades cada vez mais avançadas. A crescente expectativa de vida das mulheres idosas pode ser pensada considerando a realidade de se casarem jovens e com homens mais velhos, esse é um dos fatores que pode destacar os motivos dessas permanecerem nas famílias com idades cada vez mais avançadas (ALMEIDA et al. 2015). O fenômeno que explica o grande número de mulheres idosas na sociedade é definido pelos autores, como:

A feminização da velhice, ou seja, a predominância das mulheres na população idosa traz consigo diversos fatores positivos e/ou negativos tanto para a própria mulher quanto para a família, uma vez que pode estar associada a um maior risco social e, ao mesmo tempo, a uma reestruturação do espaço relacional por ser a mulher idosa importante elo para a rede de apoio familiar (ALMEIDA et al., 2015, p. 124).

Problematizar o envelhecimento feminino pressupõe abordar alguns aspectos, dentre os quais, a situação das mulheres terem um cuidado maior com a saúde, na prevenção e detecção precoce de doenças e início dos tratamentos. As mulheres idosas vivem mais que os homens, o que acarreta, muitas vezes, viverem sozinhas ou a necessidade de viverem com filhos, demais familiares e ou institucionalizadas.

Sabe-se que homens e mulheres sempre tiveram posições e funções diferentes na sociedade. Anterior à Revolução Industrial, as mulheres se dedicavam – quase exclusivamente – aos afazeres da casa, cuidado dos filhos, ficando mais resguardadas no lar e ao apoio familiar, já que os homens se ocupavam com afazeres externos para o sustento da família. Frete a essa realidade, salienta-se a grave questão de mulheres idosas vivendo sozinhas e a seguridade social não dando conta delas quando possuem algum tipo de dependência seja financeira, física e ou psicológica.

Com relação ao que vem sendo discutindo sobre o envelhecimento populacional e os acontecimentos que são comuns no período da velhice, destaca-se o quão contraditório é a realidade vivenciada pelas pessoas que envelhecem em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que se fala em aumento da qualidade de vida das pessoas, o valor da pessoa idosa inserida no contexto social, não se assume o envelhecimento populacional como algo inerente a nossa realidade e que só tende a crescer com os avanços científicos, tecnológicos e sociais.



---

Essas pessoas são vistas aos olhos do capital como improdutivas, ou seja, impróprias para os interesses do sistema vigente, conforme Teixeira (2006, p. 41) destaca:

Assim, o ser humano só interessa enquanto força de trabalho, fonte de mais-valia e de valor ou enquanto consumidor, o que explica as situações de desvalorização social do trabalhador que envelhece e de pseudovalorização de outros, tanto por determinantes culturais, relações entre gerações, quanto por processos materiais de existência, sob a lógica do capital.

O sistema capitalista, segundo Sella (2002), caracteriza-se por descartar os mais fracos, relegando os pobres à exclusão social, sem criar mecanismos para que essas pessoas saiam dessa situação de miserabilidade e possam viver melhores condições de vida. Ressalta-se que esse sistema vigente, de certa forma, “culpabiliza” os sujeitos por viverem em situação de pobreza extrema.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, essencial ao capital como relação social, é expressão de uma história da autoalienação humana (IAMAMOTO, 2008, p. 48).

Ao ressaltar a problemática enfrentada pelos sujeitos que envelhecem na sociedade e, conseqüentemente, inseridos no sistema capitalista, destaca-se a necessidade de problematizar sobre envelhecimento do trabalhador como uma das expressões da questão social, pois o fenômeno é considerado uma problemática social se analisarmos que a pessoa idosa perde a sua “utilidade”.

Esse sistema produtor de mercadorias instaura uma relação desumanizada, coisificada que reduz a força de trabalho à coisa, à “condição material de produção” submetida ao imperativo da produção de riquezas para fins de valorização do capital, engendrando não apenas desvalorizações das qualidades e necessidades humanas, mas também uma sociabilidade que gera pobreza, populações excedentes, e os “inúteis” para o capital, pela falta de valor de uso, de rentabilidade, principalmente, quando a força de trabalho está desgastada e envelhecida (TEIXEIRA, 2006, p. 41).

Ao trabalhador que envelhece lhe é atribuído um estigma o qual é reproduzido pelo sistema capitalista. Com a aposentadoria, o idoso já não mais vende a sua força de trabalho e ainda que retorne ao mercado, não contribui com processo de acumulação na mesma intensidade de antes, dessa forma, o idoso torna-se improdutivo para o capital.

O trabalhador envelhecido no sistema capitalista é concebido como improdutivo, tem seu tempo de vida submisso ao tempo de trabalho e sua valorização baseada no modo de produção capitalista explorador, pois se não está acumulando lucro com a sua força de trabalho, não se tem valor, como reforçam (MUNIZ; BARROS, 2014, p. 110).

Desta forma, a leitura da realidade tem alertado sobre importantes aspectos a serem considerados com relação ao envelhecimento populacional, pois esse não tem sido acompanhado por serviços qualificados que deem conta das demandas dos idosos. Torna-se de suma importância que as políticas públicas existentes sejam efetivas, com vistas a dar respostas às necessidades reais das pessoas que envelhecem. Levando em consideração a crise pública, previdenciária e de saúde e demais demandas que retratam um quadro de negligências à população.

---

Ao ressaltar a problemática enfrentada pelos sujeitos que envelhecem na sociedade e, conseqüentemente, inseridos no sistema capitalista, destaca-se a importância de refletir sobre o envelhecimento populacional brasileiro, sobre seus desafios e possibilidades. Faz-se necessário que as medidas planejadas para atender ao público idoso sejam de caráter evolutivo e flexível. Deve-se construir também um trabalho integrado entre as diversas políticas públicas, para dar respostas às demandas complexas e específicas advindas dessa população.

A expansão desse segmento populacional é fruto dos avanços científicos, das novas tecnologias e de ações que aumentam a participação social dessa população, de forma geral. Essas reflexões permitem perceber a necessidade de olharmos para o processo de envelhecimento, com um novo olhar. O que, há algum tempo, era um desafio, pois o ser “velho” remete a uma conotação de fim da vida, assim, pouco se fomenta a preocupação com a oferta de melhores condições de vida a esse segmento.

Essas transformações passam a implicar questões de natureza social, política e principalmente econômica. Conforme apontam Agostinho e Máximo (2006), devido à inexistência de reformas que acompanhem as alterações na composição etária da população no Brasil, os idosos, no país, representam um grupo com várias vulnerabilidades em nível educacional, saúde e de mobilidade e, consideravelmente, no que se refere às condições de rendimento.

Os autores ainda salientam que a vulnerabilidade não pensada apenas pela perspectiva de renda, quando não se tem aposentadoria ou pensão, mas também para aqueles que ainda estão no mercado de trabalho. Nesse último caso, nem sempre pode ser considerada uma escolha; em grande parte é por necessidade, conforme Agostinho e Máximo (2006) inferem. Frente a essas considerações, podemos refletir sobre o suporte social e econômico que esses idosos acabam exercendo no seio familiar.

Somos desafiados a pensar sobre o panorama atual, conhecer qual é a fonte de renda do idoso brasileiro, quais estratégias utilizam para suprir suas necessidades, qual papel dele no receber e dar apoio aos familiares e junto à rede de suporte social mais ampla. Em destacar a renda, problematizar se essa provém de aposentadoria, pensão ou benefício, isso pode proporcionar uma relativa independência econômica e a realidade de convivência com demais familiares poderia ser vista como uma opção e não uma necessidade. Por outro lado, se a renda é gerada a partir do trabalho do idoso, isso pode significar que ele tem boa condição de saúde ou também que a renda recebida de outras fontes não é suficiente, sendo necessário buscar o mercado de trabalho para complementar, conforme abordam Agostinho e Máximo (2006).

Esses aspectos permitem refletir sobre a complementação de renda e apoio social que esses idosos acabam fornecendo, se considerarmos que o único rendimento se faz via pensão, aposentadoria e ou benefício. Nesse caso, o apoio desse familiar é importante para amenizar as situações de vulnerabilidades vivenciadas. Soares (2012) destaca que o envelhecimento populacional tem gerado mudanças na estrutura familiar e nas características dos seus rendimentos. Vivenciamos uma realidade em que temos muitos idosos em situação de vulnerabilidade e outra parcela responsável pela manutenção das famílias. Será que as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade também não colaboram na manutenção das famílias? Essas pessoas assumem o papel de apoio social para com seus familiares?

Destaca-se o grande número de estudos que trazem na sua discussão a temática do suporte social ofertado aos idosos, como Alvarenga et al. (2011), Satuf e Bernardo (2015), Gutierrez e Lima (2012), Pimentel e Albuquerque (2010), Reis et al. (2014), entre outros, que abordam de forma muito massiva o suporte social que esses demandam para suprir ou amenizar suas mais variadas necessidades. As pesquisas que abordam o apoio e suporte social fornecido pelos idosos aos seus familiares e/ou à rede de apoio como um todo. Soares (2012), uma autora que pesquisa o tema nessa direção, afirma que principalmente as mulheres em situação de

---

pobreza são quem, muitas vezes, exercem o suporte familiar. Contribuíram por toda uma vida e assumem papéis sociais, como serem avós, na manutenção dos cuidados dos filhos que permanecem nos lares, prestam auxílio a entes familiares, amigos e ou vizinhos doentes, acabam recebendo diversas responsabilidades que lhes são demandadas ao longo da velhice. Assim, existe a urgente necessidade de repensar ações de cunho político e garantia dos direitos sociais da população, lançar um olhar mais atento a esses idosos que executam um importante papel social, como apoio social na sociedade contemporânea.

As políticas de atenção ao segmento idoso enfocam prioritariamente as pessoas idosas como receptoras de apoio. Tanto a Política Nacional do Idoso-PNI (1994) quanto o Estatuto do Idoso (2003) trazem esse enfoque. Ainda se mostra escassa a problematização e o respaldo legal mais direcionado ao apoio social que eles desempenham na sociedade.

Percebe-se que é urgente o fomento de produção científica que traga o apoio social exercido pelos idosos em suas redes de convivência formal e informal. Pois essa temática expressa um novo olhar para a pessoa idosa e maior preocupação com o trabalhador que envelhece, e que, muitas vezes, não possui respostas efetivas às expressões da questão social vivenciadas por esse segmento populacional.

### **Considerações finais**

As reflexões pretendidas, aqui, possibilitam um aprofundamento teórico sobre a questão social e o direito à cidadania. Os autores escolhidos permitem a reflexão crítica, orientação e direcionamento para a problematização da temática do envelhecimento populacional. Oportunizam ampliar o pensamento sobre a concepção de cidadania para além das relações sociais e considerar as particularidades dos segmentos populacionais e suas necessidades. Possibilitando o acesso à plena emancipação humana e, conseqüentemente, política.

Destaca-se a necessidade também de problematizar quão diversa e contemporânea é a discussão da questão social, suas novas expressões e as formas de cidadania. Trazendo como discussão central o fenômeno do envelhecimento populacional, pois essa temática expressa um novo olhar para a pessoa idosa e maior preocupação com os trabalhadores que envelhecem, e que, muitas vezes, não possui respostas efetivas às diversas necessidades vivenciadas em um contexto global e desigual. Reitera-se a importância desses na composição das redes de apoio formal e informal que compõem em sociedade.

### **Referências**

AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. **Idosos num Brasil que envelhece**: uma análise multi-dimensional da pobreza. Caxambu: ABEP, 2006.

ALMEIDA, A. V. et al. A Feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015.

ALVARENGA, M. R. M. et al. Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 2603-2611, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a30v16n5.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 21 fev. 2019.

---

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 21 fev. 2019.

CAMARANO, A. A. **Idosos brasileiros**: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas. Brasília: Presidência; Secretaria Geral dos Direitos Humanos; Subsecretaria de promoção e defesa dos direitos humanos, 2005.

GUTIERREZ, B. A. O.; LIMA, V. L. de. A influência da rede de suporte social nos aspectos biopsicossociais de pessoas idosas hospitalizadas. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 6, dez. 2012. Disponível em: 10 dez. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IVO, A. B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23 n. 58, p. 17-33, abr. 2010.

MUNIZ, T. S.; BARROS, A. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. **Cadernos de graduação**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 103-116, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1079/793>. Acesso em: 10 dez. 2018.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, Ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PIMENTEL, L. G.; ALBUQUERQUE, C. P. Solidariedades familiares e o apoio a idosos: limites e implicações. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 251-263, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7783/5787>. Acesso em: 11 dez. 2018.

RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

REIS, L. de A. et al. Suporte familiar, social, condições de saúde e sociodemográficas em idosos. **Revista Baiana de Enfermagem**, Bahia, v. 28, n. 2, p. 176-185, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/8974/8869>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SATUF, C. V. V.; BERNARDO, N. S. C. O. Percepção do suporte social a idosos institucionalizados e não institucionalizados. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2015.

SELLA, A. **Globalização neoliberal e exclusão social**: alternativas...? São possíveis! São Paulo: Paulus, 2002.

---

SOARES. C. Envelhecimento populacional e as condições de trabalho e rendimento das idosas no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 167-185, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital**: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea. 2006. 267 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

---